Relatório & Contas 2019

GRUPO VISABEIRA

BEM-VINDO

RELATÓRIO & CONTAS 2019 GRUPO VISABEIRA

ÍNDICE

1. Grupo Visabeira

Página

05

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	06
ABERTURA (VISÃO, MISSÃO, VALORES)	08
UMA DÉCADA EM NÚMEROS	10
O GRUPO VISABEIRA NO MUNDO	12
PRINCIPAIS NEGÓCIOS	14
PRÉMIOS E DISTINÇÕES	36

2. 2019 em retrospetiva

Página

40

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA 42

2019 EM NÚMEROS 44

PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES 46

ÓRGÃOS SOCIAIS 48

ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS 57

FATORES DE RISCO 66

EVOLUÇÃO DE NEGÓCIOS POR ÁREA 71

COMPROMISSO COM A SOCIEDADE 106

PERSPETIVAS FUTURAS 112

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 115

3. Documentos de prestação das contas consolidadas

Página

116

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 118

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 124

DOCUMENTOS DE APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO 194

GRUPO

VISABEIRA



1

RCG1 CV9

MENSAGEM

Presidente do Conselho de Administração

Fernando Campos Nunes

Crescimento foi a palavra de ordem que marcou o ano de 2019. Crescimento em toda a linha, tal como escrevíamos há um ano: "investimos no reforço das bases para um crescimento sustentável na próxima década"…"com a consolidação dos negócios nos países em que estamos presentes e, em paralelo, com um forte crescimento e expansão para mais países em território europeu, que é assumidamente a prioridade da gestão".

Neste ano de 2019, o Grupo bateu novos máximos históricos ao superar os 910 milhões de euros de volume de negócios consolidado, o que representou um importante crescimento de mais de 22%, face a 2018, tendo o incremento no mercado europeu superado os 33%. Igualmente o EBITDA registou um comportamento histórico ao situar-se nos 165 milhões de euros, representando um crescimento de mais de 16%.

A equipa Visabeira, fundamental para o alcançar deste sucesso também cresceu. Somos agora mais de 12 mil pessoas empenhadas em construir todos os dias um pedaço de futuro. Aqui, o registar um crescimento de 9,5%, evidencia a maximização de eficiência e otimização de recursos por todos conseguida, denota ganhos de produtividade e é demonstrativo da capacidade, competência e motivação com que toda a equipa se empenhou na concretização de um notável nível de desempenho com um foco muito assertivo nos objetivos.

É com justificado orgulho que constato que, para além do sucesso nos números, também foi sensibilizador o reconhecimento que muitos produtos e serviços do Grupo mereceram de muitas organizações internacionais, que nos distinguiram com prémios e galardões que demonstram a notoriedade da nossa marca. Foram mais de 5 dezenas de importantes distinções que, ao longo de 2019, enriqueceram este nosso prestimoso património que também conta a nossa história ao longo dos anos.

Apraz-me destacar em 2019 o reforço da nossa presença nos mercados europeus, que representam já 88% do nosso volume de negócios, com um significativo crescimento e onde expandimos operações e fortalecemos a confiança dos principais operadores de telecomunicações e eletricidade na Europa. Também na área industrial a aposta nos mercados externos e o programa de investimento na inovação, com a ampliação, aumento de capacidade e up grade tecnológico das nossas unidades industriais, é uma robusta realidade em que expandimos mercados e reforçámos a ligação dos nossos produtos a grandes marcas internacionais.

Este grande desafio da mundialização do Grupo fica bem patente na concretização de um rumo seguro que, neste exercício, se consolidou com um novo máximo de 71% do volume de negócios, referente aos mercados externos. Ambição crescente suportada por um reforço de competitividade e inovação, mantendo a aposta nas nossas unidades estrategicamente localizadas na Europa, pela proximidade e eficácia na resposta às tendências emergentes.

Em 2020 o caminho será o robustecimento deste crescimento e uma cada vez maior amplitude geográfica de atuação, para o que apontamos como positiva a abertura do capital de algumas empresas a investidores internacionais.

2020 é também o ano em que cumpriremos 4 décadas, que ficam marcadas por um dinamismo e uma ambição crescente, que queremos alavancar para reforçar uma marca que granjeou a confiança dos mercados pela sua capacidade de superar desafios e de oferecer produtos e serviços competitivos, inovadores, atrativos e confiáveis. Na base de tudo como sempre está uma postura de empreendedorismo, criatividade, qualidade e exigente rigor, matriz que objetiva uma competitividade responsável e compaginada com o compromisso com a sustentabilidade, como pilar essencial da nossa estratégia, em que assumimos um comprometimento ativo com os nossos produtos e serviços, com as pessoas e com a natureza.

Somos hoje um Grupo mais forte, mais moderno e melhor preparado para os desafios do futuro. Consolidámos uma marca, várias insígnias, centenas de empresas, milhares de produtos e serviços que hoje são o nosso trunfo mas também o nosso orgulho.

Contudo, vamos celebrar este 40.º aniversário num período em que a humanidade se depara com uma calamidade tão inesperada quanto fora de qualquer planeamento ou cogitação, e que nos traz novos e difíceis desafios. Hoje ainda não sabemos qual a evolução e reais impactos futuros nas pessoas e na sociedade. Mas a nossa confiança e resiliência não esmorece e de uma coisa estamos seguros: é mais um desafio que vamos superar e uma certeza fica, nós já resistimos há quatro décadas, o país resiste há nove séculos e o mundo, tal como hoje o conhecemos, há vários milénios e, para o ano, iniciamos a quinta década do Grupo e, como sempre, prontos para superar novos desafios e obstáculos, criando oportunidades e mantendo um rumo de sucesso.

Em 2020, vamos também evoluir no modelo governativo da companhia com a criação do Conselho Geral e de Supervisão, numa orientação tendente a criar uma maior e clara separação entre funções executivas e de supervisão reforçando a autonomia e participação dos independentes na supervisão.

Para fechar deixo uma sentida palavra de muita simpatia para todos os que interagindo connosco são parte integrante do nosso sucesso, parceiros, fornecedores, colaboradores, clientes, acionistas e entidades e instituições, que em conjunto rumam a um futuro que queremos melhor. Sempre com um compromisso que mantemos como visão para esse futuro, focar a gestão no rigor e na excelência, promovendo um Grupo cada vez mais forte e global e capaz de ultrapassar contínuos desafios, com os seus produtos e serviços a serem reconhecidos e apreciados em todas as geografias e a superarem as necessidades e expetativas das pessoas, nosso objetivo primeiro.

71%

do volume de negócios gerado nos mercados externos

910 milhões de euros de volume de negócios em resultado de um crescimento de 22%



Fernando Campos Nunes
Presidente do Conselho de Administração

VISÃO

Ser um grupo económico de ampla expansão multinacional, procurar a liderança em todos os setores e mercados onde atua e marcar a diferença pelos conceitos inovadores e soluções integradas que criam valor para os nossos clientes e acionistas.

Creativity_
Innovation_
Dynamism_
Competitiveness
Ambition_

Visão
Missão
Valores

Ser facilitador do dia a dia de milhares de pessoas, um pouco por todo o mundo.

MISSÃO

Oferecer aos nossos parceiros e clientes soluções cada vez mais completas, de acordo com as suas necessidades e respondendo às suas expetativas, através de uma cada vez maior capacidade produtiva e operacional. Graças à transdisciplinaridade que nos define, produzimos uma grande diversidade de bens, prestamos serviços nas mais diversas áreas e criamos múltiplas oportunidades de negócio. Ser facilitador do dia-a-dia de milhares de pessoas, um pouco por todo o mundo.

VALORES

Os valores que assumimos, enquanto elementos definidores da marca Visabeira, são transversais a todos os profissionais e às várias áreas da organização, mostrando-se decisivos para a evolução do Grupo e o seu contínuo sucesso.

UMA DÉCADA EM NÚMEROS

VOLUME DE NEGÓCIOS

910 M€

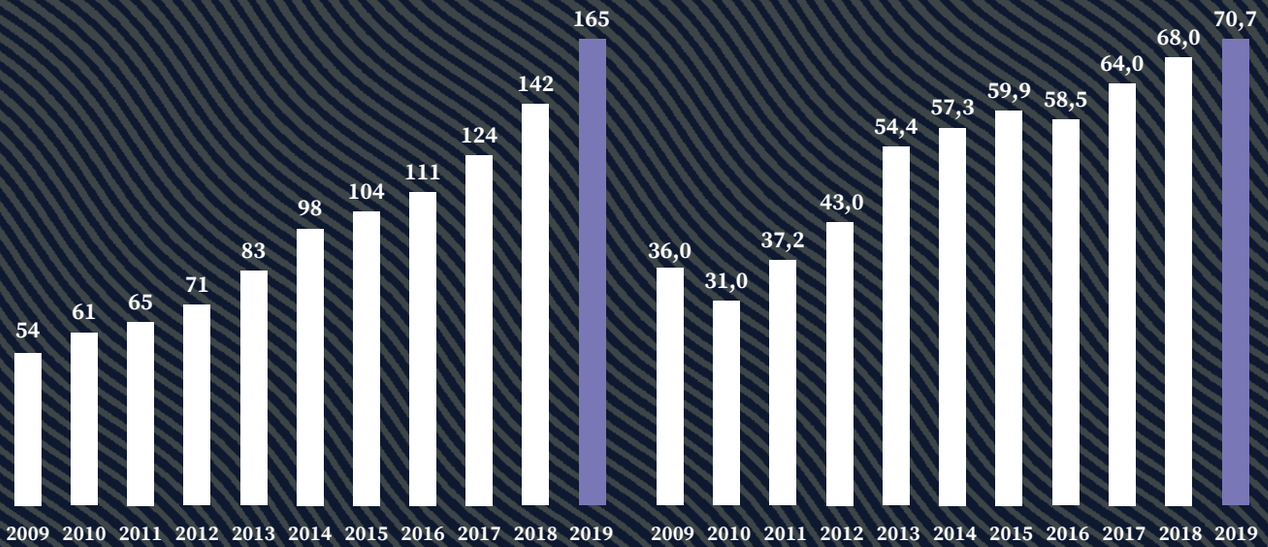


EBITDA

165 M€

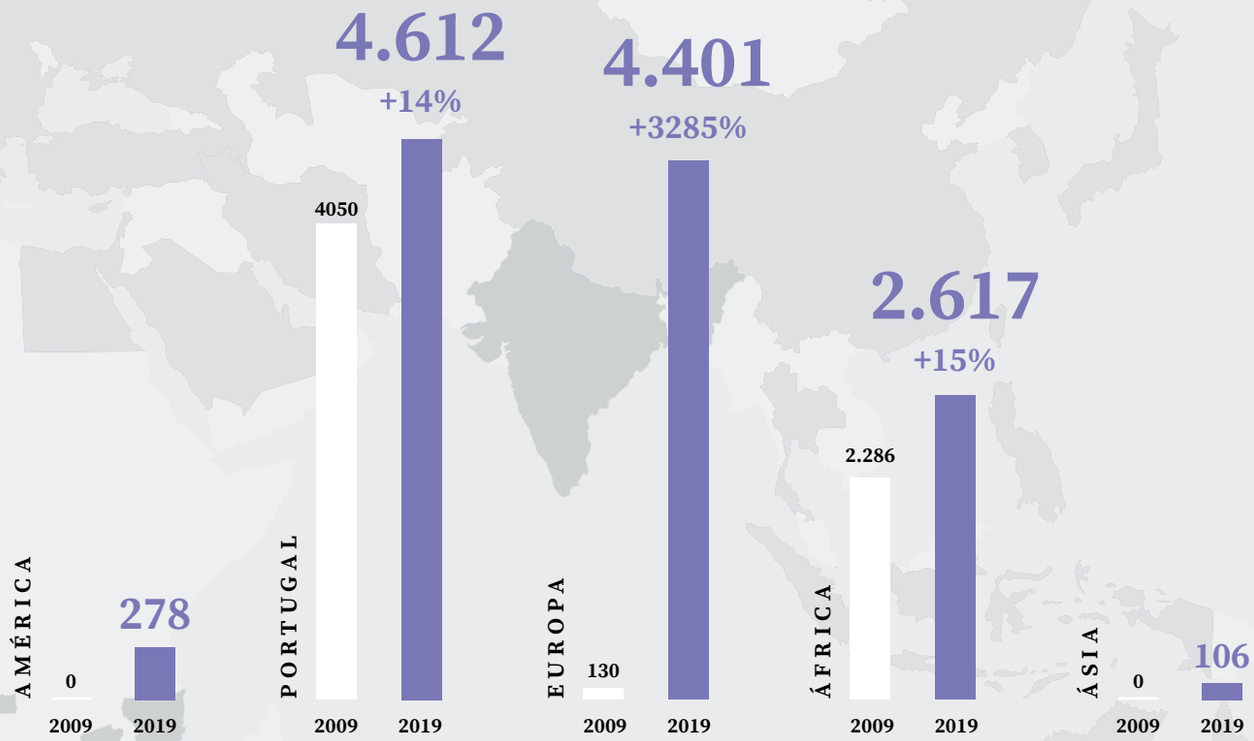
MERCADOS EXTERNOS

70,7%



COLABORADORES

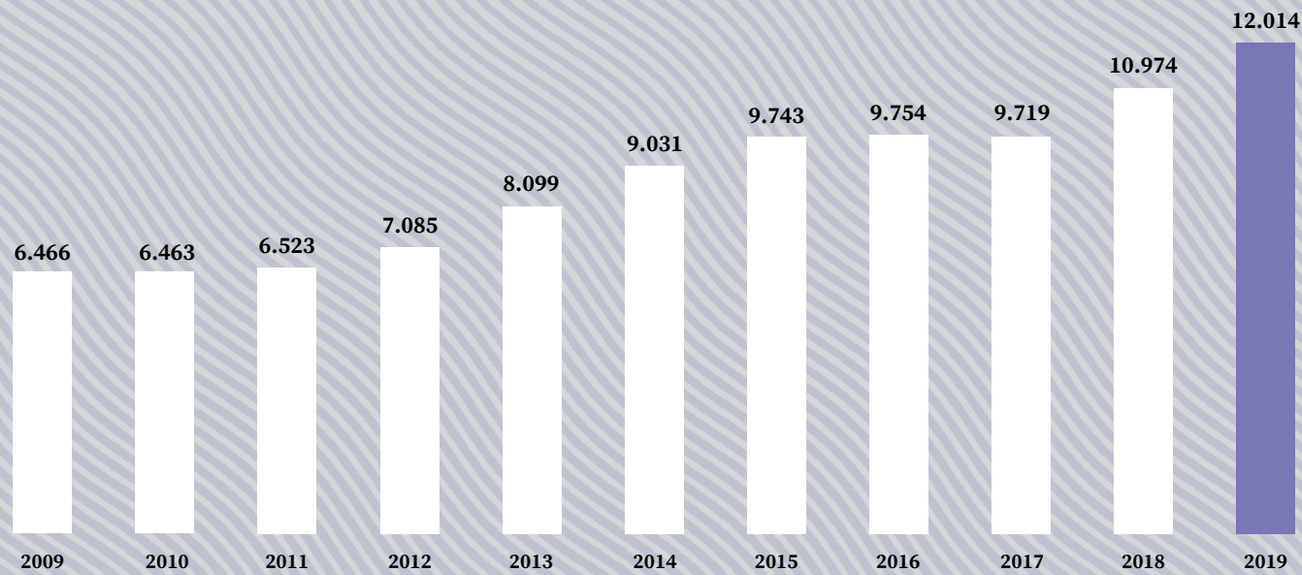
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA



NÚMERO MÉDIO DE COLABORADORES

TOTAL MUNDIAL

12.014



ONDE ESTAMOS



16

Presenças internacionais com empresas

119

Nações com produtos e serviços

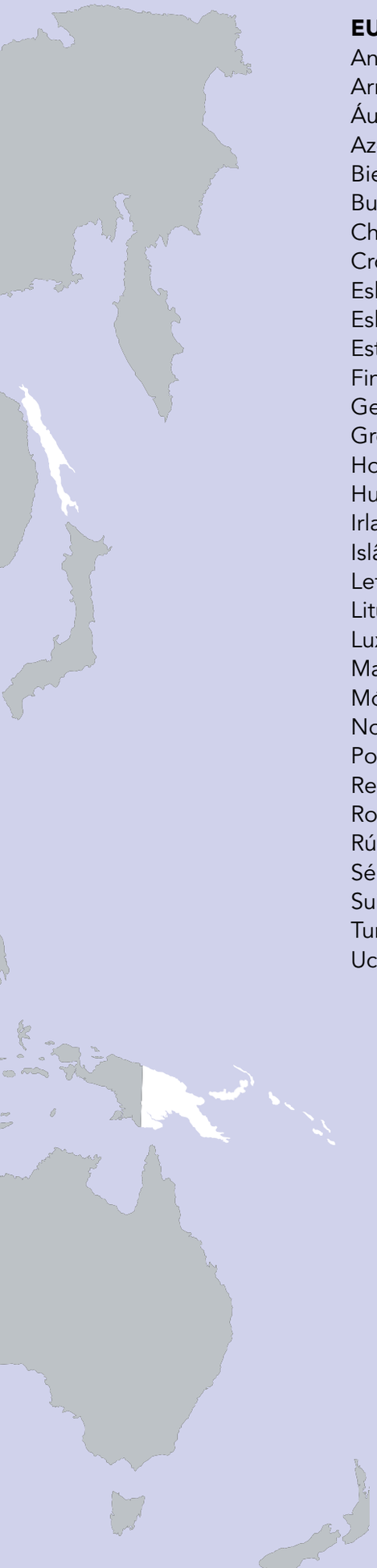
O Grupo Visabeira está presente em 16 países, incluindo França, Alemanha, Bélgica, Espanha, Dinamarca, Itália, Reino Unido, Angola e Moçambique, comercializando serviços e produtos para 103 nações.



AMÉRICA

BRASIL
E.U.A.
MÉXICO


EUROPA
PORTUGAL
ESPANHA
FRANÇA
ALEMANHA
BÉLGICA
DINAMARCA
REINO UNIDO
SUÉCIA
ITÁLIA
ÁFRICA
ANGOLA
MOÇAMBIQUE
MARROCOS
ÁSIA
ÍNDIA
EMPRESAS



EUROPA
Andorra
Arménia
Áustria
Azerbaijão
Bielorrússia
Bulgária
Chipre
Croácia
Eslovénia
Eslováquia
Estónia
Finlândia
Geórgia
Grécia
Holanda
Hungria
Irlanda do Norte
Islândia
Letónia
Lituânia
Luxemburgo
Malta
Mónaco
Noruega
Polónia
República Checa
Roménia
Rússia
Sérvia
Suíça
Turquia
Ucrânia

ÁFRICA
África do Sul
Congo
Egito
Guiné Bissau
Guiné Equatorial
Líbia
Malawi
Mali
Maurícia
Namíbia
Nigéria
Quénia
São Tomé e Príncipe
Seicheles
Senegal
Serra Leoa
Sudão
Togo
Tunísia

ÁSIA
Arábia Saudita
Barém
Cazaquistão
China
Coreia do Sul
Emirados Árabes Unidos
Filipinas
Hong Kong
Indonésia
Irão
Iraque
Israel
Japão
Líbano
Kuwait
Macau
Malásia
Omã
Qatar
Singapura
Sri Lanka
Taiwan
Timor Lorosae
Tailândia
Vietname

AMÉRICA
Argentina
Aruba
Bolívia
Canadá
Caraíbas
Chile
Colômbia
Costa Rica
Cuba
Equador
El Salvador
Guadalupe
Guatemala
Guiana Francesa
Haiti
Honduras
Martinica
Panamá
Paraguai
Peru
República Dominicana
Suriname
Trindade e Tobago
Uruguai
Venezuela

OCEÂNIA
Austrália
Nova Zelândia

PRODUTOS / SERVIÇOS

PRINCIPAIS NEGÓCIOS

<<< **INDÚSTRIA**

CERÂMICA E CRISTALARIA
COZINHAS
BIOCOMBUSTÍVEIS,
ENERGIA TÉRMICA
E RECURSOS NATURAIS





<<<

GLOBAL

TELECOMUNICAÇÕES
ENERGIA
TECNOLOGIA
CONSTRUÇÃO

>>> **TURISMO IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS**

HOTELARIA
RESTAURAÇÃO
SHOPPING
IMOBILIÁRIA
SERVIÇOS





O Grupo Visabeira organiza em três holdings as suas principais atividades, segmentadas por áreas de negócios e totalmente focadas e especializadas por negócio: Visabeira Global, Visabeira Indústria e Visabeira Turismo Imobiliária e Serviços.
O modelo organizacional agrega a experiência multissetorial e alavanca as competências específicas dos vários domínios para criar sinergias que criam valor para os seus clientes. É esta a matriz que tem catapultado o sucesso num percurso de crescimento e melhoria contínua que é reconhecido pelo mercado e pelos principais players nas múltiplas atividades.

Em 2019, o Grupo alcançou máximos históricos nos principais indicadores e protagonizou um forte crescimento na vertente internacional, com especial impacto no mercado europeu. Os resultados alcançados confirmam a justeza do rumo traçado e permitem encarar com renovado otimismo e confiança os desafios que já antecipamos para a conquista de novos mercados e de novas geografias que se perfilam como caminho de futuro. Futuro que construímos diariamente com a atitude dinâmica e empenhada que é identitária do Grupo Visabeira e, como sempre, suportada por um rigoroso processo de planeamento, controlo e avaliação, sustentando as decisões estratégicas e a gestão diária. É este o ADN do Grupo que assegura a contínua otimização dos recursos disponíveis e a maximização das competências e capacidades de toda a equipa, permanentemente orientada para os resultados.

GLOBAL



PERFORMING INNOVATION



TELECOMUNICAÇÕES
ENERGIA
TECNOLOGIA
CONSTRUÇÃO

VISABEIRA GLOBAL

Performing Telecommunications
- Engenharia de redes de telecomunicações fixas e móveis;
- Infraestruturas tecnológicas;
- Soluções técnicas especializadas para redes de telecomunicações, transportes, defesa e segurança;
- Operações de televisão, internet e voz por cabo e fibra ótica.

Performing Energy
- Instalação, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos nos domínios da eletricidade, gás e energias renováveis – incluindo solar, eólica, cogeração e biocombustíveis;
- Projeto e assistência técnica.

Performing Technology
- Soluções e serviços de engenharia, sistemas de informação e comunicação, mobilidade, inovação e georreferenciação;
- Integração de soluções;
- Manutenção e assistência técnica.

Performing Construction
- Construção e engenharia civil;
- Projetos, construção, reabilitação e manutenção de edifícios e infraestruturas.

Telecomunicações



CONSTRUCTEL
VIATEL
MJ QUINN
PDT
MODAL
GATEL
TVCABO ANGOLA
TVCABO MOÇAMBIQUE
TELEVISA
COMATEL





GLOBAL





VISABEIRA INFRAESTRUTURAS
CONSTRUCTEL ENERGIE
IEME
ELECTROTEC
SELFENERGY

Energia

Tecnologia

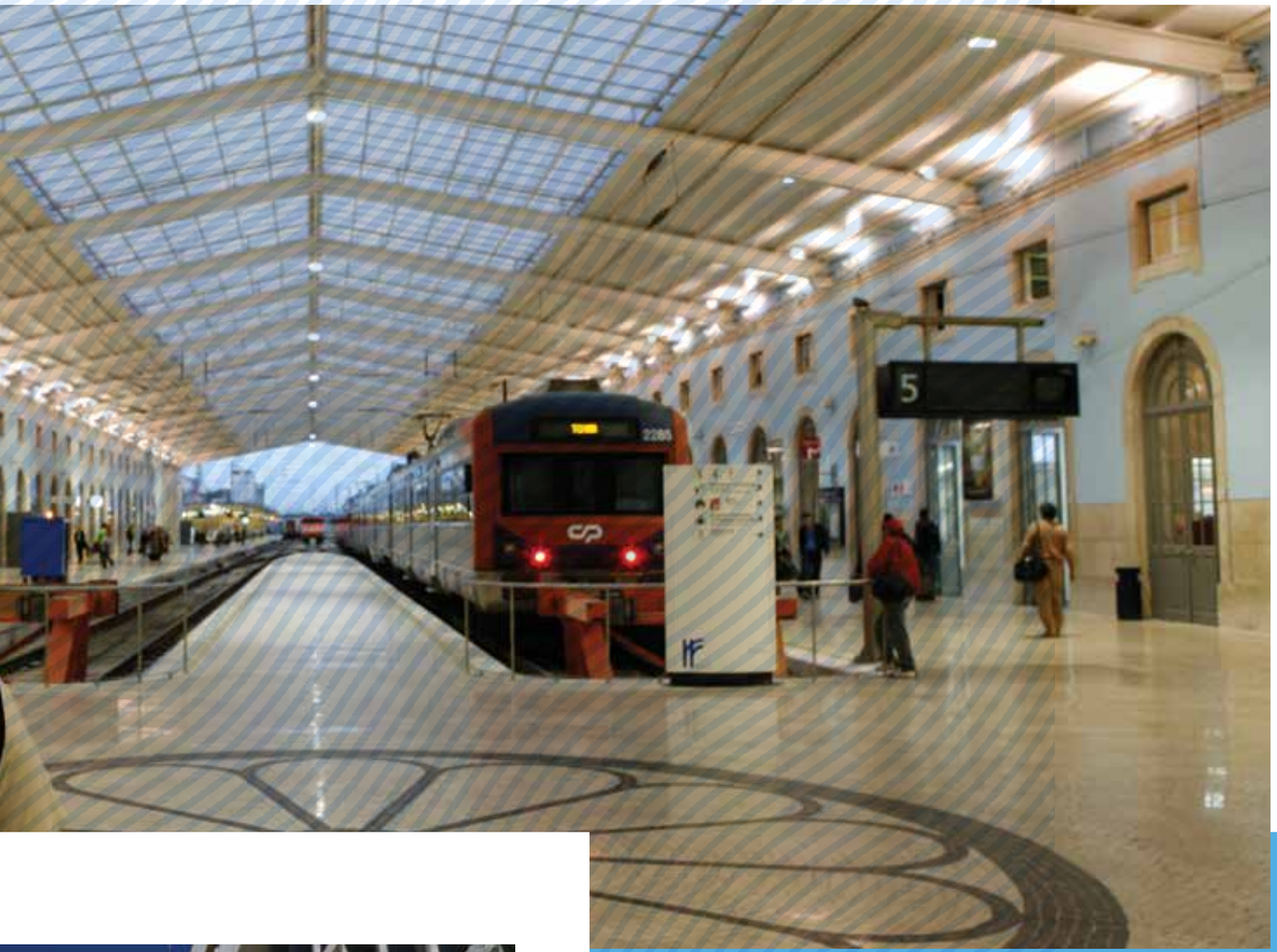


AEROPROTECHNICK

REAL LIFE TECHNOLOGIES



GLOBAL

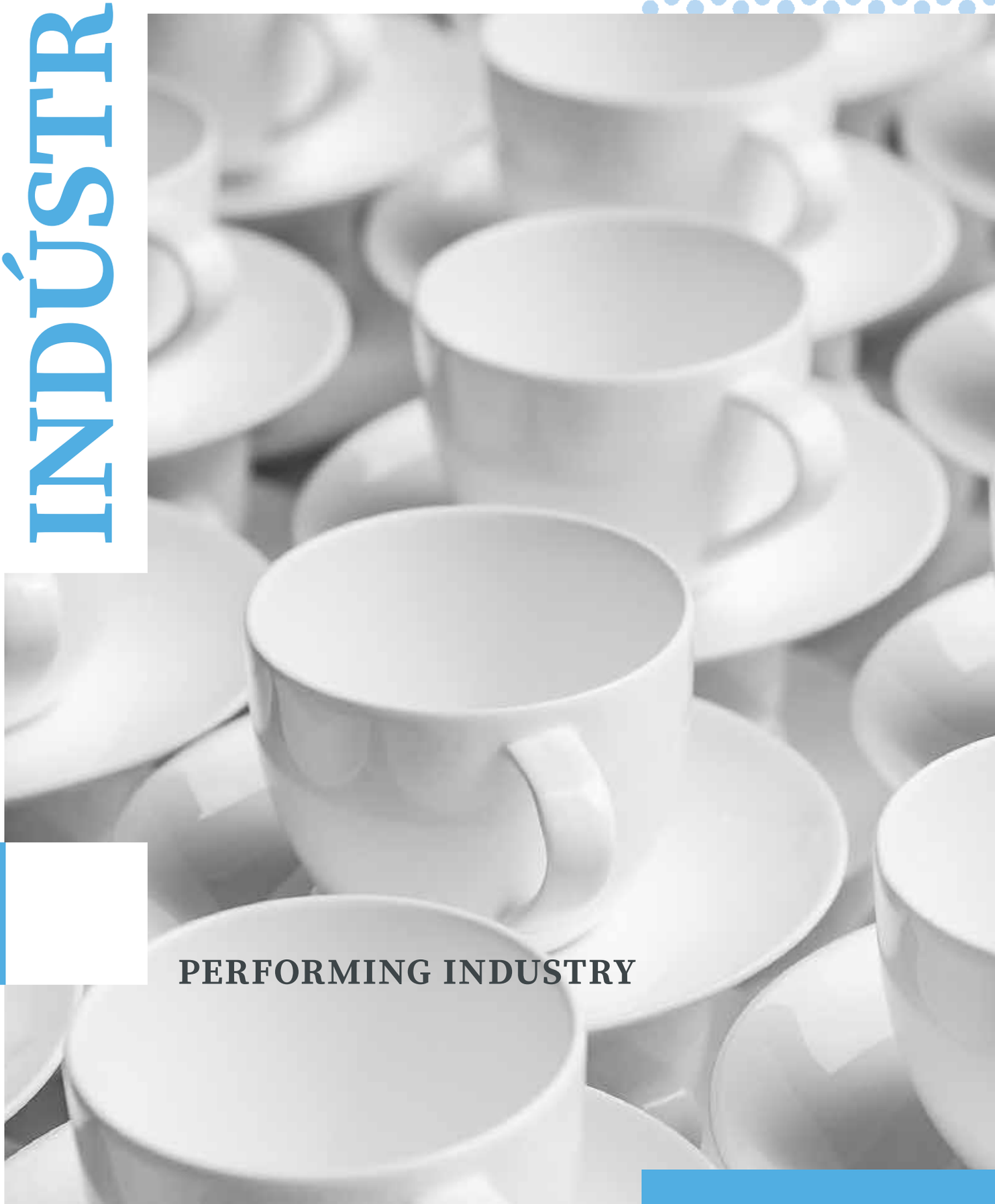




EDIVISA
VISACASA
SOGITEL

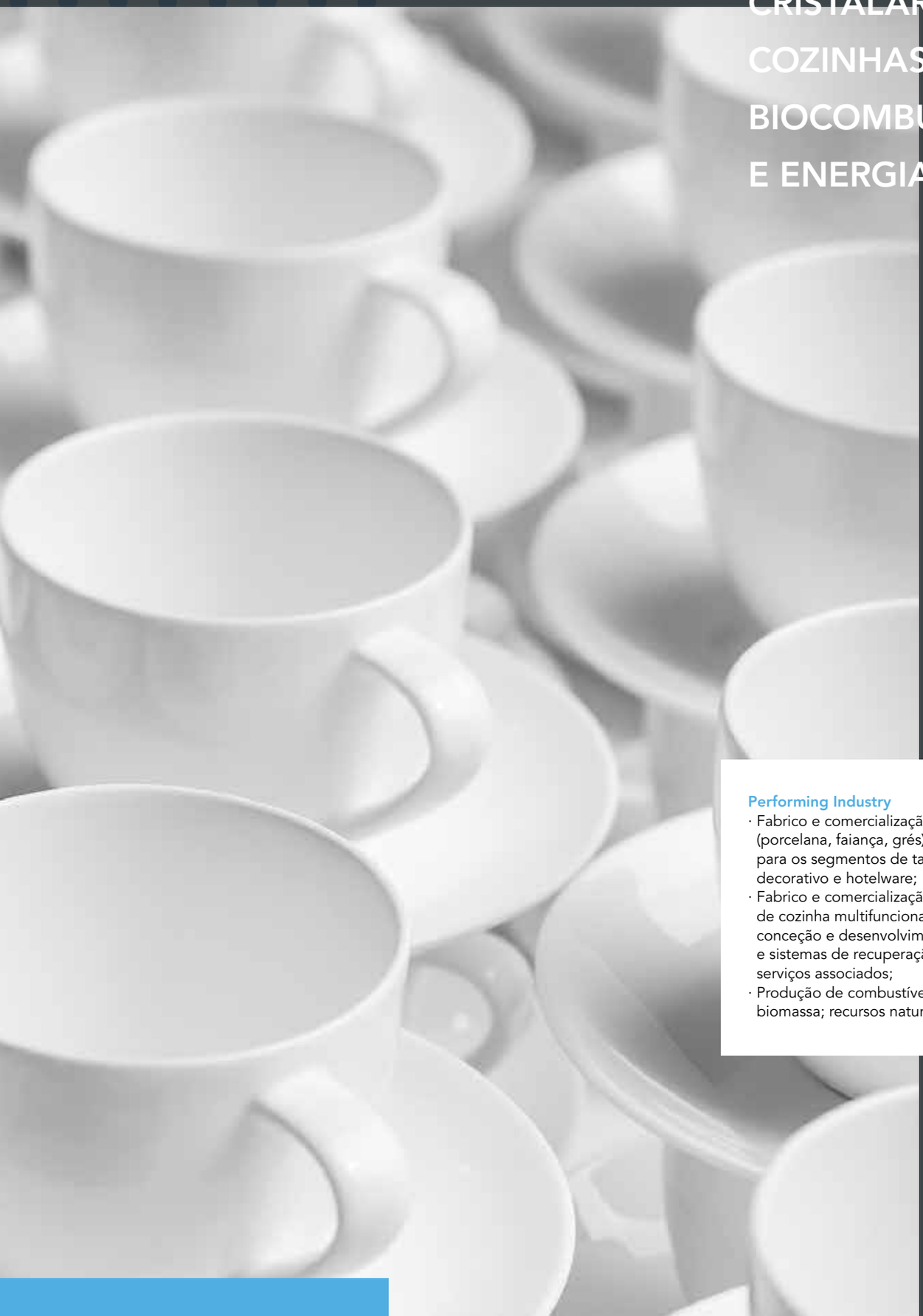
Construção

INDÚSTRIA



PERFORMING INDUSTRY

CERÂMICA
CRISTALARIA
COZINHAS
BIOCOMBUSTÍVEIS
E ENERGIA TÉRMICA



VISABEIRA INDÚSTRIA

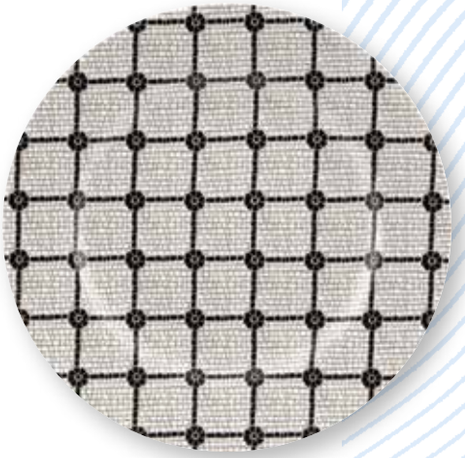
Performing Industry

- Fabrico e comercialização de cerâmica (porcelana, faiança, grés) cristal e vidro, para os segmentos de tableware, giftware, decorativo e hotelware;
- Fabrico e comercialização de mobiliário de cozinha multifuncional e personalizável; conceção e desenvolvimento de caldeiras e sistemas de recuperação de energia e serviços associados;
- Produção de combustível orgânico pellets / biomassa; recursos naturais.

Cerâmica



VISTA ALEGRE
BORDALLO PINHEIRO
RIA STONE
CERUTIL





INDÚSTRIA



VISTA ALEGRE



Cristalaria

Cozinhas



MOB
ÁLAMO



GRANBEIRA

Recursos naturais

INDÚSTRIA



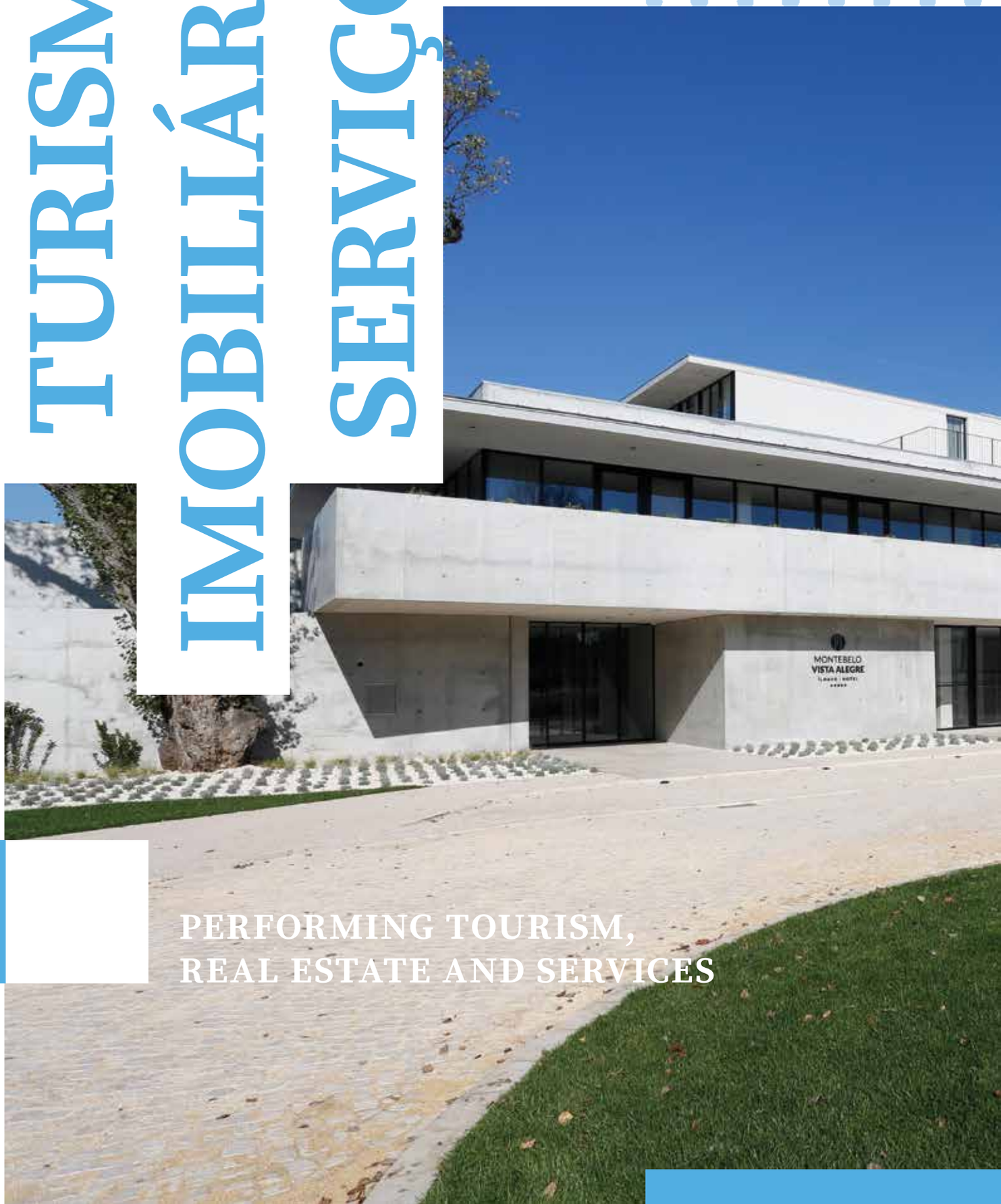
Biocombustíveis e energia térmica

PINEWELLS

AMBITERMO



TURISMO IMOBILIÁRIA SERVIÇOS



PERFORMING TOURISM, REAL ESTATE AND SERVICES

HOTELARIA
RESTAURAÇÃO
LAZER
SHOPPING
IMOBILIÁRIA
SERVIÇOS



Performing Tourism
- Exploração de unidades hoteleiras (hotéis, resorts e lodges);
- Restauração;
- Complexos de entretenimento, lazer, bem-estar e desporto;
- Rede hoteleira em Portugal e Moçambique, para lazer e negócios, com hotéis nos segmentos de congressos e reuniões, turístico;
- Charme, natureza, desporto, cultura e história.

Performing Real Estate
- Conceção, construção, comercialização, mediação, manutenção e gestão de empreendimentos;
- Portefólio diversificado de qualidade superior para os segmentos alto e médio-alto;
- Residencial, escritórios, comercial, turístico, parques e outras áreas complementares;
- Gestão e serviços.

Performing Services
- Múltipla oferta de produtos e serviços ou soluções chave-na-mão;
- Estudo, desenvolvimento e projetos;
- Serviços especializados nos vários domínios empresariais;
- Assistência e consultoria.

Hotelaria





Portugal

MONTEBELO AGUIEIRA LAKE RESORT & SPA

MONTEBELO VISEU CONGRESS HOTEL

MONTEBELO VISTA ALEGRE ÍLHAVO HOTEL

MONTEBELO LISBON DOWNTOWN

PARADOR CASA DA ÍNSUA

HOTEL PALÁCIO DOS MELOS

HOTEL PRÍNCIPE PERFEITO







Moçambique

MONTEBELO GIRASSOL MAPUTO HOTEL
MONTEBELO INDY
MAPUTO CONGRESS HOTEL
MONTEBELO GORONGOSA LODGE & SAFARI
MONTEBELO MILIBANGALALA BAY RESORT
NAMPULA HOTEL BY MONTEBELO
LICHINGA HOTEL BY MONTEBELO
SONGO HOTEL BY MONTEBELO

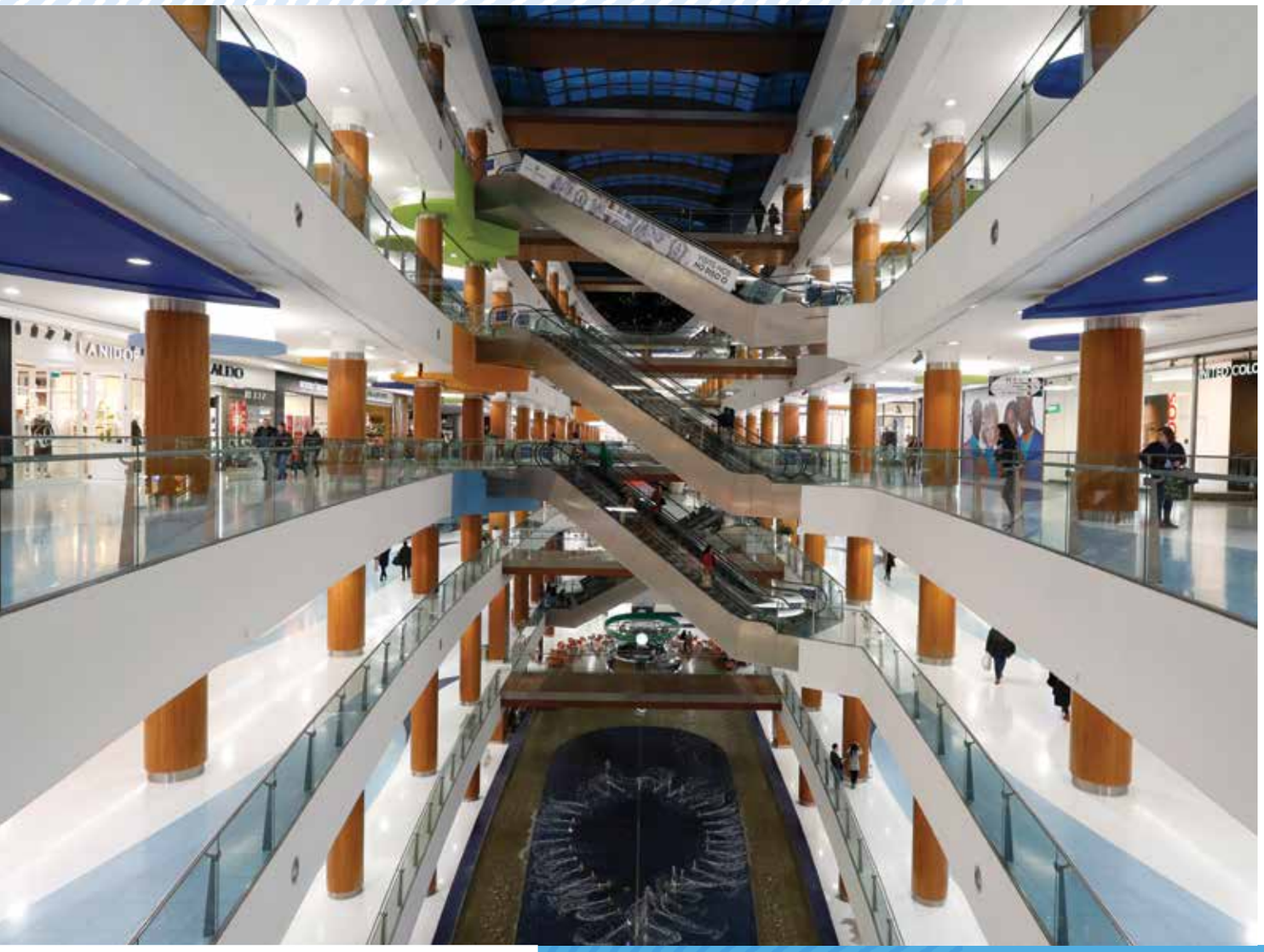
Restauração





ZAMBEZE RESTAURANTE
FORNO DA MIMI & RODÍZIO REAL
CERVEJARIA ANTÁRTIDA
RODÍZIO DO GELO
SQUISITO RISTORANTE ITALIANO





VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS

PALÁCIO DO GELO SHOPPING



Shopping

Imobiliária



MORADIAS AGUIEIRA
QUINTA DO BOSQUE
QUINTA DA ALAGOA
FORUM RESIDENCE
VILLATRIUM
MORADIAS VILABEIRA
PATEO VERA CRUZ
PARQUE DESPORTIVO DE AVEIRO
VISABEIRAHOUSE
IMOVISA
EDIFÍCIO NAMPULA





VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS



FUNDAÇÃO VISABEIRA
BENETRÓNICA
VISAUTO
MERCURY
AUTOVISA

Serviços

Prémios e distinções

No ano de 2019, mais um vasto conjunto de empresas e marcas do Grupo Visabeira foram reconhecidas nacional e internacionalmente, com a atribuição de prémios, galardões e distinções que muito dignificam um passado laureado nas mais distintas atividades e que muito honra toda uma equipa que se empenha em fazer o seu melhor todos os dias.

Na Global, entre as diversas distinções, referem-se a **Constructel Dinamarca** reconhecida pela TDC - Tele Danmark Communications – como "o prestador de serviço com melhores indicadores de performance do projeto" na implementação da rede de fibra ótica naquele país escandinavo e, noutra ocasião, a empresa foi distinguida, uma vez mais, pela Huawei como "o melhor parceiro tecnológico em engenharia de redes" em convenção realizada em Praga. A **Constructel UK** foi galardoada pelo seu desempenho no Reino Unido pelo DIT - Department for International Trade (Estado Britânico) com o DIT Business Award.

Em Portugal, a **Viatel** viu a sua loja de telecomunicações, no Palácio do Gelo, ser premiada pela Meo como a melhor loja no segmento "serviço de tv" a nível nacional e arrecadou também o galardão para "melhor vendedor de tv" de 2018.

Em Moçambique, a **TVCabo Moçambique** distinguida, pelo quinto ano consecutivo, com o prémio Diamond Award, atribuído pela PMR África pela qualidade na prestação de serviços de internet. Recorda-se que este nível Diamond é o top dos 4 escalões deste prémio PMR África, acima portanto do Ouro, Prata e Bronze. A operadora de tv+net+voz com este galardão de "melhor serviço de internet" soma já 8 prémios de excelência. A TVCabo Moçambique foi ainda reconhecida com o prémio para a empresa com maior crescimento de volume de negócios na área das comunicações no âmbito do ranking "100 maiores empresas de Moçambique". Neste ranking foram ainda galardoadas a **Televisa** no capítulo de rentabilidade de capitais próprios, a **Sogitel** também no âmbito das 100 maiores, a **Turvisa** como a empresa com maior volume de negócios na área de alojamento e restauração e finalmente a atribuição ao **Grupo Visabeira** de uma menção especial por ser o grupo com maior número de empresas no ranking das 100 maiores.

Na Indústria, a **Vista Alegre** e a **Bordallo Pinheiro**, juntaram, em 2019, mais quatro dezenas de prémios ao riquíssimo histórico de milhares de troféus que vem granjeando ao longo de quase 2 séculos, recheados de honrosas distinções, principalmente internacionais. Referência especial este ano para: German Brand Awards Winner - category excellent brands; German Brand Awards Special Mention - category excellent brands: Brand Innovation of the Year; Lit Design Awards Winner; Lit Design Awards Honorable Mention; German Design Awards Winner 2020; German Design Awards Special Mention; Tableware International Awards of Excellence Winner; A'Design Award Gold Winner; German Innovation Award Gold; German Innovation Award Winner; Good Design Chicago Winner; Architecture Masterprize Honorable Mention; European Product Design Award Gold; European Product Design Award Silver; European Product Design Award Bronze; Iconic Awards Innovative Interior Winner, entre outros. Na ISH, maior feira mundial de equipamento de banho, construção e energia, que decorreu na Alemanha, foi distinguida a inovação e design de uma placa cerâmica produzida pela Vista Alegre, a primeira a surgir no mercado, autossustentável para função de comando de descargas, sem recurso a pilhas ou eletricidade, com recurso à tecnologia "hydroboost" e acionamento "no touch" apenas por aproximação. Em Portugal, a marca foi distinguida, por exemplo, com o primeiro prémio para montra de lojas "Cidade das Flores" no Funchal, selecionada outra vez para a conceção e produção do microfone de cristal, peça emblemática que premeia o vencedor do Festival da Canção, neste caso a 53.ª edição do certame e a marca foi também escolhida, pelo 10.º ano consecutivo, como Super Brand, sendo a Vista Alegre uma das 33 marcas distinguidas com o selo de "marca de excelência" de entre mais de 1.300 marcas pré-selecionadas. Ainda na indústria, a Mob foi distinguida pela 11.ª vez em 13 edições com o Prémio Mobis – melhor fabricante nacional de cozinhas. A **Mob** viu também muitos empreendimentos equipados com as suas cozinhas e armários serem galardoados, como foi o caso do prémio do imobiliário, para o Villa Nature em Vilamoura e o UIP Pine Clife também no Algarve ou ainda a iniciativa internacional Prémio Architizer, que distinguiu a Lisbon Wood.


OY-HMH








Quem
é o homem
por trás da
obra?
Designers







A **Bang Bang Agency**, transbordou a sua criatividade e arrecadou dezenas de prémios nacionais e internacionais de que se realçam o "German Brand Award 2019" Prémio Gold (o mais importante galardão em design a nível mundial); o 1.º lugar no "Excellence in Brand and Creation", e o "German Design Award – Winner", e ainda 14 galardões nos "Prémios Lusófonos de Criatividade" (3 Ouro; 3 Prata; 8 Bronze). Na atribuição do 1.º lugar "Excellence in Brand Strategy and Creation – Brand Communication – Print" ao catálogo gift da Vista Alegre, criado pela Bang Bang, a German Brand Awards reconheceu "a produção elaborada do catálogo reflete o design artístico da coleção de uma forma incrivelmente estética"…"uma ferramenta de marketing tão chamativa quanto bela e exclusiva que expressa o core da marca Vista Alegre de uma forma fascinante".

No Turismo, o **Palácio do Gelo Shopping** foi distinguido pelo segundo ano consecutivo com o "Prémio Cinco Estrelas Regiões" (2019), na categoria "Centros Comerciais". O **Parador Casa da Ínsua** foi selecionado para integrar o Guia Michelin Portugal e Espanha 2019, uma referência internacional em 32 países que autentificou o "reconhecimento da qualidade do estabelecimento e da sua equipa"…"que procuram no quotidiano a excelência e a perfeição ao serviço dos seus clientes". Também o **Zambeze restaurante**, em Lisboa, foi galardoado, mais uma vez, com um "Garfo", no "Lisboa à Prova" e com o "Prémio Gastronomia" na Gala dos Prémios da Lusofonia que reconheceram "o excecional trabalho do Zambeze restaurante, que eleva ao expoente máximo a lusofonia" na associação da arte gastronómica dos sabores tradicionais portugueses e moçambicanos. Também a marca **Vinhos Casa da Ínsua** juntou, em 2019, mais duas dezenas de medalhas ao seu longo historial de prémios, das quais mencionamos algumas. OURO: International Wine Awards, Espanha (4 medalhas); International Portugal Wine Trophy; Concurso Vinhos Engarrafados 2019 CVRDÃO; VI Concurso do Crédito Agrícola; PRATA: Decanter – Londres; International Wine Awards, Espanha; International Wine Challenge, Londres; BRONZE: International Wine Challenge. Foi ainda Commended, no International Wine Challenge, Londres (3 prémios).

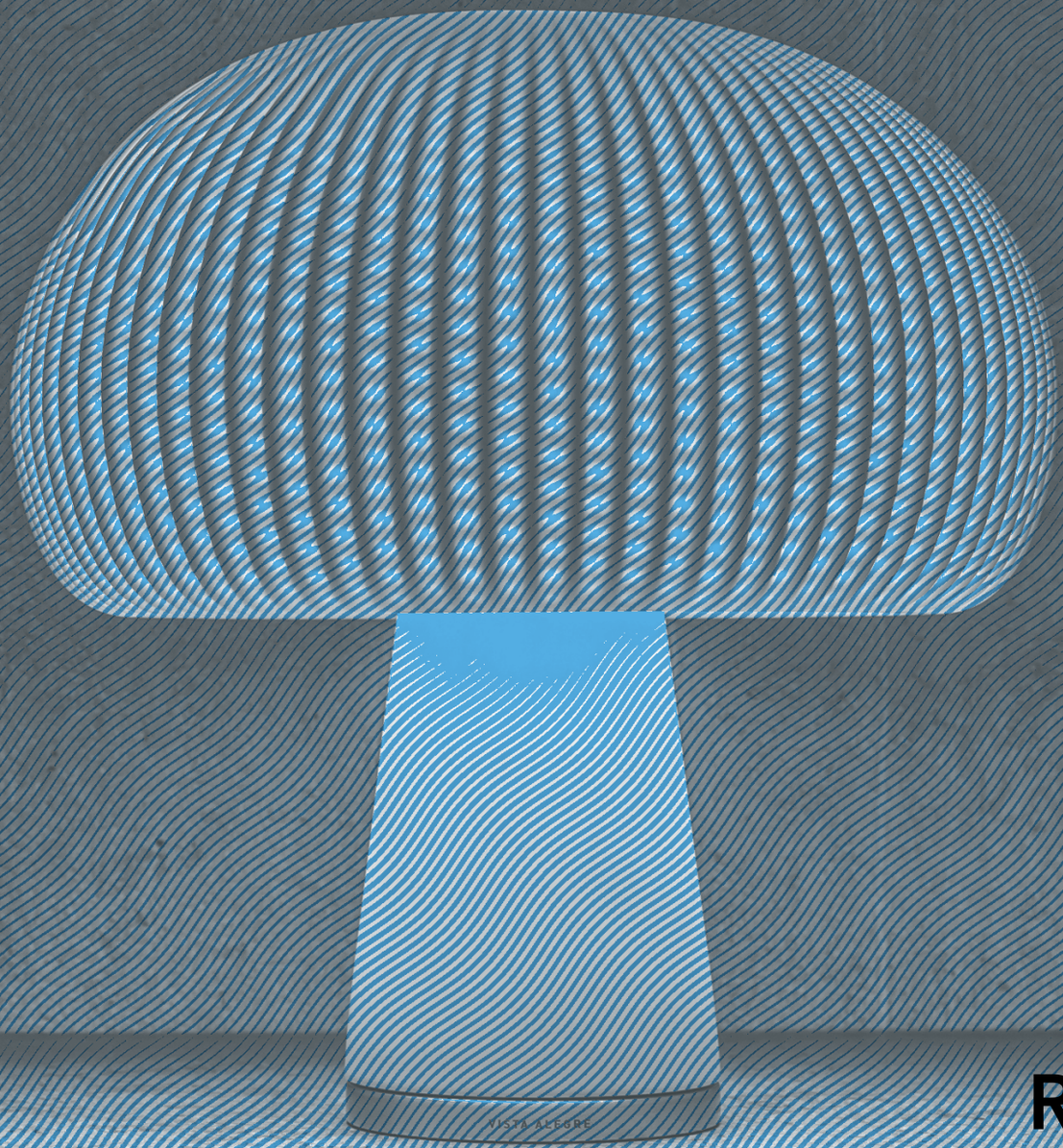
No âmbito da **Visabeira Turismo**, e a título pessoal, a categoria "melhor diretor de alojamento" do "Prémio Xenios 2019 – Excelência na Hotelaria" ficou no Montebelo Viseu Congress Hotel, na linha de um histórico de vencedores que, ao longo dos últimos anos, vêm honrando a marca de Turismo da Visabeira: melhor diretor-geral; melhor jovem diretor; melhor diretor F&B e melhor diretor comercial.

Ainda a título pessoal, mais uma vez o gabinete de serviços jurídicos dos serviços partilhados do Grupo foi distinguido internacionalmente: pela primeira vez na lista das 100 mais influentes e inovadoras equipas de advogados "in house" pelo trabalho relevante desenvolvido no setor jurídico português e também o prémio "In-House Counsel of the Year" no setor da Construção, Projetos e Infraestruturas, na Península Ibérica. Esta distinção foi atribuída na 3.ª edição dos "Gold Awards", organizados pela Iberian Lawyer e LC Publishing Group.

Para fechar, o fundador e Presidente do Conselho de Administração do **Grupo Visabeira**, Fernando Nunes, foi galardoado com o "Prémio Mérito e Excelência" na gala Litoral Awards, reconhecendo o mérito de uma carreira de quatro décadas em prol do desenvolvimento regional, nacional e expansão além-fronteiras.

2019 EM RETROS_ PETIVA

2



RCVI9

MENSAGEM

Presidente da Comissão Executiva

Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques

Em 2019, concretizámos importantes passos no rumo do Grupo face aos desafios do futuro nas diversas frentes de atividade. Conseguimo-lo reforçando o percurso de crescimento sustentável e de melhoria de rentabilidade que perseguimos, como fica bem demonstrado no crescimento de 22% no volume de negócios, atingindo, em 2019, os 910 milhões de euros, acompanhados pelo crescimento de 16% do EBITDA, para os 165 milhões de euros.
Na base deste desempenho está, como sempre, uma postura de empreendedorismo, criatividade, qualidade e exigente rigor, numa matriz que objetiva uma competitividade responsável, compaginada com o compromisso com a sustentabilidade, que assumimos para com todos.
Como corolário, o Grupo Visabeira garante hoje presença, com empresas, em 16 países e exporta produtos para cerca de uma centena de nações, com 71% do volume de negócios do Grupo a ser concretizado nos mercados externos, com particular ênfase para a nossa consolidada presença no mercado europeu. Neste contexto, a Europa representa já, em termos percentuais, 88% do total de volume de negócios consolidado do Grupo.

Sectorialmente, a Visabeira Global registou um volume de negócios de 673 milhões de euros e um EBITDA de 100 milhões de euros. Assim, mantém-se, tal como se tem verificado nos últimos anos, como a área de negócios com maior peso no Grupo Visabeira. A Visabeira Global reforçou a sua presença nos sectores em que se distingue e reafirmou o seu reconhecimento como um dos principais players na prestação de serviços de engenharia de redes de telecomunicações e energia na Europa, através da sua participada Constructel.

Neste exercício de 2019 colocámos um foco especial no crescimento orgânico das nossas operações europeias, consolidando a presença nos diferentes mercados e reforçando a nossa capacidade de realização, com natural atenção aos indicadores operacionais e de qualidade de serviço que são imagem de marca da Visabeira. De realçar que no conjunto das atividades de telecomunicações e energia, em Portugal, França, Reino Unido, Bélgica, Dinamarca, Itália e Alemanha crescemos este ano mais de 117 milhões de volume de negócios, face a 2018, ou seja, um incremento de cerca de 27%. No continente africano, apesar do contexto económico ainda difícil, marcado negativamente por fortes desvalorizações cambiais, nomeadamente em Angola, as operações de TVCabo continuaram em 2019 a crescer de forma sustentada nos seus mercados, com especial enfase no número de clientes e serviços.

A Visabeira Indústria cresceu mais de 19% em 2019, atingindo os 167 milhões de euros, representando um contributo de 19% para o volume de negócios consolidado do Grupo Visabeira.
O EBITDA superou os 32 milhões de euros, registando um crescimento de cerca de 27%, face a 2018. O ano de 2019, para a Visabeira Indústria, trouxe as primeiras evidências da eficácia da nossa estratégia de forte investimento na modernização e inovação das suas unidades. No segmento da cerâmica e cristalaria, a Vista Alegre e a Bordallo Pinheiro, concluíram a maioria dos projetos de investimento em curso, que visavam a ampliação da capacidade produtiva das fábricas, a maximização da automatização dos seus processos produtivos, com ganhos de eficiência produtiva e valor acrescentado.
Os resultados desta política de investimento começaram já a dar o seu retorno, com o Grupo Vista Alegre, logo neste primeiro ano, a aumentar em 21% o seu volume de negócios, atingindo os 120 milhões de euros, a par de uma melhoria substancial em todos os indicadores económicos e da consolidação da sua posição, no setor, como o 6.º maior grupo cerâmico do mundo, em termos de dimensão.
Nesta marca centenária é importante realçar também a concretização em 2019, com sucesso, de um aumento de capital de 10%, por entrada, no capital da Vista Alegre, de novos investidores institucionais (72% dos quais internacionais).

A Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços registou um volume de negócios de 71 milhões de euros (incluindo o Grupo Visabeira S.A.), o que representa cerca de 8% do volume de negócios total do Grupo. O EBITDA desta área fixou-se nos 33,3 milhões de euros em 2019 contra os 26,6 milhões de euros em 2018, um crescimento superior a 25%. No setor do turismo, o ano de 2019 na sua globalidade, também se apresentou como positivo pela tendência de melhoria nos principais indicadores económicos e operacionais das nossas unidades.

Em súmula, acreditamos que o nosso sucesso advém muito da vigorosa dinâmica que todos os dias colocamos nas nossas operações e da motivação, profissionalismo e entrega das nossas equipas, numa matriz que prima por um acompanhamento muito próximo que privilegia a otimização dos recursos.

Por tudo isto, toda a equipa está alinhada em manter o rumo de crescimento que temos vindo a consolidar.
A nossa confiança neste crescimento sólido e sustentado é suportada nos contratos que temos hoje em carteira, no

Mais de 3 mil milhões de euros de contratos em carteira para realizar nos próximos anos

somatório de todo o nosso portefólio de negócios nos vários setores de atividade, que ascende a mais de 3 mil milhões de euros, já assegurados para os próximos anos. No setor dos serviços de engenharia de infraestruturas de redes de Telecomunicações e Energia, os negócios em carteira são de 2,4 mil milhões de euros, comprometidos com os principais operadores europeus nas telecomunicações, eletricidade e gás na Europa. Na área da Indústria, o volume de negócios contratado é superior a 300 milhões de euros, com uma forte componente assente nas unidades do Grupo Vista Alegre. No setor da construção e turismo, o Grupo Visabeira assegura, desde já, uma carteira de negócios de 150 milhões de euros, a que se somam outros 150 milhões provenientes de negócios em África.

Apesar dos tempos de enorme incerteza que atravessamos em todo o mundo, desde início do ano de 2020, estamos convictos que esta carteira de negócios, especialmente suportada em serviços tão importantes e essenciais para todas as pessoas, como as telecomunicações e energia, o Grupo Visabeira demonstrará a sua forte resiliência, cumprindo o seu papel determinante no dinamismo económico e social, criando as condições necessárias para assegurar o emprego e a geração de valor indispensável ao crescimento económico.

O Grupo Visabeira é feito por pessoas e para pessoas. A cada um dos nossos colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros financeiros, demais entidades e acionistas que, cada um do seu modo, contribuíram para este caminho de sucesso, a todos e a cada um em particular, o nosso especial reconhecimento.

Para fechar reafirmamos o nosso compromisso muito focado em tudo continuarmos a fazer para consolidar um Grupo mais robusto, equilibrado e melhor preparado para os desafios futuros. Desafios cada vez mais cruciais, obrigando todos, a alcançar níveis de profissionalismo, competência e dinamismo cada vez mais exigentes.



O mercado europeu já vale mais de

88%

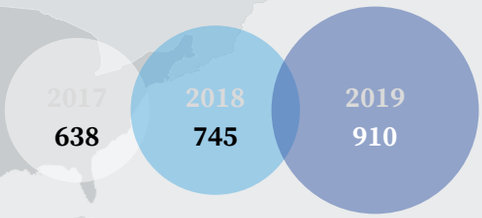
do total de volume de negócios

2019 EM NÚMEROS

GRUPO VISABEIRA

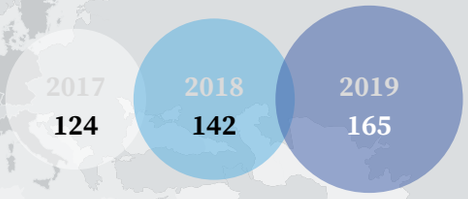
VOLUME DE NEGÓCIOS

910 M€



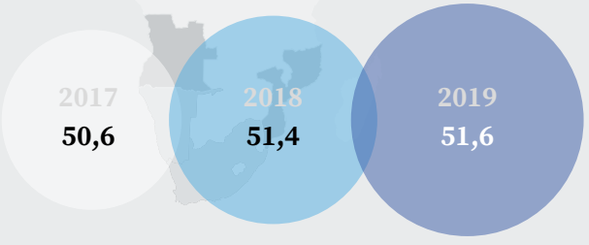
EBITDA

165 M€



RESULTADO LÍQUIDO

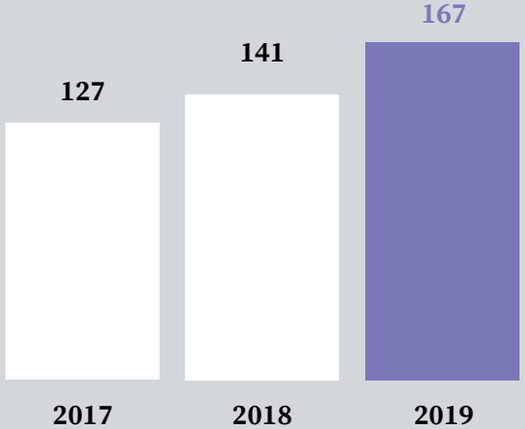
51,6 M€



VISABEIRA INDÚSTRIA

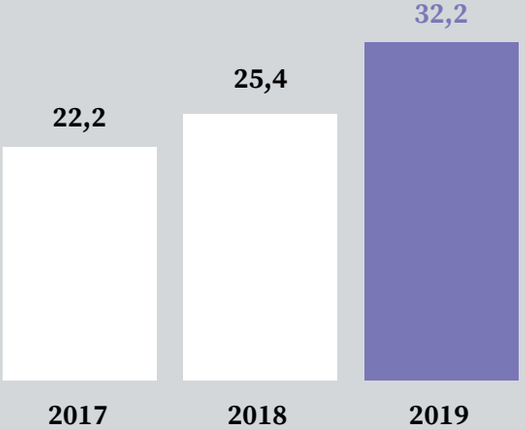
VOLUME DE NEGÓCIOS

167 M€



EBITDA

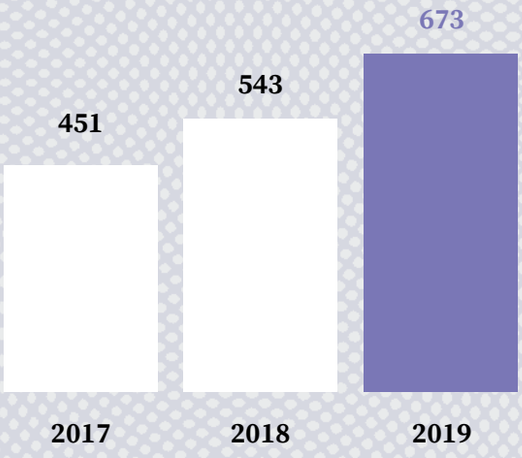
32,2 M€



VISABEIRA GLOBAL

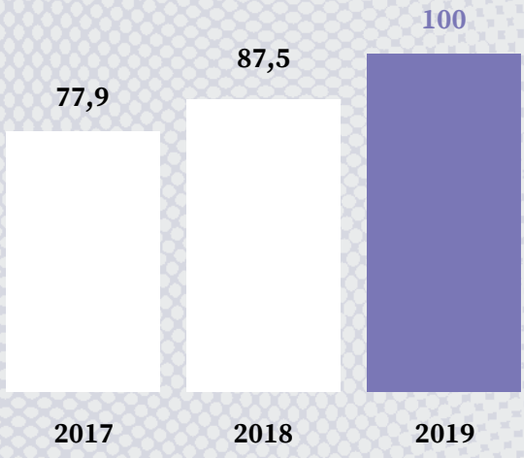
VOLUME DE NEGÓCIOS

673 M€



EBITDA

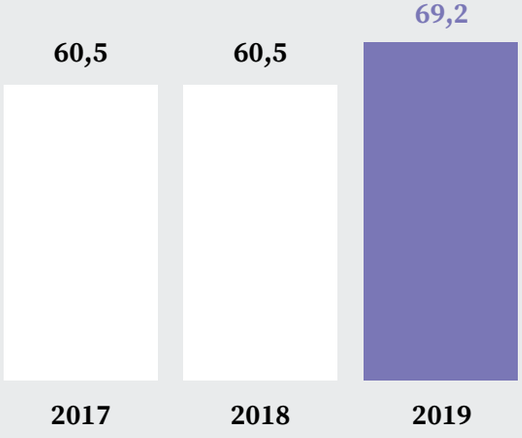
100 M€



VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS*

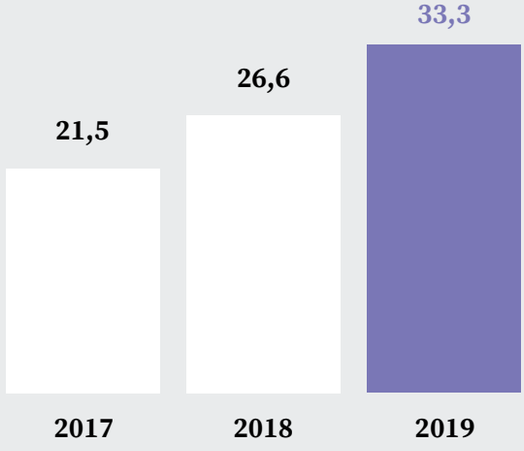
VOLUME DE NEGÓCIOS

69,2 M€



EBITDA

33,3 M€



* Não inclui a sociedade Grupo Visabeira S.A.

PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES

GRUPO VISABEIRA

99,45%

0,55%

Outros acionistas

VISABEIRA GLOBAL

100%

EUROPA

Portugal	
Constructel Europe	100,00%
Viatel	99,29%
PDT	99,29%
Visabeira	60,00%
Edivisa	100,00%
Real Life Technologies	65,00%
Naturenergia	100,00%
Visacasa	100,00%
Iutel	99,24%
Field Force Atlântico	100,00%
Aeroprotechnik	51,00%
Beiragás	23,55% a)
França	
Constructel	99,28%
Constructel Energie	94,88%
Escotel	99,28%
Gatel	99,28%
SCI Constructel	99,28%
Reino Unido	
MJ Quinn	99,28%
Quinn Constructel	99,28%
Bélgica	
Constructel Modal	79,43%
Modal Installation	79,43%
Cabling Station	79,43%
Constructel Bélgica	99,28%
Itália	
Ieme	99,28%
Constructel Itália	99,64%
Alemanha	
Constructel GmbH	99,46%
Constructel Bau	99,46%
Dinamarca	
Constructel Dinamarca	99,29%
Toft Hansen	99,29%
Suécia	
Constructel Sweden	99,73%

ÁFRICA

Angola	
TVCabo Angola	50,00%
Comatel	100,00%
Edivisa	100,00%
Vista Power	50,00% a)
Moçambique	
TVCabo Moçambique	50,00%
Televisa	50,00%
Sogitel	90,00%
Hidroáfrica	96,34%
Selfenergy	79,60%
Real Life Academy	65,70%
Real Life Moçambique	65,70%
Electrotec	49,00% a)

ÁSIA

Índia	
Birla Visabeira	49,00% a)

VISABEIRA INDÚSTRIA

100%

EUROPA

Portugal	
Vista Alegre Atlantis SA	85,60%
Ria Stone	85,60%
Pinewells	100,00%
Ambitermo	51,00%
Cerutil	85,60%
Mob	97,77%
Bordalo Pinheiro	73,74%
Granbeira	98,75%
Bordalgest	85,60%
Vista Alegre I.I.	85,60%
Vista Alegre Atlantis SGPS	85,60%
Faianças da Capôa	85,60%
Cerexport	85,60%
Granbeira II	100,00%
Rodinerte	50,00%
Besconsigo	50,00%
França	
Vista Alegre France	85,60%
Mob Cuisines	97,77%
Espanha	
Vista Alegre Atlantis Espanha	85,60%
Reino Unido	
Vista Alegre UK	85,60%

ÁFRICA

Angola	
Alamo	100,00%
Visaconstroi	99,95%
Moçambique	
Celmoque	100,00%
Vista Alegre Atlantis Moçambique	85,75%
Agrovisa	100,00%
Marmonte	80,00%
Marrocos	
Ambitermo Marrocos	51,00%

AMÉRICA

Brasil	
Vista Alegre Atlantis Brasil	76,97%
Estados Unidos da América	
Vista Alegre Atlantis USA	85,60%
México	
México VA	85,60%

ÁSIA

Índia	
Shree Sharda Vista Alegre	42,80%

VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS

100%

EUROPA

Portugal		
Movida	99,96%	
Empreendimentos Montebelo	99,83%	
Visabeira Imobiliária SA	100,00%	
Ifervisa	100,00%	
VAA - Empreendimentos Turisticos	99,55%	
Zambeze	50,00%	
Troppo Squisito	84,85%	
Mundicor	100,00%	
Visabeira House	100,00%	
Visabeira Saúde	100,00%	
Visabeira Imobiliária SGPS	100,00%	
Visabeira Serviços SGPS	100,00%	
Creative Shots	98,65%	
Gesvisa	99,87%	
Parque Desportivo de Aveiro	54,57%	
Doutibelo	20,00%	a)
Sem Amarras	20,00%	a)
Gevisar	30,00%	a) b)
Espanha		
Visabeira Espanha	61,00%	

ÁFRICA

Angola		
Visauto	100,00%	
Angovisa	70,00%	
Mercury	100,00%	
Catari Angola	50,00%	
Visabeira Angola	99,90%	
Ambitermo Angola	99,00%	
Moçambique		
Turvisa	100,00%	
Martifer Visabeira	50,00%	
Mercury	100,00%	
Imovisa	49,00%	
Combustíveis do Songo	99,00%	
Vibeiras Moçambique	64,43%	
Visaqua	51,00%	
Autovisa	100,00%	
Visabeira Moçambique	100,00%	
Inhambane	80,00%	
Imobiliária Panorama	70,00%	
Milibangalala	70,00%	
Soginveste	70,00%	
Zambeze Village	63,00%	
Visa House	40,00%	a)

a) Consolidação pelo Método Equivalência Patrimonial.
b) Participação detida diretamente pelo Grupo Visabeira.

GRUPO VISABEIRA

Conselho de Administração	
Presidente	**Fernando Campos Nunes**
Vice-Presidente	**Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques**
Vogais	João Manuel Pisco de Castro
	Alexandra da Conceição Lopes
	António José Monteiro Borges
	António Jorge Xavier da Costa
Comissão Executiva	
Presidente	**Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques**
Vogais	João Manuel Pisco de Castro
	Alexandra da Conceição Lopes
	António José Monteiro Borges
	António Jorge Xavier da Costa
Conselho Fiscal	
Presidente	**Alberto Henrique de Figueiredo Lopes**
Vogais	Ricardo Jorge Pinto Dias
	João Carlos Monteiro de Macedo
ROC	**Rui Manuel da Cunha Vieira**
	Em representação da Ernst & Young,
	Audit & Associados – SROC, S.A.
Assembleia Geral	
Presidente	**Leopoldo de Sousa Camarinha**
Secretária	Marta Albuquerque Santos

Fernando Campos Nunes
Presidente do Conselho de Administração



Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva



João Manuel Pisco de Castro
Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva



Alexandra da Conceição Lopes
Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva



António José Monteiro Borges
Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva



António Jorge Xavier da Costa
Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva



VISABEIRA GLOBAL SGPS, S.A.

Conselho de Administração

Presidente	**João Manuel Pisco de Castro**
Vice-Presidente	**Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques**
Vogais	António José Monteiro Borges Luís Filipe Monteiro Marques José Paulo Gomes Tomás da Costa Fernando Tenreiro Marques Alexandra da Conceição Lopes António Carlos Ferreira Rocha Perpétua Jorge Manuel Ferreira Guimarães Sousa

Comissão Executiva

Presidente	**Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques**
Vice-Presidente	**António José Monteiro Borges**
Vogais	Luís Filipe Monteiro Marques José Paulo Gomes Tomás da Costa Fernando Tenreiro Marques Alexandra da Conceição Lopes António Carlos Ferreira Rocha Perpétua Jorge Manuel Ferreira Guimarães Sousa

ROC	**Rui Manuel da Cunha Vieira** ou Sandra Sousa Amorim Em representação da Ernst & Young, Audit & Associados – SROC, S.A. Pedro Jorge Monteiro da Silva e Paiva Suplente

Assembleia Geral

Presidente	**Leopoldo de Sousa Camarinha**
Secretária	Marta Albuquerque Santos

João Manuel Pisco de Castro
Presidente do Conselho de Administração



Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva



António José Monteiro Borges
Membro do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva



Luís Filipe Monteiro Marques
Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva



Jorge Manuel Ferreira Guimarães Sousa
Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva



António Carlos Ferreira Rocha Perpétua
Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva



Alexandra da Conceição Lopes
Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva



José Paulo Gomes Tomás da Costa
Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva



Fernando Tenreiro Marques
Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva



ÓRGÃOS SOCIAIS

VISABEIRA INDÚSTRIA SGPS, S.A.

Conselho de Administração

Presidente	**Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques**
Vogais	João Manuel Pisco de Castro
	Alexandra da Conceição Lopes
	Paulo Alexandre Rodrigues Ferraz

ROC	**Rui Manuel da Cunha Vieira** ou Sandra Sousa Amorim Em representação da Ernst & Young, Audit & Associados – SROC, S.A. Pedro Jorge Monteiro da Silva e Paiva Suplente

Assembleia Geral

Presidente	**Leopoldo de Sousa Camarinha**
Secretária	Marta Albuquerque Santos

Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques
Presidente do Conselho de Administração



João Manuel Pisco de Castro
Membro do Conselho de Administração



Alexandra da Conceição Lopes
Membro do Conselho de Administração



Paulo Alexandre Rodrigues Ferraz
Membro do Conselho de Administração



VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS SGPS, S.A.

Conselho de Administração

Presidente	**João Manuel Pisco de Castro**
Vogais	Jorge Manuel Esteves Costa
	Alexandra da Conceição Lopes
	Cristina Isabel Sousa Lopes
	José Eduardo Arimateia Antunes
	Paulo Alexandre Rodrigues Ferraz

Comissão Executiva

Presidente	**Jorge Manuel Esteves Costa**
Vogais	Alexandra da Conceição Lopes
	Cristina Isabel Sousa Lopes
	José Eduardo Arimateia Antunes
	Paulo Alexandre Rodrigues Ferraz

ROC

Rui Manuel da Cunha Vieira
ou Sandra Sousa Amorim
Em representação da Ernst & Young, Audit & Associados – SROC, S.A.
Pedro Jorge Monteiro da Silva e Paiva
Suplente

Assembleia Geral

Presidente	**Leopoldo de Sousa Camarinha**
Secretária	Marta Albuquerque Santos

João Manuel Pisco de Castro
Presidente do Conselho de Administração da Comissão Executiva



Jorge Manuel Esteves Costa
Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva



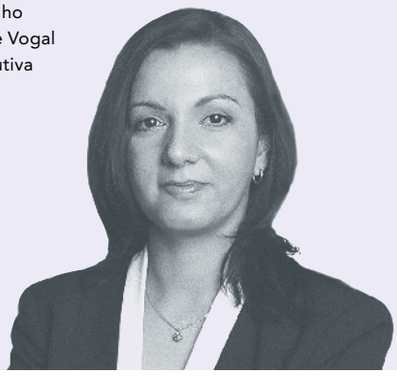
Cristina Isabel Sousa Lopes
Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva



Paulo Alexandre Rodrigues Ferraz
Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva



Alexandra da Conceição Lopes
Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva



José Eduardo Arimateia Antunes
Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva



GRUPO VISABEIRA
Escritórios da sede do Grupo Visabeira localizados no Palácio do Gelo Shopping, em Viseu.



Análise dos resultados consolidados

Enquadramento macroeconómico

Como nota inicial será importante referir que o texto abaixo, inserido neste capítulo, foi escrito antes do alastrar mundial da pandemia da Covid-19. Foi entendimento da empresa manter este texto na medida em que continha informação relevante sobre quais eram as perspetivas futuras iniciais relativas à envolvente macroeconómica de 2020. O impacto desta pandemia foi desenvolvido no ponto dos eventos subsequentes.

Em 2019, o clima de crescente tensão comercial, o Brexit, a diminuição da procura privada, os investimentos prejudicados pela incerteza, levaram a que a previsão para o crescimento mundial se fixe nos 2,9%, tornando-se assim no nível mais baixo de crescimento da economia mundial, desde a Grande Recessão de 2008 e quase meio ponto abaixo da média dos últimos 5 anos. A OCDE vê com muita preocupação o facto de achar que esta desaceleração não se deve a um "choque cíclico", mas antes a mudanças estruturais que os governos continuam sem realizar, nomeadamente aspetos como a mudança climática e a digitalização e também o fato de "a política comercial e a geopolítica se estarem a separar da ordem multilateral da década de 1990".

Esta desaceleração começa a ser preocupante. Nas grandes economias ela será especialmente brusca na zona euro, que passará de um crescimento de quase 2% em 2018, para 1,2% em 2019 e 1,1% em 2020, afetada principalmente pelos seus dois principais polos industriais, Alemanha e Itália – "em boa medida como reflexo da maior dependência do comércio internacional" - e nos EUA que passará de um crescimento a rondar os 3% em 2018, para 2,3% em 2019 e 2% em 2020, apesar do movimento em geral positivo do consumo.

O crescimento da economia da União Europeia (UE) deverá ter atingido em 2019 os 1,1%, com uma previsão de 1,2% para 2020 (segundo o Banco Central Europeu – BCE). Para tentar reaquecer a economia o BCE anunciou em setembro duas medidas de estímulo, nomeadamente a redução em 0,5% da taxa de juros cobrada aos bancos e o anúncio da retoma de compra de títulos da dívida da zona euro a um ritmo de 20 mil milhões de dólares por mês a partir de novembro de 2019. A inflação terá atingido os 1,2%. Como já referido, a zona euro foi afetada principalmente pelos seus dois principais polos industriais, Alemanha e Itália. Já em Julho de 2019 se anunciava que a produção industrial tinha recuado 2% na zona euro face ao mesmo mês de 2018. Face a Julho de 2018, a Estónia (-5,4%), a Alemanha (-5,3%), a Roménia (-5,2%) e Portugal (-3,4%) foram os países que registaram as maiores quebras na produção industrial, com a Hungria (8,7%), a Dinamarca e a Lituânia (5,1% cada) a registarem os maiores avanços.

A Alemanha com uma queda de 0,1% no PIB abriu as portas para uma potencial recessão depois de uma década de crescimento praticamente ininterrupto. A desaceleração do comércio exterior é apontada como detonador da situação. Assim a maior economia europeia vê-se prejudicada pela guerra comercial entre os EUA e China e pelo Brexit (a incerteza de planeamento devido à indecisão em torno da saída do Reino Unido da União Europeia leva a que os investimentos recuem prejudicando tanto a economia europeia quanto a britânica. O Brexit afeta negativamente as cadeias de valor europeias, tornando o comércio na Europa mais caro e as relações económicas com o resto do mundo mais atraentes.

Em Portugal, segundo a previsão do Banco de Portugal a economia portuguesa atingiu em 2019 um crescimento de 2% (2,4% em 2018). Portugal continuou em 2019 em expansão pelo sexto ano consecutivo, mas a um ritmo inferior ao observado no passado recente. A razão para o abrandamento em relação a 2018 estará "no menor contributo das exportações, num quadro de crescimento mais fraco do comércio mundial e da procura externa dirigida à economia portuguesa", aponta o BdP. É um cenário que encontra explicação no facto de as economias que constituem os mercados principais para as empresas exportadoras portuguesas, como a Espanha ou a Alemanha, terem registado uma forte desaceleração. O consumo privado deverá ter crescido 2,3% em 2019, uma evolução mais moderada do que a observada no ano anterior (3,1%), refletindo a evolução do consumo corrente e dos gastos em bens duradouros.

No conjunto do ano, a economia portuguesa prevê-se ter apresentado uma capacidade de financiamento, medida pelo saldo da balança corrente e de capital, equivalente a 0,5% do PIB, um valor inferior ao do ano anterior (1,4% do PIB). Esta evolução reflete a deterioração da balança de bens e serviços.

O emprego continuou a crescer mas a um ritmo menor (deverá aumentar 0,9%, ou seja, menos 1,4 p.p. do que no ano anterior), enquanto a taxa de desemprego terá observado uma ligeira redução para os 6,4% (7% em 2018), prolongando a trajetória de descida observada desde 2013, refere o BdP. A tendência a nível dos salários foi para acelerar, num contexto de redução dos recursos disponíveis no mercado de trabalho.

A inflação, medida pela taxa de variação do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), deverá situar-se em 0,4% em 2019, o que compara com 1,2% no ano passado

O Banco de Portugal (BdP), no seu relatório de outubro de 2019, identificou quatro grandes riscos para a evolução da economia portuguesa nos próximos anos. Em primeiro lugar, a possibilidade de uma desaceleração mais acentuada da atividade económica nos principais mercados para as exportações portuguesas. Depois, com efeito negativo também nas exportações, o banco teme um cenário de intensificação das tendências protecionistas no comércio internacional.

Grupo Visabeira

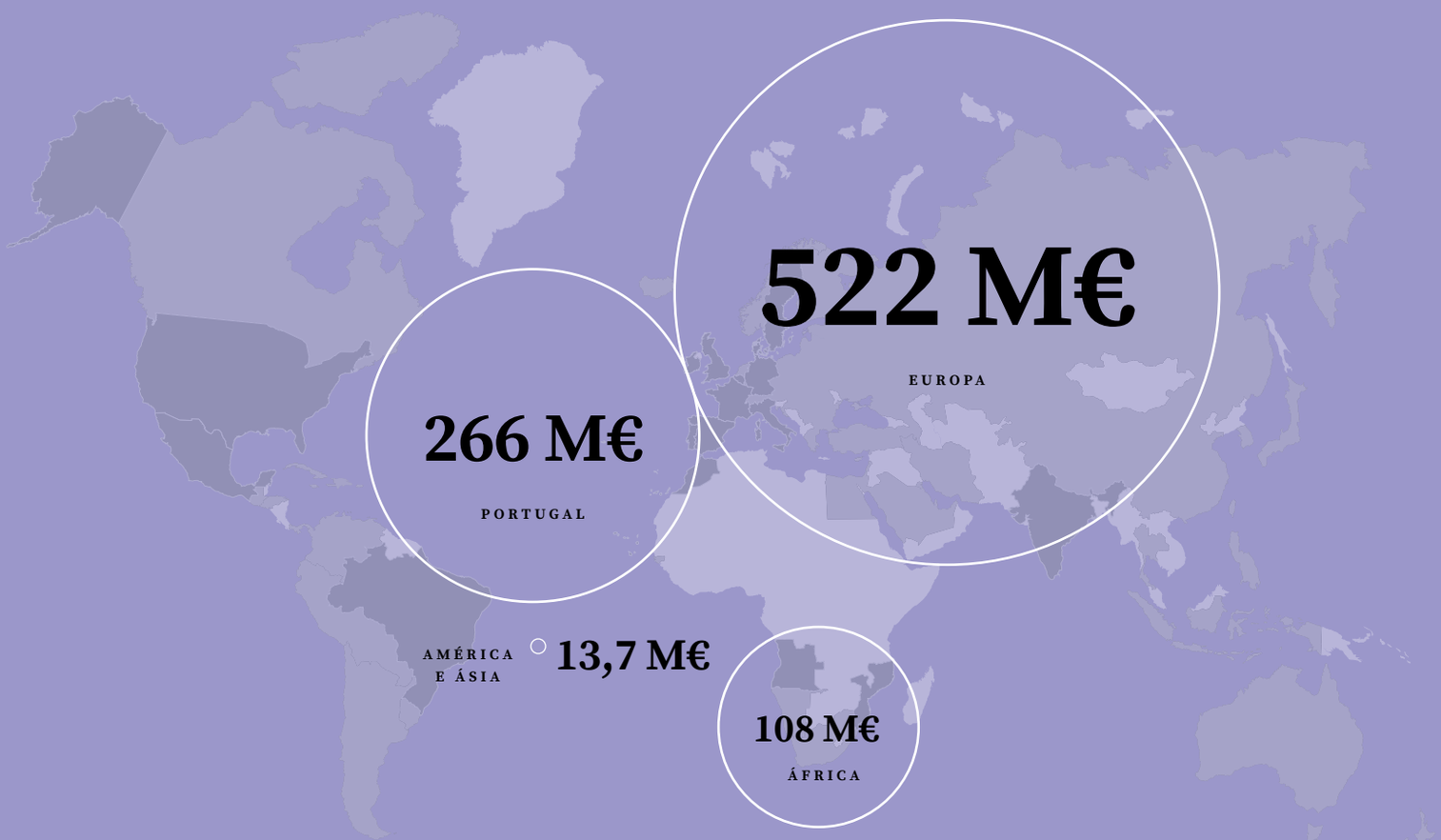
910 M€

Volume de Negócios

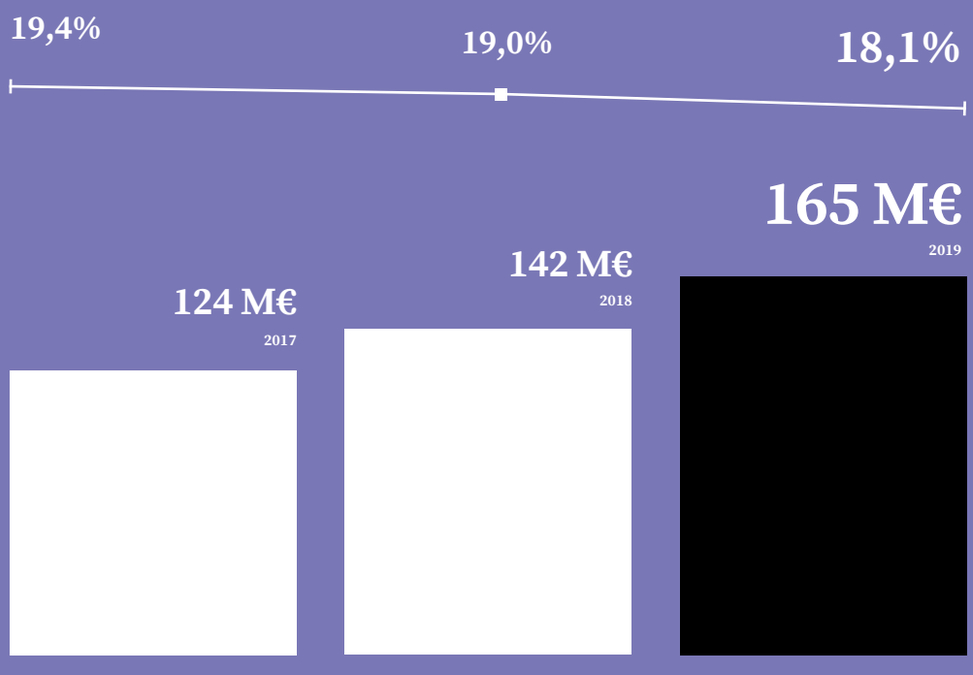
Indicadores consolidados	2019	2018	Var YoY
Volume de negócios	910	745	22%
EBITDA	165	142	16%
Margem EBITDA	18,1%	19,0%	-0,9 pp
Resultado operacional recorrente*	102,0	99,7	2%
Margem operacional	11,2%	13,4%	-2,2 pp
Resultado líquido	51,6	51,4	0%
Investimento líquido	75,5	89,3	-15%
Dívida	775	707	10%
Inventários	111	110	1%
Ativos fixos (incluindo prop. de investimento e *goodwill*)	1.371	1.115	23%

*Resultado operacional excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento e das provisões.

VOLUME DE NEGÓCIOS



EBITDA E MARGEM



Resultados

O Grupo Visabeira atingiu no decorrer do exercício de 2019, um volume de negócios consolidado de 910 milhões de euros, que representa um crescimento de 22,1% face ao ano anterior, com um EBITDA de 165 milhões de euros, que resulta em 16,5% de crescimento face ao período homólogo, atingindo por isso novamente valores históricos no universo do Grupo. Acompanhando este crescimento, o resultado operacional atingiu 102 milhões de euros, valor superior relativamente ao atingido no ano de 2018, onde este se fixou nos 99,7 milhões de euros, resultando num crescimento de 2,2%. O resultado líquido fixou-se nos 51,6 milhões de euros.

O Grupo Visabeira, continua a crescer nos mercados externos, atingindo no ano de 2019 os 71% de volume de negócios nos mercados internacionais, que resultou num crescimento de 3 p.p. relativamente ao período homólogo. Este aumento da atividade nos mercados externos é resultado da crescente aposta, que o Grupo tem vindo a realizar, nos diversos mercados internacionais, nomeadamente na Europa, onde se verificou a contínua aposta nas suas atividades core – prestação de serviços de telecomunicações, eletricidade e gás – para os principais operadores e o reforço da sua posição nestes mercados.

Em resultado disso, o mercado europeu continua a ser o mais importante para o Grupo, o volume de negócios não-doméstico, na Europa, aumentou 33%, atingindo 522 milhões de euros em 2019. Os países do mercado europeu com maior significância no volume de negócios consolidado do Grupo Visabeira são França (48,8%), Reino Unido (25,1%), Bélgica (6,3%) e Itália (5,2%).

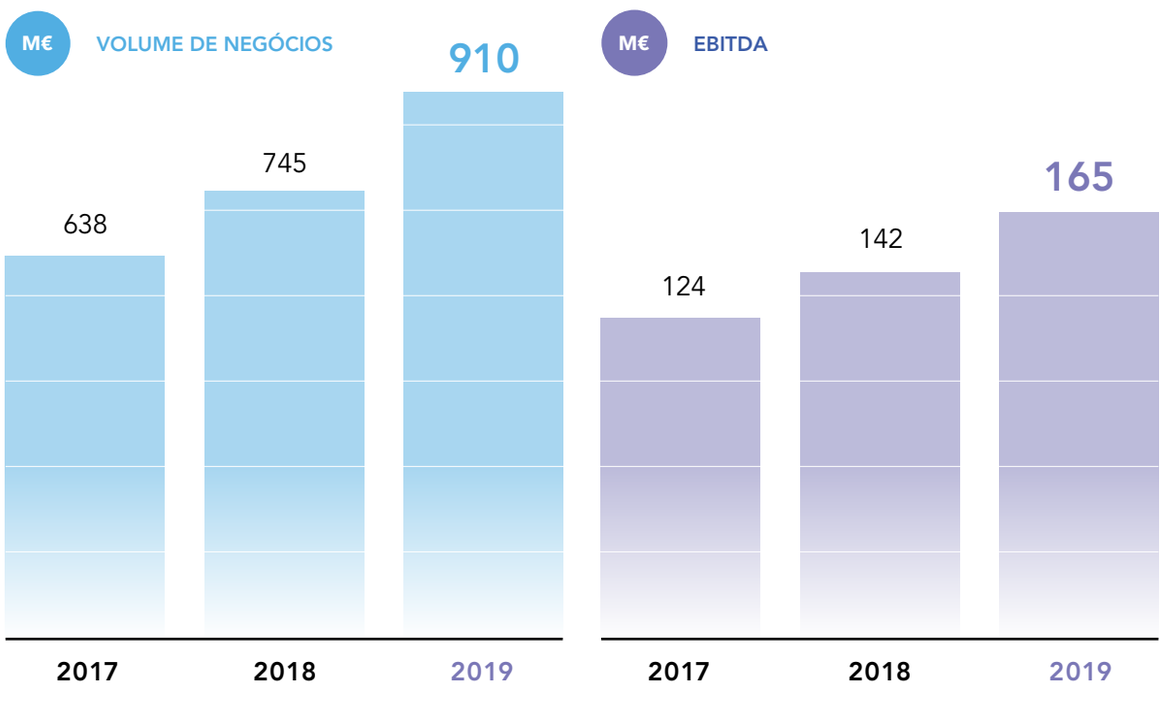
A Constructel, com o objetivo de continuar a reforçar a sua presença em novos países no mercado europeu, adquiriu no início de 2019 a empresa Toft Hansen, empresa a operar no setor das telecomunicações na Dinamarca, com reconhecida qualidade e competência nos trabalhos que executa. Esta empresa contribuiu em 2019, para o volume de negócios consolidado do Grupo Visabeira, com 2,6 milhões de euros, com 715 mil euros para o EBITDA e ainda 500 mil euros para o resultado líquido. No que diz respeito ao mercado africano, em 2019, Angola e Moçambique representaram 108 milhões de euros do total do volume de negócios do Grupo Visabeira tendo o negócio em Angola sido afetado pela fortíssima desvalorização cambial do kwanza face ao euro. Caso não tivesse ocorrido a desvalorização cambial o volume de negócios atingiria os 921 milhões de euros, o que representaria um crescimento de 22,1% face ao ano anterior.

A Visabeira Global registou um volume de negócios de 673 milhões de euros e um EBITDA de 100 milhões de euros. Assim, mantém-se, tal como se tem verificado nos últimos anos, como a área de negócios com maior peso no Grupo Visabeira, representando 73,9% do volume de negócios e 60,9% do EBITDA. Face ao período homólogo, destaca-se nesta área o crescimento de 23,9% de volume de negócios e 14,7% de EBITDA, o que demonstra uma boa performance operacional nas atividades da Visabeira Global, nomeadamente as atividades de serviços de engenharia de redes de telecomunicações, eletricidade e gás tanto a nível nacional como internacional, assim como nas operações próprias de televisão por cabo, em Angola e Moçambique.

A Visabeira Indústria atingiu os 167 milhões de euros, representando um aumento de 18,6% face a 2018, contribuindo com 18,3% para o volume de negócios consolidado do Grupo Visabeira. O EBITDA alcançou os 32,2 milhões de euros, resultando num crescimento de 19,5% face a 2018. A margem EBITDA teve uma evolução positiva, passando de 18,1% em 2018 para os 19,4%. Destaque para a Vista Alegre que atingiu em 2019, os 120 milhões de euros de volume de negócios, o que representa um crescimento de cerca de 21,3% face ao período homólogo, tendo o resultado líquido continuado a evoluir positivamente, com um crescimento de 8,6% face a 2018, atingindo os 7,9 milhões de euros.

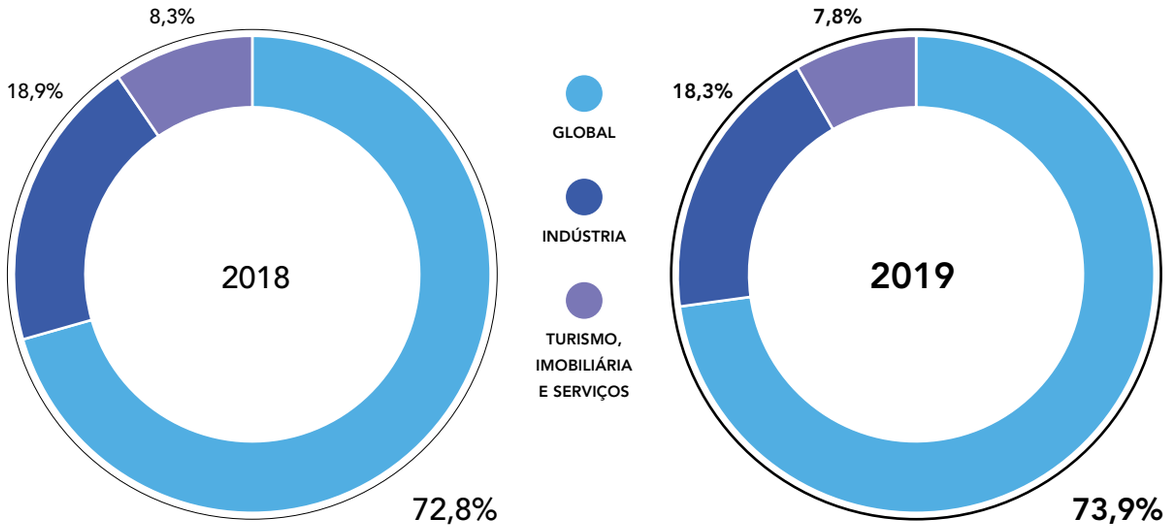
A Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços registou um volume de negócios de 71 milhões de euros (incluindo o Grupo Visabeira S.A.), o que representa cerca de 7,8% do volume de negócios total do Grupo. O EBITDA desta área fixou-se nos 33,3 milhões de euros em 2019 contra os 26,6 milhões de euros em 2018, um crescimento de 25,2%.

GRUPO VISABEIRA



VOLUME DE NEGÓCIOS POR ÁREA DE ATIVIDADE

%



EVOLUÇÃO MÉDIA ANUAL

%

	2009 / 2019	2018 / 2019
Volume de negócios agregado 1.050 milhões de euros	7%	35%
Volume de negócios consolidado 910 milhões de euros	8%	22%
Mercados externos 71%	3,5 pp	3 pp
EBITDA 165 milhões de euros	12%	16%
Margem EBITDA 18,1%	0,5 pp	-0,9 pp
Produtividade 33 milhares de euros	1%	9%
Número médio de trabalhadores 12.014	6%	9%

Balanço

No decorrer de 2019, os ativos do Grupo aumentaram para 1.938 milhões de euros, face aos 1.695 milhões de euros em 2018. Destaque para o contínuo investimento estratégico na área da Global, para a expansão da atividade internacional, nomeadamente com a aquisição da empresa Toft Hansen, empresa dinamarquesa com reconhecida qualidade e competência, a operar na área das telecomunicações.
No exercício de 2019, os ativos não correntes representaram mais de 75% do total de ativos.
Durante o ano, o investimento em ativos fixos tangíveis foi de 68 milhões de euros, onde se destacam os investimentos efetuados pelo Grupo Vista Alegre, em cerca de 23,9 milhões de euros, destinados à ampliação e remodelação das suas instalações da Ria Stone e ainda para a aquisição e instalação de novos fornos nos segmentos do cristal e da porcelana. Destacam-se ainda os investimentos em Angola e Moçambique, por parte da TVCabo Angola e TVCabo Moçambique, com 10,6 milhões de euros e 3,4 milhões de euros, respetivamente, investimentos esses que foram realizados na expansão da cobertura de rede daquelas operadoras.
Importa referir o investimento financeiro destinado à aquisição da Toft Hansen, empresa que presta serviços na área das telecomunicações. Esta aquisição permitiu ao Grupo reforçar a sua posição no mercado Dinamarquês.

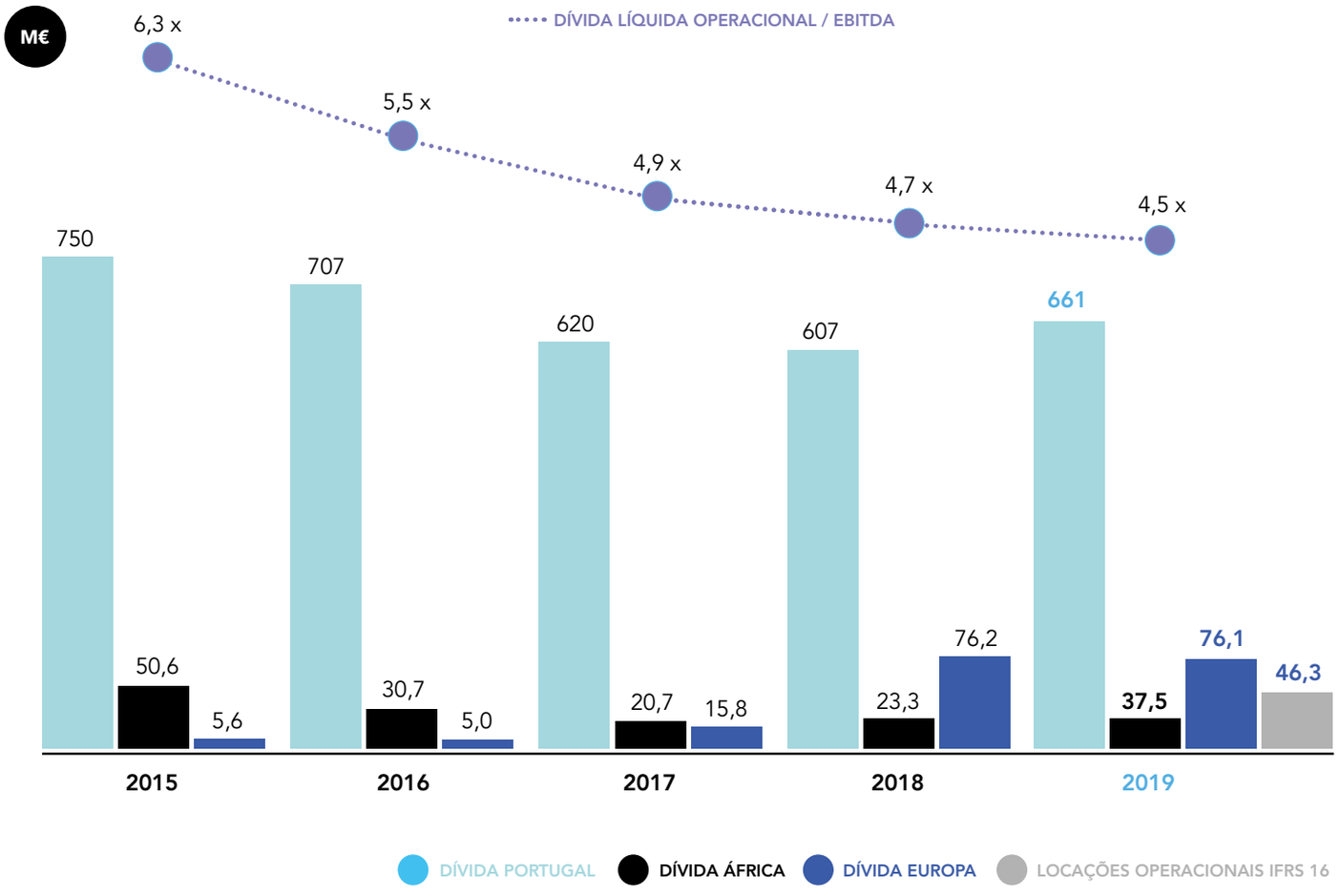
As propriedades de investimento situaram-se em 436 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 9,4 milhões de euros em consequência do aumento do valor do Palácio do Gelo Shopping e da alienação do Edifício Hospitalar.
Durante o exercício de 2019, o Grupo Visabeira procedeu também à alienação de 2,7 milhões de ações que detinha da Pharol. A alienação destas ações, conjugada com a desvalorização do seu preço durante o ano de 2019, contribuíram para uma diminuição de cerca de 1,2 milhões de euros dos ativos financeiros registados ao justo valor através do rendimento integral.
O capital próprio do Grupo, incluindo interesses minoritários, melhorou 17,7% em 2019, sendo penalizado pelas reservas de conversão cambial que tiveram um impacto negativo de cerca de 16,6 milhões de euros, justificado em grande parte pela desvalorização do kwanza. Assim, o rácio de autonomia financeira fixou-se nos 25,3%. Apesar do aumento da dívida financeira em 67,8 milhões de euros, em parte devido à contratação de um empréstimo obrigacionista pela Vista Alegre, durante o ano de 2019, destaque para o rácio da Dívida Líquida Operacional / EBITDA que se fixou-se nos 4,5x, uma descida de 0,2x face a 2018.

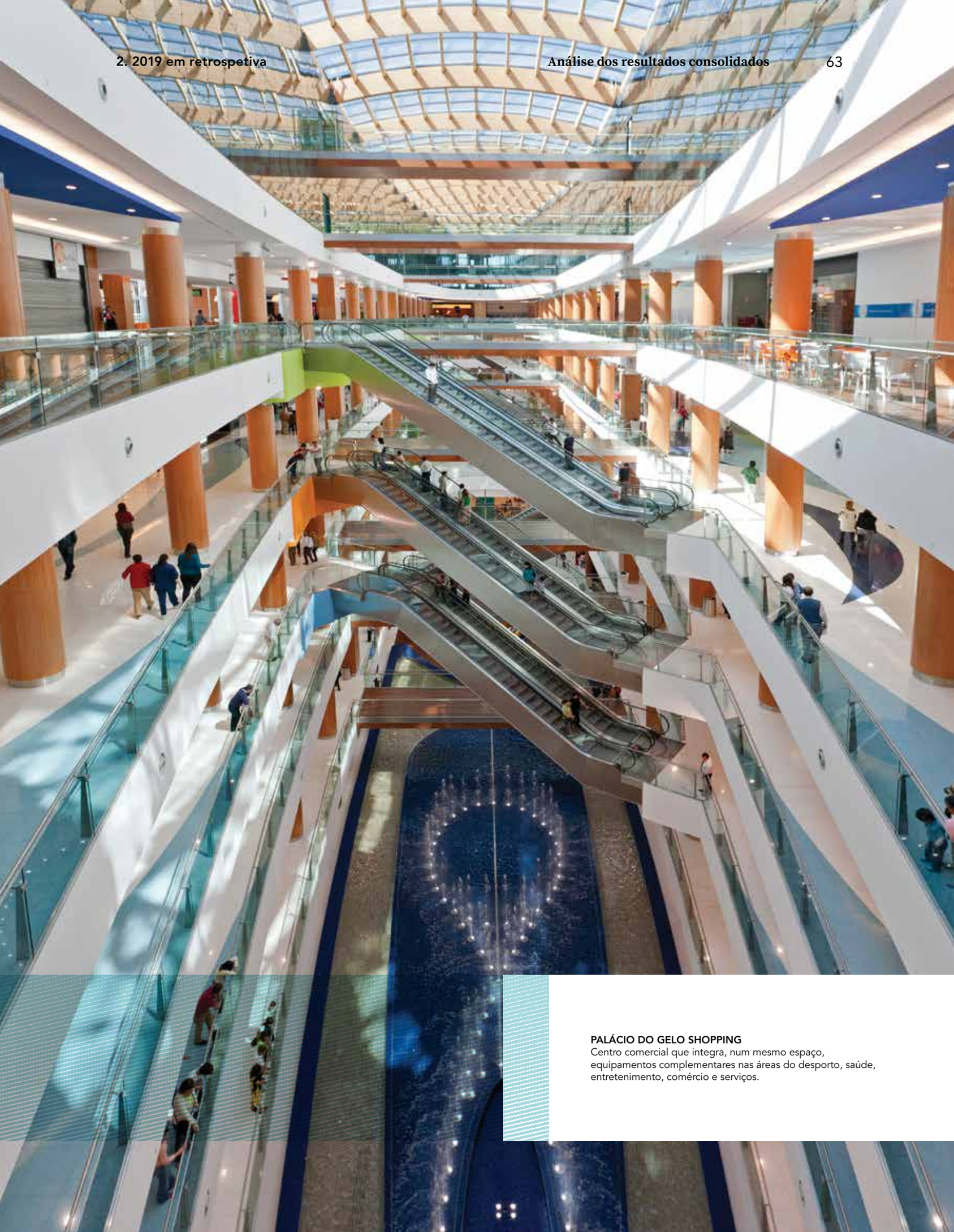
VALORES CONSOLIDADOS

M€

	2019	2018
Dívida Total (Leasings + Financiamento)	775	707
Locações Operacionais	46,3	-
Disponibilidades	-69,8	-41,1
Ativos financeiros disponíveis para venda	-7,3	-2,5
Total dívida líquida operacional	**744**	**663**
EBITDA	165	142
Dívida líquida operacional / EBITDA	4,5 x	4,7 x

DÍVIDA LÍQUIDA OPERACIONAL / EBITDA





PALÁCIO DO GELO SHOPPING
Centro comercial que integra, num mesmo espaço, equipamentos complementares nas áreas do desporto, saúde, entretenimento, comércio e serviços.

Investimentos

Os investimentos realizados em Portugal no ano de 2019 totalizam 36 milhões de euros, sendo que 6% foram na sub-holding Visabeira Global, 72% na sub-holding Visabeira Indústria e 22% na sub-holding Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços. No decorrer do ano, os investimentos mais relevantes na sub-holding Visabeira Global foram protagonizados pela Viatel e pela Visabeira. Os investimentos realizados por estas duas empresas representam cerca de 62% dos investimentos efetuados pelas empresas desta sub-holding, em Portugal, e dizem respeito essencialmente a equipamentos e ativos adequados às necessidades específicas de cada empresa e às respetivas atividades.

No investimento da Visabeira Indústria, destaca-se a Vista Alegre, com um investimento de 23,9 milhões de euros, valor que representa 93% do investimento realizado na Indústria, montante destinado essencialmente à modernização e expansão das instalações da Vista Alegre, Bordallo Pinheiro, Cerutil e Ria Stone.

Destacam-se os seguintes investimentos, por segmento:

· Grés Mesa: 4 milhões de euros
· Faiança: 7 milhões de euros
· Cristal: 7 milhões de euros
· Porcelana: 6 milhões de euros

Estes investimentos têm como primeiro objetivo potenciar o aumento de capacidade produtiva e uma maior eficiência operacional e a redução de custos, reforçando o posicionamento da Vista Alegre como detentora das fábricas tecnologicamente mais avançadas do mundo nos segmentos de mercado de cerâmica, cristal e vidro.

Relativamente à Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços, os principais investimentos foram concretizados pelos Empreendimentos Turísticos Montebelo, no valor de 5,3 milhões de euros, essencialmente na requalificação e melhoria dos espaços e ainda em novos espaços hoteleiros e de restauração, alguns já em atividade (Montebelo Lisbon Downtown Apartments, na rua da Prata) e outros com abertura de atividade para breve.

Na empresa VAA – Empreendimentos Turísticos, tal como no ano anterior, o investimento diz respeito à ampliação da oferta hoteleira no Aldeamento VAA (Bairro Operário).

PORTUGAL

€

	Valor	Investimento
Visabeira Global		
Viatel	699.787	Viaturas e Equipamentos
Visabeira	623.665	Viaturas e Equipamentos
Edivisa	525.952	Equipamento
Real Life	126.927	Viaturas e software
Visabeira Indústria		
Vista Alegre Atlantis	23.902.530	Ampliação, remodelações e equipamentos
Ambitermo	1.072.298	Amplicação e equipamentos
Pinewells	660.455	Remodelações e quipamentos
Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços		
Empreedimentos Montebelo	5.325.344	Reconstrução, requalificação e melhoria de espaços Novos hotéis
VAA Empreendimentos Turísticos	868.233	Aldeamento VAA (Bairro Operário)
Troppo Squisito	834.011	Troppo Squisito Ristorante
Movida	547.123	Remodelações e equipamentos
Outras empresas	698.219	
TOTAL	35.884.545	

Os investimentos realizados nos mercados externos incidiram maioritariamente nos principais países onde o Grupo Visabeira se encontra presente, nomeadamente em França, representando 34% (10,9 milhões de euros), Angola, representando 34% (10,8 milhões de euros) e Moçambique, representando 26% (8,3 milhões de euros).
No mercado francês, o investimento foi levado a cabo essencialmente pela Constructel, com cerca de 8,7 milhões de euros (88% do investimento em França) sendo este investimento destinado essencialmente à aquisição de viaturas e equipamentos necessários ao desempenho da atividade por parte da empresa.
Todas as restantes empresas sediadas em França efetuaram também investimentos com o objetivo de dotar os seus colaboradores de viaturas e equipamentos essenciais à atividade.
Na Bélgica, o investimento foi de cerca de 0,6 milhões de euros, que tal como em França, foi destinado a aquisição de viaturas e equipamentos essenciais para a atividade das empresas.
No mercado angolano, é importante destacar a TVCabo Angola com um investimento de 10,6 milhões de euros (cerca de 98%). Neste contexto, sobressaem o investimento na construção de rede e em equipamentos. A empresa, cumprindo o seu alinhamento estratégico, apostou na expansão da sua área geográfica de intervenção, investindo na construção de rede nas zonas de maior crescimento urbanístico, nomeadamente na cidade de Luanda, a grande zona de crescimento por eleição, mas também noutras localizações como Huambo, Lubango, Lobito e Benguela.
No mercado moçambicano, os investimentos mais relevantes foram efetuados pela TVCabo, Milibangalala e Turvisa, com 3,4 milhões de euros, 3,0 milhões de euros e 1,3 milhões de euros, respetivamente. No investimento da TVCabo em Moçambique, destaca-se a construção de rede para expansão nas zonas de Maputo, Beira, Nampula, Tete e Pemba. Na Turvisa, o investimento foi efetuado na ampliação, remodelação e restauro das unidades hoteleiras já existentes no país, no sentido de consolidar as posições no mercado de cada uma das unidades hoteleiras.
No mercado Alemão, os investimentos da Constructel GmbH e da Constructel BAU, tal como as restantes empresas nos mercados europeus, foram em viaturas e equipamentos necessários para o desempenho da atividade.

Investimentos financeiros

O Grupo Visabeira, reforçando o crescimento nos seus mercados estratégicos e a expansão geográfica da sua atividade, durante 2019, através da sua subsidiária Constructel Dinamarca, adquiriu 100% da participação da empresa Toft Hansen ApS, na Dinamarca, empresa a operar no setor das telecomunicações, com reconhecida qualidade e competência nos trabalhos que executa.

INTERNACIONAL

€

	Valor	Investimento
Moçambique		
TVCABO	3.423.005	Construção e expansão de rede de cobertura
Milibangalala	2.956.794	Montebelo Milibangalala Bay Resort
Turvisa	1.345.221	Ampliação, remodelação e restauro nos diversos hotéis
Outros	592.850	
Angola		
TVCABO Angola	10.579.393	Construção e expansão de rede de cobertura
Comatel	165.021	Equipamentos
Outros	55.740	
França		
Constructel	8.729.143	Viaturas e Equipamentos
Constructel Energie	935.635	Viaturas e Equipamentos
Escotel	781.343	Viaturas e Equipamentos
Gatel	433.040	Viaturas e Equipamentos
SCI Constructel	12.666	Equipamentos
Bélgica		
Constructel Bélgica	291.840	Viaturas e Equipamentos
Constructel Modal	180.957	Equipamentos
Modal	101.707	Equipamentos
Cabling Station	25.180	Equipamentos
Alemanha		
Constructel GmbH	465.763	Viaturas e Equipamentos
Constructel Bau	34.199	Viaturas e Equipamentos
Outros países	1.024.301	
TOTAL	32.133.797	

Fatores de risco

O Grupo Visabeira coloca sempre na primeira linha da sua matriz de controlo o conjunto de riscos diversificados resultante das diversas áreas de negócio, e por isso assume como prioridade a gestão do risco de crédito e a proteção da sua tesouraria, reconhecendo, neste enquadramento, a importância do seguro de crédito como instrumento essencial, tanto no mercado interno como nos mercados externos.
Neste enquadramento, vem assumindo, desde sempre, a curial importância da adoção de uma gestão ativa dos diferentes riscos financeiros, com vista a minimizar os seus potenciais impactos negativos no cash flow, nos resultados e no valor da empresa. Por isso, permanentemente atento à primordial importância desta temática, o Grupo Visabeira promove uma rigorosa e proativa gestão desses riscos, com uma constante acutilância e formulando as medidas de cobertura mais adequadas a cada situação.
Com este contexto, o Grupo Visabeira tem plena consciência de que o sucesso das operações depende, de forma crítica, da mitigação e controlo dos riscos que podem significativamente afetar o conjunto dos seus ativos (equipamentos, qualidade de serviço, informação, instalações) e, com esta postura procura evitar pôr em risco os seus objetivos estratégicos.

Riscos de taxa de juro

No Grupo Visabeira, a exposição ao risco de taxas de juro advém essencialmente dos empréstimos obtidos, uma vez que as aplicações financeiras são normalmente contratadas por prazos curtos e os empréstimos concedidos às suas participadas são na sua maioria remunerados a uma taxa fixa. Consequentemente os impactos decorrentes de variações nas taxas de juro não afetam as contas de forma relevante.
O saldo da dívida financeira consolidada do Grupo Visabeira no final de Dezembro de 2019, foi contratado, maioritariamente, à taxa de juro indexada, sendo o principal indexante utilizado a Euribor, nas várias maturidades, para financiamentos nacionais, e a Libor para financiamentos em dólares, maioritariamente concedidos no estrangeiro. Com o objetivo de reduzir o risco de flutuação da taxa de juro, o Grupo emitiu, em 2018, um empréstimo obrigacionista a taxa fixa, no valor de 55 milhões de euros.
O Grupo Visabeira apresenta, à data da demonstração da posição financeira, posições em aberto classificadas como instrumentos de cobertura deste indexante, para 2,2 milhões de euros, contratado em 2015, com um valor mark to market de -25 mil euros, como segue:

Empresa	Descrição	Valor coberto	Tipo de operação	Maturidade média	Objetivo económico
Naturenergia, SA	*Swap* Euribor 3M	1.750.494	*Interest Rate Swap*	8 anos	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos

O justo valor de todos estes derivados encontra-se refletido na demostração da posição financeira, como segue:

Empresa		Valor de balanço 2019	Valor de balanço 2018
Naturenergia, SA	*Swap* Euribor (3M€)	-24.776	-29.881
TOTAL		**-24.776**	**-29.881**

A taxa Euribor, a três meses, iniciou, em Outubro de 2008, uma descida em consequência dos sucessivos cortes na taxa diretora do Banco Central Europeu, em resposta à crise financeira internacional, o que levou a que a mesma tenha registado uma tendência de queda ao longo dos últimos anos, atingindo em 2015 valores negativos. Esta tendência decrescente manteve-se até 2019, tendo o ano iniciado com o valor de -0,310%, e fixando-se no final do ano nos -0,383%. Com a Euribor em patamares muito baixos e com tendência estável no curto prazo, o Grupo Visabeira estima que os resultados decorrentes de variações deste indexante não terão impacto significativo nas suas contas no curto prazo.

Riscos de taxa de câmbio

O Grupo Visabeira, no âmbito das suas várias áreas de atividade, está sujeito aos riscos cambiais de transação e de transposição. A exposição ao risco de transação refere-se a alterações potenciais no valor de obrigações em aberto, devido a mudanças nas taxas de câmbio, entre a data de início e a data de liquidação e tem expressão nos resultados do exercício. A exposição ao risco cambial de transposição resulta da conversão para a moeda nacional das demonstrações financeiras das suas subsidiárias, cujos ativos e passivos estão denominados em divisas diferentes da moeda de relato das contas consolidadas - Euro - sendo refletidas, ao nível do capitail próprio, na rubrica de reservas de conversão cambial.
O Grupo detém ativos e passivos em dólares em diferentes geografias e subsidiárias, o que permite uma cobertura parcial do risco cambial face a essa moeda. Nos mercados externos, designadamente em Angola e Moçambique, as empresas locais importam do mercado europeu bens e serviços expressos em euros, faturando aos clientes em kwanzas e meticais, respetivamente. Estes mercados apresentam uma tendência histórica de desvalorização face às moedas "fortes" Euro e Dólar Americano. Em Moçambique, contudo, registou-se no último ano uma ligeira valorização de 0,24% do metical face ao dólar americano e de 2,09% do metical face ao euro. Em Angola, a taxa de câmbio oficial definida pelo Banco Nacional de Angola para o kwanza, desde o primeiro trimestre de 2016, manteve-se fixa até ao final de 2017. A moeda europeia passou a ser a referência para o mercado de Angola desde o início de 2017, por causa das restrições que afetaram os bancos correspondentes. O governo angolano iniciou em 2018 um processo conducente a uma desvalorização da moeda eliminando o peg face ao dólar, através de leilões limitados em volume e taxa de câmbio, controlados pelo BNA, no âmbito do Programa de Estabilização Macroeconómica. Em 2019, ocorreu uma Sessão Extraordinária do Comité de Política Monetária do BNA que veio introduzir novos objetivos no âmbito da reforma que vinha sendo levada a cabo onde o Banco Nacional de Angola decidiu, a partir de outubro de 2019, pela implementação de um regime de câmbio flutuante em que a taxa de câmbio é livremente definida pelo mercado, isto é, de acordo com a procura e oferta de moeda estrangeira. Em 2019, a moeda angolana acumulou uma depreciação de 53,20%, face ao euro, e de 56,26% para o dólar. Os resultados financeiros consolidados incorporam um impacto cambial negativo, com origem em Angola, de 21,7 milhões de euros. A expressão do ajustamento ao nível cambial ocorrido especialmente nos últimos dois anos reflete, em larga medida, as correções que se impunham, apesar de ainda se registar uma diferença na ordem dos 25% face ao nível que é praticado no mercado informal. Assim, poderá ainda em 2020 registar-se uma nova desvalorização da moeda, mas que não deverá ter a mesma expressão da já ocorrida. A economia angolana foi classificada em 2017 e 2018 como hiperinflacionada, sendo por isso necessário reexpressar o valor dos ativos das empresas angolanas.
Noutra geografia, a M.J. QUINN, empresa adquirida em 2018 e que opera no Reino Unido em infraestruturas de telecomunicações para a British Telecom, fatura em Libras Esterlinas, tem o custo dos fatores expresso essencialmente na mesma moeda, pelo que não está exposta a riscos de transação relevantes. A integração da empresa nas contas consolidadas está sujeita à oscilação cambial da Libra Esterlina face ao Euro – risco de transposição. Os dividendos futuros estarão também expostos à referida oscilação cambial. A Libra Esterlina iniciou o ano a cotar 1,118 Euros e fechou o ano a valer 1,175 Euros.

Riscos de crédito

O risco de crédito é uma vertente importante e complexa que está presente no quotidiano da maior parte das empresas participadas do Grupo Visabeira, independentemente da natureza da sua atividade. As avaliações do risco pressupõem uma tomada de decisão de crédito, com base em informações, por vezes incompletas, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações. Tendo em conta o negócio, a área de atividade em que se insere, ou o risco da região e país, a classificação e avaliação do risco de crédito de um cliente é normalmente resumida numa ficha de crédito, que inclui as informações disponíveis e relevantes, tais como o carácter do cliente, a sua capacidade de gestão, o património, histórico, informação financeira, garantias de crédito e condições de pagamento e outras que permitem elaborar a emissão de um parecer sobre uma operação de crédito.
A avaliação do risco de crédito é reflexo da multiplicidade, qualidade e origem das informações disponíveis para o analista do crédito.
O Grupo Visabeira em Portugal, na Alemanha, Espanha, Estados Unidos da América, Brasil e França, mantém a subscrição de apólices, delegando em primeira instância a análise de concessão de crédito em profissionais especializados em cobrança e recuperação de dívidas, recebendo da seguradora de crédito a indicação de exposição – limite de crédito – ajustada à capacidade creditícia de cada cliente. Desta forma, as atenções da gestão podem centralizar-se fundamentalmente nas questões operacionais. A cobertura deste risco possibilita uma indemnização pelos créditos de clientes não pagos, que para o mercado interno é de 85% e no mercado externo, exceto Angola, é de 90%. Os últimos anos foram marcados por um aumento das restrições na concessão de crédito em geral, tendo os limites de crédito sido objeto de revisões desfavoráveis significativas. Perante este cenário, e para dar resposta às necessidades de cobertura do risco de crédito, relativamente aos quais os limites concedidos ao abrigo das apólices base se mostram insuficientes, o Grupo Visabeira contratou coberturas adicionais, que permitem incrementar as coberturas parciais dos seus riscos, complementando, até ao dobro, o montante concedido na apólice base, para clientes integrados ou no mercado doméstico ou nos mercados externos. Paralelamente, é desígnio da organização obter coberturas para riscos que não tenham valor atribuído na referida apólice base, ou obter um montante superior ao dobro da cobertura existente, até ao limite de cem mil euros, para clientes situados nos mercados externos. As maiores restrições na cobertura externa do crédito concedido implicam um rigor acrescido e uma maior exigência na apreciação dos pedidos de concessão de crédito interno.
Relevante também é o montante relativo a recebimentos por adiantamento ou a pronto pagamento que, no ano em apreço, representaram um volume de cerca de 9% do volume de negócios, com especial contributo do negócio de distribuição de televisão por cabo e internet e do turismo, restauração e lazer. O crédito concedido a entidades externas, que atuam simultaneamente como fornecedoras do Grupo, teve este ano de 2019 um peso de 0,4%.
As empresas do Grupo Visabeira, que atuam como prestadoras de serviços de infraestruturas e telecomunicações, faturam a entidades de reconhecida idoneidade financeira que, no ano de 2019, representaram cerca 53% do volume de negócios consolidado. Neste grupo de entidades estão normalmente os operadores incumbentes de telecomunicações, regra geral participados diretamente pelo Estado de cada país, pelo que o risco de crédito se substitui pelo risco político. São exemplo de operadores de prestígio da carteira do grupo: Orange (France Telecom); Bristish Telecom; Próximus (Belgacom); Deutshe Telekom; MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia; NOS Comunicações; EDP Distribuição; GRDF – Distribution de Gaz Naturel en France; ERDF – Électricité Réseau Distribution

France; EDM – Eletricidade de Moçambique; TDC A/S; Huawei Technologies Denmark Aps; Hidroeléctrica de Cahora Bassa; Vodacom Moçambique; e as concessionárias de gás natural, entre outras.

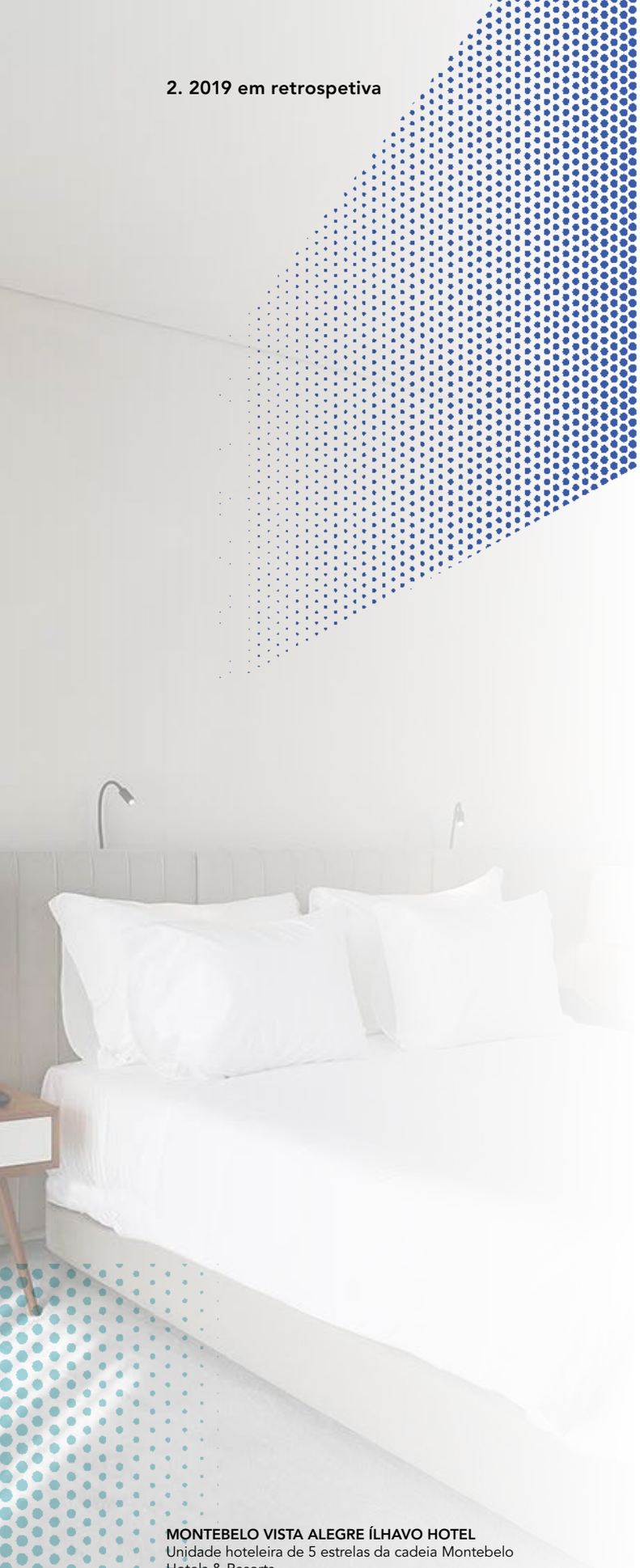
Riscos de liquidez

O Grupo Visabeira assegura a gestão do risco de liquidez de molde a garantir o financiamento dos ativos por prazos de maturidade e a taxas apropriadas, bem como a liquidação atempada dos seus compromissos financeiros, mantendo saldos de disponibilidades apropriados e linhas de curto prazo que permitem uma gestão do disponível adequado aos compromissos financeiros de curto prazo.
No ano 2017, o Grupo procedeu à alienação das ações detidas na Nos Multimédia, na EDP e, parcialmente, na Pharol, tendo procedido ao reembolso do financiamento na forma de Papel Comercial associado às referidas ações. Foram ainda contratadas linhas com maturidade mais longa, que reduziram de forma relevante o risco de liquidez:

I. o leasing imobiliário relativo ao Palácio do Gelo Shopping, com um capital em dívida de 35,1 milhões de euros, passou a uma operação com valor residual equivalente, exigível apenas em 2026;
II. associado ao referido ativo, foi contratado um programa de papel comercial no valor de 85 milhões de euros, com reduções de valor nominal crescentes, até 2026, e com um valor bullet de 42,5 milhões de euros;
III. foi contratado um mútuo no valor de 20 milhões de euros, com reembolso até 2023 e um Programa de Papel Comercial, no valor de 32,3 milhões de euros, com um plano de redução do valor nominal anual de cerca de 5%, até 2021 inclusive, e o remanescente nos dois anos seguintes; entrementes, o papel comercial que vencia em dezembro de 2017 foi estendido, em cinco anos, passando a vencer bullet, em 2022, o montante de 21,75 milhões de euros.

O ano 2019 foi marcado pelo concretizar de diversas iniciativas tendo em vista a estratégia de diversificação das fontes de financiamento. Destaca-se a emissão obrigacionista inaugural garantida no valor de 50 milhões de euros pela VAA – Vista Alegre Atlantis SGPS, SA. emitido em duas tranches: Classe A no valor de 45 milhões de euros com vencimento bullet em 2024 registada em Espanha no Mercado Alternativo de Renta Fija (MARF) e Classe B no valor 5 milhões de euros, com amortização com início em 2022 e término em 2024. Em dezembro, o Grupo procedeu também ao registo de um programa de papel comercial de 50 milhões de euros no MARF em Espanha, tendo sido emitidos 15 milhões de euros, reforçando a estratégia de progressivamente reduzir a dependência dos bancos nacionais. Já em 2018, o Grupo havia emitido um empréstimo obrigacionista no valor de 55 milhões de euros, com vencimento bullet em 2024, colocado em investidores institucionais, que, para além de conferir uma maior maturidade à dívida, permitiu ao Grupo uma maior diversificação das suas fontes de financiamento. O Grupo contratou ainda emissões obrigacionistas sindicadas junto da banca nacional, no valor de 27 milhões de euros e 54 milhões de euros, ambas com vencimento bullet em 2024, para além de diversas outras operações de refinanciamento. Os novos investimentos realizados nas empresas industriais foram financiados com maturidades entre seis e sete anos.
Para 2020, tendo em consideração que o valor da dívida apresentada na demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2019 como sendo exigível no curto prazo incorpora 11,6 milhões de euros relativos a contas correntes caucionadas e descobertos autorizados e 4,6 milhões de euros, relativo a operações de empréstimos obrigacionistas e papel comercial, em que existe entendimento com as contrapartes para o seu refinanciamento, e ainda 22 milhões de euros de dívida colocada junto de investidores institucionais com cariz de revolving, entendemos que a dívida de curto prazo que poderá ser sujeita a refinanciamento ascenderá a 87 milhões de euros, representando cerca de 11% da dívida consolidada. No mesmo pressuposto, se consideradas as disponibilidades (ainda que cerca de 8,7 milhões de euros possam estar sujeitos às restrições que se mantêm presentemente na transferência de divisas de Angola e Moçambique), a dívida líquida de curto prazo residual que poderá ser sujeita a refinanciamento ascenderá a 17,5 milhões de euros,





MONTEBELO VISTA ALEGRE ÍLHAVO HOTEL
Unidade hoteleira de 5 estrelas da cadeia Montebelo Hotels & Resorts.

a qual poderá ser também endereçada com os fluxos operacionais libertados durante o ano.
O Grupo Visabeira, através da sua política de gestão concentrada, garante que a tesouraria e os investimentos de todas as empresas do Grupo sejam geridos por uma organização global e centralizada, especialmente vocacionada para o efeito, o que permite reduzir os riscos de liquidez, evitando uma exposição a variações que possam afetar os resultados das empresas.
O Grupo dispõe de linhas de financiamento aprovadas no quadro do programa Portugal 2020 e junto de instituições financeiras, que perfazem 35 milhões de euros. O Grupo procurará obter o financiamento específico dos restantes investimentos projetados para 2020. Em simultâneo, estará também como objetivo negociar o revolving parcial de alguns compromissos de curto prazo, cuja renovação consideramos de expetativa favorável forte, na medida em que se concentra em entidades parceiras, com longo histórico de relacionamento. O Grupo dispõe adicionalmente de linhas de apoio à tesouraria corrente, na forma de factoring, pagamento a fornecedores e desconto de remessas documentárias no valor de 37 milhões de euros, disponíveis no final de 2019. O recurso ao factoring permite, por outro lado, uma redução dos prazos médios de recebimento com a inerente antecipação de recebimentos e concomitantemente facilita uma melhor gestão de tesouraria. Esta política assegura também a obtenção atempada do fundo de maneio necessário ao financiamento do ciclo de exploração, fundamental a um crescimento económico-financeiro sustentado. Em 31 de dezembro 2019, os valores de clientes adiantados neste formato ascendia a 23,2 milhões de euros. O Grupo, adicionalmente, mantém contratadas contas correntes de curto prazo para fazer face a pontuais necessidades de tesouraria. Note-se também que as disponibilidades do Grupo ascendiam a 68,4 milhões de euros, maioritariamente concentradas nos países europeus, que se constitui em si como importante fonte de liquidez.
A dívida de curto prazo do Grupo Visabeira é notada pela ARC Ratings com a nota "A3" que considera que o Grupo possui atualmente uma capacidade bastante forte para cumprir os seus compromissos financeiros. A ARC Rating atribuiu também uma notação para o médio e longo prazo, classificando capacidade de cumprimento dos compromissos financeiros de curto prazo e de médio e longo prazo com BBB-, com tendência positiva.
O índice de liquidez geral nas contas consolidadas situou-se nos 0,8, em 2019, o que demonstra a adequabilidade do financiamento dos ativos correntes por passivos correntes.

Pandemia COVID-19
Em Portugal, de forma mais ou menos generalizada, o Grupo Visabeira aderiu à moratória consignada no nº 1, al. b) do Artigo 4º do Decreto-Lei n.º 10-J/2020 publicado em Diário da República em 2020-03-26, que estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.
Na Europa (França e Bélgica) está prevista a aplicação da moratória de capital e juros, mas o nível de endividamento é residual. Na Constructel França, empresa que concentra a grande fatia de dívida, 55 milhões de euros estão financiados numa estrutura bullet a cinco anos na forma de empréstimo obrigacionista com vencimento em 2024 e a remanescente são essencialmente operações de locação financeira em reembolso.
Em Moçambique, apesar de não existir enquadramento legal equivalente, solicitámos aos principais bancos e financiamentos igualmente uma carência de capital por um período de 6 meses.
Em Angola, não se verificam alterações a nível dos financiamentos em curso, sendo o mais relevante o financiamento do Banco Europeu de Investimento à TVCabo e a operação em si não foi materialmente afetada pelos efeitos da Pandemia.
Ainda que não totalmente evidente a forma e perfil de reembolso, uma vez que o mesmo não foi oficialmente comunicada pelos financiadores, estimamos que cerca de 28 milhões de euros de dívida de curto prazo deverão ser reescalonados para os anos seguintes ao abrigo das medidas de apoios governamentais.

AEROPROTECHNIK
Inspeção avançada de redes e infraestruturas de energia e telecomunicações.



Evolução de negócios por área

VOLUME DE NEGÓCIOS POR EMPRESA

ÁREAS DE NEGÓCIO	TOTAL		GRUPO		CONSOLIDADO 2019		CONSOLIDADO 2018	
GLOBAL								
Europa	648.133.778	86,3%	56.732.848	72,1%	591.400.930	87,9%	467.599.730	86,1%
Portugal	**189.151.106**	**25,2%**	**30.449.421**	**38,7%**	**158.701.685**	**23,6%**	**149.231.453**	**27,5%**
Visabeira Global, SGPS	2.253.243	0,3%	2.133.306	2,7%	119.937	0,0%	118.351	0,0%
Viatel	69.806.583	9,3%	12.128.241	15,4%	57.678.341	8,6%	60.122.812	11,1%
PDT	32.917.675	4,4%	911.460	1,2%	32.006.215	4,8%	29.401.522	5,4%
Visabeira	28.574.424	3,8%	4.560.554	5,8%	24.013.870	3,6%	20.748.292	3,8%
Edivisa	29.274.563	3,9%	6.550.576	8,3%	22.723.987	3,4%	19.967.336	3,7%
Real Life Technologies	17.958.071	2,4%	1.535.720	2,0%	16.422.351	2,4%	13.980.408	2,6%
Naturenergia	3.473.719	0,5%	979.700	1,2%	2.494.019	0,4%	2.472.697	0,5%
Visacasa	3.260.274	0,4%	1.174.598	1,5%	2.085.676	0,3%	1.173.175	0,2%
Iutel	550.588	0,1%	90	0,0%	550.498	0,1%	516.169	0,1%
Aeroprotechnik	805.615	0,1%	472.723	0,6%	332.892	0,0%	313.756	0,1%
Field Force Atlântico	273.900	0,0%	0	0,0%	273.900	0,0%	416.934	0,1%
Constructel Europe	2.452	0,0%	2.452	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
França	**244.322.388**	**32,5%**	**8.370.464**	**10,6%**	**235.951.924**	**35,1%**	**194.565.763**	**35,8%**
Constructel	203.973.561	27,1%	3.018.665	3,8%	200.954.896	29,9%	167.386.796	30,8%
Constructel Energie	19.578.397	2,6%	38.097	0,0%	19.540.300	2,9%	20.139.155	3,7%
Escotel	14.571.932	1,9%	1.151.878	1,5%	13.420.054	2,0%	5.429.200	1,0%
Gatel	5.841.810	0,8%	3.946.991	5,0%	1.894.819	0,3%	1.527.364	0,3%
SCI Constructel	356.689	0,0%	214.833	0,3%	141.856	0,0%	83.248	0,0%
Inglaterra	**123.281.941**	**16,4%**	**0**	**0,0%**	**123.281.941**	**18,3%**	**60.389.374**	**11,1%**
MJ Quinn	123.281.941	16,4%	0	0,0%	123.281.941	18,3%	60.389.374	11,1%
Bélgica	**38.693.938**	**5,1%**	**7.564.323**	**9,6%**	**31.129.615**	**4,6%**	**30.600.208**	**5,6%**
Constructel Modal	21.130.876	2,8%	865.795	1,1%	20.265.081	3,0%	7.379.204	1,4%
Modal Installation	9.760.938	1,3%	2.029.412	2,6%	7.731.526	1,1%	10.780.291	2,0%
Constructel Belgica	7.310.993	1,0%	4.246.443	5,4%	3.064.550	0,5%	5.820.394	1,1%
Cabling Station	491.132	0,1%	422.674	0,5%	68.458	0,0%	6.620.319	1,2%
Itália	**15.041.661**	**2,0%**	**0**	**0,0%**	**15.041.661**	**2,2%**	**19.576.536**	**3,6%**
Ieme	15.041.661	2,0%	0	0,0%	15.041.661	2,2%	19.576.536	3,6%
Alemanha	**16.127.457**	**2,1%**	**4.418.572**	**5,6%**	**11.708.885**	**1,7%**	**8.745.652**	**1,6%**
Constructel GmbH	14.030.585	1,9%	2.321.700	3,0%	11.708.885	1,7%	8.745.652	1,6%
Constructel Bau	2.096.872	0,3%	2.096.872	2,7%	0	0,0%	0	0,0%
Dinamarca	**21.509.197**	**2,9%**	**5.930.068**	**7,5%**	**15.579.129**	**2,3%**	**4.486.510**	**0,8%**
Constructel Dinamarca	12.955.642	1,7%	0	0,0%	12.955.642	1,9%	4.486.510	0,8%
Toft Hansen	8.553.555	1,1%	5.930.068	7,5%	2.623.488	0,4%		0,0%
Suécia	**6.089**	**0,0%**	**0**	**0,0%**	**6.089**	**0,0%**	**4.233**	**0,0%**
Constructel Sweden	6.089	0,0%	0	0,0%	6.089	0,0%	4.233	0,0%
África	103.084.862	13,7%	21.945.733	27,9%	81.139.130	12,1%	75.253.846	13,9%
Angola	**58.516.129**	**7,8%**	**16.329.887**	**20,8%**	**42.186.242**	**6,3%**	**44.807.434**	**8,3%**
TVCabo Angola	40.484.714	5,4%	132.949	0,2%	40.351.765	6,0%	41.763.302	7,7%
Comatel	16.884.571	2,2%	15.063.599	19,1%	1.820.973	0,3%	2.998.695	0,6%
Edivisa Angola	1.146.844	1,4%	1.133.340	1,4%	13.504	0,0%	45.436	0,0%
Moçambique	**44.568.733**	**5,9%**	**5.615.845**	**7,1%**	**38.952.888**	**5,8%**	**30.446.412**	**5,6%**
TVCabo Moçambique	19.643.726	2,6%	279.479	0,4%	19.364.247	2,9%	18.189.592	3,4%
Televisa	9.260.306	1,2%	1.571.387	2,0%	7.688.920	1,1%	6.973.020	1,3%
Martifer Visabeira	6.594.539	0,9%	0	0,0%	6.594.539	1,0%	-	-
Real Life Moçambique	2.422.015	0,3%	5.479	0,0%	2.416.536	0,4%	2.109.890	0,4%
Sogitel	5.281.692	0,7%	3.361.083	4,3%	1.920.608	0,3%	2.382.414	0,4%
Hidroafrica	1.385.761	0,2%	393.402	0,5%	992.359	0,1%	760.999	0,1%
Real Life Academy	157	0,0%	0	0,0%	157	0,0%	483	0,0%
Selfenergy	-19.463	0,0%	5.015	0,0%	-24.478	0,0%	30.014	0,0%
TOTAL	**751.218.640**	**100,0%**	**78.678.581**	**100,0%**	**672.540.059**	**100,0%**	**542.853.575**	**100,0%**

€

ÁREAS DE NEGÓCIO	TOTAL		GRUPO		CONSOLIDADO 2019		CONSOLIDADO 2018	
INDÚSTRIA								
Europa	174.893.534	94,8%	16.357.300	92,1%	158.536.233	95,1%	132.470.462	94,2%
Portugal	**167.895.107**	**91,0%**	**15.877.300**	**89,4%**	**152.017.807**	**91,2%**	**125.878.466**	**89,5%**
Visabeira Indústria, SGPS	316.954	0,2%	316.954	1,8%	0	0,0%	36.000	0,0%
Vista Alegre Atlantis	78.637.676	42,6%	7.509.815	42,3%	71.127.861	42,7%	62.669.739	44,6%
Ria Stone	26.334.472	14,3%	111.921	0,6%	26.222.551	15,7%	18.470.442	13,1%
Pinewells	19.366.188	10,5%	0	0,0%	19.366.188	11,6%	15.845.317	11,3%
Ambitermo	15.656.010	8,5%	12.433	0,1%	15.643.577	9,4%	9.421.200	6,7%
Cerutil	8.935.016	4,8%	1.424.569	8,0%	7.510.448	4,5%	8.906.065	6,3%
Mob	6.971.086	3,8%	1.928.599	10,9%	5.042.488	3,0%	4.354.248	3,1%
Bordalo Pinheiro	7.732.693	4,2%	3.915.436	22,1%	3.817.257	2,3%	3.606.206	2,6%
Granbeira	2.944.081	1,6%	657.574	3,7%	2.286.506	1,4%	2.569.249	1,8%
Besconsigo	863.062	0,5%	0	0,0%	863.062	0,5%	-	-
Rodinerte	137.869	0,1%	0	0,0%	137.869	0,1%	-	-
França	**949.823**	**0,5%**	**0**	**0,0%**	**949.823**	**0,6%**	**249.773**	**0,2%**
Vista Alegre France	931.119	0,5%	0	0,0%	931.119	0,6%	136.971	0,1%
Mob Cuisines	18.704	0,0%	0	0,0%	18.704	0,0%	112.802	0,1%
Espanha	**6.048.604**	**3,3%**	**480.000**	**2,7%**	**5.568.604**	**3,3%**	**6.342.223**	**4,5%**
Vista Alegre Atlantis Espanha	6.048.604	3,3%	480.000	2,7%	5.568.604	3,3%	6.342.223	4,5%
África	5.096.588	2,8%	1.398.152	7,9%	3.698.436	2,2%	4.077.745	2,9%
Moçambique	**3.092.145**	**1,7%**	**143.606**	**0,8%**	**2.948.539**	**1,8%**	**1.535.021**	**1,1%**
Celmoque	2.857.641	1,5%	104.171	0,6%	2.753.469	1,7%	1.309.322	0,9%
Vista Alegre Atlantis Moçambique	193.340	0,1%	0	0,0%	193.340	0,1%	221.581	0,2%
Agrovisa	41.164	0,0%	39.435	0,2%	1.729	0,0%	4.119	0,0%
Angola	**2.004.442**	**1,1%**	**1.254.545**	**7,1%**	**749.897**	**0,4%**	**2.542.723**	**1,8%**
Alamo Angola	2.004.084	1,1%	1.254.187	7,1%	749.897	0,4%	2.542.438	1,8%
Visaconstroi	358	0,0%	358	0,0%	0	0,0%	285	0,0%
América	4.489.289	2,4%	0	0,0%	4.489.289	2,7%	4.084.055	2,9%
Brasil	**2.674.225**	**1,4%**	**0**	**0,0%**	**2.674.225**	**1,6%**	**2.547.931**	**1,8%**
Vista Alegre Atlantis Brasil	2.674.225	1,4%	0	0,0%	2.674.225	1,6%	2.547.931	1,8%
Estados Unidos da América	**1.704.878**	**0,9%**	**0**	**0,0%**	**1.704.878**	**1,0%**	**1.492.272**	**1,1%**
Vista Alegre Atlantis USA	1.704.878	0,9%	0	0,0%	1.704.878	1,0%	1.492.272	1,1%
México	**110.186**	**0,1%**	**0**	**0,0%**	**110.186**	**0,1%**	**43.852**	**0,0%**
Mexicova	110.186	0,1%	0	0,0%	110.186	0,1%	43.852	0,0%
TOTAL	**184.479.411**	**100,0%**	**17.755.452**	**100,0%**	**166.723.958**	**100,0%**	**140.632.261**	**100,0%**

€

ÁREAS DE NEGÓCIO	TOTAL		GRUPO		CONSOLIDADO 2019		CONSOLIDADO 2018	
TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS								
Europa	67.067.348	71,0%	16.757.197	66,4%	50.310.151	72,7%	44.308.480	73,2%
Portugal	**67.067.348**	**71,0%**	**16.757.197**	**66,4%**	**50.310.151**	**72,7%**	**44.302.980**	**73,2%**
Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços, SGPS	843.486	0,9%	843.486	3,3%	0	0,0%	0	0,0%
Visabeira Imobiliária, SGPS	332.233	0,4%	332.233	1,3%	0	0,0%	0	0,0%
Visabeira Serviços, SGPS	516.202	0,5%	516.202	2,0%	0	0,0%	0	0,0%
Empreedimentos Montebelo	16.085.673	17,0%	-1.152.627	-4,6%	17.238.300	24,9%	12.486.323	20,6%
Movida	18.921.301	20,0%	5.186.600	20,6%	13.734.701	19,8%	12.862.322	21,3%
Visabeira Imobiliária, SA	7.302.317	7,7%	190.346	0,8%	7.111.971	10,3%	5.881.363	9,7%
Ifervisa	3.595.835	3,8%	9.411	0,0%	3.586.424	5,2%	4.359.078	7,2%
VAA - Empreedimentos Turisticos	3.548.825	3,8%	147.800	0,6%	3.401.025	4,9%	3.061.729	5,1%
Creative Shots	1.228.218	1,3%	0	0,0%	1.228.218	1,8%	0	0,0%
Zambeze	1.285.827	1,4%	58.283	0,2%	1.227.544	1,8%	1.172.544	1,9%
Troppo Squisito	1.106.464	1,2%	934	0,0%	1.105.530	1,6%	0	0,0%
Benetrónica	10.610.774	11,2%	9.676.330	38,4%	934.444	1,4%	1.214.193	2,0%
Mundicor	1.480.047	1,6%	802.907	3,2%	677.140	1,0%	718.701	1,2%
VisabeiraHouse	200.245	0,2%	145.293	0,6%	54.953	0,1%	39.103	0,1%
Visabeira Saúde	9.900	0,0%	0	0,0%	9.900	0,0%	9.900	0,0%
Hospital Nossa Srª Arrábida	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1.647.647	2,7%
Porto Salus	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	850.077	1,4%
Espanha	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**	**5.500**	**0,0%**
Visabeira Espanha	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	5.500	0,0%
África	27.357.065	29,0%	8.473.679	33,6%	18.883.386	27,3%	16.215.956	26,8%
Angola	**7.376.833**	**7,8%**	**3.659.200**	**14,5%**	**3.717.632**	**5,4%**	**2.880.911**	**4,8%**
Visauto	4.288.050	4,5%	1.213.648	4,8%	3.074.402	4,4%	2.292.134	3,8%
Angovisa	606.477	0,6%	0	0,0%	606.477	0,9%	463.160	0,8%
Mercury Angola	1.564.979	1,7%	1.528.226	6,1%	36.753	0,1%	0	0,0%
Catari Angola	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Visabeira Angola	917.327	1,0%	917.327	3,6%	0	0,0%	125.616	0,2%
Moçambique	**19.980.233**	**21,2%**	**4.814.479**	**19,1%**	**15.165.754**	**21,9%**	**13.335.046**	**22,0%**
Turvisa	8.211.065	8,7%	893.445	3,5%	7.317.620	10,6%	7.021.478	11,6%
Mercury	4.019.070	4,3%	471.880	1,9%	3.547.190	5,1%	2.363.665	3,9%
Imovisa	1.926.786	2,0%	20.041	0,1%	1.906.745	2,8%	1.712.637	2,8%
Combustiveis do Songo	2.674.844	2,8%	916.620	3,6%	1.758.224	2,5%	1.738.694	2,9%
Vibeiras Moçambique	317.192	0,3%	31.545	0,1%	285.647	0,4%	190.742	0,3%
Visaqua	259.738	0,3%	40.481	0,2%	219.257	0,3%	169.026	0,3%
Autovisa	430.774	0,5%	333.881	1,3%	96.893	0,1%	97.438	0,2%
Visabeira Moçambique	2.140.764	2,3%	2.106.586	8,3%	34.178	0,0%	41.367	0,1%
TOTAL	**94.424.414**	**100,0%**	**25.230.877**	**100,0%**	**69.193.537**	**100,0%**	**60.524.437**	**100,0%**
HOLDING								
Europa	20.246.033	100,0%	18.767.850	100,0%	1.764.947	100,0%	1.392.868	2,3%
Portugal	**20.246.033**	**100,0%**	**18.767.850**	**100,0%**	**1.764.947**	**100,0%**	**1.392.868**	**2,3%**
Grupo Visabeira	20.246.033	100,0%	18.767.850	100,0%	1.764.947	100,0%	1.392.868	2,3%
TOTAL	**20.246.033**	**100,0%**	**18.767.850**	**100,0%**	**1.764.947**	**100,0%**	**1.392.868**	**2,3%**
TOTAL GLOBAL	**1.050.368.497**	**100,0%**	**140.145.996**	**100,0%**	**910.222.502**	**100,0%**	**745.403.142**	**100,0%**

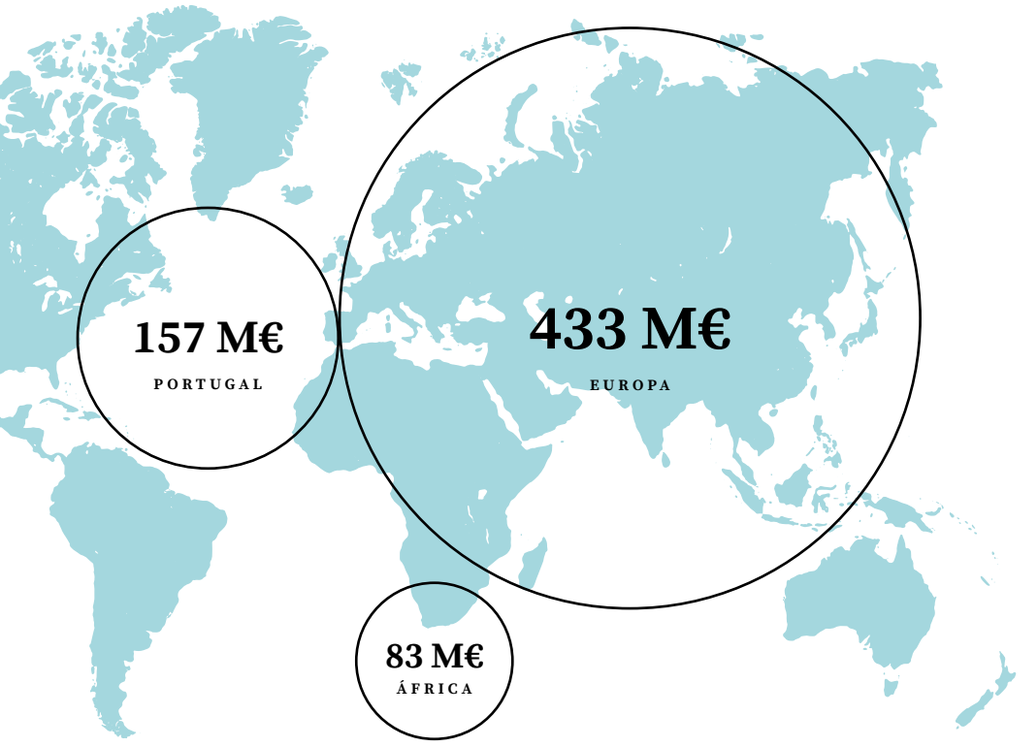
Visabeira Global

INDICADORES CONSOLIDADOS

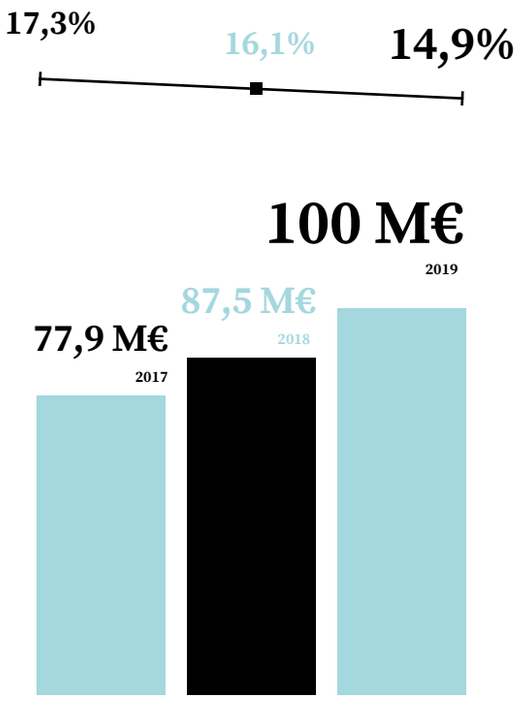
	2019	2018	Var YoY
Volume de negócios	673 M€	543 M€	24%
EBITDA	100 M€	87,5 M€	15%
Margem EBITDA	14,9%	16,1%	-1,2 pp
Resultado operacional recorrente*	60,1 M€	55,2 M€	9%
Margem operacional	8,9%	10,2%	-1,2 pp
Resultado líquido	26,9 M€	16,5 M€	63%
Investimento líquido	36,0 M€	63,6 M€	-43%
Dívida	249 M€	227 M€	10%
Inventários	38,0 M€	35,5 M€	7%
Ativos fixos (incluindo *goodwill*)	492 M€	283 M€	74%

* Resultado operacional excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento e das provisões.

VOLUME DE NEGÓCIOS



EBITDA E MARGEM



A Visabeira Global reforçou a sua posição como holding do Grupo com maior dimensão e mais alargada abrangência de atividade, englobando as áreas das telecomunicações, das energias, das tecnologias e da construção. Atua de forma agregadora através de uma postura pautada por um grande foco no negócio e na otimização de competências, em cada uma das suas áreas, sempre numa ótica de potenciar complementaridades e maximizar sinergias, no cômputo das várias áreas. A Visabeira Global é a holding com maior quota de presença internacional, fruto das suas atividades no exterior e a que maior expansão geográfica vem garantindo, no trajeto multinacional que assumiu como sua marca identitária. A Visabeira Global manteve, e até reforçou, a senda de crescimento e expansão que vem trilhando, o que está bem patente no fato de, no seu conjunto, as participadas da Global terem atingido, em 2019, um volume de negócios agregado de cerca de 751 milhões de euros, correspondendo a um impressivo crescimento de mais de 23%, face a 2018.
Como corolário refira-se que a Visabeira Global representa 74% do volume de negócios Consolidado do Grupo Visabeira e que o crescimento nesta sub-holding, em termos consolidados, foi de 24%, no volume de negócios, e de 15% no EBITDA.

Telecomunicações

A Visabeira Global reforçou fortemente o crescimento da sua atividade na Europa e catapultou a expansão a novas geografias, que vêm sendo os principais focos da sua atuação, que continua a assumir com uma postura de serviço global e de esmerada qualidade de serviço, como principais linhas de força da organização, transversalmente adotadas por todas as suas marcas, através das quais atua nos diferentes mercados.
Na Europa, a marca Constructel, assumindo um papel de empresa de referência europeia, continua a ser o esteio da contínua expansão da Visabeira Global, nas várias geografias onde, além de Portugal, vem conquistando posição de destaque, com especial relevo para: França, Bélgica, Itália, Alemanha, Suécia, Dinamarca e Reino Unido.
Em França, a **Constructel França** reforçou a sua posição de referência junto do principal operador francês a Orange (France Telecom), sendo um dos principais prestadores de serviço da operadora francesa, a operar em todo o país. Em 2019, a empresa manteve um forte crescimento no âmbito da construção de redes de fibra ótica e consolidou os contratos plurianuais e parcerias com a Orange e com outros operadores, como a Axione e a Covage. O conjunto destas ações permitiu à empresa atingir a fasquia dos 204 milhões de euros de volume de negócios, protagonizando um importante crescimento de mais de 20%, face ao ano transato. A Constructel França tem também associada a presença operacional nas Caraíbas, onde mantém uma longa tradição e um inequívoco reconhecimento do mercado. Em 2019, a empresa deu continuidade à execução do importante contrato de 100 milhões de euros, em parceria coma Orange, para a construção de rede FTTH na Martinica.
Também em França, a **Gatel**, consolidou o seu mercado e conseguiu também assegurar um significativo crescimento, o que permitiu à empresa atingir um volume de negócios próximo do patamar dos 6 milhões de euros, com crescimento de mais 23%.
Ainda em França, a **Escotel** conseguiu também renovar e reforçar os seus principais contratos de manutenção de rede de telecomunicações, e garantiu um crescimento notável que se traduziu num volume de negócio record na sua história, contribuindo assim com cerca de 15 milhões de euros para os indicadores da Global, e protagonizando um expressivo crescimento de 168% comparando com o exercício anterior.

Na Bélgica, a **Constructel Bélgica** reforçou a sua posição de empresa estratégica junto da Proximus (Belgacom), através da assinatura de um contrato plurianual de construção de redes FTTH, muito fruto da confiança que a empresa vem granjeando, há mais de uma década, junto daquele operador, na área das redes fixas. Neste contexto, a empresa registou, em 2019, um volume de negócios no patamar dos 7,3 milhões de euros, praticamente em linha com o ano anterior.
Ainda na Bélgica, a **Constructel Modal** consolidou a sua presença no sector das telecomunicações belgas, junto da Proximus (Belgacom), na área das redes fixas. A Constructel Modal e o grupo de empresas suas associadas locais, dinamizaram as suas atividades em 2019 e concretizaram um importante volume de negócios neste mercado, atingindo um montante de cerca de 31,4 milhões de euros, que corresponde a um crescimento de mais de 18%.
Em Itália, no ano de 2019, a **IEME** consolidou a sua posição como prestador histórico da ENEL, na região de Emilia-Romagna. Com vista a preparar o seu futuro, a empresa apostou na renovação dos seus quadros, tendo crescido ao nível dos meios humanos e técnicos, conseguindo concretizar uma transição pacífica e frutuosa de gerações, com a aposta em jovens colaboradores que se iniciaram na empresa, tendo já obtido com êxito a inerente certificação e estando hoje totalmente enquadrados na empresa e a trabalhar com pleno sucesso. Paralelamente, a IEME, com um histórico mais ligado ao sector elétrico, assegurou, também em 2019, as certificações necessárias nos domínios das Telecom, estando agora a empresa já plenamente qualificada para prestar serviços de telecomunicações fixas e móveis, sector onde a IEME está já a atuar, protagonizando trabalhos de importante gabarito e assumindo desta forma uma postura alinhada com os desafios de crescimento que se colocam a curto prazo. Com esta dinâmica, a empresa apresentou um volume de negócios que superou a fasquia dos 15 milhões de euros, abaixo do exercício anterior fruto do ano de reorganização interna que já ultrapassou.
Na Alemanha, a **Constructel GmbH** é outro importante pilar da presença na Europa da Visabeira Global, sendo já uma marca de referência em território alemão, através da sua atuação pluridisciplinar nas redes fixas e móveis, onde se constituiu como um parceiro de referência junto da Deutsche Telekom.

A empresa manteve o seu protagonismo neste setor, fruto principalmente do desempenho e da qualidade demonstrada nas suas operações tripartidas nas regiões Oeste (Colónia), Sudeste (Estugarda) e Sul (Munique). O exercício de 2019 foi um ano chave para o crescimento e consolidação da Constructel GmbH, no mercado alemão, ao conseguir assegurar a assinatura de um contrato plurianual (5 anos) com a gigante mundial Deutsche Telekom. O arranque deste importante contrato de prestação de serviços de rede fixa, no segundo trimestre de 2019, confirmou o enorme desafio que a empresa assumiu, dando adequada e rápida resposta no crescimento em meios técnicos e humanos e na disponibilização de meios e respetivas capacidades e competências. As metas deste megacontrato entretanto assinado foram sendo alcançadas com sucesso, tendo sido lançadas e reforçadas as bases necessárias para o pleno êxito na execução do contrato. No segmento da rede móvel, a Constructel GmbH consolidou o seu papel de prestador relevante no país, com uma capacidade técnica consolidada e experiente que tem permitido crescer, ganhar protagonismo no mercado e renovar contratos com clientes como a Ericsson ou Sigfox. Em 2019, a Constructel GmbH atingiu os 14 milhões de euros de volume de negócios, concretizando um importante crescimento de quase 50%.

Em paralelo, a **Construtel Bau** assumiu idêntico comportamento e conseguiu alcançar um volume de negócios superior aos 2 milhões de euros, protagonizando um fulgurante crescimento de mais de 331%.

Na Dinamarca, em 2019, a **Constructel Aps** consolidou o desenvolvimento da atividade de prestação de serviços de telecomunicações na Dinamarca, tendo muito contribuído para isso o arranque do novo contrato de construção de redes FTTH para o operador incumbente TDC, o denominado projeto Fiber Factory. Neste projeto chave-na-mão, a Constructel desenvolve todas as fases de engenharia, survey e desenho técnico e assegura ainda todas as obras de construção, o que inclui os trabalhos de civil, instalação de todos os pontos de rede e dos equipamentos terminais. Para além deste projeto relevante , a Constructel continuou a dar a maior dinâmica às parcerias com os outros clientes, nomeadamente a HUAWEI, que é um exemplo no que concerne às atividades conducentes à modernização de redes fixas e móveis. Com esta dinâmica, a Constructel Aps atingiu, em 2019, um novo máximo histórico no seu volume de negócios na fasquia dos 13 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 190%, face a 2018, dando assim início a um novo ciclo de desenvolvimento de infraestruturas tecnológicas naquele país.

Ainda na Dinamarca, no início de 2019, foi reforçado o generalizado crescimento da Global na Europa com a aquisição da **Toft Hansen**. A integração da Toft Hansen na Visabeira Global, confirmou-se como uma aposta correta, tendo-se complementado muito bem as suas capacidades e competências com a Constructel Aps. De facto, a participação da Toft Hansen no projeto Fiber Factory foi muito profícua para o projeto, tendo contribuído para que fossem alcançados indicadores de qualidade de serviço altamente positivos, como o cliente tem vindo a expressar. A participação no projeto Fiber Factory possibilitou alavancar a Toft Hansen que duplicou o seu volume de negócios e cresceu ao nível das suas valências humanas e técnicas. Em paralelo, a Toft Hansen manteve os seus clientes e negócios históricos na área de construção de infraestruturas de redes de energia, assegurando assim um leque de oferta de serviços cada vez mais global. A Toft Hansen, neste primeiro ano de atividade no Grupo, atingiu um volume de negócios de 8,6 milhões de euros.

No Reino Unido, a **MJQuinn** manteve, em 2019, o seu posicionamento como um dos mais importantes prestadores de serviço da British Telecom. Mantém um papel de coliderança na atividade de Service Delivery (instalação de assinantes) e iniciou um projeto de construção de redes de fibra ótica em cidades, tendo entretanto construído várias dezenas de células em regiões como Merseyside, Wales ou Yorkshire. A empresa deu ainda continuidade ao processo de modernização das infraestruturas de climatização das centrais da British Telecom, atividade onde a MJ Quinn é líder destacado. Suplementarmente a este acentuado crescimento no segmento das telecomunicações, a empresa conseguiu ainda consolidar e dar plena satisfação aos seus clientes históricos na área de eletricidade e iluminação. A MJ Quinn, neste primeiro ano completo de atividade integrada no Grupo, garantiu um volume de negócios superior aos 123 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de mais de 100% comparativamente ao exercício anterior, o que demonstra bem a importância que este mercado já tem para a Visabeira Global.

Em Portugal, o desempenho da **Viatel** permitiu manter a sua quota no segmento da rede fixa, tendo mesmo registado uma tendência de aumento do nível de atividade nos últimos meses do ano e, ao mesmo tempo, a empresa conseguiu até protagonizar um ligeiro aumento de quota no setor comercial. A empresa apresentou ainda um significativo crescimento de atividade nas áreas da rede móvel, das tecnologias e de outros projetos. Como pilar deste desempenho a Viatel manteve na primeira linha da sua atuação uma política de permanente foco na aposta na formação, capacitação e esmerada apresentação dos seus técnicos, assumindo-a como um dos desígnios da empresa e sua principal alavanca para o sucesso. Esta aposta na formação contínua, na capacitação dos seus técnicos e na permanente criação de mais competências e valências, tem feito da Viatel o principal pilar do apoio às operações internacionais e ao crescimento de atividade e expansão a novas geografias que a estratégia do Grupo vem implementando nos últimos anos. A Viatel, fruto desta performance e da abrangência de soluções que oferece, continua a ser uma empresa de referência no seu mercado nos diferentes segmentos em que opera. Neste contexto, a Viatel registou um volume de negócios na fasquia dos 70 milhões de euros, em linha com o valor alcançado no ano anterior. Nota adicional para o facto de, em 2019, numa lógica de reorientação estrutural no âmbito da estratégia de expansão europeia do modelo de negócio da Global, a Viatel passou a ser participada da Constructel Europe.

Ainda em Portugal, a **PDT** consolidou a posição, aumentando de novo a sua quota de mercado. Para tal, muito contribuiu o facto de a empresa ter expandido a novas zonas geográficas. Esta maior abrangência de área de intervenção, que se registou a partir do início do segundo trimestre de 2019, envolveu um significativo crescimento da operação nesta área de atividade da empresa. Também nas zonas insulares a empresa reforçou a sua posição, quer na rede de cliente quer nos trabalhos de rede FTTH. Na área comercial, igualmente a empresa consolidou a sua posição como um dos principais players no segmento de vendas residenciais, patenteando um incremento de atividade da ordem dos 15% comparativamente ao ano anterior. Frutos deste desempenho a PDT registou um crescimento de cerca de 5% no seu volume de negócios, superando os 33 milhões de euros.

Em Moçambique, a **Televisa**, em 2019, voltou a fortalecer o crescimento do ano anterior, fruto em parte do investimento realizado pelos clientes muito orientado para a expansão da rede fibra ótica e sua subsequente manutenção, a que acresce



CONSTRUCTEL
Líder no setor de engenharia de redes de telecomunicações em França, também presente na Alemanha, Dinamarca, Bélgica, Suécia, Reino Unido, Itália e Caraíbas.



VISABEIRA GLOBAL
Líder em engenharia e infraestruturas de telecomunicações

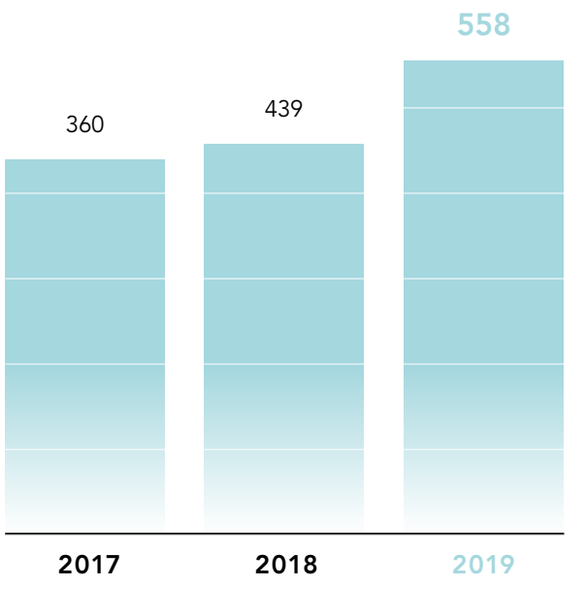
a responsabilidade da empresa por todas as atividades de operação e manutenção da rede exterior pública de telecomunicações em todo o território moçambicano e ainda pelos serviços da manutenção de rede e instalação de serviços a clientes em toda a rede da TVCabo. Esta evolução positiva está relacionada com a estabilidade macroeconómica que se sentiu, e que permitiu aos operadores e clientes da Televisa implementar alguns projetos de investimento.
O ano de 2019, fica assinalado pela consolidação de uma prioridade estratégica da empresa, a afirmação da Televisa como prestador de excelência na construção de traçados, instalação e manutenção de rede de fibra ótica. A empresa marcou também presença em muitos outros importantes trabalhos, de que se deve dar como exemplo os trabalhos de atualização da rede que, muito fruto da dinâmica da Televisa, possibilitou que o projeto de cobertura 4G pudesse ficar implementado, em tempo útil, ainda no decurso de 2019, constituindo um trabalho pioneiro em Moçambique, neste domínio. Neste enquadramento, a Televisa assegurou em 2019 um volume de negócios de cerca de 9,3 milhões de euros, crescendo mais de 5% face ao ano transato.
Em Angola, a **Comatel**, durante o exercício de 2019, deu continuidade ao trabalho que tem vindo a realizar ao longo dos anos anteriores, desenvolvendo em todo o território angolano variadas obras e serviços de redes de telecomunicações, consolidando a sua posição de referência como prestador de serviços para o operador público. Em 2019, deve destacar-se a dimensão do trabalho de manutenção de mais de 6.000 km, da rede do Backbone nacional de fibra ótica e a estabilização de mais cerca de 2.000 km daquele traçado. Acresce ainda uma nota para os importantes trabalhos realizados para a rede da TVCabo quer na sua expansão quer na sua manutenção. Deste modo a Comatel manteve a sua posição de referência como empresa prestadora de serviços de engenharia de redes de telecomunicações no mercado angolano onde continua a alargar a sua carteira e clientes e granjear total confiança no setor.
Como corolário, a empresa, em 2019, assegurou um significativo crescimento do seu volume de negócios, situando-se no patamar dos 17 milhões de euros.

CATV

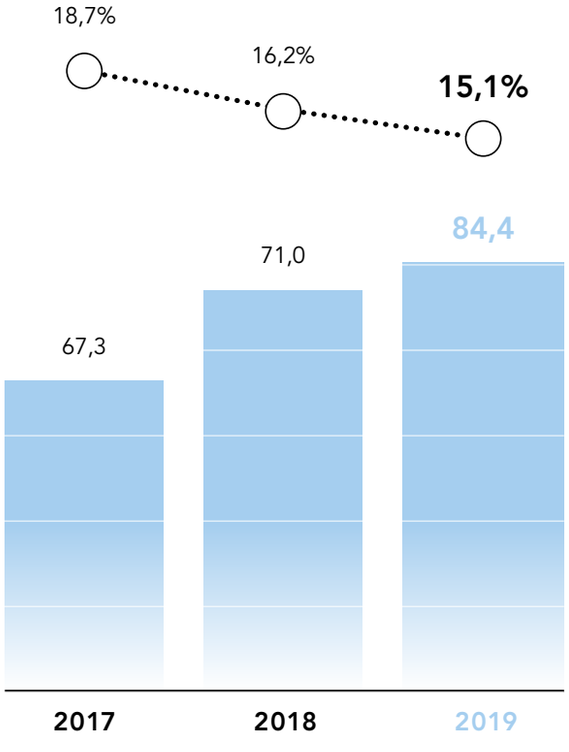
A **TVCABO Angola** continua a ser o único operador por cabo com o serviço Triple Play (TV+NET+VOZ) em Angola, assumindo a sua posição como um dos operadores tecnologicamente mais evoluídos em África, e desde que, em 2018, lhe foi atribuída pelo Órgão Regulador, INACOM, a licença Multisserviços, que a empresa consubstancia a oferta de Televisão, Internet e Voz Fixa, permitindo ainda o alargamento para Voz Móvel (via MVNO). Simultaneamente, foi também atribuída à empresa a licença de distribuição de conteúdos televisivos por assinatura ou subscrição pelo Ministério da Comunicação Social. Na oferta do serviço de Televisão, a TVCABO mantém a distribuição de alguns canais próprios que complementa com canais dos dois outros operadores de televisão por satélite presentes em Angola (ZAP e DSTV). Este facto permite disponibilizar uma oferta única em que, num só equipamento, se tem acesso a mais de 300 canais de televisão. Em relação ao serviço de Internet, a globalidade da oferta é com tráfego ilimitado, podendo oferecer velocidades superiores a 300 Mb simétricos.

TELECOMUNICAÇÕES

M€ VOLUME DE NEGÓCIOS



M€ % EBITDA e MARGEM



No que concerne ao serviço de voz fixa, a empresa continua a oferecer chamadas gratuitas dentro da rede TVCABO e dentro da rede Angola Telecom. Durante o ano de 2019, a empresa alargou a venda e instalação do serviço Full IPTV (centralização de todos os serviços num equipamento terminal) a todos os clientes de fibra ótica (FTTH), o que alavanca o posicionamento da TVCABO como uma empresa de vanguarda, e simultaneamente promove a rentabilização dos recursos existentes. No quadro de desenvolvimento e criação de infraestruturas e ampliação da rede, a TVCABO continua a acompanhar o crescimento urbano, nomeadamente em Luanda, com expansões diversas em novas zonas e vários condomínios e também nas cidades do Huambo, Lubango, Lobito e Benguela. Deste modo, a empresa continua a concretizar um programa de sucessivas expansões de rede para melhor responder às solicitações e crescimento do mercado. A empresa continua também focada em melhorar as ligações interprovinciais, como foi o caso da conexão com a província de Benguela, em que a utilização da largura de banda via RNT permitiu melhorar substancialmente a qualidade do serviço de Internet naquela província. Como corolário deste desempenho global e da dinâmica que vem criando, a TVCABO Angola atingiu, em 2019, um volume de negócios na fasquia dos 40 milhões de euros, em linha com o exercício anterior, o que se tem que considerar como muito positivo face ao cenário macro económico envolvente, que conseguiu superar.

A **TVCABO Moçambique**, operadora de televisão e net por cabo, assume-se como uma das mais evoluídas a operar no continente africano, fruto da atitude de se manter como uma empresa reconhecida pela permanente atualização tecnológica, modernidade de soluções e superação das expetativas dos clientes. Em 2019, a empresa teve ainda que superar um repto adicional pois, infelizmente, Moçambique voltou a ser palco de catástrofes naturais, cujo efeito destruidor, nomeadamente no norte do país, trouxe os maiores desafios para a empresa, com a urgência de recuperar redes e serviços e conseguir manter as comunicações em funcionamento. Foi, por isso, um ano de grande resiliência, mas sobretudo de confirmação da capacidade de ação e de superação de dificuldades, bem como uma afirmação clara das competências de adaptação e agilidade da TVCabo, que, a par com a necessária resposta tenaz às adversidades, conseguiu manter um rumo de contínuo crescimento do negócio. Neste contexto, a TVCabo reforçou o foco no seu posicionamento de marca de qualidade e inovadora, não descurando o desenvolvimento contínuo do seu portfólio de produtos e serviços e da sua infraestrutura, bem como de processos, procedimentos e serviços pré e pós-venda, que contribuam para a melhoria contínua da satisfação do cliente. Na gama de Internet, a TVCabo procedeu ao upgrade das velocidades dos seus planos, na gama de Televisão foi lançado um novo pacote que veio dar satisfação a uma necessidade do segmento midmarket e alargar o portfólio da empresa, foi reforçada a oferta própria de televisão, com a entrada de novos canais de televisão e de rádio, alargando a grelha e privilegiando os conteúdos locais e em português. Os pacotes 3Play de NET+TV+VOZ foram revistos com incremento da sua quantidade e variedade de oferta, tendo passado a ser designados por pacotes T, alavancando a primeira letra da marca, como símbolo maior do mundo TVCabo e dos seus valores: Telecomunicação, Tecnologia, Tráfego, Televisão, Telefone, Talento, Total, TriplePlay, etc. Como corolário, a empresa registou, em 2019 um volume de negócios na fasquia dos 20 milhões de euros, correspondendo a um significativo crescimento de 7% conseguido com uma envolvente macroeconómica adversa.



TVCABO
Operador por cabo com serviço Triple Play (TV+NET+VOZ) em Angola e Moçambique





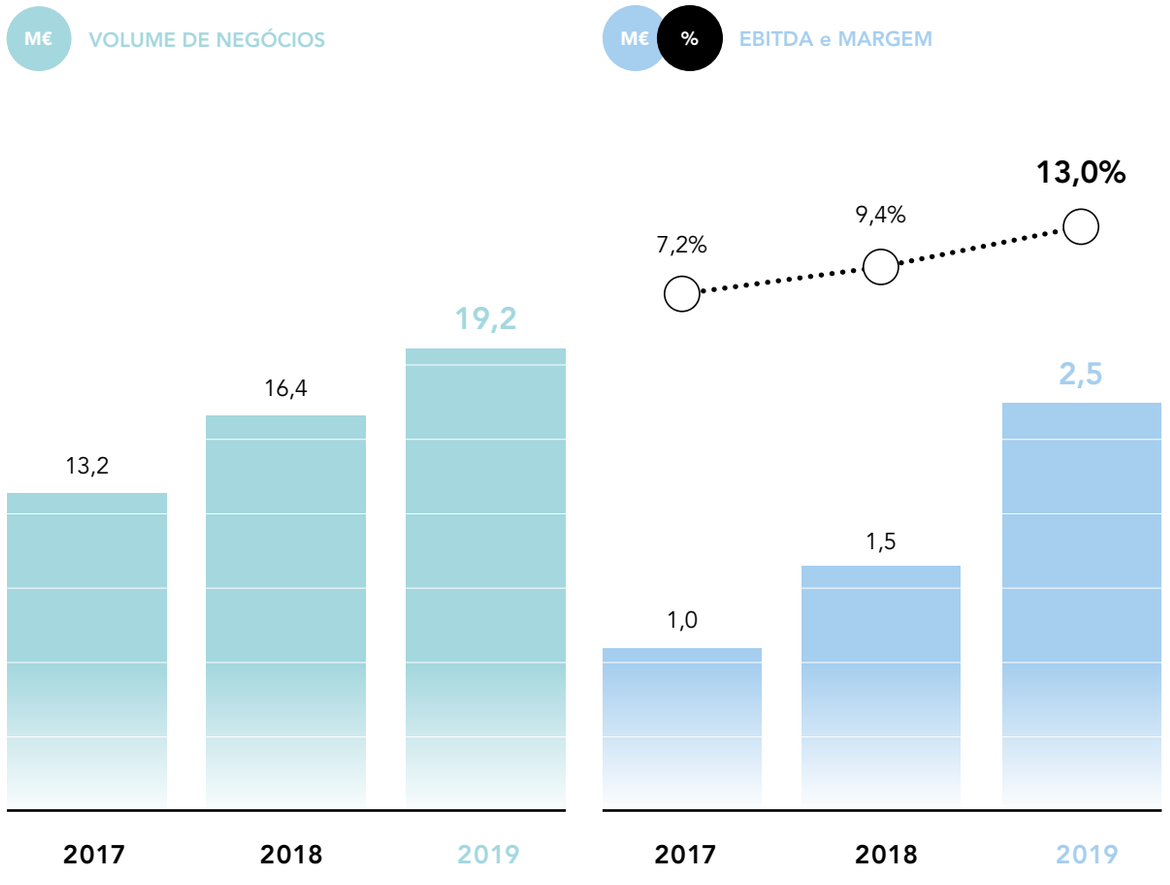
VIATEL
Desenvolvimento, integração e formação certificada de TIC



TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Em 2019, a **Viatel** Tecnologias manteve o rumo de segura consolidação da sua presença neste segmento estratégico para o conjunto de atividades da empresa. A Viatel agrega nesta área de atividade o foco na prestação de serviços especializados nas áreas tecnológicas de infraestruturas de centros de dados, tecnologias de redes de acesso (fixas e móveis) e também nas novas tecnologias e inovação nas áreas das smart cities e internet das coisas (IoT). A empresa distingue-se pela apresentação de soluções tecnológicas em complementaridade com os projetos e clientes da carteira da Viatel, em outras áreas de negócio, otimizando soluções e maximizando vantagens. Neste contexto, a empresa manteve a sua política de otimização e especialização da sua organização e estrutura de prestação de serviços especializados nas áreas tecnológicas e de transporte de telecomunicações e também muito focada nas novas tecnologias nas áreas das smart cities e internet das coisas (IoT).
A **Real Life**, como empresa reconhecida neste desafiante segmento, continua a apostar no setor das tecnologias de informação, junto dos principais operadores de telecomunicações em Portugal e como parceiro relevante dos maiores fornecedores de tecnologia. O volume de negócios situou-se no patamar dos 18 milhões de euros, fruto de um crescimento de cerca de 16% face ao exercício anterior.Em 2018, a Viatel Tecnologias manteve o rumo de segura consolidação da sua presença neste segmento estratégico para o conjunto de atividades da empresa. Neste contexto, a empresa reforçou a sua organização e estrutura de prestação de serviços especializados nas áreas tecnológicas de infraestruturas de centros de dados, tecnologias de redes de acesso (fixas e móveis) e de transporte de telecomunicações e também nas novas tecnologias nas áreas das *smart cities* e internet das coisas (IoT). Foi também otimizada a estrutura de colaboração com as diversas empresas do Grupo Visabeira, que vêm aumentando a sua necessidade de serviços nestas áreas, numa operação de potenciação de sinergias, otimização de recursos e maximização de oportunidades. Realça-se a conquista de um número considerável de novos clientes, o que permite antecipar um cenário de potenciação do crescimento desta atividade dentro da Visabeira Global.
A Real Life continua a apostar no setor das tecnologias de informação, junto dos principais operadores de telecomunicações em Portugal e como parceiro relevante dos maiores fornecedores de tecnologia. O volume de negócios nesta área superou os 16 milhões de euros.

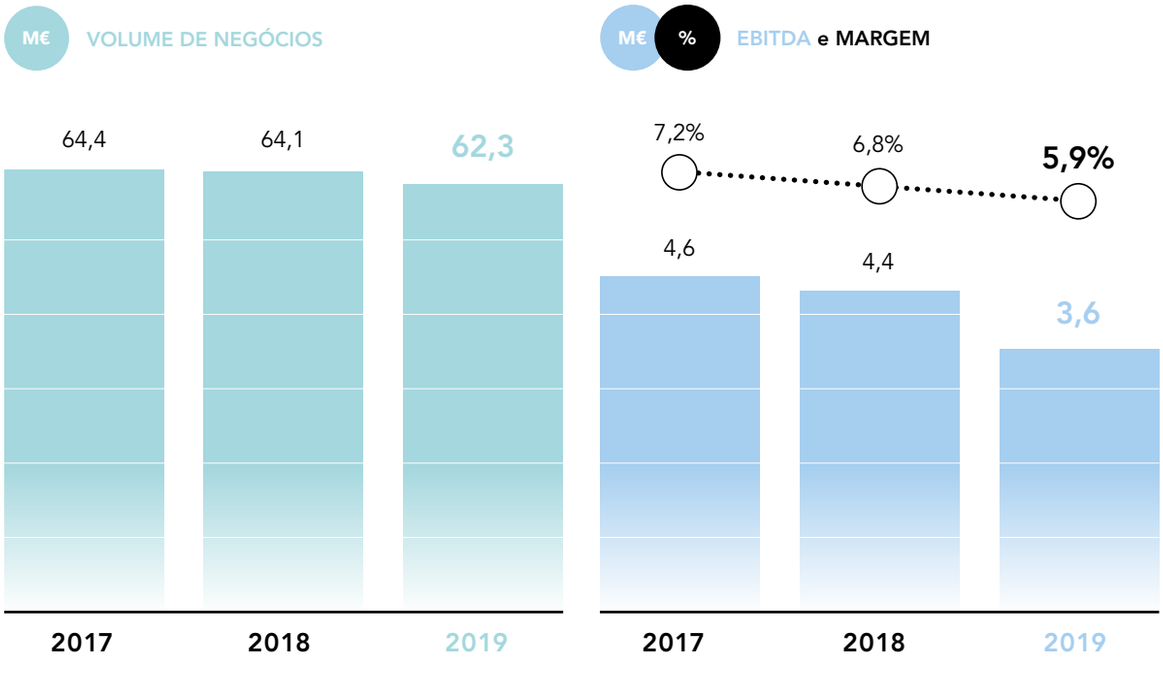
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO



ENERGIA

Em Portugal, a **Visabeira** reforçou a sua posição como empresa de referência na área da Energia, com competências consolidadas em múltiplos domínios, desde a produção, passando pelo transporte, transformação e distribuição dos recursos energéticos (eletricidade, gás e energias renováveis), bem como no projeto, construção e manutenção de redes e infraestruturas. A empresa, dotada de uma alargada capacidade de engenharia, com meios técnicos e humanos especialmente qualificados, e com uma elevada capacidade de intervenção, desenvolve uma operação abrangente que completa e complementa os diversos domínios da sua atividade, incluindo o estudo, planeamento, projeto, construção, instalação, distribuição, manutenção e serviços complementares, sendo por isso uma empresa integradora de soluções globais no setor das energias. Neste contexto a Visabeira é, no segmento da Eletricidade, o segundo maior adjudicatário, em termos de volume de negócio, para a EDP Distribuição. O ano de 2019 foi o quinto ano de contrato da "Empreitada Contínua EC2015 – Redes", que se iniciou em 30 de março de 2015 e que terminará em Março de 2021, tendo em consideração a prorrogação entretanto acordada, por mais um ano. Para 2020, a estimativa de volume de negócio, de acordo com os valores previsionais, já indicados pelo cliente EDP Distribuição, será de aproximadamente 16,5 milhões de euros, o que se mantém em linha com o verificado nos últimos 5 anos. A Visabeira deu assim continuidade à atividade desenvolvida desde o primeiro ano deste contrato, e a empresa conseguiu ainda assegurar um grande fluxo de realização nos trabalhos no âmbito do Projeto "InovGrid", com os contadores inteligentes – Smart Meters - Energy Box (EB). Em 2019, a Visabeira Infraestruturas iniciou a prestação de serviços para o cliente EDP Comercial, Comercialização Energia SA, o arranque de atividade com este novel cliente, ficou marcado pela adjudicação de duas obras de construção de linhas aéreas AT, para ligar à rede nacional de distribuição duas estações solares fotovoltaicas na região Sul do país. No segmento do Gás, a Visabeira mantém o reconhecimento como um dos prestadores de serviços de excelência da Galp Energia. Durante o ano de 2019, a Visabeira deu continuidade às operações inerentes ao contrato em parceria e do qual é adjudicatária com duas das distribuidoras de Gás Natural da Galp Energia / GGND - Galp Gás Natural Distribuição (Lusitaniagás e Beiragás), que tem uma duração de quatro anos e um valor global estimado de 14,3 milhões de euros. Ainda no âmbito dos contratos do universo GGND, a Visabeira alargou a sua área de atuação ao contrato de Construção e Manutenção da Rede de Distribuição de Gás Natural (Tipologia B) a mais doze concelhos no Norte/Centro do país. Ainda no ano de 2019, foi iniciada pela Visabeira uma nova frente de atividade com a construção de infraestruturas de telecomunicações para a construção de Redes FTTH, mantendo-se a atividade de manutenção destas infraestruturas. Neste contexto, a Visabeira assegurou no exercício de 2019 um volume de negócios de 28,6 milhões de euros, registando um significativo crescimento de mais de 13%, face ao ano anterior.

ENERGIA





VISABEIRA
Empresa de referência no setor da eletricidade e infraestruturas.



VISACASA
Manutenção de infraestruturas

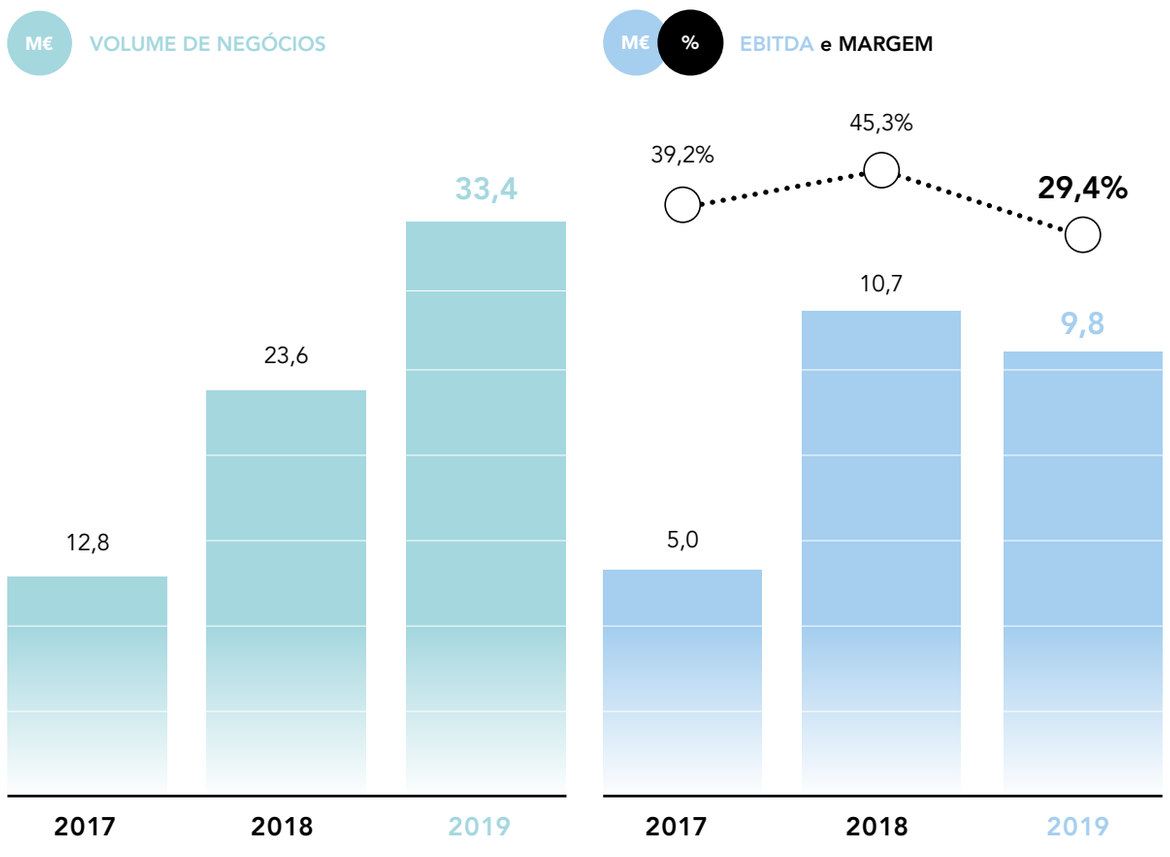
Ainda em Portugal, a **Visacasa** presta serviços de gestão global e multiassistência (instalações, equipamentos e maquinaria) a empresas e outras entidades que pretendam um serviço prestado por técnicos especializados, com competências diversificadas em várias áreas, numa ótica globalizadora e integradora de serviços, que a empresa muito potencia em resultado da abrangência de atividades do Grupo em que está integrada. As competências da empresa permitem disponibilizar uma oferta apelativa para vários segmentos de mercado, como é o exemplo do domiciliário, com serviços complementares que vão do projeto à construção, passando pela remodelação ou reabilitação e incluindo a assistência e manutenção. A Visacasa disponibiliza assim, com esta integração, um serviço customizado e diferenciado para cada cliente, que otimiza as instalações técnicas, salvaguarda a fiabilidade e alavanca a criação de um importante conjunto de mais-valias para os seus clientes. Em 2019, a empresa continuou a dedicar uma atenção especial à eficaz delimitação das áreas de atuação com um foco muito assertivo nas suas competências principais (AVAC, eletricidade e segurança eletrónica), maximizando os recursos disponíveis com foco nos contratos relevantes e estratégicos para a Visacasa. A organização do negócio na Visacasa está otimizada, fruto da sua estruturação, em dois grandes agrupamentos de operação, nomeadamente: a Manutenção (contratos de manutenção – Opex dos clientes) e a Instalação (obras e novas instalações – Capex dos clientes), representando um peso respetivamente de 65% e 35%, no total da sua atividade. Neste contexto, a empresa apresentou, em 2019, um volume de negócios de 3,3 milhões de euros, correspondendo a um impressivo crescimento superior a 33%, face ao ano anterior.

Em França, a **Constructel Energie**, na atividade de serviços associados às energias, consolidou a sua presença em território francês, junto aos operadores incumbentes ErdF (Électricité de France SA) (Enedis) e GrdF (Gaz Réseau Distribuition France), reforçando a sua posição como um dos seus principais parceiros e mantendo a estratégia de ser protagonista de referência neste mercado e importante player neste sector. Neste enquadramento a empresa apresentou um volume de negócios na ordem dos 20 milhões de euros, praticamente em linha com o desempenho do ano transato.

CONSTRUÇÃO

Em Portugal, a **Edivisa**, com uma experiência transversal no setor da Construção e Manutenção de Edificações e Infraestruturas, é uma empresa reconhecida à escala nacional como um player de referência no mercado, assegurando um vasto e diversificado portfólio de obras nos mais diversos setores. A Edivisa integra uma vasta plêiade de técnicos multidisciplinares, com equipas especializadas, enquadrados por uma matriz organizacional que otimiza os recursos disponíveis para que o resultado da empresa reflita a perfeita harmonia das áreas interdisciplinares, que abrangem arquitetura, engenharia e construção civil. A empresa desenvolve a sua atividade orientada para dois eixos de ação – i) obras públicas e ii) mercado imobiliário – nos quais atua no âmbito do projeto e construção, remodelação, reabilitação e manutenção de edifícios e infraestruturas. A área da Construção, durante 2019, foi principalmente impulsionada pelo forte investimento no setor imobiliário, com a Edivisa a prosseguir um desempenho pautado por uma rota de crescimento que vem registando no último triénio. Neste rumo as adjudicações conseguidas, nos anos de 2018 e 2019, impulsionam a empresa para poder vir a atingir, no ano de 2020, um volume de atividade que atinja um novo máximo histórico. Por outro lado, o segmento das obras públicas continua a ser a alavanca principal para o crescimento da empresa, o peso crescente deste segmento beneficia de uma importante carteira de encomendas já contratada e é fruto da continuidade da estratégia da empresa na forte aposta na angariação de obras. Em 2019, foram reconstruídas mais de 400 casas no programa de recuperação pós incêndios na região centro e continua a merecer particular destaque, na carteira de trabalhos da Edivisa, os trabalhos de construção e adaptação para o Hotel Mosteiro de Alcobaça, integrando todo o Claustro do Rachadouro da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça, inserido naquele monumento que é património mundial, e os trabalhos para a construção do Edifício no Chiado. Nas realizações do ano salientam-se ainda a reconstrução/readaptação do Edifício na Rua da Prata, destinado a alojamento local, habitacional e lojas, e ainda a continuação dos trabalhos de ampliação da oferta turística no sítio da Vista Alegre associados ao aumento da oferta da unidade hoteleira. Neste contexto, o ano de 2019 fica marcado por um desempenho positivo da empresa, com o volume de negócios a crescer para os 29,3 milhões de euros, mais 1,3% face ao ano de 2018, mas com um desempenho principalmente associado a um significativo aumento do volume de obras em carteira, potenciando um forte crescimento da empresa a curto prazo, como corolário de uma significativa expansão geográfica no seu âmbito de atividade. A **Edivisa Moçambique** continuou, em 2019, a concentrar a sua atividade no apoio e assistência técnica e no aluguer de equipamentos de construção que tem disponíveis, nomeadamente a firmas do Grupo Visabeira e também a outras empresas, assumindo-se como parceiro alavancador da atividade, neste setor da construção civil. Ainda em Moçambique, a **Sogitel** continuou a desenvolver a sua atividade na área da construção civil, em torno dos dois principais segmentos em que opera: a imobiliária e a execução de empreitadas de construção civil e infraestruturas. A empresa detém uma relevante carteira de clientes externos, onde sobressaem como principais clientes o Fundinvest e o FNDS e ainda o segmento de particulares e, simultaneamente, assume importantes obras no âmbito do grupo em que está integrada. Neste contexto, a Sogitel registou, em 2019, um volume de negócios superior a 5,3 milhões de euros.

CONSTRUÇÃO





EDIVISA
Expansão e modernização da Fábrica Bordallo Pinheiro, nas Caldas da Rainha.

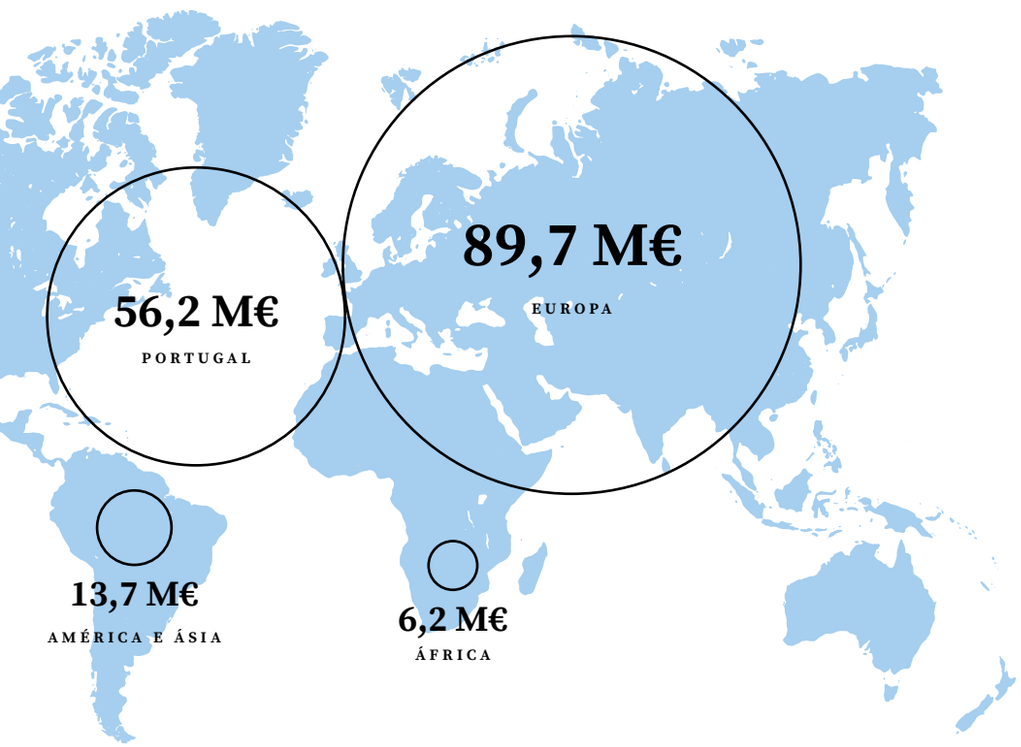
Visabeira Indústria

INDICADORES CONSOLIDADOS

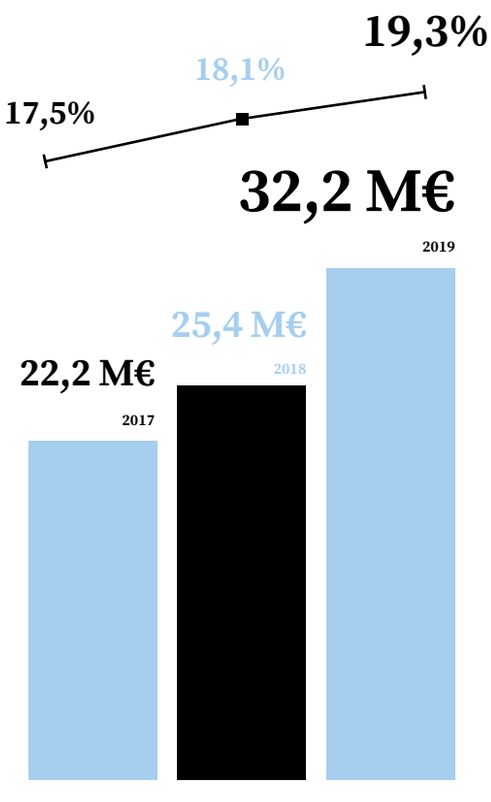
	2019	2018	Var YoY
Volume de negócios	167	141	19%
EBITDA	32,2	25,4	27%
Margem EBITDA	19,3%	18,1%	1,3 pp
Resultado operacional recorrente*	19,2	19,6	-2%
Margem operacional	11,5%	14,0%	-2,5 pp
Resultado líquido	3,2	6,9	-53%
Investimento líquido	26,8	35,6	-25%
Dívida	87,6	66,2	32%
Inventários	46,5	41,4	12%
Ativos fixos (incluindo prop. de investimento e *goodwill*)	255	234	9%

* Resultado operacional excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento e das provisões.

VOLUME DE NEGÓCIOS



EBITDA E MARGEM



A **Visabeira Indústria** é a holding estruturada para integrar as competências do Grupo no setor industrial, englobando as áreas de cerâmica e cristalaria, do mobiliário de cozinha, dos biocombustíveis, sistemas de recuperação de energia e recursos naturais, entre outras e, paralelamente, especialmente vocacionada para otimizar recursos entre as diferentes unidades fabris e maximizar sinergias dos diferentes segmentos. Em 2019, o volume de atividade no universo de negócios da Visabeira Indústria registou um agregado total de cerca de 185 milhões de euros, no conjunto das suas participadas. Como corolário refira-se que o crescimento nesta sub-holding, em termos consolidados, foi de 19%, no volume de negócios, e de 27% no EBITDA. A Visabeira Indústria é a segunda sub-holding em dimensão correspondendo a 19% do volume de negócio do Grupo.

CERÂMICA E CRISTALARIA

A Vista Alegre acrescentou, em 2019, mais quatro dezenas de prémios ao riquíssimo histórico de milhares de troféus que vem granjeando ao longo de quase 2 séculos, recheados de honrosas distinções, principalmente internacionais. Referência especial este ano para: German Brand Awards Winner - category excellent brands; German Brand Awards Special Mention - category excellent brands: Brand Innovation of the Year; Lit Design Awards Winner; Lit Design Awards Honorable Mention; German Design Awards Winner 2020; German Design Awards Special Mention; Tableware International Awards of Excellence Winner; A'Design Award Gold Winner; German Innovation Award Gold; German Innovation Award Winner; Good Design Chicago Winner; Architecture Masterprize Honorable Mention; European Product Design Award Gold; European Product Design Award Silver; European Product Design Award Bronze; Iconic Awards Innovative Interior Winner, entre outros. Na ISH, maior feira mundial de equipamento de banho, construção e energia, que decorreu na Alemanha, foi distinguida a inovação e design de uma placa cerâmica produzida pela Vista Alegre, a primeira a surgir no mercado, autossustentável para função de comando de descargas, sem recurso a pilhas ou eletricidade, com recurso à tecnologia "hydroboost" e acionamento "no touch" apenas por aproximação. A Vista Alegre foi ainda eleita como uma das marcas mais inovadoras de 2019 (considerando todos os sectores) e como uma das marcas de excelência na área do Living. Em Portugal, a marca foi também escolhida, pelo 10.º ano consecutivo, como Super Brand, sendo a Vista Alegre uma das 33 marcas distinguidas com o selo de "marca de excelência" de entre mais de 1.300 marcas pré-selecionadas. Em 2019, a conceituada marca suíça Franck Muller e a Vista Alegre uniram-se para apresentarem a exclusiva edição do relógio "Atlântico" que é exibido numa redoma de cristal, criada especialmente pela Vista Alegre para este lançamento de enorme exclusividade limitado a apenas 20 exemplares. A Vista Alegre continua a apostar em parcerias com artistas e marcas de renome mundial. Bom exemplo disso, é a formalização de um acordo no valor de 13,7 milhões de euros relativo à criação de uma linha com seis peças diferentes com a marca MasterChef, no último trimestre de 2019. Outro facto marcante de 2019, que merece destaque, foi a passagem, em Junho, dos 180 anos do Museu da Vista Alegre, um dos primeiros museus portugueses e no mundo. São quase dois séculos a preservar a história e a memória da marca e da indústria nacional e a promover a Vista Alegre, não só no agora renovado e muito elogiado museu mas também, ao longo do tempo, nos mais variados certames nacionais e internacionais. A marca assume um ADN de constante inovação para o que foi importante contributo o investimento, no setor da porcelana, num novo forno de chacota e equipamento específico para automação da carga e descarga e ainda a criação de um novo laboratório único no setor, aportando evolução tecnológica e impactos significativos na qualidade de produto e controlo do processo produtivo assentes nas indústrias 4.0. No segmento do cristal e vidro, realce para o investimento estratégico, em novos equipamentos, nomeadamente um novo forno de produção de peças de cristal, adoção de novas tecnologias e desenvolvimento de novos materiais, introduzindo no portfólio da unidade produtos diversificados de

elevado valor acrescentado. No global, os investimentos realizados potenciam o aumento de capacidade produtiva, uma maior eficiência operacional e a redução de custos, o que vem reforçar o posicionamento da Vista Alegre como detentora das fábricas tecnologicamente mais avançadas do mundo nos segmentos de mercado de cerâmica, cristal e vidro. Neste contexto o volume de negócios, em 2019, ultrapassou a fasquia dos 70 milhões de euros com um crescimento de 14%.

O ano de 2019 vai ficar marcado, para a centenária marca Bordallo Pinheiro, pela ampliação e modernização, com total renovação da unidade fabril da marca. A nova unidade com mais de 12 mil metros quadrados tem agora condições únicas que compaginam as melhorias tecnológicas, com uma maior eficiência energética, com o aumento de capacidade de produção da unidade em 60% e com as agora renovadas condições para alavancar o melhor que a marca tem, a arte e o talento dos seus artífices para honrar o legado de Rafael Bordallo Pinheiro e de seu filho Manuel Gustavo, a cerâmica artística e de autor. Neste contexto, outro facto da maior relevância que fica a marcar o ano de 2019 foi a conclusão do projeto INOVBORDALLO que acrescentou às competências da Bordalo Pinheiro, o know-how e o conhecimento acumulado na Visabeira Indústria, e da centenária Vista Alegre. Esta partilha de conhecimento entre as empresas do mesmo Grupo, permitiu desenvolver um projeto inovador, possibilitando a introdução de equipamentos e processos produtivos de última geração que garantem competitividade à escala global. Uma marca da forte aposta da crescente internacionalização em que a Bordallo Pinheiro está empenhada foi a abertura da sua primeira loja em Paris, iconicamente localizada na zona onde em que foi construído o pavilhão português para a presença na Exposição Universal de 1889. Exposição de boa memória pois pelo protagonismo de mestre Rafael Bordallo Pinheiro Portugal recebeu a medalha de ouro de melhor pavilhão, a fábrica foi também galardoada e o próprio Rafael distinguido pelo presidente francês, pelo trabalho realizado. Outra première, foi a abertura da primeira loja Bordallo Pinheiro fora da Europa, a aposta foi na África do Sul, na cidade do Cabo.

Esta aposta continua a dar resultados com os mercados externos a subirem de quota de novo neste exercício. A marca apresentou, na edição de 2019, 28 novas sardinhas para continuar a icónica coleção lançada em 2014 "Sardinha by Bordallo". São agora já mais de uma centena de exemplares criados por uma diversidade de personalidades nacionais e estrangeiras, que contribuíram para uma coleção que já conquistou o seu espaço no universo da cerâmica decorativa. Ainda na Bordallo, destaque para o lançamento de peças de autor das quais se realça a colaboração com o artista VHILS, numa edição numerada, que esgotou em duas semanas. Ainda de salientar a parceria com Claudia Schiffer, ex-modelo alemã e ícone da moda, iniciada com o desenvolvimento de uma coleção de peças exclusivas que foram já apresentadas, no início de 2020, na feira Maison & Objet, em Paris. Tudo isto num ano conturbado, em que a produção teve que conviver com a renovação integral da unidade fabril, mesmo assim a empresa conseguiu crescer com o volume de negócios a incrementar 6%, aproximando-se do patamar dos 4 milhões de euros.

A Ria Stone concretizou em 2019 um importante salto de crescimento muito alavancado pela aposta na modernização e expansão de capacidade. De facto, no âmbito da conclusão da sua ampliação e crescimento tecnológico, arrancou em Janeiro com o 3.º forno, com capacidade para produzir mais de 18 milhões de peças, elevando a capacidade total da fábrica para os 50 milhões de peças/ano em ano de cruzeiro. Este aumento de capacidade foi possível através da concretização de um projeto de ampliação da unidade que incluiu a instalação de mais 7 prensas isostáticas, extensão de mais 50 m de armazém automático e mais 3 linhas de vidrar e de escolha. Na embalagem, o investimento abrangeu a instalação de armazém automático, nova linha de embalagem de serviços e de open stock e uma envolvedora automática. Após uma fase prevista de afinação de equipamentos, a unidade conseguiu ter a capacidade máxima instalada a partir de Abril, tendo no último trimestre de 2019 conseguido atingir valores nos indicadores operacionais de acordo com a tendência de crescimento dos últimos anos. A inovação faz parte do ADN da Ria Stone e 2019 demonstrou de forma decisiva este posicionamento da empresa. A aposta na diferenciação e na inovação foi um fator em grande evidência, de que é bom exemplo a instalação de uma avançada máquina de impressão digital. Este equipamento permite criar novos produtos, diferenciadores, com maior valor acrescentado e sem prejuízo da eficiência e qualidade. O facto de este novo processo de decoração ser aplicado em regime de mono cozedura é igualmente uma inovação de enorme relevo. Mas a inovação na Ria Stone não se ficou por aqui, apenas outro exemplo foi o investimento de dois milhões de euros na automatização e ampliação da linha de escolha e embalagem e na otimização e automação dos fluxos logísticos, com a implementação de AIV's (autonomous intelligent vehicles), uma evolução tecnológica dos convencionais AGV, que permitem uma muito maior flexibilidade.

Ainda durante o ano de 2019, a Ria Stone deu continuidade ao desenvolvimento dos projetos H2020, em que se encontra envolvida, aplicando ferramentas inovadoras da Indústria 4.0, projetos pioneiros que incluem um inovador sistema de recolha e análise de grandes dados, permitindo tornar a gestão preditiva uma realidade, ou noutra vertente um vanguardismo que tem na sua génese o recurso a novas abordagens de deteção com a consequente reação corretiva aos defeitos no início dos processos. Um ano que comprova o ADN de inovação e tecnologia de ponta que a Ria Stone assume como desígnio desde que nasceu. Neste enquadramento, a Ria Stone alcançou um impressivo crescimento de 42% no seu volume de negócios, superando a fasquia dos 26 milhões de euros.

A Cerutil, em 2019, demonstrando uma postura de permanente evolução investiu na instalação de um novo forno,



VISTA ALEGRE
Reeleita, pelo décimo ano consecutivo, uma Superbrand – Marca de Excelência

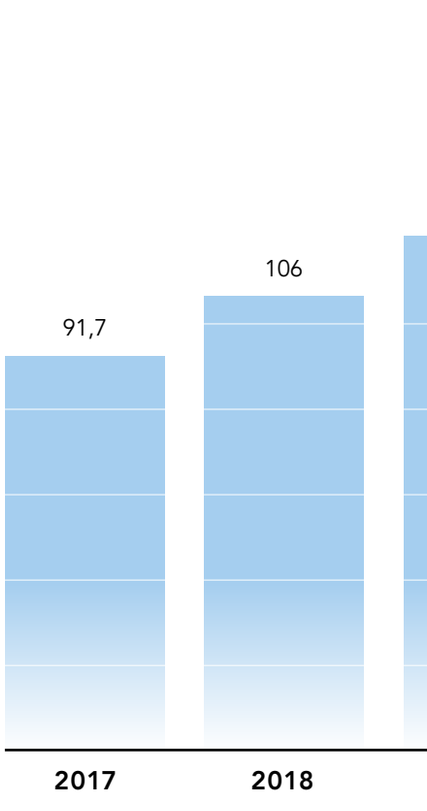
MUSEU VISTA ALEGRE
Localizado em Ílhavo, no lugar da Vista Alegre, revela a história da Fábrica e a evolução da produção da cerâmica e do vidro.



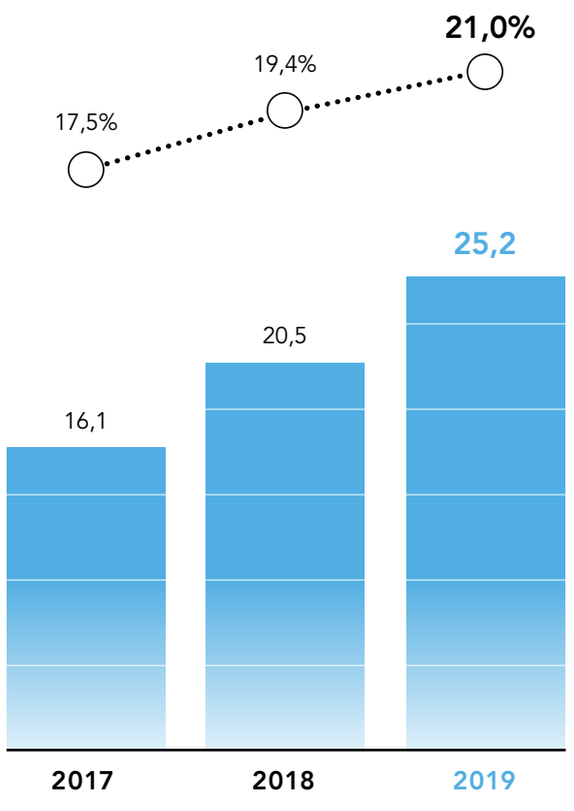
energeticamente mais eficiente, e tecnologicamente mais avançado que permitiu assegurar um melhor controlo do processo, aumentando a qualidade dos seus produtos. A Cerutil investiu também no processo de prensagem isostática que, para além de aumentar a capacidade de resposta, é uma tecnologia mais produtiva e eficiente, e ampliou a capacidade da Cerutil para passar a fazer peças com geometrias mais complexas. A Cerutil manteve assim uma forte aposta na melhoria contínua, que se afirma como principal pilar do posicionamento da empresa, transversal a todos os setores e a todos os colaboradores da empresa. O crescimento nos seus principais mercados externos foi uma primordial linha de força da atuação da empresa em 2019. Como corolário, a Cerutil reforçará uma política de inovação, orientada para a criação de novas coleções, novas cores, novas decorações, novas funcionalidades e novos produtos, perspetivando uma eficaz resposta às tendências do mercado e uma antecipação aos seus anseios e expectativas. A Cerutil, cumprindo o seu desígnio de empresa inovadora, apostará, por exemplo, no reforço da promoção de novas linhas em antiaderente, como produto francamente inovador no segmento, tirando vantagem competitiva do facto de ter sido pioneira nesta oferta e ser ainda a única empresa nacional equipada para fazer este tipo de produto cerâmico. Num ano ainda marcado pelos trabalhos de renovação e instalação de novos equipamentos, a produção foi afetada e em conformidade o volume de negócios registou um decréscimo de 16% situando-se acima dos 7,5 milhões de euros.

CERÂMICA E CRISTALARIA

M€ VOLUME DE NEGÓCIOS



M€ % EBITDA e MARGEM



BIOCOMBUSTÍVEIS, ENERGIA TÉRMICA E RECURSOS NATURAIS

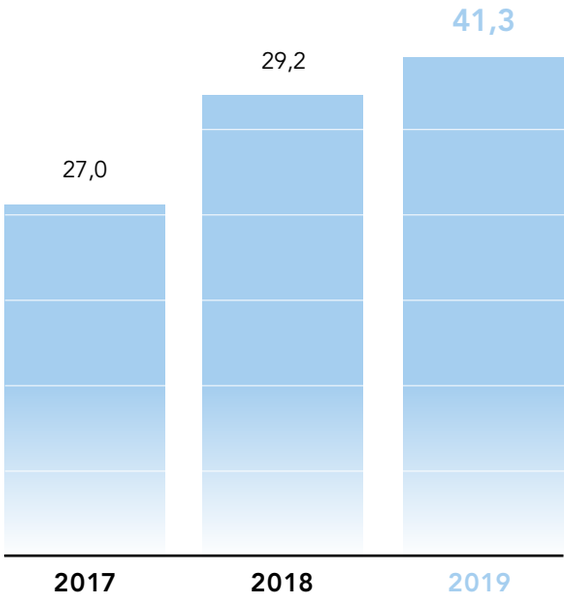
A **Pinewells** bateu em 2019 recordes históricos na maioria dos indicadores. Este crescimento veio consolidar a estratégia da empresa, pautada por uma aposta clara na exportação e diversificação de clientes no pellet industrial, tendo como principal destino o co-firing, sem no entanto descurar o mercado do pellet doméstico e do industrial crivado, que têm como mercado Portugal e Espanha, produtos estes que garantem uma maior margem de venda. Neste enquadramento, registou-se um crescimento muito significativo quer no pellet doméstico, na ordem dos 45%, quer no pellet industrial crivado de cerca de 160%, num total de 4.432 toneladas, para a indústria nacional, totalizando um aumento de 10% nas vendas globais, ou seja em linha com o aumento de produção. De realçar ainda que, acompanhando o aumento de vendas, também se verificou um aumento no preço de venda de todos os segmentos de produto acabado, aumentando a rentabilidade do negócio. Em 2019, a Pinewells apostou também na compra de um maior volume de triturados, na ordem dos 19%, de forma a manter os níveis de rolaria em stock mais elevados, servindo esses níveis como stock de segurança para os meses mais quentes e em que há menores entradas de matéria-prima. A garantia de maior disponibilidade de triturados em parque assegura ainda uma outra vantagem competitiva pois permite uma recuperação mais rápida dos níveis de produção em caso de eventuais avarias ou em situações de menor disponibilidade de mão-de-obra. No ano de 2019, deve ainda ser destacado no desempenho da empresa a consolidação da liderança da marca Pinewells no mercado de "pellet's" doméstico. Com este desempenho, a empresa cresceu mais de 22% no volume de negócios, aproximando-se da barreira dos 20 milhões de euros.

A **Ambitermo** protagonizou um desempenho excecional com um crescimento de atividade histórico. O mercado nacional foi importante com os importantes trabalhos que a empresa conquistou e assumiu mas deve ser dada também uma relevância especial à aposta que a empresa continua a fazer nos mercados externos. Neste contexto, a Ambitermo alcançou um volume de negócios muito perto da fasquia dos 16 milhões de euros, fruto de um impressivo crescimento de quase 70%.

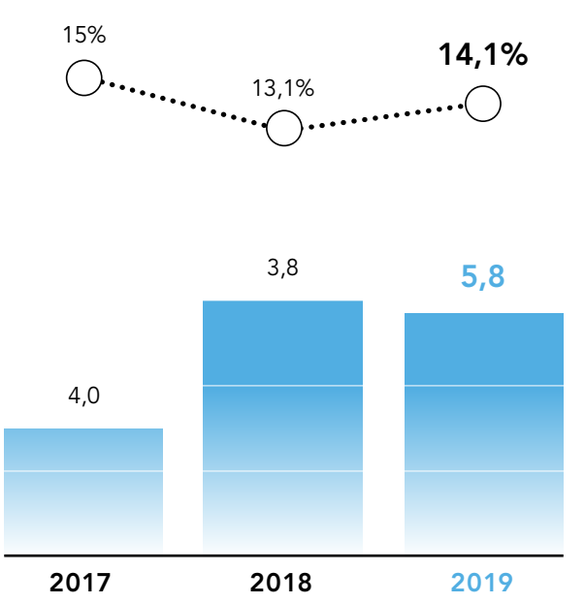
A **Granbeira** apresenta em 2019, um ano especialmente competitivo no setor, resultados positivos muito fruto do esforço conjunto da estrutura da empresa em dar resposta eficaz às exigentes solicitações do mercado de obras privadas, nomeadamente nos fornecimentos de betão pronto e agregados, em obras de relevo. A Granbeira granjeou a confiança do mercado pelo rigor e exigência que este exige ao nível do produto final, fator que torna a empresa um parceiro especialmente competitivo e com características diferenciadoras de eleição, que dão uma garantia segura ao mercado, tornando a empresa reconhecida como um parceiro de confiança. Adicionalmente, a empresa manteve em 2019 uma forte aposta na redução dos custos produtivos e na otimização da operação. Mantendo, obviamente, a empresa sempre o habitual rigor na produção e o seu exigente sistema de controlo de qualidade que a diferencia no mercado pela excelência dos seus produtos. A Granbeira num ano de mercado muito agressivo registou um decréscimo de 7% no volume de negócios que se fixou nos 2,9 milhões de euros.

BIOCOMBUSTÍVEIS, ENERGIA TÉRMICA E RECURSOS NATURAIS

M€ VOLUME DE NEGÓCIOS



M€ % EBITDA e MARGEM





PINEWELLS
Produção de pellets para o segmento doméstico e industrial

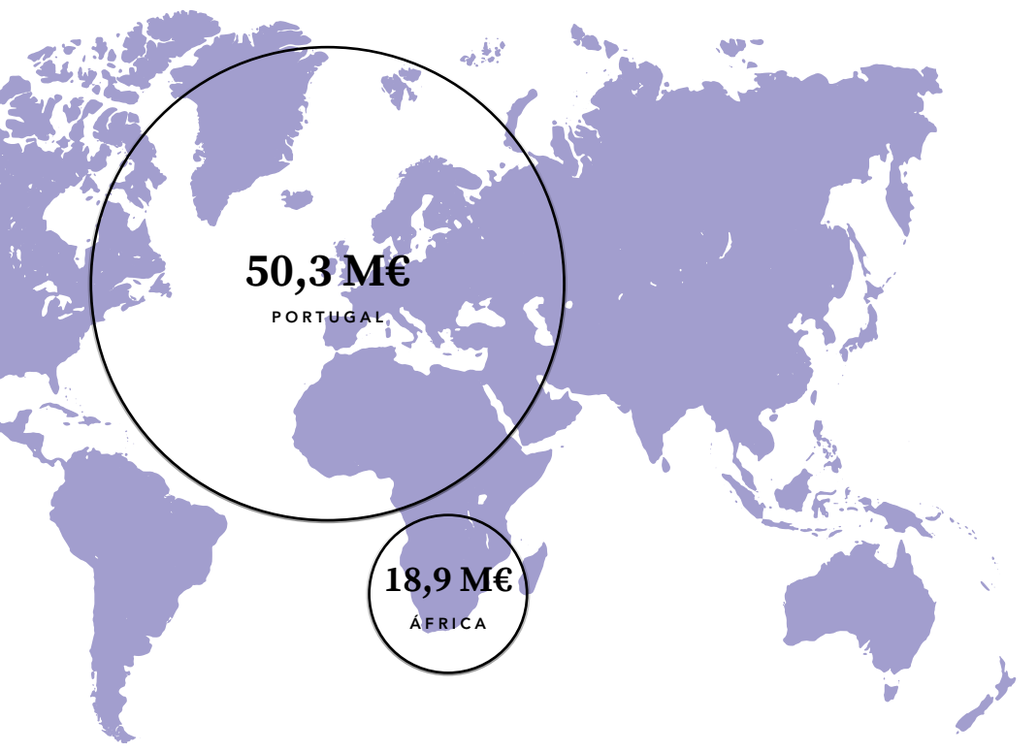
Visabeira
Turismo · Imobiliária · Serviços

INDICADORES CONSOLIDADOS

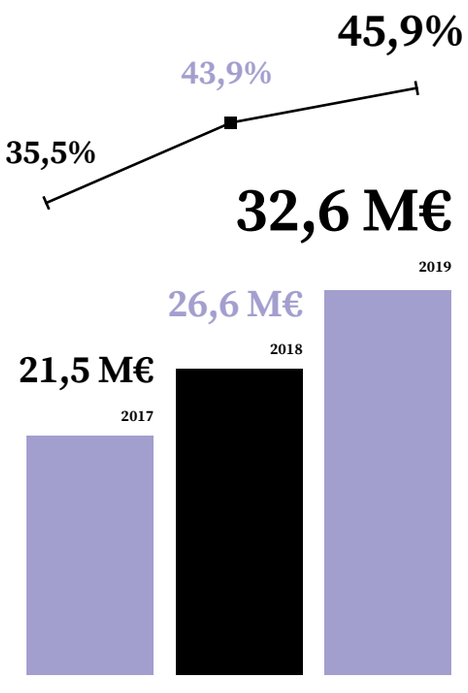
	2019	2018	Var YoY
Volume de negócios	69,2	60,5	14%
EBITDA	33,3	26,6	25%
Margem EBITDA	48,1%	43,9%	4,2 pp
Resultado operacional recorrente*	23,7	23,2	2%
Margem operacional	34,3%	38,3%	-4,1 pp
Resultado líquido	21,5	24,5	-12%
Investimento líquido	12,4	-10,3	221%
Dívida	140	133	6%
Inventários	26,6	33,5	-21%
Ativos fixos (incluindo prop. de investimento e *goodwill*)	624	598	4%

* Resultado operacional excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento e das provisões.

VOLUME DE NEGÓCIOS



EBITDA E MARGEM



A **Visabeira TIS** é a holding que tem como primeiro desígnio articular as áreas de turismo, imobiliária e serviços, integrando as competências distintas do Grupo em cada uma, otimizando recursos, garantindo uma gestão eficaz e focada em cada um daqueles setores de atividade e, simultaneamente, maximizando as sinergias e complementaridades resultantes da sua articulação.
No ano de 2019, o volume de atividade no universo de negócios da Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços registou um agregado superior a 94 milhões de euros, num total praticamente em linha com o alcançado em 2018 e com a esmagadora maioria das unidades de negócio a protagonizarem importantes crescimentos face ao ano anterior. No segmento de turismo registou-se um significativo crescimento de mais de 23%, no imobiliário o crescimento foi superior a 4% e apenas no segmento serviços o valor decresceu, num comportamento muito impactado pela não integração de algumas unidades na nova reorganização de empresas na formação da nova TIS, reduzindo assim a dimensão do universo comparativo.
Como corolário refira-se que o crescimento nesta sub-holding, em termos consolidados, foi superior a 17%, no volume de negócios, e de 23% no EBITDA, numa holding que contribui com 8% para o volume de negócios do Grupo.

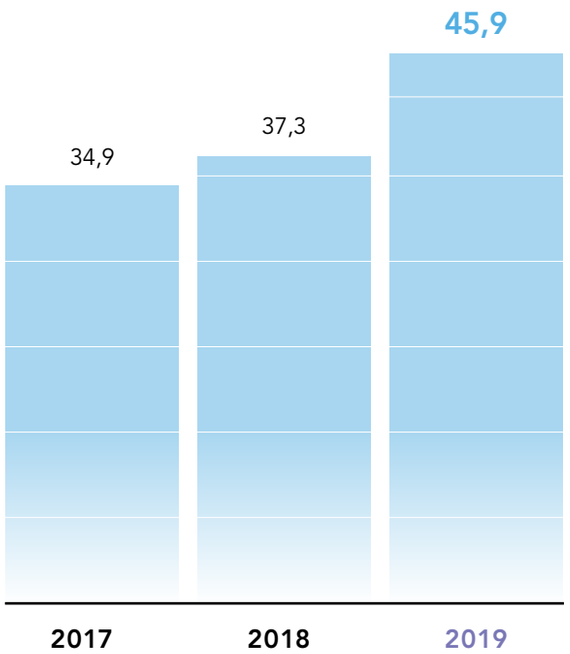
TURISMO

O segmento do **Turismo**, potenciando uma notoriedade cada vez maior da marca **Montebelo**, com a vertente corporate a ser uma componente relevante nas operações, mas também e principalmente pela qualidade da oferta hoteleira, gastronómica e de lazer das unidades que a integram, apresentou uma dinâmica muito positiva, que se traduziu num volume de negócios agregado, do conjunto das participadas neste segmento, na ordem dos 51,5 milhões de euros, mantendo uma rota de crescimento que superou este ano os 7,1% de incremento face ao total registado no ano transato. Esta sub-holding continua a apostar na expansão da sua oferta e no alargamento geográfico das suas atividades, a par da otimização e maximização das suas operações já consolidadas. Em 2019, abriu na capital, no coração da baixa pombalina, mais duas unidades de referência: o Montebelo Lisbon Downtown Apartments, na Rua da Prata e uma nova unidade da marca Troppo Squisito, agora no Terreiro do Paço. E na Vista Alegre ampliava a unidade hoteleira com mais uma oferta distintiva, o Palácio dos Mestres Pintores, primeira fase de um programa de ampliação de capacidade e de renovação de todo o bairro da Vista Alegre, onde se insere o hotel. Ainda na expansão da oferta preparava a abertura de um resort paradísico nas margens do Oceano Índico, na Ponta Milibangalala, em plena Reserva dos Elefantes, na província de Maputo, em Moçambique, com a fase de pré-abertura e primeiros testes, para lançamento no mercado do Montebelo Milibangalala Resort Bay no primeiro semestre de 2020. Ao mesmo tempo que mantinha particular atenção na qualidade da oferta existente ao promover um programa concertado de renovação e melhoria das suas unidades hoteleiras em Viseu, Aguieira e Maputo.
Numa síntese de 2019, o **Montebelo Viseu Congress Hotel** reforçou a sua posição de unidade referência na região com uma forte vertente de corporate bem equilibrada com o segmento de turismo de lazer; o **Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa**, consolidou o seu estatuto de referência mundial enquanto destino associado ao treino de canoagem ao mesmo tempo que reforçou a sua posição enquanto oferta de destino de férias e fins-de-semana; **Montebelo Vista alegre Ílhavo Hotel** continua a atrair novos públicos pelo seu inovador conceito temático associado à porcelana, à sua história e arte e simultaneamente consolidou a sua posição de destino muito atrativo para eventos nacionais e também internacionais de grande dimensão, potenciando a sua integração na oferta global da Vista Alegre; o **Parador Casa da Ínsua** continua a ser um bom atrativo para o mercado espanhol, potenciando ser o único da rede fora do território espanhol e fruto da sua oferta enquanto hotel histórico de múltiplos atrativos associado à natureza e à vida agrícola, expandiu a sua oferta a mais públicos com especial relevo para os fins-de-semana e para eventos e comemorações; o **Hotel Palácio dos Melos** assumindo também um ambiente de charme e história potenciou a sua localização privilegiada, no coração do centro histórico de Viseu, e consolidou o seu mercado atraindo novos públicos que procuram o turismo de proximidade a núcleos monumentais; o **Hotel Príncipe Perfeito** otimizou a sua integração numa ambiência de natureza estando próximo do centro da cidade e alavancou a sua posição no segmento corporate mais competitivo, num ano em que conciliou a operação como o programa de trabalhos de integral renovação e melhoria que tem em curso; em Moçambique, destaque para as duas unidades de Maputo, com o **Montebelo Girassol Maputo Hotel** agora completamente rejuvenescido e ampliado, criando uma nova oferta a que os vários públicos têm aderido, e que continua a privilegiar vetores fulcrais da sua personalidade como a excecional vista panorâmica sobre a baía de Maputo e a localização na zona central da capital; também o **Montebelo Indy Maputo Congress Hotel** que se mantém como unidade de referência na capital moçambicana para realização de pequenos, médios e grandes eventos com o seu enquadramento natural numa das zonas mais nobres da cidade; e também menção para o **Montebelo Gorongosa Lodge & Safari**, em pleno Parque Nacional da Gorongosa, com a sua oferta única num parque que a passos largos retoma a sua notoriedade passada, atraindo um mercado que a partir de agora passará a ter outra excecional oferta na cadeia Montebelo, o novel **Montebelo Milibangala Resort Bay**, um paraíso junto ao Índico, na Reserva dos Elefantes na província de Maputo, uma caso único de biodiversidade, que está já em fase de pré abertura.

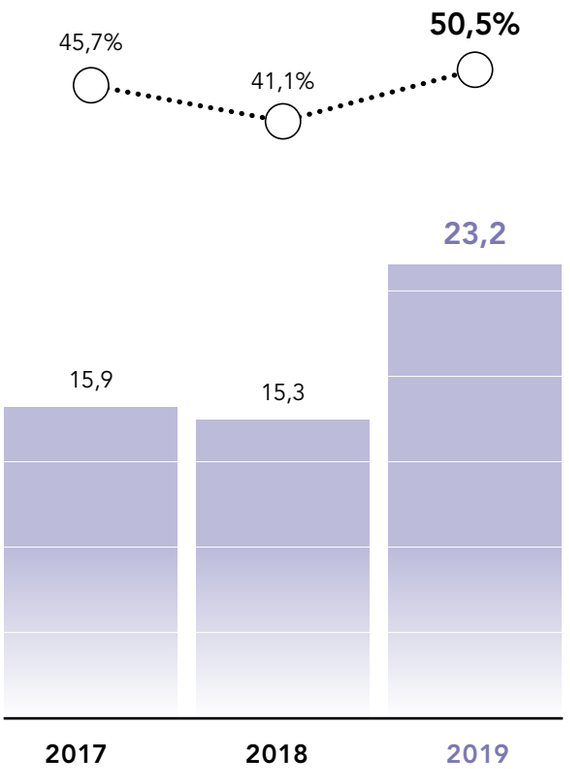
No lazer, referência para o **Montebelo Golfe**, manteve o seu estatuto de anfitrião das mais importantes provas amadoras a nível nacional e reforçou o seu programa de torneios ao longo de todo o ano.
Outra referência importante neste segmento, a **Movida** alcançou, durante o ano de 2019, um novo máximo histórico com o **Palácio do Gelo** a registar a maior afluência, desde o ano da sua abertura inicial em 1996, com mais de 9,7 milhões de visitantes. Para este sucesso têm contributo muito positivo a realização assídua de ações de animação e divulgação ao nível das lojas, novos contratos, bem como um reforço da comunicação de ações promocionais de cada lojista e do próprio centro através das plataformas de social media, o que alavancou a abertura de novas lojas e marcas, algumas pioneiras a nível nacional, e ainda várias ampliações, reformulações e melhorias de lojas existentes, a par do arranque de um programa de renovação geral dos interiores do centro. Desempenho dinâmico que muito potenciou as virtualidade únicas de um empreendimento como o Palácio do Gelo, que reúne uma vasta plêiade de características diferenciadoras que o posicionam como uma das melhores ofertas de "Shopping and Leisure Experiences" em Portugal: oferta ampla, diversificada e sofisticada, ambientes confortáveis e modernos, grande transparência visual, intensa luminosidade interior, amplas áreas de circulação, zonas de estar espaçosas, cómodas e funcionais, espaços de usufruto exterior com terraço e esplanadas, vista panorâmica sobre a serra da Estrela e envolvente, introdução de novas marcas em Portugal, novos conceitos de entretenimento para toda a família, pista de gelo e bar de gelo. O Palácio do Gelo Shopping é um empreendimento único com este agregado de atributos que lhe permite atrair clientes de todo o país e ainda de outros países, nomeadamente da vizinha Espanha. Assumindo um papel aglutinador na região, com a sua oferta integrada de entretenimento, lazer e serviços, o Palácio do Gelo é cada vez mais uma escolha privilegiada como escolha preferencial para destino de compras, serviços e lazer.

TURISMO

M€ VOLUME DE NEGÓCIOS



M€ % EBITDA e MARGEM





MONTEBELO VISEU CONGRESS HOTEL
Integrado na cadeia Montebelo Hotels & Resorts, com presença em Portugal e Moçambique, é uma referência na região centro de Portugal.



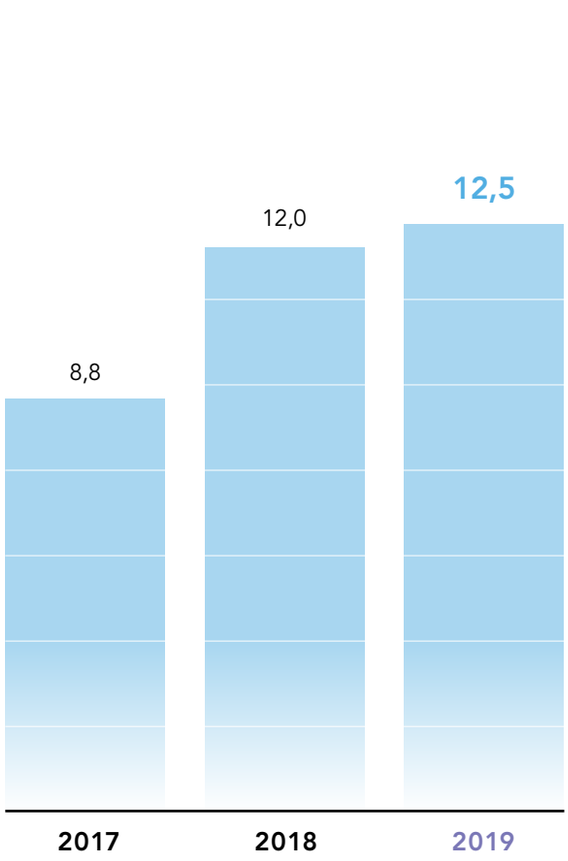
VISABEIRAHOUSE
Gestão integrada de ativos imobiliários, incluindo a atividade comercial, exploração corrente, manutenção e limpeza.

IMOBILIÁRIA

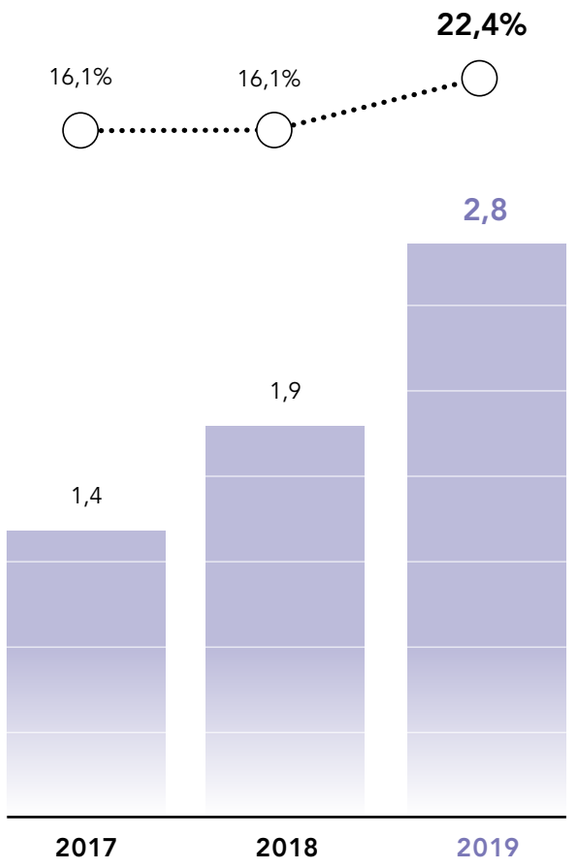
O segmento **Imobiliário**, tirou partido do estatuto de referência que as suas marcas, alavancadas pela VisabeiraHouse, têm granjeado no mercado e da sua consolidação neste novo contexto, apresentando-se de um modo mais abrangente e assertivo, o que criou dinâmicas e alargou o reconhecimento generalizado de que a empresa possui um posicionamento de confiança, muito associado a produtos de qualidade e estrategicamente bem localizados. O leque de produtos que têm uma posição consolidada no mercado de Viseu, continua a ser reforçado fruto de uma expansão geográfica com a angariação de novos mercados, com o foco em Lisboa, mas também noutras localizações que se revelam com bom potencial de crescimento, por forma a constituir uma bolsa que transversalmente dê maior resposta às expectativas e necessidades dos clientes, e à sua satisfação de uma forma mais abrangente. A empresa continua mais orientada para a compra/venda, mas também não perde de vista as potencialidades do mercado de arrendamento, pois este continua a ser um segmento muito dinâmico, ainda em crescimento e que permite enquadrar melhor as propostas para cada necessidade em concreto. A opção aluguer tem sido minimizada fruto da apetência que o mercado apresentou para a compra para investimento, área em que os vários produtos imobiliários Visabeira se posicionam bem. Neste contexto, o conjunto das suas empresas deste setor, superou a fasquia dos 14 milhões de euros, no volume agregado de negócios, o que representa um incremento de mais de 4%, face ao ano de 2018.

IMOBILIÁRIA

M€ VOLUME DE NEGÓCIOS



M€ % EBITDA e MARGEM

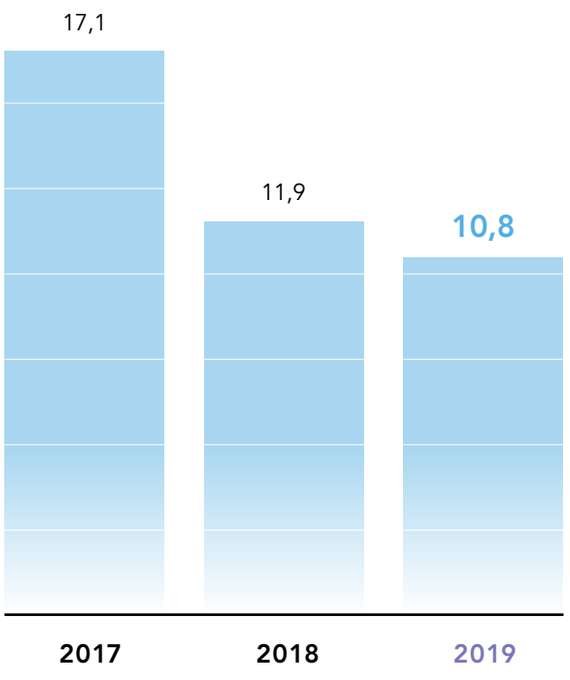


SERVIÇOS

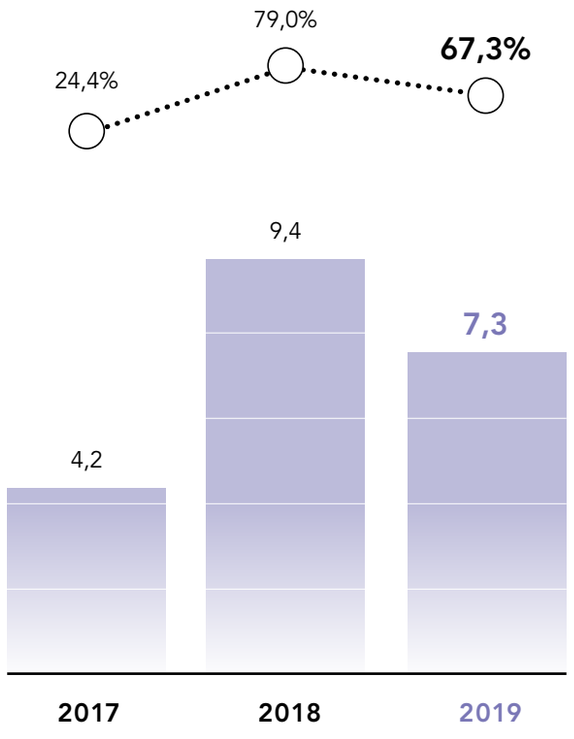
No segmento de **Serviços** foi mantido o rumo que o tem distinguido pela eficácia e eficiência dos seus serviços e continuará a manter a forte aposta num postura contínua de inovação ativa e focada nos resultados. Uma atitude transversal com uma permanente orientação para a criação de mais-valias para os seus clientes, em que é sempre promovida uma cuidada atenção ao desígnio, de todas as participadas, de oferecer soluções globais e antecipar as necessidades dos seus clientes. É nesta ótica que os pilares da sua matriz de atuação se mantêm cada vez mais atuais e são os mandamentos de atuação de todos a equipa: i) contribuir decisivamente para a rentabilidade dos negócios através da racionalização dos custos e da otimização dos resultados; ii) promover a melhoria contínua através de sistemas de informação adequados e adaptados às necessidades de cada empresa; iii) manter uma organização motivada, eficiente, harmonizada, ágil e flexível alicerçada nos valores da marca. A comparação de indicadores com o histórico de anos anteriores não resulta distorcida porque, após a reorganização estrutural da TIS, no caso do segmento de Serviços, o conjunto de empresas é diferenciado do ano anterior, resultando conjuntos não compaginàveis, uma vez que nem todas as empresas estão nos dois universos cotejados e ademais por se tratar de um setor muito vulnerável à dimensão de projetos pontuais, casuísticos e datados no tempo. Mesmo assim, o conjunto de empresas posicionadas neste segmento alcançou, em 2019, um volume de negócios agregado que se situou na ordem dos 29 milhões de euros.

SERVIÇOS

M€ VOLUME DE NEGÓCIOS



M€ % EBITDA e MARGEM



GRUPO VISABEIRA
Escritórios em Lisboa na Av. Gago Coutinho.



Compromisso com a sociedade

Qualidade, Ambiente e Segurança

No contexto atual, a responsabilidade das organizações não se circunscreve à criação de riqueza, à proteção do ambiente e à redução dos riscos associados às suas atividades, áreas em que as exigências legais e de gestão são cada vez maiores. Trata-se da assunção crescente da sua responsabilidade social.
Neste sentido, no Grupo Visabeira, a gestão apoia-se num conjunto de procedimentos, normas e práticas, capazes de utilizar os recursos naturais de maneira ambientalmente responsável, evitando impactos irreversíveis. Esta nova conceção traz uma preocupação com a utilização de tecnologias limpas, a minimização do desperdício e a gestão sustentável dos recursos naturais.
Também no que respeita à Segurança e Saúde no trabalho, o desenvolvimento e a certificação dos principais Sistemas de Gestão das empresas, em conjunto com as diversas ações de prevenção da sinistralidade e com a contínua aposta na formação dos colaboradores, permitiu uma otimização das condições de trabalho e do desempenho profissional, melhorando de forma sustentada os índices nestas áreas.
Em síntese, a qualidade e excelência nos produtos/serviços e nas organizações é sustentada na melhoria contínua dos Sistemas de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança. Desta forma, em 2019 destacam-se um conjunto de atividades, no âmbito da qualidade, ambiente e segurança que se sintetizam de seguida:

- Monitorização contínua das boas práticas nas áreas da qualidade, ambiente e segurança, através da realização de visitas e inspeções AQS, com especial ênfase nas áreas da Visabeira Global. Foram realizadas aproximadamente 1.700 visitas e/ou inspeções, tendo sido envolvidos cerca de 3.800 colaboradores;
- Continuação da aposta na formação, que envolveu um total de 3.687 colaboradores, sendo de destacar a temática da segurança e saúde no trabalho, que representou cerca de 65% dos formandos;
- Reforço dos compromissos com a sustentabilidade, uma vez que há uma crescente procura de produtos certificados e denominados sustentáveis. Esta alegação dá uma segurança ao cliente de que o produto que está a utilizar é de facto proveniente de fontes sustentáveis e que não coloca em risco vertentes ambientais, sociais ou económicas. A título de exemplo, na Pinewells, a aposta nas visitas de campo, formação, verificações de áreas e fornecedores, permitiu não só a continuação de um trabalho seguro e transparente para os clientes, mas também validar a fiabilidade dos fornecedores;
- Continuação da implementação da metodologia Kaizen na Cerutil e na Bordallo Pinheiro, que tem vindo a permitir um maior envolvimento dos colaboradores nos processos da empresa. Esta metodologia tem permitido, para além dos ganhos de produtividade, uma melhoria no bem-estar dos colaboradores, uma vez que permite também melhorar o seu local de trabalho;
- Monitorização contínua das boas práticas de higiene e segurança alimentar, tendo sido realizadas cerca de 250 análises microbiológicas nas várias unidades da Visabeira Turismo;
- Melhoria contínua da capacidade de resposta em situações de emergência ambiental, através da realização de exercícios de acidente de natureza ambiental, que permitam uma atuação eficaz por parte dos colaboradores no caso da eventual ocorrência de acidentes de natureza ambiental;
- Continuidade da monitorização da qualidade da água na área do ancoradouro da Aguieira, com o objetivo de avaliar o impacto das atividades do ancoradouro na albufeira;
- Monitorização contínua dos aspetos ambientais, cálculo dos respetivos impactos ambientais introduzidos no meio ambiente e reavaliação permanente das medidas de mitigação e minimização implementadas;
- Contínua otimização do sistema de geolocalização nas viaturas, permitindo uma gestão eficiente dos recursos técnicos nas suas atividades diárias. Este sistema representa um contributo importante na sustentabilidade da empresa, uma vez que tem permitido ganhos evidentes quer na vertente económica, quer sobretudo na vertente ambiental;
- Consciencialização ambiental na aquisição de equipamentos de trabalho, tendo sido elaborados cadernos de encargos para os principais grupos de materiais e equipamentos, priorizando os que se traduzem em menores impactes ambientais e que simultaneamente permitem garantir a segurança dos utilizadores;

No que respeita à implementação e certificação de sistemas de gestão, 2019 fica marcado pela manutenção e consolidação da certificação das empresas, de acordo com os referenciais normativos da qualidade (ISO 9001), ambiente (ISO 14001) e Segurança (OHSAS 18001).
Para 2020, o foco ao nível dos sistemas de gestão estará centrado na transição para o novo referencial normativo da segurança (ISO 45001).

UN Global Compact

Graças a uma postura caraterizada pelo rigor, o esforço e a transparência, o Grupo Visabeira continua também a orientar esforços para uma atuação alinhada com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com foco nas pessoas, alicerçada em valores, íntegra e inovadora, com o compromisso de apoiar, divulgar e seguir os Objetivos do Milénio, respeitando e promovendo os direitos humanos de todos os cidadãos, diminuindo as desigualdades sociais e os desequilíbrios ambientais das regiões onde atua.
Alinhado com a orientação estratégica anteriormente referida, o Grupo Visabeira enquanto signatário do Global Compact das Nações Unidas, elaborou o seu sétimo relatório de Comunicação de Progresso (COP), reafirmando uma vez mais o seu compromisso em continuar a fazer do Pacto Global e dos seus 10 princípios parte da estratégia, da cultura e das operações diárias da organização.

As Pessoas

O Grupo Visabeira, com a sua caraterística identidade de companhia multiatividades e pluricontinental, privilegia a capacitação das pessoas e a sua orientação para os objetivos como foco primordial da sua política de recursos humanos, tendo sempre como alvo o constante foco na melhoria contínua da produtividade e na qualidade do serviço ou produto.
Toda a equipa, nos seus diferentes níveis, tem com desígnio diário, ir de encontro às necessidades dos clientes e suplantar as suas expetativas, pautada por uma matriz que se sustenta num triângulo virtuoso, que articula três vértices fundamentais: i) a qualidade de serviços e produtos; ii) a expansão geográfica das atividades; iii) a dinâmica e rigor de atuação.
A organização, em toda a sua matriz estrutural, tem um permanente desafio na compaginação de carreiras atrativas e de sucesso com os resultados individuais e coletivos. No espírito de todos está sempre a eficaz administração do conhecimento, a competente gestão das equipas, a otimização dos recursos, a maximização de sinergias e a eficiente partilha da estratégia e valores da empresa.
Num Grupo, que se quer cada vez mais forte e com o crescimento como desígnio, é missão primeira da sua gestão envolver todos na promoção das boas práticas e promover a sua correta articulação com a gestão das expetativas profissionais e pessoais de todas e de cada uma das pessoas e com o alinhamento estratégico para a qualidade do desempenho e para o atingimento dos objetivos.
Na base do sucesso alcançado está a polivalente capacidade de formação e capacitação de técnicos, e a dinâmica gestão de carreiras promovendo oportunidades multissetoriais ao desenvolvimento de carreira de cada um dos seus colaboradores. Neste contexto deve ser também relevada a caraterística identidade de companhia multissetorial e transnacional do Grupo que é fator potencial de parcerias com instituições de ensino, escolas técnico-profissionais, universidades e todas as organizações académicas com quem articula e maximiza a promoção das melhores condições de êxito para os jovens recém-formados de molde a desenhar à medida os melhores enquadramentos para a sua profícua integração na vida profissional assegurando mais-valias mútuas.
É fundamental, para os objetivos comuns, uma sábia miscigenação da experiência com sangue novo para que estes processos se complementem e completem de forma harmoniosa para constituir um quadro sólido, competente e motivado consentâneo com o modelo de expansão do Grupo numa rota de pleno desenvolvimento com desafios cada vez mais ambiciosos, com tem sido paradigma num percurso de quase 4 décadas.
Em termos históricos, o número médio de colaboradores total situou-se, em 2019, nos 12.014, o que corresponde a um crescimento de 9,5% face ao valor médio de 10.974 colaboradores, registado no ano anterior. Num ano em que o volume de negócios cresceu mais de 22%, esta evolução do quadro de pessoal com um incremento de 9,5% é bem demonstrativa da capacidade, competência e motivação com que toda a equipa se empenhou na concretização de um notável nível de desempenho de toda a estrutura sempre com um foco assertivo nos objetivos, o que permitiu atingir máximos históricos na generalidade dos principais indicadores.
Em 2019, neste domínio, o Grupo registou um crescimento de um total de pessoas de 11.327, em 31 de dezembro de 2018, para 12.114 a 31 de dezembro de 2018 o que representa um acréscimo de 7%. As três grandes sub-holdings do Grupo, à mesma referência a 31 de dezembro, também apresentaram um percurso de crescimento: a Global passou de 6.517 para 7.051, ou seja mais 8,2%; a Indústria passou de 2.654 para 2.813, representando um incremento de 6,0%; e a TIS passou de 2.156 para 2.250, protagonizando um aumento de 4,4%. O quadro seguinte espelha a esta evolução, nos anos recentes, com segmentação por sub-holding:

PESSOAS

	2019	2018	2017	2016
Visabeira Global	7.051	6.517	5.285	4.945
Visabeira Indústria	2.813	2.654	2.611	2.444
Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços	2.250	2.156	2.177	2.285
TOTAL	**12.114**	**11.327**	**10.073**	**9.674**

Formação profissional

A globalização dos mercados e a crescente externalização das atividades produtivas, leva à necessidade de dotar as empresas de ferramentas que permitam aumentar a sua competitividade. Assim, é cada vez mais relevante o incremento do desempenho dos colaboradores, sendo fácil de compreender que a performance dos profissionais com mais formação ou experiência, são fundamentais para as empresas atingirem os seus objetivos.
Atualmente, assistimos a uma mudança de paradigma na formação profissional em Portugal, que começa a ser vista como um importante veículo de valorização, quer para as pessoas, quer para as empresas.
No universo das empresas do Grupo Visabeira, a formação é encarada como um investimento de valor e não apenas como uma mera obrigação legal a cumprir. As pessoas são o principal ativo da nossa organização, pelo que ao investir no desenvolvimento das suas competências, estamos a desenvolver as competências das empresas e a colocá-las na rota do sucesso através de uma melhoria significativa da sua performance.
A entidade formadora Grupo Visabeira (certificada pela DGERT desde 2005), tem como clientes privilegiados as empresas do Grupo e respetivos prestadores de serviços, sendo a formação ajustada à medida das necessidades de cada empresa. Desta forma, atua em diversas áreas de educação e formação, das quais se destacam as seguintes: Línguas e literaturas estrangeiras; Gestão e administração; Enquadramento na organização/empresa; Informática na ótica do utilizador; Eletricidade e energia; Eletrónica e automação; Construção civil e engenharia civil; Hotelaria e restauração; Tecnologia de proteção do ambiente; Segurança e higiene no trabalho.
Em linha com o que se vem verificando nos últimos anos, em 2019 o incremento da internacionalização do Grupo

Visabeira na área das telecomunicações no mercado europeu, traduziu-se num incremento do número de ações de formação realizadas, que permitiram responder à necessidade de qualificação de técnicos para esses novos mercados. Estas ações foram realizadas em diversos locais de Portugal Continental e ilhas, concentrando-se a sua grande maioria na Academia de Formação, em Viseu.
Para 2020, em função da continuidade da aposta na internacionalização do Grupo Visabeira na área das telecomunicações no mercado europeu, prevê-se que o número de ações de formação a realizar, assim como o número de formandos envolvidos, continue com a mesma tendência de crescimento que se registou nos últimos anos.

Comunicação

O Grupo Visabeira teve um ano de 2019 particularmente ativo no que à comunicação diz respeito, muito por via da intensa atividade que a holding e as suas múltiplas empresas tiveram no país e no estrangeiro.
Sendo um grupo multissetorial presente em 16 países, é natural que a atividade e realizações sejam geradoras de um elevado fluxo comunicacional que é veiculado, essencialmente, pelos órgãos de comunicação social tradicionais – TV´s, rádios, jornais e revistas – mas, também, pelas plataformas digitais – blogs, jornais online, entre outros.
Ao longo do ano, o Grupo Visabeira e as suas empresas e unidades foram alvo de mais de três mil referências, o que fez elevar o nível de notoriedade e visibilidade junto da opinião pública e dos opinion makers.
O bom desempenho do Grupo Visabeira, enquanto holding, despertou interesse jornalístico de alguns meios, em especial os ligados à economia. Nesse pressuposto, há a sublinhar as entrevistas exclusivas que o CEO Nuno Marques concedeu ao Jornal de Negócios na qual foi feita uma abordagem geral à atividade do Grupo, em Portugal e sobretudo no estrangeiro.
A entrevista que o presidente da comissão executiva concedeu à Agência Lusa sobre o reforço e expansão da atividade do Grupo Visabeira na Alemanha foi outro tema em destaque em 2019, tendo o artigo sido replicado por inúmeras publicações.
Sendo o Grupo Visabeira um dos de maior destaque e projeção nacional é natural que os seus responsáveis sejam solicitados para depoimentos sobre diversas matérias. Num ano em que o país foi a votos para eleger o novo Governo, a revista Exame solicitou a Nuno Marques a sua opinião sobre o "que espera do novo Executivo". O CEO do Grupo Visabeira foi um dos 30 gestores a nível nacional cuja opinião foi estampada nas páginas da publicação económica.
Ainda em termos institucionais, a revista Prémio entrevistou aquele responsável, tendo a revista Bons Negócios conversado com a administradora Alexandra Lopes, membro do conselho de administração da holding.
Em matéria de entrevistas, de sublinhar as concedidas por Jorge Costa, administrador da Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços à Publituris, relativamente à abertura do Montebelo Lisbon Downtown Apartments, e ao Jornal Expresso (caderno Golfe) sobre o envolvimento do Montebelo Golfe no Expresso BPI Golfe CUP, uma ligação com mais de década e meia. Também a propósito do patrocínio àquela competição, o Expresso (caderno Golfe) conversou com Nuno Barra, administrador da Vista Alegre, empresa que apoia aquele Campeonato Nacional de Empresas ao ceder todos os troféus de porcelana e o prémio final em cristal.
No que respeita a volume noticioso, 2019 foi mais uma vez o ano Vista Alegre. Com efeito, a centenária empresa, que desde 2009 íntegra o universo empresarial do Grupo Visabeira, foi alvo de mais de mil publicações em jornais, revistas, blogs, rádios e televisões.
A operação de sucesso do aumento do Capital Social da Vista Alegre com a entrada de 29 novos acionistas institucionais, a maioria dos quais estrangeiros, foi um dos momentos mais mediáticos do último trimestre do ano.
Também os sucessivos comunicados emitidos pela empresa dando conta da performance financeira ao longo do ano, mereceu ampla divulgação por parte dos principais órgãos de comunicação social.
Ao longo de 2019, sucederam-se os lançamentos de novas peças e coleções, surgindo desde logo à cabeça, a apresentação da coleção Amazónia com um evento que decorreu na Casa das Galeotas, na sede da UCCLA, em Lisboa. A presença de alguns elementos da tribo Kayapó, nativos da selva amazónica que pela primeira vez saíram do seu habitat natural, foi amplamente noticiada, tendo levado os indígenas a programas de televisão onde a coleção Amazónia foi apresentada.
Outros dos momentos de grande difusão mediática foi o anúncio de que Claudia Schiffer iria criar coleções exclusivas para a Vista Alegre e Bordallo Pinheiro, uma notícia que despertou interesse desde a imprensa regional até à especializada passando pelas televisões.
Também o anúncio da assinatura de um contrato de mais de 13 milhões de euros para a criação de uma linha MasterChef originou a publicação de algumas dezenas de notícias nos mais diversos meios de comunicação, o mesmo se tendo passado com a informação da presença da Vista Alegre naquele que foi considerado como o "jantar mais caro do mundo", uma iniciativa solidária que decorreu em Miami Beach, nos EUA.
Interessante foi, igualmente, a reportagem que a TVI realizou na unidade de cristal da Vista Alegre, em Alcobaça, onde deu a conhecer a forma artesanal como os mestres vidreiros criam peças únicas.
As novidades que a marca levou à feira Maison & Objet, em Paris, e a conquista de mais de 40 prémios internacionais de design foram outros temas em grande destaque na comunicação social.
A Bordallo Pinheiro foi, igualmente, uma marca geradora de muitas notícias ao longo do ano. Desde logo, a inauguração da modernização e ampliação da fábrica nas Caldas da Rainha suscitou interesse por parte dos principais meios, tendo a presença do primeiro-ministro António Costa e do ministro da Economia, Pedro Siza Vieira levado à cerimónia as televisões e os principais jornais nacionais.
Ainda no âmbito bordalliano, outro momento alto no que à comunicação diz respeito, foi o lançamento da peça Quimera da autoria do artista VHILS (Alexandre Farto). O prato que foi idealizado pelo conhecido designer, foi lançado nas comemorações dos 135 anos da criação da Fábrica de Faianças Bordallo Pinheiro, nas Caldas da Rainha. A cerimónia de apresentação decorreu de forma inédita em plena fábrica, algo que fez despertar uma grande cobertura mediática por parte das televisões, rádios, jornais, revistas e blogs.
Referência, igualmente, para o lançamento de 28 espécimes da já icónica coleção Sardinha by Bordallo, numa parceria com as Festas de Lisboa e a EGEAC. A apresentação que decorreu na esplanada do Zambeze restaurante, em Lisboa, contou com inúmeros órgãos de comunicação social, destacando-se a presença de vários canais televisivos.
A ligação dos famosos irmãos Campana, designers brasileiros, à Bordallo Pinheiro, onde criaram peças de sua autoria, levou a RTP 3 a emitir uma reportagem em exclusivo, com recolha de imagens em plena fábrica.
Ainda com mediatismo a nível nacional, destacamos algumas iniciativas levadas a cabo pelo Grupo Visabeira e algumas das suas unidades. Referimo-nos, por exemplo, à realização da festa OMA – Os Melhores Anos e as comemorações do aniversário do Palácio do Gelo Shopping, com o grande desfile de moda.

Palácio do Gelo Shopping que ao longo do ano foi alvo de largas dezenas de notícias que deram cobertura às iniciativas que o centro comercial promoveu ligadas à cultura, lazer, desporto e juventude, entre outros.
Na área do Turismo, como já se referiu, a abertura da unidade Montebelo Lisbon Downtown Apartments, a ampliação do Montebelo Vista Alegre Ílhavo Hotel, o Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa, o Montebelo Gorongosa Lodge & Safari e o futuro resort Montebelo Milibangalala, em Moçambique, foram destacados em inúmeros meios. A revista Visão dedicou algum espaço em exclusivo ao Montebelo Vista Alegre, e o Espaço & Casas da SIC dedicou um programa ao Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa.
Em súmula, podemos concluir que RTP, SIC, TVI, CMTV, PORTO CANAL, CENTRO TV e VISEU NOW foram alguns dos canais televisivos que deram cobertura a notícias do Grupo Visabeira. Na imprensa escrita e nos digitais, fomos divulgados pelo Expresso, Público, Sol, Jornal de Notícias, Diário de Notícias, Correio da Manhã, Negócios, Destak, Notícias ao Minuto, ECO, Sapo, Jornal Económico, i, Dinheiro Vivo, Observador, Diários de Viseu, Aveiro, Coimbra e Leiria, Diário As Beiras, Jornal do Centro, Via Rápida, Rua Direita, Jornal da Beira, Caras, Visão, Sábado, Exame, Nova Gente, LUX e NIT, entre muito outros títulos locais, regionais e nacionais.
Também as rádios Antena 1, Renascença, Observador, TSF, Comercial, Rádio Jornal do Centro, Rádio Clube do Interior, Emissora das Beiras e Rádio Terra Nova, entre outras, deram destaque à atividade do Grupo Visabeira.
Não podemos esquecer as dezenas de Bloggers de diversas áreas, que escreveram ao longo do ano muito sobre a atividade do Grupo Visabeira, bem como o recurso às redes sociais para a empresa dar a conhecer muita da sua dinâmica.
Em termos globais, o Grupo Visabeira, as suas sub-holdings e empresas do seu universo foram objeto de 3706 notícias (TV, Rádio e imprensa escrita). O Grupo Vista Alegre (Vista Alegre, Ria Stone, Bordallo Pinheiro, Cerutil e Casa Alegre) foi alvo de 1057 notícias, seguido pelo Grupo Visabeira, enquanto holding, com 929 notícias. O Turismo, nomeadamente por via da marca Montebelo Hotels & Resorts, gerou 940 notícias e o Palácio do Gelo Shopping, 656 notícias.
Este volume noticioso gerou um Advertising Average Value (valor médio em retorno publicitário) de aproximadamente 17,5 milhões de euros.

Comunicação interna

NEWSLETTER
Em 2019 o Grupo Visabeira continuou a publicar a MyVisabeira, a newsletter interna que veicula a atividade da empresa junto dos colaboradores por via digital. Para além da edição digital, a My Visabeira também tem uma edição impressa com a síntese das principais notícias.

INTRANET CORPORATIVA
Através da web, o Grupo Visabeira comunica com os colaboradores, em circuito fechado, sendo mais uma ferramenta de divulgação das atividades das empresas, com notícias, avisos diversos, protocolos, programas de mobilidade e formação, entre muitos outros indicadores e informações.

Responsabilidade social

As ações integradas na designada Política de Responsabilidade Social são, desde há muito, uma das preocupações centrais do Grupo Visabeira e das empresas que o integram. Falamos de iniciativas que decorrem em Portugal e em países onde o Grupo Visabeira tem presença efetiva.
As iniciativas e ações de Responsabilidade Social desencadeadas pelo Grupo Visabeira em 2019 seguiram um fio condutor de anos anteriores, tendo sido consubstanciadas em diversas áreas que abrangeram o indivíduo e a sociedade. Saúde, desporto, lazer, ação social, cultura, formação cívica e educação, entre outras, foram as áreas que tiveram intervenção por parte do Grupo Visabeira e das suas empresas quer seja no plano material, quer no plano logístico.
Uma das instituições que surge desde logo no topo das preocupações na Responsabilidade Social é a Fundação Visabeira, entidade sem fins lucrativos que tem na sua esfera de ação, por exemplo, as creches Infantinhos da Quinta do Bosque e Infantinhos Vilabeira. Estas unidades, dispondo de creche e pré-primária, localizam-se em duas áreas urbanas distintas da cidade de Viseu e têm como principais utentes crianças que habitam as duas zonas residenciais, bem como filhos de colaboradores do próprio Grupo.
O Grupo Visabeira realiza, anualmente, diversos convívios em que o principal objetivo é reunir, em ambiente descontraído, os colaboradores para uma interligação maior entre colegas das diversas empresas ou estruturas. Decorrem no verão, com a realização da denominada "Patuscada", e na época natalícia com a realização de diversas ceias e almoços de Natal. Momentos que são realizados em Viseu e replicados um pouco por todas as latitudes onde se localizam empresas do universo Visabeira.
Também aos cerca de 12 mil colaboradores de todas as empresas do Grupo Visabeira são proporcionados inúmeros protocolos assinados com entidades externas, no sentido de usufruto de boas condições no acesso, por exemplo, a créditos bancários, aquisição de automóveis, telecomunicações, saúde, entre várias outras áreas.
Ao nível das próprias empresas do Grupo Visabeira, são concedidos descontos na aquisição de bens e serviços, onde se incluem o ramo imobiliários, quer na compra quer no arrendamento de imóveis, a hotelaria e a restauração com descontos em estadias e nas refeições. Mas não só. Os descontos são concedidos no acesso aos programas de beleza, desporto e bem-estar, no ginásio e cabeleireiro ForLife, na aquisição de produtos de porcelana, cristal, faiança e vidro. Ao nível do turismo, os colaboradores do Grupo também podem beneficiar de preços especiais na aquisição de pacotes de férias e lazer na agência que pertence à estrutura da empresa.
Mas, ao longo de 2019 as portas de unidades do Grupo Visabeira abriram-se, uma vez mais, para colaboração com inúmeras entidades que procuram o bem comum. Referimo-nos em particular ao Palácio do Gelo Shopping que franqueou o espaço a entidades como a Santa Casa da Misericórdia de Viseu, Cantinho dos Animais Abandonados de Viseu e Cruz Vermelha, entre outros.
Como grande polo dinamizador da cidade de Viseu e de toda a região, o Palácio do Gelo também promoveu, ao longo de todo o ano, diversas iniciativas para os mais novos. A título de exemplo, referência para o programa "Minimingos" que aos domingos, no período da manhã, proporcionou ações lúdicas e pedagógicas de forma gratuita.
Com o objetivo de promover melhor alimentação e melhor saúde à população, o Palácio do Gelo Shopping fomentou a realização de diversos rastreios médicos e de enfermagem, alguns em paralelo com workshops de nutrição, sempre com especialistas na matéria. Por falar em workshops, também foram oferecidos à população encontros de formação sobre moda, beleza e decoração, entre outros.

Na área do bem-estar físico e mental, por via do ginásio ForLife, localizado no Palácio do Gelo Shopping, o Grupo Visabeira convidou a população a praticar desporto de forma gratuita, no sentido de experimentar inúmeras das modalidades disponíveis naquela estrutura desportiva.
O ForLife promoveu, igualmente, uma prova de triatlo com o objetivo de apoiar o Centro de Apoio Alzheimer de Viseu e a Associação de Paralisia Cerebral de Viseu. Igualmente, o Grupo Visabeira foi um dos patrocinadores do OCR Police Challenge, a maior e mais desafiante organização nacional de corridas de obstáculos.
Já que falamos da vertente desportiva e em particular no futebol, o Grupo Visabeira continuou em 2019 a patrocinar instituições como o Clube Desportivo de Tondela, da Primeira Liga e o Académico de Viseu Futebol Clube, representante da região na Liga Pro.
Internamente, merece destaque o apoio que o Grupo Visabeira concede ao Sporting Clube da Vista Alegre, coletividade que integra a empresa ilhavense e que milita nos campeonatos da Associação de Futebol de Aveiro.
A instituição tem papel determinante na formação de jovens futebolistas e na modalidade de karaté.
Também as escolas de natação do ginásio ForLife e do Complexo Desportivo Príncipe Perfeito contaram com o apoio do Grupo, o mesmo se passando, por exemplo, com a escola de patinagem no gelo.
Ainda no que ao desporto diz respeito, o Clube de Golfe de Viseu continuou em 2019 a beneficiar da parceria com o Montebelo Golfe, campo de 27 buracos do Grupo Visabeira. Os associados daquele clube têm condições especiais na prática da modalidade, bem como na iniciação de novos jogadores, nomeadamente os mais jovens. O Montebelo Golfe também manteve a estreita ligação com escolas da região e com professores de educação física que tiveram ações de formação sobre golfe na estrutura.
Em 2019 também foi mantida colaboração com o Teatro Ribalta que tem o seu espaço no Teatro Vista Alegre, integrado no Bairro operário do complexo industrial em Ílhavo.
A Vista Alegre, também, foi parceira do Projeto 23 Milhas 2019 e Festival Leme, organização do Centro Cultural de Ílhavo. Merece ainda referência o apoio institucional às Festas de Nossa Senhora da Penha de França, Padroeira da Vista Alegre, que se assumem como um dos principais momentos culturais e populares colocados à disposição das populações de Ílhavo e não só.
A exemplo de edições anteriores a Vista Alegre manteve o apoio à iniciativa "Asas Weekend", que decorreu no Mercado Ferreira Borges, evento que pretende divulgar a associação que tem como objetivo a defesa das crianças e jovens em perigo.
A Bordallo Pinheiro manteve o apoio à Associação Corações Com Coroa, associação sem fins lucrativos e Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) nascida em 2012 a partir de vontades com disponibilidade e entrega, para promover uma cultura de solidariedade, igualdade de oportunidades e inclusão sócio-afetiva de pessoas em situações de vulnerabilidade, risco ou pobreza.

Na vertente de patrocínios, a cadeia hoteleira Montebelo Hotels & Resorts apoiou a iniciativa Noivos de S. Mateus, um evento que teve lugar pela primeira vez no âmbito da Feira de S. Mateus, certame que contou com o apoio do Palácio do Gelo Shopping na área ambiental. Reportando-nos, ainda, a manifestações de caráter popular, o Palácio do Gelo Shopping patrocinou mais uma edição das multiseculares Cavalhadas de Vildemoinhos, cortejo etnográfico e artístico que se realiza anualmente em junho na cidade de Viseu. Também, decorreu no Palácio do Gelo Shopping uma recolha de fundos para a associação Palhaços D'Opital.
O Grupo Visabeira, através dos Montebelo Hotels apoiou, ainda, mais uma edição da Gala Anual de solidariedade da APPACDM. Manteve-se o apoio por parte do Grupo Visabeira a diversas iniciativas de índole cultural, nomeadamente, realizadas pelo Museu Nacional Grão Vasco e pelo Teatro Viriato.
Outro dos apoios que o Grupo Visabeira instituiu há alguns anos prende-se com a realização da gala "Viver a Vida". Trata-se de uma iniciativa do jornal Correio da Manhã e da CMTV com a autarquia viseense, em que se celebra a natalidade no interior do país.
O Grupo Visabeira também participou nas iniciativas realizadas pela / ANADO - Associação Nacional de Apoio a Doentes Oncológicos.
Ainda dentro do vasto âmbito da Política de Responsabilidade Social, o Grupo Visabeira promoveu com o Palácio do Gelo Shopping mais uma Feira de Emprego. Esta iniciativa de grande alcance social abriu portas a empresas da região, incluindo as do próprio Grupo, no sentido de apresentarem as vagas disponíveis nos respetivos quadros destinadas, essencialmente, a jovens recém-licenciados e à procura do primeiro emprego.
Neste mesmo capítulo, o Grupo Visabeira manteve a estreita ligação que tem com algumas das instituições de ensino superior da região às quais são abertas portas para estágios dos respetivos alunos, nomeadamente nas áreas tecnológicas.
Mas, a vertente da oferta de emprego também foi realizada de forma descentralizada, porquanto o Grupo Visabeira participou em iniciativas ao longo do país promovidas, no essencial, por universidades e institutos politécnicos. Os Recursos Humanos do GV estiveram em dezenas de ações, levando ao conhecimento o recrutamento e as vagas disponíveis, tendo ao longo do ano admitido novos colaboradores que se deram a conhecer nesses fóruns.
Num outro patamar, o Grupo Visabeira, por via direta da Vista Alegre e da Bordallo Pinheiro, lançou em 2019 uma iniciativa de apoio aos povos indígenas da Amazónia, em particular a comunidade dos índios Kayapó. Esse apoio traduziu-se na criação da coleção Amazónia em parceria com a ONG brasileira Ecoarts

Amazónia. No âmbito da Responsabilidade Social, por cada peça vendida da coleção, uma parte da verba reverte para a plantação de árvores de fruto no Estado de Mato Grosso.
O Grupo Visabeira integrou o conjunto de Entidades Doadoras que através do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. Instituto Camões, contribuíram para o Financiamento de Projetos de ONGD de ação Humanitária, Reconstrução e Reabilitação nas localidades de Moçambique afetadas pela passagem dos ciclones Idai e Kenneth.
Ainda na sequência destas catástrofes, o Grupo Visabeira tem vindo a desenvolver localmente, através da Visabeira Moçambique, um conjunto de apoios e iniciativas no sentido de mitigar os impactos da devastação nas regiões afetadas.
A Visabeira Moçambique esteve na primeira linha de apoio às populações através da recuperação e reconstrução de infraestruturas, desde as telecomunicações, à eletricidade, passando por unidades de saúde e escolas. A Visabeira Moçambique também contribui no apoio aos cidadãos com a distribuição de alimentos, roupa e kits de primeira necessidade.
As diversas unidades hoteleiras da Visabeira Moçambique também cooperaram com o esforço de ajuda, acolhendo em diversas unidades hoteleiras as equipas médicas e ONG's que colaboraram no apoio internacional.
Estes exemplos, de muitos outros que poderíamos elencar, constituem a contribuição do Grupo Visabeira para o esforço de recuperação, constituindo um esforço acrescido, mas solidário com as populações. Neste contexto, entendemos que esta é uma forma prática de solidariedade, passando pela Visabeira Moçambique e pelos seus dirigentes e colaboradores, a responsabilidade e coordenação destas operações.
Numa prática contínua, a Visabeira Moçambique voltou a apoiar as missões humanitárias da ONG portuguesa Health4Moz e do Centro de Cirurgia Cardiotorácica dos Hospitais da Universidade de Coimbra que realizaram mais uma série de ações médicas naquele país, favorecendo a população mais carenciada.
A TVCABO Moçambique apoia financeiramente o projeto das pré-escolas UPG – Escolinha Flor da Infância, Escolinha de Santa Catarina e Escolinha de S. Vicente de Paulo – que oferecem a mais de 230 crianças desfavorecidas, entre os 3 e os 5 anos, acesso à educação pré-escolar, alimentação diária na escola, professores e material escolar. As pré-escolas UPG contribuem para a redução da marginalidade infantil, melhoria da nutrição e higiene, aumento da frequência e melhores resultados no ensino primário.
A operadora TVCabo Moçambique também disponibiliza Internet nas instalações da Livro Aberto, para uso das crianças e membros da associação, bem como Internet ilimitada de alta velocidade e hotspot de Wi-Fi nas instalações do CCFM – Centro Cultural Franco Moçambicano e na biblioteca do Instituto Camões.
A TVCabo Angola também realizou ações no âmbito da política de Responsabilidade Social, merecendo especial destaque a iniciativa de recolha de fundos para a Maternidade Lucrécia Paim.

Perspetivas futuras

VISABEIRA GLOBAL

No decorrer do ano de 2019, a sub-holding Visabeira Global representou 74% do volume de negócios consolidado do Grupo Visabeira e 61% do EBITDA, o que faz com que esta sub-holding continue, ano após ano, a ser a que maior peso tem nas contas consolidadas do Grupo.
Esta sub-holding agrega as empresas na área das telecomunicações, energia, tecnologia e construção, continuando a prestação de serviços de engenharia de redes para operadores de telecomunicações e de energia a ser a atividade central do seu core business.
Nos próximos anos a Visabeira Global prevê continuar a aposta forte, que tem efetuado nos anos anteriores, de internacionalização através da Constructel, de forma a acompanhar o massivo investimento que os países da zona euro estão a efetuar nas redes de telecomunicações, nomeadamente no desenvolvimento das redes de fibra ótica, sendo este um dos setores de atividade onde a Visabeira Global é atualmente um dos principais player's à escala internacional, com fortes capacidades distintivas, devido à sua experiência e know-how.
Atualmente a Visabeira Global tem uma carteira, nos países europeus, de 2.285 milhões de euros de volume de negócios para os próximos anos, relativos a prestação de serviços, sem inclusão de materiais (todos os materiais são fornecidos pelos respetivos operadores):

- 875 milhões de euros em França, com a France Telecom, Électricité de France, Gaz de France e Municípios – Redes Públicas fibra ótica;
- 585 milhões de euros em Inglaterra, com a British Telecom;
- 345 milhões de euros na Bélgica, com a Belgacom e a Voo;
- 480 milhões de euros na Alemanha, Portugal, Dinamarca e Itália, com a Deutsche Telekom, MEO, NOS TDC, Enel, Enel OpenFiber.

A Visabeira Global pretende por isso continuar a consolidar a sua forte relação com os principais operadores europeus nos próximos anos, de modo a se tornar cada vez mais forte a nível internacional.

VISABEIRA INDÚSTRIA

A sub-holding Visabeira Indústria tem vindo a assumir uma posição de destaque nos últimos anos. Integrando segmentos diversos, desde a cerâmica, vidro e cristal, à produção de caldeiras industriais, biocombustíveis (pellets) e mobiliário de cozinhas, este sector tem crescido significativamente, resultado da aposta do Grupo na disseminação dos seus produtos pelo mundo.
Destaca-se aqui o Grupo Vista Alegre Atlantis, com forte presença nacional e internacional no sector da cerâmica, vidro e cristal, o qual tem vindo a assumir uma postura de crescimento sustentável no posicionamento das suas marcas como marcas de referência mundial, nomeadamente com a Vista Alegre, a Bordallo Pinheiro e a Cerutil. O reforço do investimento denota-se pelo aumento de capacidade produtiva encetado nos últimos anos em três das principais fábricas deste segmento, pelo que se prevê agora colher os frutos desses investimentos. Assim, na Ria Stone, empresa de cerâmica dedicada à produção exclusiva para a marca IKEA, continuar-se-á a apostar no crescimento da sua atividade assente no fomento das relações com este cliente, com vista a alargar a sua gama de produtos e incrementar o número de peças comercializadas, tornando-se num fabricante de referência mundial, sob marca de cliente.
Em paralelo, na Vista Alegre, Bordallo e Cerutil, a aposta será reforçar a presença dos seus produtos no mundo, com ganhos acrescidos de eficiência e produtividade.
Deste modo o Grupo Vista Alegre manterá a sua estratégia de crescimento, assente:

- no reforço do posicionamento das suas marcas como marcas de renome e marcadoras de tendências;
- na contínua aposta na inovação e em atividades de investigação e desenvolvimento com vista a melhorias nos processos produtivos que resultem na criação de produtos diferenciadores, competitivos e de elevado valor acrescentado;
- na realização de novas parcerias e reforço das que possui atualmente, quer seja com outras marcas de renome ou com a colaboração de artistas, designers, arquitetos, ilustradores, cineastas, escultores;
- na melhoria do relacionamento com o cliente quer através dos canais de venda ou do serviço pós venda, com vista a uma maior fidelização;
- na manutenção do legado e ADN de marcas históricas como Vista Alegre e Bordallo Pinheiro.

Relativamente aos demais segmentos que esta sub-holding representa, perspetivam-se desenvolvimentos que promovam o crescimento da atividade nas restantes empresas da área de negócio da indústria. Destaca-se a produção de caldeiras e fontes de energia sob a forma de biocombustíveis, onde o Grupo Visabeira pretende continuar a aposta no aumento da capacidade produtiva assente em atividades inovadoras, e na investigação e desenvolvimento tecnológico, com vista ao fomento de novas relações comerciais, que promovam o desenvolvimento de produtos mais sustentáveis e eficazes.
A questão da sustentabilidade, não só financeira mas também no uso de recursos e produtos desenvolvidos, tem vindo a tornar-se numa máxima na Indústria do Grupo Visabeira, pelo que pretende-se ainda fomentar este vetor em todas as empresas que compõem esta área de negócio.
Nos termos e para os efeitos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informam-se as posições acionistas detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização e as operações efetuadas durante o exercício de 2019.

VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS

O segmento do Turismo, Imobiliária e Serviços, é um segmento em crescimento e que simultaneamente integra um leque diversificado de atividades desenvolvidas no seio do Grupo Visabeira.

Desde hotéis de quatro e cinco estrelas localizados essencialmente no centro do país; a serviços de restauração; ao maior centro comercial localizado no centro do país com serviços muito abrangentes e características únicas; ao negócio de imobiliária, e outros serviços de apoio, nomeadamente trading e serviços partilhados, este segmento é bastante diversificado, pautando-se sempre por uma oferta de excelência, com qualidade e diferenciação.

O ano de 2019 foi um ano frutífero para esta sub-holding, pautado pela abertura de novas unidades, e consolidação das atividades de serviços, trading e imobiliária, onde se consolidou o reforço das competências nessas áreas. Destaque aqui para a inauguração com sucesso do alojamento local na Rua da Prata, o Montebelo Lisbon Downtonw Apartments.

O primeiro trimestre de 2020 foi marcado pelo aparecimento de uma epidemia a nível global denominada Covid-19, conforme descrito nos eventos subsequentes nas notas anexas. Deste modo, perspetiva-se que 2020 seja um ano de abrandamento generalizado no crescimento do turismo em Portugal e no mundo, espera-se contudo que Portugal mantenha o estatuto de melhor destino turístico no mundo, o qual tem sido eleito desde há 3 anos consecutivos.

Assim, o Grupo Visabeira em 2020 vai manter em curso o investimento em novas unidades, nomeadamente do Hotel de Alcobaça, cuja remodelação tem exigido muito das equipas técnicas nele envolvidas como património classificado que é; e do Bairro Operário da Vista Alegre pela ampliação da unidade já existente, alargando a diversificação da oferta com reforço dos serviços prestados, tornando-a numa unidade ainda de maior destaque na região centro. Em 2020 entrará em operação o novo resort em Moçambique, o Montebelo Milibangalala Resort Bay em localização paradisíaca junto ao Oceno Índico em plena Reserva dos Elefantes. Ainda na hotelaria, iniciar-se-á o investimento no Hotel do Chiado – com a reabilitação do edifício que possui na baixa pombalina classificada de património municipal – e no Hotel das Caldas da Rainha – pela reabilitação dos Edifícios dos Pavilhões do Parque D. Carlos I, cuja concessão já lhe foi atribuída. O objetivo assentará em levar a marca Montebelo mais longe, promovendo-lhe um maior reconhecimento no sector da hotelaria.

A ambição e a busca de novas oportunidades de negócio e parcerias internas (com recurso por exemplo à cerâmica produzida no Grupo Visabeira: em marcas centenárias como a Vista Alegre e Bordallo Pinheiro) e externas (com associação a entidades e marcas de renome nacionais e internacionais) serão ainda os fatores chave presentes neste segmento. O Grupo acredita que, na base das perspetivas futuras para o Turismo, deve reforçar a aposta em unidades pautadas por uma oferta de excelência, e promover um maior reconhecimento das suas unidades perante o público em geral.

No que respeita à Imobiliária, não se perspetivam novos investimentos num futuro próximo, contudo irá apostar-se na comercialização das várias unidades disponíveis atualmente, bem como na valorização do património imobiliário.

Por sua vez, a integração de todos os serviços de apoio ao negócio numa única sub-holding, perspetiva um melhor funcionamento desses mesmos serviços, com uma partilha de conhecimento que permita ao Grupo encontrar soluções otimizadas e que potenciem a sua atividade.

GRUPO VISABEIRA
Escritórios da sede do Grupo Visabeira localizados no Palácio do Gelo Shopping, em Viseu.



Anexo ao relatório do conselho de administração

ACIONISTA/MEMBRO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

	Número de ações em 31 de dezembro de 2019	%	Número de ações em 31 de dezembro de 2018	%	Movimentos em 2019
Fernando Campos Nunes	22.899.601	99,45%	22.899.601	99,45%	0
TOTAL	**22.899.601**	**99,45%**	**22.899.601**	**99,45%**	**0**

Viseu, 11 de maio de 2020

O Contabilista Certificado

CC membro nº 77089

O Conselho de Administração

DOCUMENTOS
DE PRESTAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS



3

RCGV19

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

	Notas	2019	2018
Operações continuadas			
Vendas		194.828.315	163.511.295
Prestações de serviços		715.394.186	581.891.846
Volume de negócios	10	**910.222.502**	**745.403.142**
Custo das vendas e das prestações de serviços		-142.240.320	-110.823.897
Margem bruta		**767.982.181**	**634.579.245**
Trabalhos para a própria empresa	11	4.066.498	5.156.525
Outros proveitos	12	21.216.416	26.133.869
Fornecimentos e serviços externos	13	-381.647.189	-315.801.935
Gastos com o pessoal	14	-236.446.651	-198.405.131
Outros custos	12	-9.973.368	-9.836.180
Resultado operacional (s/ amortizações, provisões e justo valor de propriedades de investimento)		**165.197.887**	**141.826.392**
Alteração do justo valor de propriedades de investimento	24	12.011.690	14.733.959
Amortizações	15	-63.229.954	-42.089.299
Provisões e perdas por imparidade	16	-332.538	-3.932.236
Resultado operacional		**113.647.085**	**110.538.817**
Juros suportados, líquidos	17	-40.212.329	-35.318.275
Ganhos/ perdas em ações cotadas	18	-62.868	-100.072
Outros gastos financeiros, líquidos	19	-19.243.788	-24.119.981
Posição monetária	2.2	0	10.962.705
Ganhos/(perdas) em associadas e empreendimentos conjuntos	6	5.818.938	-234.353
Resultado financeiro		**-53.700.047**	**-48.809.976**
Resultado antes de imposto		**59.947.038**	**61.728.841**
Imposto sobre o rendimento corrente	20	-13.891.214	-13.286.759
Imposto sobre o rendimento diferido	20	5.582.972	2.977.540
Imposto sobre o rendimento do exercício		**-8.308.241**	**-10.309.219**
Resultado líquido		**51.638.797**	**51.419.622**
Atribuível:			
Acionistas		47.481.112	53.944.846
Interesses que não controlam	34	4.157.685	-2.525.224
Resultados por ação:			
Básico	32	2,06	2,34
Diluído	32	2,06	2,34

As notas fazem parte integrante desta demonstração dos resultados consolidados

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

	2019	2018
Resultado líquido consolidado do período (a)	**51.638.797**	**51.419.622**
Outro rendimento integral:		
Quantias que irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados		
Conversão de operações em moeda estrangeira - outras	-10.151.710	-39.556.905
Conversão de operações em moeda estrangeira - relativas à hiperinflação em Angola em exercícios anteriores	-19.976.806	-38.192.843
Efeito fiscal	5.923.322	11.457.853
Impacto da hiperinflação em Angola	-	10.567.518
Efeito fiscal	-	-3.170.256
Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros	5.105	-2.922
Efeito fiscal	-1.149	658
Outros	-44.283	146.305
Quantias que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados		
Ganhos/(perdas) atuariais em benefícios de reforma	8.095	10.272
Efeito fiscal	-9.846	-2.311
Transferência de ativo fixo tangivel para propriedade de investimento	-	53.216.770
Efeito fiscal	-	-11.973.773
Variação da reserva do justo valor de outros investimentos financeiros	-743.544	-1.350.819
Efeito fiscal	167.297	155.449
Reavaliação de ativos fixos tangíveis	225.488.950	-
Efeito fiscal	-69.195.155	-
Outro rendimento integral do período (b)	**131.470.277**	**-18.695.005**
Rendimento integral total do período (a) + (b)	**183.109.073**	**32.724.617**
Rendimento integral total atribuível a:		
Acionistas	108.628.019	36.407.744
Interesses que não controlam	74.481.054	-3.683.126

As notas fazem parte integrante desta demonstração consolidada de rendimento integra

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

	Notas	2019	2018
ATIVO			
Ativos não correntes			
Ativos tangíveis	21	655.476.137	479.300.753
Ativos sob direito de uso	22	87.276.870	-
Goodwill	23	98.289.267	90.462.279
Propriedades de investimento	24	435.837.861	445.214.935
Ativos intangíveis	25	94.314.500	101.359.041
Investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos	6	30.611.922	32.281.073
Outros investimentos financeiros	7	5.047.611	41.272.872
Ativos por impostos diferidos	20	52.277.879	50.632.306
Outros ativos	29	0	3.567.332
Total de ativos não correntes		**1.459.132.046**	**1.244.090.591**
Ativos correntes			
Inventários	26	111.036.731	110.390.035
Clientes	27	129.517.805	120.226.221
Imposto sobre o rendimento	28	6.105.685	2.069.655
Outros ativos	29	39.201.560	73.333.455
Ativos associados a contratos com clientes	10	122.894.660	103.123.039
Outros investimentos financeiros	7	531.955	593.253
Caixa e equivalentes de caixa	30	69.816.007	41.071.032
Total de ativos correntes		**479.104.402**	**450.806.690**
Total do ativo		**1.938.236.449**	**1.694.897.281**
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	31	115.125.630	115.125.630
Prémios de emissão de ações		44.493.578	44.493.578
Outras reservas	33	17.074.517	-31.137.433
Resultados retidos	33	166.216.788	193.976.504
Capital próprio atribuível aos acionistas		**342.910.512**	**322.458.278**
Interesses que não controlam	34	146.699.623	60.939.303
Total do capital próprio		**489.610.135**	**383.397.581**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Empréstimos bancários de médio e longo prazo	35	597.380.157	532.939.819
Outros passivos	37	28.926.401	110.591.702
Passivos por impostos diferidos	20	179.631.146	119.502.117
Provisões para outros riscos e encargos	41	7.243.775	7.383.484
Passivos de locação	38	84.972.131	-
Total do passivo não corrente		**898.153.610**	**770.417.122**
Passivo corrente			
Empréstimos bancários de curto prazo	35	120.678.524	119.467.978
Fornecedores	36	151.263.899	143.806.076
Imposto sobre o rendimento	28	0	1.397.466
Passivos associados a contratos com clientes	10	37.799.471	26.659.904
Outros passivos	37	222.721.824	249.751.155
Passivos de locação	38	18.008.985	-
Total do passivo corrente		**550.472.703**	**541.082.578**
Total do passivo		**1.448.626.313**	**1.311.499.700**
Total do capital próprio e do passivo		**1.938.236.449**	**1.694.897.281**

As notas fazem parte integrante desta demonstração da posição financeira consolidada

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

	Capital	Prémios de emissão	Reserva de justo valor de ativos financeiros (nota 23)	Resultados retidos e outras reservas (nota 33)	Subtotal	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
A 1 de Janeiro de 2018	**115.125.630**	**44.493.578**	**0**	**149.222.810**	**308.842.017**	**68.495.494**	**377.337.511**
Rendimento integral do período	0	0	-1.350.819	37.758.563	36.407.744	-3.683.126	32.724.617
Operações com detentores de capital							
Dividendos distribuidos	0	0	0	-20.000.000	-20.000.000	-1.238.608	-21.238.608
Aquisições, alienações e aumentos de capital	0	0	0	-2.791.482	-2.791.482	-2.634.456	-5.425.939
A 31 de Dezembro de 2018	**115.125.630**	**44.493.578**	**-1.350.819**	**164.189.890**	**322.458.278**	**60.939.303**	**383.397.581**
A 1 de Janeiro de 2019	**115.125.630**	**44.493.578**	**-1.350.819**	**164.189.890**	**322.458.279**	**60.939.303**	**383.397.581**
Rendimento integral do período	0	0	-743.544	109.371.563	108.628.019	74.481.054	183.109.073
Operações com detentores de capital							
Dividendos distribuidos	0	0	0	-89.617.000	-89.617.000	-632.878	-90.249.878
Aquisições, alienações e aumentos de capital	0	0	0	1.441.215	1.441.215	11.912.144	13.353.359
A 31 de Dezembro de 2019	**115.125.630**	**44.493.578**	**-2.094.363**	**185.385.668**	**342.910.067**	**146.699.623**	**489.610.135**

As notas fazem parte integrante desta demonstração consolidada das alterações no capital próprio

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	1.012.112.305	812.358.368
Pagamentos a fornecedores	-625.047.713	-479.532.459
Pagamentos ao pessoal	-234.467.507	-193.118.609
Fluxo gerado pelas operações	**152.597.085**	**139.707.300**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-10.125.526	-9.216.678
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade	-2.913.026	-3.443.064
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	**139.558.533**	**127.047.559**
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)	**139.558.533**	**127.047.559**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	6.091.416	23.407.776
Propriedade de Investimento	6.122.129	510.650
Subsídios ao investimento	7.906.496	9.514.973
Juros e proveitos similares	1.615.778	3.219.784
Empréstimos concedidos	43.039.958	31.641.981
Dividendos	591.532	706.552
	65.367.309	**69.001.716**
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-1.404.359	-1.508.214
Aquisições de subsidiárias	-12.314.267	-34.789.307
Ativos fixos tangíveis	-80.438.956	-72.151.840
Empréstimos concedidos	-65.271.866	-44.424.129
	-159.429.448	**-152.873.491**
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	**-94.062.140**	**-83.871.775**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	417.379.100	310.732.392
Aumentos de capital realizados por interesses que não controlam	14.608.369	0
	431.987.469	**310.732.392**
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-359.351.961	-269.004.611
Amortizações de contratos de locação	-22.132.818	-21.561.179
Juros e custos similares	-49.629.328	-40.857.478
Dividendos	-143.951	-480.000
Outras operações de financiamento	-10.962.058	-4.634.219
	-442.220.117	**-336.537.487**
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	**-10.232.648**	**-25.805.095**
Variação de caixa e equivalentes de caixa (1) + (2) + (3)	35.263.745	17.370.690
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	38.047.297	39.215.718
Efeitos das diferenças de câmbio	-8.086.384	-18.880.249
Efeitos da alteração do perímetro	803.230	341.138
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**66.027.887**	**38.047.297**

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

	2019	2018
1. AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE EMPRESAS		
a) Aquisições/reforços no exercício corrente		
MJQuinn	5.907.867	26.527.935
Toft Hansen	2.277.142	-
Ieme	1.402.320	1.214.443
Modal	1.259.276	3.130.471
Capital Criativo	1.100.000	-
Cabling	1.099.955	2.734.436
Core Capital	304.286	98.214
Constructel Modal	218.601	652.112
Celmoque	98.871	-
Autovisa	50.235	-
Lusitania Gas	73	-
Martifer Visabeira		1.000.000
Escotel		529.910
Rodinerte		190.000
Besconsigo		110.000
Sem Amarras		110.000
	13.718.626	**36.297.522**
b) Alienações/recebimentos no exercício corrente		
Gevisar	5.000.000	-
Doutibelo	750.000	494.972
Pharol	269.666	161.414
Sem Amarras	67.100	92.977
Lisgarante	2.850	8.390
Norgarante	1.800	5.550
Gevisar		22.636.083
Garval		8.390
	6.091.416	**23.407.776**
2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:		
Para as empresas do perímetro de consolidação		
a) Caixa		
- Numerário	586.738	350.710
- Depósitos bancários	65.214.973	37.857.351
b) Outras disponibilidades		
- Títulos negociáveis	3.211.066	2.521.833
Por alterações ao perímetro ocorridas durante o ano		
a) Caixa		
- Depósitos bancários	803.230	341.138
Caixa e equivalentes de caixa constantes do balanço	**69.816.007**	**41.071.032**

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 (montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

O Grupo Visabeira iniciou a sua atividade em 1980, no setor das telecomunicações e da eletricidade. Com sede em Viseu e fruto de uma aposta concertada nos recursos humanos, num sistema integrado de informação e logística, numa rede própria de transportes e num parque de instalações estrategicamente localizadas, o Grupo rapidamente estendeu a sua atuação a todo o território nacional e transformou-se no maior empregador da região centro do país.
O seu contributo para a modernização e desenvolvimento das telecomunicações, através da oferta de soluções integradas e globais, granjeou-lhe a liderança de mercado no setor da engenharia de redes de telecomunicações, posição que mantém há quatro décadas.
Apostando na diversificação das suas atividades, Telecomunicações, Energia, Tecnologias, Construção, Indústria, Turismo, Imobiliária e Serviços, bem como na presença em diversos mercados, adotou uma estratégia de estruturação das suas operações em sub-holdings setoriais, de forma a potenciar cada um dos seus negócios e a dinamizar a capacidade de realização do Grupo.
O motor da sua estratégia de desenvolvimento assenta num modelo de gestão baseado em sistemas de informação globais, interligando todas as unidades de negócios e integrando todas as valências do Grupo.
Tendo por base a confiança granjeada no mercado, definiu e consolidou uma arrojada estratégia de internacionalização que consolidou as capacidades e a dinâmica do Grupo em duas frentes paralelas.
Por um lado, expandiu e consolidou o seu modelo de atuação em novos países como extensão natural dos mercados e em países de economias emergentes, através de uma política de investimento em parceria ou de criação de empresas locais. Apostando, numa primeira fase, nos países de expressão portuguesa e, mais tarde, com grande foco nos países europeus, o Grupo exportou o seu modelo a partir da década de 80 e, fruto dessa estratégia, detém hoje empresas com atividades consolidadas em Moçambique, Angola, França, Reino Unido, Bélgica, Alemanha, Brasil, Dinamarca e presença em muitos outros países.
Através da internacionalização dos seus mercados, o Grupo promoveu a colocação dos seus produtos em mais de nove dezenas de países, nos cinco continentes, entre os quais assumem particular relevo os mercados da União Europeia, países escandinavos, América do Norte, África, Austrália e Japão.
Presentemente, pela via do investimento, o Grupo Visabeira continua a ter no seu crescimento externo a principal via de desenvolvimento, alavancada pela sua matriz multissetorial e por uma atitude de constante atualização tecnológica.
O Grupo Visabeira continuará a potenciar as suas competências distintivas e o dinamismo empreendedor que o caracterizam, operará de forma integrada em cenários cada vez mais globais, expandindo os seus mercados de forma sustentada e perspetivando sempre a liderança nos seus negócios estratégicos.

O Grupo Visabeira consolida as suas contas na entidade NCFGest, SA, seu acionista maioritário e detida a 100% por Fernando Campos Nunes.
Em 31 de dezembro de 2019, o volume de negócios atingiu o valor de 910 milhões de euros. O capital próprio atingiu o montante de 490 milhões de euros, dos quais 147 milhões de euros correspondem a interesses não controlados pelo Grupo.
O Grupo Visabeira teve ao seu serviço durante 2019 um número médio de 12.014 colaboradores (2018: 10.974).
As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão em reunião de Conselho de Administração, realizada em 11 de maio de 2020, estando pendentes de aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.
O Conselho de Administração entende que as demonstrações financeiras vão ser aprovadas sem quaisquer modificações.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais relevantes utilizadas na determinação dos resultados do exercício e na apresentação da posição financeira são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

De acordo com o Dec. Lei nº35/2005, de 17 de fevereiro, posteriormente alterado pelo Dec. Lei nº98/2015 de 2 de junho, o qual transpôs para a legislação portuguesa as disposições do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor em 1 de janeiro de 2019. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 5 e 6), mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites nas respetivas jurisdições em Portugal e ajustados, no processo de consolidação e quando aplicável, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas sejam apresentadas de acordo com as IAS/IFRS.
O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa, suas subsidiárias e associadas, operarem em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes, tais como os divulgados na nota 44, à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados

para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinadas classes de ativos tangíveis mensuradas ao custo revalorizado e para as propriedades de investimentos, para os instrumentos financeiros derivados e para alguns investimentos financeiros, os quais foram mensurados ao justo valor. Os ativos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquida dos ativos do fundo.
Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS, o Conselho de Administração do Grupo Visabeira utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e os valores dos ativos e passivos, ganhos e perdas, e que são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.
As estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras estão apresentados no Nota 3.
As demonstrações financeiras consolidadas incluem informação comparativa relativa a exercícios económicos anteriores. As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo e em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, exceto quanto à adoção dos requisitos da IFRS 16 (Com referência a 1 de Janeiro de 2019, conforme previsto nestas normas, o Grupo procedeu à respetiva adoção através do modelo retrospetivo modificado, sem reexpressão da informação comparativa – ver nota 4), à reavaliação das redes da TVCabo Angola e Moçambique e à suspensão da aplicação da IAS 29 às subsidiárias sedeadas em Angola.
Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

2.2 BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de dezembro de 2019, os ativos, os passivos e os resultados das empresas do Grupo, entendido como o conjunto do Grupo Visabeira e das suas subsidiárias, as quais são apresentadas nas Notas 5 e 6.
Uma entidade é classificada como subsidiária quando é controlada pelo Grupo. O controlo é atingido apenas se o Grupo tiver, cumulativamente:
a) poder sobre a investida;
b) exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
c) a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para o Grupo.

Geralmente, presume-se que existe controlo quando o Grupo detém a maioria dos direitos de voto. Para suportar esta presunção e nos casos em que o Grupo não detém a maioria dos direitos de voto da investida, todos os factos e circunstâncias relevantes são tidos em conta nas avaliações sobre a existência de poder e controlo, tais como:
a) acordos contratuais com outros detentores de direitos de voto;
b) direitos provenientes de outros acordos contratuais;
c) os direitos de voto existentes e potenciais.

O Grupo controla uma participada quando, em virtude de acordos celebrados ou dos direitos de voto detidos, tenha a capacidade de dirigir na prática as atividades relevantes da participada e esteja exposto a retornos variáveis em consequência dessa capacidade, mesmo que não detenha a maioria dos direitos de voto.
A existência de controlo por parte do Grupo é reavaliada sempre que haja uma alteração de factos e circunstâncias que levem a alteração num dos três elementos caracterizadores de controlo mencionados acima.
As subsidiárias/entidades controladas são incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, desde a data em que o controlo é adquirido e até à data em que o mesmo efetivamente termina.
Nas situações em que o Grupo detém, em substância, o controlo de entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.
Os saldos e transações e fluxos de caixa entre entidades do Grupo, bem como os ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.
Perdas não realizadas são também eliminadas exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.
As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas sempre que necessário de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.
Uma alteração no interesse participativo numa subsidiária que não envolva perda de controlo é contabilizada como sendo uma transação entre acionistas. Um aumento no interesse participativo numa entidade já controlada é também contabilizada como sendo uma transação entre acionistas, não dando origem a qualquer reconhecimento de goodwill ou de ganhos/perdas; no caso de uma diminuição no interesse participativo que não implique uma perda de controlo, uma eventual diferença entre a quantia recebida dos Interesses que não controlam e o respetivo saldo é também registada diretamente no capital próprio.
Se o Grupo perde o controlo sobre a subsidiária, os ativos correspondentes (incluindo goodwill), passivos, interesses que não controla e outros componentes de capital próprio são desreconhecidos e eventuais ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados. O interesse participativo retido é reconhecido ao justo valor no momento da perda de controlo.
Os ativos líquidos das subsidiárias consolidadas pelo método integral atribuíveis às ações ou partes detidas por pessoas estranhas ao Grupo são inscritos na demonstração da posição financeira consolidada na rubrica de Interesses que não controlam.
Os interesses detidos por pessoas estranhas ao Grupo sobre o resultado líquido das subsidiárias são identificados e ajustados por dedução ao resultado atribuível aos acionistas do Grupo e inscritos na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de Interesses que não controlam, mesmo no caso de resultados negativos. O mesmo acontece na demonstração do rendimento integral.

Alteração do perímetro
Durante o ano de 2019, as alterações do perímetro (ver nota 8) mais significativas foram a aquisição de uma subsidiária na Dinamarca (Toft Hansen ApS – área das Telecomunicações) e a alienação da Benetrónica. Durante o ano de 2018, a

alteração do perímetro mais significativa foi a aquisição da MJ Quinn, no Reino Unido, e da Escotel SASU em França, ambas na área das Telecomunicações.

Classificação de Angola como país com economia hiperinflacionária

No ano de 2017 e 2018, a economia angolana foi classificada como hiperinflacionária de acordo com a IAS 29 - Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias. Em 2019, com a inflação a baixar, Angola deixou de ser classificada como hiperinflacionária. No entanto, os impactos gerados nos exercícios de 2017 e 2018 manter-se-ão até que os ativos sejam alienados e consumidos/amortizados e até que os passivos sejam liquidados ou extintos.

De acordo com este normativo, as demonstrações financeiras preparadas na moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da preparação das demonstrações financeiras.

Em consequência, tal como se encontra definido nas IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias, os principais pontos a ter em consideração são os seguintes:

· Os ativos e passivos monetários não sofrem alterações dado que já se encontram atualizados à unidade corrente à data das demonstrações financeiras;
· Os ativos e passivos não monetários (que não estejam já expressos à unidade corrente à data das demonstrações financeiras) são reexpressos pela aplicação de um índice;
· O efeito da inflação na posição monetária líquida das empresas participadas encontra-se refletido na demonstração de resultados nos resultados financeiros como uma perda/ganho na posição monetária líquida.

Adicionalmente, a conversão de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas situadas em Angola e expressas em moeda estrangeira (para as quais o Kwanza é a moeda funcional) é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data do balanço. O coeficiente de conversão utilizado na correção monetária (IAS 29), em 2017 e 2018, foi o índice de preços ao consumidor (IPC), publicado pelo Banco Nacional de Angola.

Os principais impactos acumulados nas demonstrações financeiras consolidadas são assim discriminados:

· Na posição da demonstração financeira:

Milhões de euros	**2019**	2018
Ativo fixo tangível e intangível	35,7	59,5
Imposto diferido passivo	-10,7	-17,8
	25,0	**41,7**
Capital atribuível aos acionistas	13,7	21,4
Interesses que não controlam	11,2	20,3
	25,0	**41,7**

· Na demonstração dos resultados:

Milhões de euros	**2019**	2018
Volume de negócios	-	3,9
Outros proveitos	-	0,3
Outros custos	-	-1,9
Amortizações	-	-6,1
Posição monetária	-	11,0
Outros custos financeiros, líquidos	-	-2,2
Imposto sobre o rendimento diferido	-	-1,5
Resultado Líquido	**-**	**3,5**
Resultado Líquido dos acionistas		-1,8
Resultado Líquido dos interesses que não controlam		1,7

2.3 COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS E *GOODWILL*

O método de aquisição é o método utilizado para reconhecer a entrada das subsidiárias do Grupo aquando da respetiva aquisição.

No método de aquisição a diferença entre:

i) a retribuição transferida juntamente com os interesses que não controlam e com o justo valor dos interesses de capital próprio anteriormente detidos e
ii) a quantia líquida dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, é reconhecida, à data da aquisição como goodwill, se positiva ou como ganho, se for negativa.

A retribuição transferida é mensurada pelo justo valor calculado como sendo o valor agregado dos justos valores, à data de aquisição, dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo. Para efeitos da determinação do goodwill/ganhos da combinação de negócios, a retribuição transferida é expurgada de qualquer parte da retribuição que respeite a outra transação (ex.: remuneração para prestação de serviços futuros ou para liquidação de relações pré-existentes) cuja margem é reconhecida separadamente em resultados.

Sempre que uma combinação de negócios não está concluída na data de relato, serão ajustadas retrospetivamente, durante o período limite de doze meses a contar da data de aquisição, as quantias provisórias reconhecidas à data de aquisição e/ou reconhecidos ativos e passivos adicionais se novas informações forem obtidas sobre factos e circunstâncias que existiam à data da aquisição e que se tivessem sido conhecidos teriam resultado no reconhecimento desses ativos e passivos nessa data.

A retribuição transferida inclui o justo valor, à data de aquisição, de qualquer retribuição contingente. Alterações subsequentes neste valor são reconhecidas: (i) como capital próprio se a retribuição contingente estiver classificada como capital próprio, (ii) como gastos ou rendimentos nos resultados ou como outro rendimento integral se a retribuição contingente estiver classificada como ativo ou passivo financeiro no âmbito da IAS 39 e (iii) como gastos nos termos da IAS 37 ou outras normas aplicáveis, nos restantes casos; a não ser que ocorra dentro de período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e esteja relacionadas como situações anteriores à data de aquisição sendo nesse caso registado por contrapartida de goodwill/ da combinação de negócios.

Os custos relacionados com a aquisição não fazem parte da retribuição transferida pelo que não afetam a determinação do goodwill/ganho da combinação de negócios, sendo reconhecidos como gastos no exercício em que ocorrem.
Na data de aquisição, são reavaliadas a classificação e designação de todos os ativos adquiridos e passivos transferidos, de acordo com as IFRS, com exceção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato.
Os ativos que resultem de indemnizações contratuais por parte do vendedor relativas ao desfecho de contingências relacionadas, no todo ou em parte, com um passivo específico da entidade concentrada, passam a ter que ser reconhecidos e mensurados usando os mesmos princípios e pressupostos dos passivos relacionados.
A determinação do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos tem em conta o justo valor dos passivos contingentes que resultem duma obrigação presente originada por um evento passado (se o justo valor puder ser medido de modo fiável), independentemente de ser expectável uma provável saída de fluxos.
Para cada aquisição, o Grupo pode optar por mensurar os "interesses que não controlam" ao respetivo justo valor ou pela respetiva quota-parte nos ativos e passivos transferidos da adquirida. A opção por um ou outro método influencia a determinação da quantia de goodwill a reconhecer. Quando a combinação de negócios é efetuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afetando a determinação do goodwill.
Considera-se que o goodwill tem vida útil indefinida pelo que não é amortizável. Independentemente de haver ou não indicações de imparidade, o Grupo testa anualmente a existência de imparidade do Goodwill. Quando a quantia escriturada do Goodwill é superior ao seu valor recuperável, é registada uma perda por imparidade na demonstração dos resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são geralmente determinados com base no cálculo do respetivo valor de uso, que é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que são esperados em virtude do uso continuado do ativo ou grupo de ativos e da sua alienação no final da sua vida útil. Estes cálculos exigem o uso de pressupostos que são efetuados com base em estimativas de circunstâncias futuras cuja ocorrência poderá vir a ser diferente da estimada. As perdas por imparidade do Goodwill não podem ser revertidas.
Para efeitos da realização dos testes de imparidade, o goodwill é alocado, à data da aquisição, a cada uma das unidades geradoras de caixa de que se espera beneficiem da combinação de negócios, independentemente dos restantes ativos e passivos também associados à unidade geradora de caixa. Quando a operação, ou parte dela, associada à unidade geradora de caixa é alienada, o goodwill alocado é também desreconhecido e incluído no apuramento do ganho/perda da alienação, sendo calculado como base no seu valor relativo.
O goodwill relativo a investimentos em empresas sediadas no estrangeiro, adquiridas após 1 de janeiro de 2005, encontra-se registado na moeda de reporte dessas empresas, sendo convertido para euros à taxa de câmbio em vigor na data da referência da posição financeira.

Aquisições anteriores a 2010:
Comparativamente ao tratamento acima descrito aplicável a partir de 1 de janeiro de 2010, existem as seguintes diferenças principais:
- O custo de uma aquisição incluía os custos diretamente atribuíveis à aquisição pelo que afetavam a determinação do goodwill;
- Os "interesses que não controlam" da adquirida (anteriormente designados "interesses minoritários") eram mensurados apenas na sua quota-parte nos ativos líquidos identificáveis da adquirida mas não entravam para a determinação do goodwill/ganho da concentração;
- Quando a combinação de negócios era efetuada em várias fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos não era remensurado na data da obtenção de controlo pelo que o goodwill anteriormente reconhecido permanecia inalterado;
- Qualquer valor de aquisição contingente era reconhecido apenas se o Grupo tivesse uma obrigação presente, o ex-fluxo fosse provável e a estimativa fosse fiavelmente determinável; alterações subsequentes neste valor eram reconhecidas como contrapartida de goodwill;

2.4 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS CONJUNTAMENTE *(JOINT VENTURES)*

Empresas associadas são as empresas sobre as quais o Grupo Visabeira exerce uma influência significativa, entendido como o poder de participar na determinação das políticas operacionais e financeiras, sem que contudo seja exercido controlo ou controlo conjunto. Geralmente presume-se que existe influência significativa quando a percentagem de participação é superior a 20%.
A classificação das participações financeiras em entidades controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos contratuais que demonstrem e regulem o controlo conjunto, o qual é assim entendido quando as decisões sobre as atividades relevantes do empreendimento requerem acordo unânime entre as partes.
A avaliação da existência de influência significativa ou controlo conjunto tem em consideração o mesmo tipo de factos e circunstâncias aplicáveis na avaliação de controlo sobre subsidiárias.
Estas participações financeiras são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, isto é, são inicialmente registadas ao custo e subsequentemente as demonstrações consolidadas financeiras consolidadas incluem o interesse do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos da associada/entidade controlada conjuntamente, desde a data em que a influência significativa/controlo conjunto começa até à data em que efetivamente termina. Os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.
A participação do Grupo relativa aos ganhos e perdas das suas associadas/entidades controladas conjuntamente é reconhecida na demonstração dos resultados, e a sua parcela de movimentos de Reservas pós-aquisição são reconhecidos em Reservas. Os movimentos acumulados pós-aquisição são ajustados de acordo com os movimentos acumulados no investimento financeiro. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma associada/entidade controlada conjuntamente iguala ou ultrapassa o seu investimento, incluindo qualquer transação de recebimentos não segura, o Grupo deixa de reconhecer

mais perdas, exceto se tiver incorrido em obrigações ou tiver efetuado pagamentos em nome da associada/entidade controlada conjuntamente.
A aquisição de investimentos financeiros em empresas associadas é registada pelo método da compra. Assim, qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre a participação do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados à data da aquisição da empresa associada/entidade controlada conjuntamente é reconhecido como goodwill, o qual é incluído no valor da participação financeira e a sua recuperação é avaliada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor do valor líquido dos bens da associada/entidade controlada conjuntamente adquirida, a diferença é registada diretamente na demonstração dos resultados.
Ganhos não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas/entidade controlada conjuntamente são eliminados na extensão da participação do Grupo nas associadas/entidades controladas conjuntamente. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.
As políticas contabilísticas de associadas/entidades controladas conjuntamente são alteradas sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.
Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo avalia a existência de indicadores de imparidade; caso existam, o Grupo calcula o valor recuperável do investimento e reconhece uma perda por imparidade se este for inferior ao valor contabilístico do investimento, na linha "Ganhos/Perdas em associadas e empreendimentos conjuntos" da demonstração de resultados; esta perda por imparidade é reversível.
Após a perda de influência significativa ou controlo conjunto, o Grupo reconhece inicialmente o investimento retido ao justo valor, e a diferença entre o valor contabilístico e o justo valor retido somado da receita da venda, é reconhecida na demonstração dos resultados.

2.5 RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O Grupo está organizado através de sub-holdings que agrupam as subsidiárias nas diversas áreas de negócio em que está presente.
As principais áreas de negócio/fontes de rédito do Grupo nos exercícios de 2018 e 2019 podem ser detalhadas como se segue:
a) Telecomunicações e energia;
b) Engenharia e construção;
c) Operador de telecomunicações;
d) Indústria;
e) Hotelaria e restauração;
f) Gestão e exploração de centro comercial;
g) Venda de imóveis;
h) Serviços e gestão imobiliária.

Natureza, obrigações de desempenho e momento de reconhecimento do rédito

a) Telecomunicações e energia;
Nesta área de negócio, o Grupo celebra com os operadores de telecomunicações e energia diversos contratos de prestação de serviço, diferenciando-se os contratos relativos a rede exterior (serviços de construção e manutenção da rede e infraestrutura adjacente na via pública) e os contratos relativos a rede de clientes (serviços prestados no cliente final das operadoras de telecomunicações e energia).

Rede exterior
As ordens de encomenda efetuadas pelo cliente, ao abrigo do contrato geral estabelecido, identificam a obrigação de desempenho que o Grupo tem de executar. Deste modo, cada ordem de encomenda é tratada como sendo uma obrigação de desempenho única.
O desempenho do Grupo cria um ativo que o cliente controla à medida da sua realização, deste modo a obrigação de desempenho do Grupo é satisfeita ao longo do tempo.
É disponibilizado às equipas operacionais um sistema de recolha de produção, onde são registadas regularmente as tarefas efetuadas com sucesso. Cada tarefa tem associado em sistema o preço contratualizado com o cliente, bem como os consumos standard de materiais previstos para essa tarefa. O reconhecimento do rédito é efetuado à medida das tarefas completadas e valorizado com base nos preços acordados.
Periodicamente, e para os trabalhos concluídos, é submetido à validação dos clientes um auto de medição, com o resumo das folhas de produção. Após a aprovação do referido auto pelo cliente, é emitida a respetiva fatura. A periodicidade de apresentação das medições depende do tipo de cliente e dimensão dos trabalhos.

Rede de clientes
As ordens de encomenda efetuadas pelo cliente, ao abrigo do contrato geral estabelecido, identificam a obrigação de desempenho que o Grupo tem de executar. Deste modo cada ordem de encomenda é tratada como sendo uma obrigação de desempenho única. As ordens de encomenda caraterizam-se por ser relativas a trabalhos de muito curta duração. A obrigação de desempenho é cumprida num momento específico, nomeadamente no momento em que o cliente aprova o serviço prestado.
É disponibilizado às equipas operacionais um sistema de recolha de produção, onde são registadas ao longo do dia

as tarefas concluídas. O cliente aprova numa base diária a produção efetuada. Cada tarefa tem associado em sistema o preço contratualizado com o cliente, bem como os consumos standard de materiais previstos para essa tarefa. O reconhecimento do rédito é efetuado à medida das tarefas completadas e valorizado com base nos preços acordados. Dependendo do cliente, a faturação das tarefas concluídas e validadas pode ser efetuada com periodicidade quinzenal ou mensal.

b) Engenharia e construção;
Nesta área de negócio, o Grupo celebra com entidades públicas e privadas diversos contratos de prestação de serviços de construção que incluem várias componentes/tarefas. Embora na maior parte dos casos os clientes possam beneficiar das diferentes componentes/tarefas isoladamente, dado que as mesmas são negociadas em conjunto a promessa de transferência de cada uma delas não é separadamente identificável das outras. Adicionalmente, dado que as componentes/tarefas acima referidas tipicamente se encontram altamente interrelacionadas e dependentes entre si, o Grupo considera que as mesmas devem ser tratadas como uma obrigação de desempenho única. Deste modo, geralmente, cada contrato de construção é tratado como sendo uma obrigação de desempenho única.
Por outro lado, dado que os clientes têm a capacidade (controlo) de orientar a utilização do ativo à medida que o mesmo vai sendo construído e a capacidade de obter substancialmente todos os benefícios económicos remanescentes da mesmo, a obrigação de desempenho do Grupo nestes casos é satisfeita ao longo do tempo, sendo o rédito reconhecido de acordo com o método descrito abaixo.
Os custos dos contratos de construção são reconhecidos quando incorridos. Quando as receitas do contrato não podem ser medidas com fiabilidade, os proveitos são reconhecidos na justa medida em que os custos são recuperados. Quando as receitas do contrato podem ser medidas com fiabilidade, e é provável que o contrato irá ser lucrativo, as receitas são reconhecidas ao longo do período da construção. Se o contrato não for lucrativo, a perda prevista é reconhecida imediatamente como custo do exercício.
É utilizado o método da percentagem de acabamento para reconhecer as receitas em cada período. O grau de acabamento é medido tendo em conta o peso dos custos incorridos nos custos estimados totais. Os custos incorridos no exercício, que estão associados às atividades futuras do contrato, são excluídos do cálculo do grau de acabamento, sendo classificados como inventários, custos diferidos ou outros. O Grupo apresenta como um ativo os valores a recuperar de clientes para os contratos em curso cujos custos incorridos adicionados dos proveitos reconhecidos (e subtraídos das perdas reconhecidas) excedem a faturação efetuada. As faturas por pagar são apresentadas na rubrica de clientes.

c) Operador de telecomunicações;
Nesta área de negócio, o Grupo presta serviços de operador, disponibilizando televisão por cabo, banda larga fixa e voz fixa. As receitas decorrentes dos serviços prestados sobre a rede de fibra e cabo resultam de:
a) subscrição de pacotes de canais base que podem ser comercializados em bundle com os serviços de banda larga fixa e/ou voz fixa;
b) subscrição de pacotes de canais premium;
c) aluguer de equipamento terminal.

Assim, no início de cada contrato, o Grupo avalia os bens ou serviços prometidos e identifica, como obrigação de desempenho, cada promessa de transferência para o cliente de qualquer bem ou serviço (ou um pacote de bens ou serviços) distintos. Estas promessas em contratos com clientes podem ser explícitas ou implícitas, desde que tais promessas criem uma expetativa válida no cliente de que a entidade transferirá um bem ou serviço para o cliente, com base em políticas publicadas, declarações específicas ou práticas comerciais habituais da entidade.
O Grupo definiu internamente que uma obrigação de desempenho corresponde à promessa de entrega de um bem ou serviço, que possa ser utilizado de forma isolada/separada pelo cliente e sobre a qual existe uma perceção clara deste bem ou serviço por parte do cliente entre os restantes disponíveis em cada contrato.
As principais obrigações de desempenho resumem-se a Prestação de Serviços de Internet Fixa, Telefone Fixo, Televisão, Consultoria, Serviços de Cloud/IT, distribuição de direitos audiovisuais entre outros.
A disponibilização de set-top-boxes, routers, modems e outros equipamentos terminais em casa dos clientes e respetivos serviços de instalação e ativação foram considerados pelo Grupo como não correspondendo a uma obrigação de desempenho, dado serem ações necessárias para o cumprimento das obrigações de desempenho prometidas.
O reconhecimento do rédito ocorre no momento do cumprimento de cada obrigação de desempenho, sendo distinto entre:

Serviços pré-pagos
O rédito é reconhecido no momento em que os serviços são efetivamente prestados, isto é, os valores previamente recebidos são especializados pelo período da prestação de serviços a que a TVCabo se vê obrigada.

Serviços *corporate*
O rédito de subscrições de serviços de telecomunicações (subscrição de internet, televisão e voz fixa, isoladamente ou em conjunto) é reconhecido linearmente ao longo do período da subscrição. A faturação é emitida após a prestação do serviço, em função das condições previstas contratualmente com o cliente.

d) Indústria
Nesta área, o Grupo desenvolve as seguintes atividades:
i) Cerâmica e cristalaria e Biocombustíveis
Na determinação do valor do rédito, o Grupo avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o Grupo efetua a sua melhor estimativa.
Os rendimentos decorrentes de vendas de produtos são registados na demonstração consolidada dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.
O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritaria-

mente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma contínua ao longo do período contratual definido.
Para cada contrato, o Grupo avalia se existem outros compromissos no contrato que sejam obrigações de desempenho distintas e para as quais uma parte do preço de transação deva ser alocada (ex: garantias e créditos de fidelização). Na determinação do preço da transação, o Grupo tem em conta eventuais retribuições variáveis, a existência, ou não, de uma componente significativa de financiamento, de retribuições a receber não-monetárias e eventualidade de existirem retribuições a pagar ao cliente.

Obrigações de garantia
O Grupo geralmente oferece garantias de bom funcionamento dos seus produtos – reparação de defeitos existentes no momento da venda – tal como exigido por Lei. Estas garantias de qualidade são contabilizadas de acordo com a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
Para além disso, o Grupo vende por um período de um ano uma garantia para reparar defeitos que possam existir no momento da venda. Estas garantias de serviço são vendidas separadamente ou em conjunto com a venda do equipamento.
Contratos que agregam equipamento e garantias de serviços contêm duas obrigações de desempenho porque as promessas de transferir o equipamento e de assegurar a garantia de serviço são distintas. Através do uso do método de preço de venda autónoma, uma parte do preço de transação é alocada ao serviço de garantia de qualidade e registado como passivo relativo a contratos com clientes. O rédito é reconhecido ao longo do período durante o qual a garantia é prestada com base na passagem do tempo.

ii) Energia térmica
O rédito relativo à área de negócio de energia térmica, é reconhecido de acordo com o método definido para a área de negócio relativa a ii) Engenharia e construção.

e) Hotelaria e restauração;
O rédito da prestação de serviços de Hotelaria e Restauração é reconhecido no momento em que o serviço é prestado ou o controlo sobre o bem é transferido para o cliente. As vendas são normalmente efetuadas a dinheiro ou com cartão de crédito. Nos casos em que é estabelecido um período de crédito, o tempo de crédito concedido varia entre 30 e 60 dias, após a faturação.

f) Gestão e exploração de centro comercial;
Rendas fixas
O Grupo atua como locatário em contratos de locação. Os rendimentos auferidos através de rendas são contabilizados, em linha reta, durante o período do arrendamento e são apresentados como "prestações de serviços", devido à sua natureza operacional. As rendas contingentes são reconhecidas apenas quanto o direito é estabelecido. Custos iniciais diretamente relacionados com a negociação e angariação dos leasings são registados como gastos durante o período de vida da locação na mesma cadência das rendas auferidas. A duração da locação é a soma do período durante o qual a locação não pode ser cancelada com um período adicional que esteja previsto o locatário ter a opção de manter a locação e, no início do contrato, o Grupo tem uma certeza razoável que o locatário a vá exercer.
Quantias a receber dos locadores por cessão contratual ou por compensações em desvalorizações patrimoniais são registadas na demonstração dos resultados quando o direito a receber estiver estabelecido.
Ganhos relativos a despesas comuns redebitadas aos locatários são registados no período no qual a compensação diz respeito. Fees de gestão e serviço são incluídos como Rendimentos de rendas, sem considerar os respetivos custos, porque o Grupo considera que atua como principal e não como agente nesta situação.

Rendas variáveis
Se a retribuição prevista num contrato incluir uma componente variável, o Grupo estima a quantia que considera vir a ter o direito de receber. A componente variável é estimada numa base mensal em função do volume de negócio dos locatários, e é restringida em caso de incerteza até que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa do rédito reconhecido quando a incerteza associada à componente de retribuição variável seja finalmente dissipada.

Direitos de ingresso
Os direitos de ingresso são reconhecidos no momento da assinatura do contrato do direito de reserva e consequente recebimento.

g) Venda de imóveis;
A venda da propriedade completada é, geralmente, considerada como uma única obrigação de performance e o Grupo determinou que será satisfeita no momento em que o controlo é transferido.
No caso de trocas incondicionais de contratos, o momento ocorre, geralmente, quando o título legal é transferido para o cliente. No caso de vendas condicionadas, o momento verifica-se quando todas as condições se encontrarem satisfeitas. Não é expectável que a determinação da transferência de controlo, tanto para vendas condicionadas, como não condicionadas, seja modificada com a adoção da IFRS 15.
Para contratos relacionados com a venda de propriedades em desenvolvimento, o Grupo é responsável pela gestão global do projeto e identificou vários bens e serviços a serem prestados, incluindo trabalhos de projeto, compra de materiais, preparação do local de obra e lançamento de fundações, cofragens e reboco, instalações mecânicas e elétricas, instalação de utensílios (ex: janelas, portas, armários, etc.) e trabalhos de acabamento. Nestes contratos o Grupo determinou que os bens e serviços não são distintos, sendo contabilizados como uma única obrigação de performance.
Dependendo dos termos de cada contrato, o Grupo determina se o controlo é transferido num determinado ponto do tempo ou ao longo do tempo:
· Para a venda de propriedades em desenvolvimento atualmente reconhecidas de acordo com a percentagem de acabamento, o Grupo espera continuar a reconhecer os proveitos ao longo do tempo porque estima que o controlo será transferido com o decorrer do tempo.
· Para a venda de propriedades em desenvolvimento atualmente reconhecidas quando completadas, o Grupo entende que o controlo será transferido num ponto no tempo.

Nos contratos que cumprem os critérios de reconhecimento ao longo do tempo, a performance do Grupo é medida usando um método de imputação por referência aos custos incorridos para a satisfação da obrigação de performance (ex: recursos consumidos, horas despendidas, custos incorridos, tempo incorrido ou horas máquina) proporcionalmente ao total estimado de inputs para completar a obra. O Grupo

exclui o efeito dos custos incorridos que não contribuem para a obrigação de performance em transferir o controlo de bens ou serviços para o cliente (como seja montantes não previstos de materiais defeituosos ou outros recursos) e ajusta o método de imputação face a custos incorridos que não são proporcionais ao progresso do Grupo na satisfação da obrigação de performance (ex: materiais não instalados). Alguns contratos para a venda de propriedades incluem considerações variáveis na forma de penalidades por atrasos e, em casos limitados, prémios de conclusão antecipada. Usualmente, o Grupo aguarda que a incerteza se dissipe antes de reconhecer estes proveitos. De acordo com a IFRS 15, estimativas de consideração variável são incluídas no preço da transação (depois de se considerarem os requisitos da limitação). Considerando o largo espetro de possíveis resultados, o Grupo aplica usualmente o método do valor esperado para estimar essa consideração variável e aplicará os requisitos da IFRS 15 em estimativas obrigatórias de consideração variável para determinar o montante de consideração variável que pode ser incluído no preço de transação. O Grupo utiliza o expediente prático previsto na IFRS 15 para a componente significativa de financiamento. Como tal, o Grupo não irá ajustar o montante contratado pelos efeitos da componente significativa de financiamento em contratos onde o Grupo espera, no final do contrato, que o período entre o momento em que o cliente paga pelo bem ou serviço e quando o Grupo transfere o bem ou serviço acordado para o cliente seja de um ano, ou menos:

- Para contratos que envolvam a venda de propriedades em desenvolvimento reconhecida ao longo do tempo, geralmente, os clientes fazem pagamentos faseados conforme o avanço dos trabalhos. Nestes casos, o Grupo estima que o tempo entre o momento em que o cliente paga pelo ativo e o momento em que o Grupo transfere o ativo para o cliente será igual ou inferior a um ano.
- Para alguns contratos que incluem a venda de propriedades em desenvolvimento reconhecida ao longo do tempo e a venda de propriedades em desenvolvimento reconhecida num ponto específico do tempo, o Grupo tem direito ao reconhecimento de um adiantamento. Esta situação não é vista como uma componente significativa de financiamento dado que é por razões que não se relacionam com o financiamento do Grupo. A razão prende-se com o facto de estes pagamentos servirem de garantia de que a outra parte completa satisfatoriamente as suas obrigações referentes ao contrato, em situações em que os clientes não têm um histórico de crédito comprovado ou têm um histórico de pagamentos com atraso.

Os contratos para a venda de propriedades contêm determinadas garantias que cobrem um período até dez anos após a conclusão da propriedade, que cobrem determinados requisitos sobre condições de performance operacional (ex: isolamentos, eficiência energética, etc).
O Grupo determinou que estas condições representam garantias designadas de "fiabilidade" e que são legalmente requeridas como garantias de qualidade, continuando a ser contabilizadas de acordo com a IAS 37, consistentemente com a prática corrente.

h) Serviços e gestão imobiliária;
Despesas de serviço, honorários de gestão e outras despesas recuperáveis de arrendatários
Para propriedades de investimento detidas para obtenção de rendas, o Grupo é locador em acordos de locação que entram no âmbito da IAS 17. Estes acordos incluem determinados serviços que são prestados aos locatários, compreendendo a gestão global da propriedade, incluindo serviços de manutenção das áreas comuns (ex: limpeza, segurança, jardinagem), bem como outros serviços de suporte administrativo (ex: serviços de portaria, catering e outros serviços relacionados). Estes serviços estão especificados nos acordos de locação e são faturados separadamente. Consistentemente com a prática corrente, o Grupo determinou que estes serviços são componentes distintas da locação (transferidos separadamente do direito de uso do ativo) e estão no âmbito da IFRS15. O Grupo irá alocar a consideração do contrato à componente de locação e à componente de serviço numa base relativa, consistentemente com a contabilização atual.
Para a componente de receitas, o Grupo concluiu que estes serviços representam uma série de serviços diários que são individualmente satisfeitos ao longo do tempo e será aplicada uma base de medição de progresso baseada no tempo incorrido. Os montantes cobrados aos inquilinos por estes serviços incluem honorários cobrados com base na percentagem de proveitos de renda e reembolso de despesas incorridas. O Grupo determinou que esta consideração variável só está relacionada com a componente que não é de locação e que alocá-la a cada período do serviço (ex: cada dia) cumpre a exceção de alocação de consideração variável.
O Grupo disponibiliza a competência de terceiros para o fornecimento de serviços aos inquilinos. De acordo com a IAS 18, o Grupo concluiu que é o principal porque é primariamente responsável pelo cumprimento da obrigação de performance do serviço específico e o Grupo está sujeito ao risco de crédito nestas transações porque tem de pagar ao terceiro mesmo se o cliente não cumprir o pagamento.
A IFRS15 requer um teste para demonstrar que o Grupo controla um bem ou serviço específico antes de o transferir para o cliente. O Grupo determinou que controla o serviço antes de ser prestado ao inquilino e, consequentemente, é o principal em vez de agente nestes contratos. Consequentemente, o Grupo não sofreu nenhum impacto deste diagnóstico.

Alienação de propriedades de investimento no curso normal dos negócios
Os requisitos de reconhecimento e mensuração da IFRS 15 são aplicáveis para determinar o momento de desreconhecimento e a mensuração da retribuição (incluindo a aplicação de requisitos para consideração variável) quando se apura os ganhos ou perdas na alienação de ativos não financeiros, quando essa alienação não está no curso normal dos negócios. O Grupo determinou que não há necessidade de modificações decorrentes da transição para a IFRS 15, relativamente a alienações de propriedades de investimento que tenham ocorrido no passado que eram detidas para obtenção de rendas.

Custos de contratos
O Grupo incorre em comissões que são custos incrementais de obter um contrato com um cliente. O Grupo pretende utilizar o expediente prático previsto na IFRS15 para custos de obter um contrato para dispensar esses custos que teriam sido amortizados num ano ou menos. Nos casos em que o período de amortização seria superior a um ano, o Grupo irá capitalizar os custos de obter um contrato que cumpra o critério de reconhecimento da IFRS15. Custos incorridos pelo Grupo para angariar um contrato antes do início da sua performance (ex: custos de proposta) compreendem usualmente custos gerais e administrativos que são despendidos quando incorridos.

Ativos e passivos contratuais
i) Ativos de contratos com clientes
Um ativo de contrato com clientes é um direito a receber uma retribuição em troca de bens ou serviços transferidos para o cliente.

Se o Grupo entrega os bens ou presta os serviços a um cliente antes do cliente pagar a retribuição ou antes da retribuição ser devida, o ativo contratual corresponde ao valor da retribuição que é condicional.
ii) Contas a receber de clientes
Uma conta a receber representa o direito incondicional (ou seja, apenas depende da passagem de tempo até que a retribuição seja devida) do Grupo em receber a retribuição – Ver nota 27.

iii) Passivos de contratos com clientes
Um passivo de contratos com clientes é a obrigação de transferir bens ou serviços para os quais o Grupo recebeu (ou tem direito a receber) uma retribuição de um cliente. Se o cliente paga a retribuição antes que o Grupo transfira os bens ou serviços, um passivo contratual é registado quando o pagamento é efetuado ou quando é devido (dependendo do que aconteça primeiro). Os passivos contratuais são reconhecidos como rédito quando o Grupo executa as suas obrigações de desempenho contratuais.

2.6 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê direito a um ativo financeiro por parte de uma entidade e um passivo financeiros ou instrumento de capital próprio de outra entidade.
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira do Grupo quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.
Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos ativos e passivos financeiros (que não sejam ativos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através da demonstração dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, no reconhecimento inicial.
Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através da demonstração dos resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração consolidada dos resultados.

2.6.1 Ativos financeiros
I) Reconhecimento inicial e mensuração
Todas as compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira. No momento inicial, os ativos são classificados e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ou ao justo valor através do outro rendimento integral ou ao justo valor através dos resultados.
A classificação inicial dos ativos financeiros depende das caraterísticas contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócio que o Grupo adota para os gerir. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa e para as quais o Grupo adota o expediente prático, o Grupo mensura no momento inicial um ativo financeiro ao seu justo valor adicionado, no caso de um ativo não classificado como de justo valor através dos resultados, dos custos de transação. As contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa e para as quais o Grupo adota o expediente prático são mensuradas ao preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15.
De forma a ser possível que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral, ele deve proporcionar fluxos de caixa que representem apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros "solely payments of principal and interest (SPPI)" sobre o capital em dívida. Esta avaliação, conhecida como o teste dos "fluxos de caixa apenas de reembolsos de capital e pagamentos de juros", é realizada para cada instrumento financeiro.
O modelo de negócio estabelecido para a gestão dos ativos financeiros diz respeito ao modo como o Grupo gere os ativos financeiros com vista a obter os fluxos de caixa. O modelo de negócio pode ser concebido para obter os fluxos de caixa contratuais, para alienar os ativos financeiros ou ambos.
Compras ou vendas de ativos financeiros que exijam a entrega dos ativos dentro de um prazo estabelecido por regulação ou convenções no mercado em questão (regular way trades) são reconhecidos na data da negociação, isto é, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

II) Mensuração subsequente
Para a sua mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:
· Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
· Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
· Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados no momento do seu desreconhecimento (instrumentos de capital);
· Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)
Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições se encontrarem satisfeitas:
· O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro para obter os fluxos de caixa previstos contratualmente e
· Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.
Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente através do método do juro efetivo e são sujeitos a imparidade. Os ganhos e perdas são registados nos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou esteja em imparidade.
Os ativos financeiros que o Grupo mensura ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes e de outros devedores, os empréstimos a acionistas e partes relacionadas e os empréstimos.

A receita associada aos juros é registada na demonstração dos resultados na linha de Juros suportados, líquidos, através do método da taxa de juro efetivo, a qual se aplica à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (instrumentos de dívida)
O Grupo mensura os instrumentos de dívida ao justo valor através do outro rendimento integral se ambas as seguintes condições se encontrarem satisfeitas:
· O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro para obter os fluxos de caixa previstos contratualmente e os fluxos de caixa decorrentes da sua venda e
· Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

No caso dos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do outro rendimento integral, os juros obtidos, as diferenças de câmbio e as perdas e reversões de imparidade são registadas nos resultados e calculadas do mesmo modo dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações de justo valor remanescentes são registadas no outro rendimento integral. No momento do desreconhecimento, as alterações no justo valor acumuladas no outro rendimento integral são transferidas (recicladas) para os resultados.
Os instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do outro rendimento integral incluem instrumentos de dívida cotada.
O Grupo não detém este tipo de ativos financeiros a 31 de dezembro de 2019.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (instrumentos de capital)
Aquando do reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar de forma irrevogável os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capitais designados ao justo valor através do outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.
Ganhos e perdas nestes ativos financeiros nunca são recicladas para os resultados. Os dividendos são registados como ganho financeiro nos resultados quando o direito a receber o pagamento do dividendo estiver estabelecido, exceto quando o Grupo beneficia desses dividendos como recuperação de parte do custo do ativo financeiro e, nesse caso, os dividendos são registados no outro rendimento integral. Os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capitais designados ao justo valor através do outro rendimento integral não são sujeitos a avaliação de imparidade.
O Grupo decidiu classificar de forma irrevogável os seus investimentos em instrumentos de capital de entidades não cotadas nesta categoria, bem com as ações detidas na Pharol.

Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados
Os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados incluem ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no momento de reconhecimento inicial como mensurados ao justo valor através dos resultados, ou os ativos financeiros que obrigatoriamente têm de ser mensurados ao justo valor. Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se foram adquiridos com a finalidade de ser vendido ou recomprado num prazo muito curto. Derivados, incluindo derivados embutidos separados, são também classificados como detidos para negociação exceto se foram designados como instrumentos de cobertura eficazes.
Os ativos financeiros com fluxos de caixa que não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida são mensurados ao justo valor independentemente do modelo de negócio subjacente. Não obstante o critério para a classificação dos instrumentos de dívida ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao justo valor através dos resultados no momento do reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento.
Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados são apresentados na Demonstração da Posição Financeira ao justo valor com as alterações líquidas no justo valor apresentadas nos resultados.
Esta categoria inclui os derivados e os investimentos em ações cotadas para as quais o Grupo não decidiu irrevogavelmente mensurar ao justo valor através do outro rendimento integral.
Se um contrato híbrido incluir um contrato de base que não seja um ativo financeiro, um derivado embutido deve ser separado do contrato de base e contabilizado como derivado se, e apenas se:
i) as características económicas e os riscos do derivado embutido não estiverem intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base;
ii) um instrumento separado com os mesmos termos que o derivado embutido satisfizesse a definição de um derivado;
iii) o contrato híbrido não for mensurado pelo justo valor através dos resultados.

Derivados embutidos são mensurados ao justo valor com as alterações no justo valor reconhecidas nos resultados. A reavaliação da classificação só é possível quando ou existe uma alteração nos termos contratuais que modifique de forma significativa os fluxos de Caixa ou a reclassificação do ativo financeiro no sentido de deixar de ser classificado na categoria de justo valor através dos resultados.
Um derivado embutido num contrato hibrido que inclui um contrato de base que contenha um ativo financeiro não é contabilizado separadamente. O ativo financeiro do contrato de base e o derivado embutido são classificados conjuntamente na sua totalidade como ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

III) Desreconhecimento
Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte do ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros ativos) é desreconhecido (ou seja, removido da Demonstração da Posição Financeira Consolidada) quando:
· Os direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram ou
· O Grupo transferiu os seus direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos na sua totalidade num curto prazo no âmbito de um acordo

no qual o Grupo
i) não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais a menos que receba quantias equivalentes resultantes do ativo original;
ii) está proibido pelos termos do contrato de transferência de vender ou penhorar o ativo original que não seja como garantia aos destinatários finais pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa; e
iii) o Grupo tem uma obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos;

· O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os ativos e benefícios do ativo mas transferiu o controlo sobre o ativo.

Quando o Grupo transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou é parte de um acordo que pode possibilitar o desreconhecimento, avalia se, e em que extensão, foram retidos os riscos e benefícios associados à titularidade do ativo.
Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece o passivo correspondente,
O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que o Grupo reteve.
Se o envolvimento continuado do Grupo assumir a forma de garantia prestada sobre o ativo transferido, a medida do envolvimento continuado é a menor entre o valor contabilístico original do ativo e a quantia máxima da retribuição recebida que o Grupo pode vir a pagar.
Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de "factoring sem recurso" (e para as quais seja inequívoco que são transferidos os riscos e benefícios inerentes a estas contas a receber) são reconhecidas nas demonstrações financeiras do Grupo até ao momento do seu recebimento.
No desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre a quantia escriturada e a retribuição recebida é reconhecida na demonstração dos resultados.
No caso de desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao justo valor através do outro rendimento integral, o ganho ou perda acumulado na reserva de justo valor é reclassificado para a demonstração dos resultados ("Reciclagem"), a não ser que seja um ativo financeiro representativo de um instrumento de capital assim designado no momento inicial de forma irrevogável, situação para a qual o ganho ou perda acumulado na reserva de justo valor é transferido diretamente para resultados transitados.
O Grupo procede à anulação contabilística de um ativo financeiro apenas quando existe informação que o devedor se encontra num processo de liquidação ou falência.
Caso os saldos sejam recuperados posteriormente são contabilizados na demonstração dos resultados.

IV) Imparidade de ativos financeiros
Divulgações adicionais sobre imparidade de ativos financeiros encontram-se nas seguintes notas:

· Divulgações sobre pressupostos significativos – nota 3
· Contas a receber, incluindo ativos relativos a contratos com clientes – nota 27 e 10

O Grupo reconhece um ajustamento para as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mensurados ao justo valor através dos resultados. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais que sejam devidos e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa próxima da taxa de juro efetiva original. Os fluxos de caixa que se esperam vir a receber incluem os fluxos de caixa resultantes de colaterais detidos ou de outras garantias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais. Para as contas a receber de clientes e contas a receber relativas a contratos com clientes, o Grupo adota a abordagem simplificada na determinação das perdas de crédito esperadas.
Assim, para estas contas, o Grupo não monitoriza alterações no risco de crédito mas, ao invés, reconhece uma perda por imparidade baseada na perda de crédito esperada ao longo da duração do ativo, a cada data de relato.
O Grupo estabeleceu uma matriz de imparidade baseada nos créditos que foram perdidos no passado, ajustada por fatores prospetivos específicos dos devedores e do ambiente económico. Para este efeito, os saldos de clientes e outros devedores foram segregados tendo em conta os respetivos perfis de risco e a antiguidade do incumprimento.
Para os saldos a receber de empresas associadas e participadas, que não sejam considerados parte do investimento financeiro nessas empresas, a imparidade é avaliada atendendo a critérios de risco. Nos casos em que o saldo a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, o risco de incumprimento é avaliado como sendo muito próximo de zero e, como tal, a imparidade é zero. Nos casos em que o saldo a receber não é imediatamente exigível, é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for baixo ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos doze meses.
Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, o Grupo adota a abordagem geral do modelo de imparidade. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em dois estágios. Para as situações onde não tenha existido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas incidem sobre perdas que possam vir a ser incursas de incumprimentos que sejam de possível ocorrência nos próximos 12 meses; para as situações onde tenha existido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, a perda por imparidade é calculada para todas as perdas de crédito esperadas ao longo da duração do ativo, independentemente de quando ocorra o incumprimento, de acordo com as políticas de gestão de risco divulgadas na nota 39.
O Grupo considera que um ativo financeiro está em incumprimento quando está vencido a mais de 90 dias. Porém, em certos casos, o Grupo pode também considerar que um ativo financeiro está em incumprimento quando exista informação interna e externa que indique que é improvável que o Grupo venha a receber a totalidade do crédito sem que tenha de acionar as garantias que possua. Um ativo financeiro é desreconhecido quando não há uma expetativa razoável de vir a recuperar os fluxos de caixa contratuais.

2.6.2 Passivos financeiros

I) Reconhecimento inicial e mensuração
Os passivos financeiros são classificados, no momento de reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, empréstimos, contas a pagar, ou derivados designados como instrumento de cobertura numa relação de cobertura eficaz.
Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos e das contas a pagar, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis.
Os passivos financeiros do Grupo, incluem contas a pagar a fornecedores e outros credores, empréstimos incluindo descobertos bancários, e derivados.

II) Mensuração subsequente
A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação inicial, como segue:

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados
Passivos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e os passivos financeiros que no momento de reconhecimento inicial foram assim designados e, ainda, os passivos financeiros associados a uma contraprestação contingente decorrente de uma combinação de negócios.
Os passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido incorridos com a finalidade de serem recomprados no curto prazo. Esta categoria inclui derivados que não sejam designados como sendo instrumentos de cobertura numa relação de cobertura, tal como previsto na IFRS 9. Derivados embutidos separados são também classificados como detidos para negociação a não ser que sejam considerados instrumentos de cobertura eficazes. Ganhos e perdas em passivos detidos para negociação são registados na demonstração dos resultados.
Os passivos financeiros que são classificados, no momento de reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor são assim designados no momento do reconhecimento inicial apenas se os critérios previstos na IFRS 9 forem satisfeitos. O Grupo não designou qualquer passivo financeiro ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Passivos financeiros ao custo amortizado
Esta é a categoria mais relevante para o Grupo.
Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado através da utilização do método do juro efetivo. Ganhos e perdas são registados na demonstração dos resultados quando os passivos são desreconhecidos e através da amortização decorrente do método do juro efetivo.
O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e os honorários e outros custos que sejam parte integral da taxa de juro efetiva. O efeito do juro efetivo é registado nos gastos financeiros na demonstração dos resultados.
Esta categoria geralmente é aplicável às contas a pagar a fornecedores e outros credores, e aos empréstimos incluindo empréstimos bancários, factoring e descobertos bancários. Os empréstimos sob a forma de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um prazo superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração utilizar este instrumento de financiamento por um prazo superior a um ano.

III) Desreconhecimento
Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente é satisfeita ou cancelada, ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro da mesma contraparte e com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo financeiro são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respetivos valores contabilísticos é reconhecida na demonstração dos resultados. Considera-se que os termos são substancialmente diferentes se o valor atual dos fluxos de caixa do passivo financeiro renegociado, incluindo comissões, descontados utilizando a taxa de juro efetiva original é pelo menos 10% diferente do valor atual dos fluxos de caixa remanescentes do passivo financeiro original.
Se a troca der origem a uma modificação que não seja substancial, a diferença entre a quantia escriturada do passivo antes da modificação e a quantia escriturada após a modificação (correspondente ao valor presente dos fluxos de caixa futuros) é registada na demonstração dos resultados como um ganho ou perda da modificação.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros
Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o respetivo valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira consolidada se existir um direito presente de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo.

2.6.4 Compensação de instrumentos financeiros
I) Reconhecimento inicial e subsequente
O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como swaps de taxas de juros, para cobrir os seus riscos de juro. Tais instrumentos financeiros derivados são inicialmente registados ao justo valor na data em que o derivado é contratado e são subsequentemente mensurados ao justo valor na data de relato. O ganho ou perda resultando é registado na demonstração dos resultados a não ser que o derivado sejam classificado como instrumento de cobertura, caso em que o reconhecimento da variação do justo valor depende da natureza da relação de cobertura. Os derivados são apresentados no ativo quando o seu justo valor é positivo e no passivo quando o seu justo valor é negativo.
Em termos de contabilidade de cobertura, as coberturas são classificadas como:
· Cobertura de justo valor quando a finalidade é cobrir a exposição a alterações de justo valor de um ativo ou passivo registado ou de um compromisso do Grupo não registado.
· Cobertura de fluxos de caixa quando a finalidade é cobrir a exposição à variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de um risco específico associado à totalidade ou a uma componente de um ativo ou passivo registado ou a uma transação prevista de ocorrência altamente provável ou o risco de câmbio associado a um compromisso do Grupo não registado.
· Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

No início da relação de cobertura, o Grupo formalmente designa e documenta a relação de cobertura para a qual pretende aplicar a contabilidade de cobertura bem como a finalidade de gestão e estratégia dessa cobertura.
Antes de 1 de janeiro de 2018, a documentação incluía a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberta, a natureza do risco coberto e o modo como o Grupo avaliava a eficácia das variações do justo valor do instrumento de cobertura face à exposição do Grupo a variações do justo valor do item coberto ou fluxos de caixa decorrentes do risco coberto. Tais coberturas deveriam ser altamente eficazes para compensar alterações nos justos valores ou nos fluxos de caixa e eram avaliadas numa base contínua de forma a demonstrar que eram de facto altamente efetivas durante o período de relato financeiro.
A partir de 1 de janeiro de 2018, a documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberta, a natureza do risco a ser coberto e o modo como o Grupo avalia se a relação de cobertura cumpre com os requisitos de contabilidade de cobertura (incluindo a sua análise das fontes de ineficácia da cobertura e a forma como determina a taxa de cobertura). O relacionamento de cobertura é qualificável para contabilidade de cobertura se satisfaz todos os seguintes requisitos de eficácia da cobertura:

- Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- O efeito do risco de crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica; e
- O rácio de cobertura do relacionamento de cobertura é o mesmo que o que resulta da quantidade do item coberto que uma entidade cobre efetivamente e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os relacionamentos de cobertura que satisfaçam os critérios de elegibilidade acima, são contabilizados, como segue:

II) Cobertura de justo valor
A alteração no justo valor do instrumento de cobertura é registada como resultado financeiro do período. A alteração no justo valor do item coberto atribuível ao risco coberto é registada como parte do valor contabilístico do item coberto.
Para cobertura de justo valor de itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajustamento ao valor contabilístico é amortizado na demostração dos resultados pelo período remanescente da cobertura usando o método do juro efetivo. A amortização através do método do juro efetivo inicia-se quando existe o ajustamento e nunca mais tarde do momento no qual o item coberto deixa de ser ajustado pelas alterações no justo valor atribuíveis ao risco que está sendo coberto.
Se o item coberto é desreconhecido, o justo valor por amortizar é registado imediatamente na demonstração dos resultados.
Quando um compromisso não registado é designado como item coberto, as alterações acumuladas subsequentes no justo valor do compromisso do Grupo atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas como um ativo ou passivo e o correspondente ganho ou perda registado na demonstração dos resultados.

III) Cobertura de fluxos de caixa
A parcela eficaz do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reconhecida no Outro rendimento integral na reserva de cobertura de fluxos de caixa, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados. A reserva de cobertura de fluxos de caixa é ajustada para o menor dos valores entre o ganho ou perda acumulada no instrumento de cobertura e a alteração acumulada no justo valor do item coberto.
O Grupo usa contratos forward de taxas de câmbio para cobrir a exposição ao risco cambial em transações esperadas e compromissos assumidos, tal como usa contratos forward de matérias-primas para cobrir a exposição à volatilidade dos preços das matérias-primas
Até 1 de janeiro de 2018, o Grupo designava todos os contratos forward como instrumento de cobertura. Qualquer ganho ou perda decorrente de alterações no justo valor dos derivados são registados diretamente na demonstração dos resultados, exceto a parcela eficaz das coberturas de fluxos de caixa as quais eram registadas no Outro rendimento integral e posteriormente reclassificadas para a demonstração dos resultados quando o item coberto afetava também a demonstração dos resultados.
A partir de 1 de Janeiro de 2018, o Grupo designa apenas o elemento à vista dos contratos forward como instrumento de cobertura. O elemento forward é reconhecido no Outro rendimento integral e acumulado numa componente separada de capital próprio.
As quantias acumuladas no Outro rendimento integral são contabilizadas em função da natureza da relação de cobertura respetiva. Se a relação de cobertura subsequentemente se traduz no registo de um item não financeiro, a quantia acumulada é removida da componente separada de capital próprio e incluída no custo inicial ou valor contabilístico do ativo ou passivo coberto. Tal não é um ajustamento de reclassificação e não deve ser registado no Outro rendimento integral do período. Isto também é aplicável quando uma transação esperada coberta de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro se converte num compromisso do Grupo sujeito a contabilidade de cobertura.
Para quaisquer outras coberturas de fluxos de Caixa, a quantia acumulada no Outro rendimento integral é reclassificada para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa cobertos afetam a demonstração dos resultados.
Se a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa for interrompida, a quantia acumulada no Outro rendimento integral deve permanecer se se esperar que os fluxos de caixa futuros cobertos ainda ocorram. Caso contrário, a quantia acumulada é reclassificada imediatamente para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação. Após a interrupção, assim que os fluxos de caixa sejam cobertos, qualquer quantia acumulada remanescente no Outro rendimento integral deve ser contabilizada de acordo com a natureza da transação subjacente como descrito acima.

IV) Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira
Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, incluindo a cobertura de items monetários que sejam contabilizados como integrantes do investimento líquido, são contabilizados de modo similar ao da cobertura de fluxos de caixa.
Qualquer ganho ou perda no instrumento de cobertura relativo à parcela eficaz da cobertura é registada no Outro rendimento integral enquanto os ganhos ou perdas relativos à parcela ineficaz são registados na demonstração dos resultados. No momento da alienação da operação no estrangeiro, o valor acumulado dos ganhos e perdas contabilizados no capital próprio são transferidos para a demonstração dos resultados.

2.6.5 Instrumentos de capital
Cobertura de justo valor
Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. Os instrumentos de capital próprio emitidos pelas empresas do Grupo são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão.
As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio.
Os ganhos ou perdas ocorridas na sua alienação das ações próprias são registados em "Outras reservas", não sendo considerados nos resultados do período em que ocorrem.

2.6.6 Custos de empréstimos
O Grupo capitaliza os custos de empréstimos obtidos (custos de juros e outros incorridos devido a pedidos de empréstimos de fundos) que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo, ou seja, um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Todos os outros custos de empréstimos obtidos devem ser contabilizados como um gasto no período em que sejam incorridos.

2.7 ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis, com exceção dos ativos das redes da TVCabo Angola e da TVCabo Moçambique, são registados ao custo de aquisição líquido das respetivas amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.
Custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, quando for provável que benefícios económicos futuros, que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente, fluirão para a empresa e o custo do ativo para a empresa possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.
Os ativos das redes da TVCabo Angola e da TVCabo Moçambique são mensurados, a partir de 31 de dezembro de 2018, de acordo com o modelo de revalorização, ou seja, são mensurados ao justo valor à data das revalorizações menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes. As revalorizações são efetuadas com suficiente regularidade para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor no fim do período de relato. A frequência das revalorizações depende das alterações nos justos valores dos ativos fixos tangíveis que estão a ser revalorizados. Quando o justo valor de um ativo revalorizado diferir materialmente da sua quantia escriturada, é exigida uma nova revalorização. Tais revalorizações frequentes são desnecessárias para itens do ativo fixo tangível apenas com alterações insignificantes no justo valor. Em vez disso, pode ser necessário revalorizar o item apenas a cada três ou cinco anos.
Quando a quantia escriturada destes ativos é aumentada como resultado de uma revalorização, o aumento deve ser reconhecido em outro rendimento integral e acumulado no capital próprio na rubrica de "Excedentes de revalorização". Contudo, o aumento deve ser reconhecido na demonstração dos resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo ativo previamente reconhecido nos lucros ou prejuízos. Se a quantia escriturada de um ativo for diminuída como resultado de uma revalorização, a diminuição deve ser reconhecida na demonstração dos resultados. Contudo, a diminuição deve ser reconhecida em outro rendimento integral até ao ponto de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização com respeito a esse ativo. A diminuição reconhecida em outro rendimento integral reduz a quantia acumulada no capital próprio com o título de excedente de revalorização.
É efetuada uma transferência anualmente entre a rubrica de "Excedentes de revalorização" e os resultados transitados que corresponde à diferença entre a depreciação baseada no valor reavaliado do ativo e a depreciação baseado no seu custo histórico. Na data da alienação, qualquer reserva de reavaliação remanescente é transferida para os resultados transitados.
Os encargos financeiros relacionados com financiamentos destinados à produção/aquisição de ativos que exigem um período de tempo substancial para que estejam prontos a ser utilizados são adicionados ao custo destes ativos.

Amortizações
Os terrenos não são amortizados, exceto os afetos à atividade extrativa, sendo as amortizações dos restantes bens calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

Os valores residuais dos bens e as suas vidas úteis são reavaliados, e ajustados caso necessário, à data de cada balanço. As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	2019	2018
Terrenos e recursos naturais	2,50%	2,50%
Edifícios	2,00% - 5,00%	2,00% - 5,00%
Outras construções	2,00% - 10,00%	2,00% - 10,00%
Equipamento básico	6,67% - 33,33%	6,67% - 33,33%
Equipamento de transporte	16,66% - 25,00%	16,66% - 25,00%
Ferramentas e utensílios	4,00% - 25,00%	4,00% - 25,00%
Equipamento administrativo	4,00% - 10,00%	4,00% - 10,00%

2.8 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento ou valorização de capital, ou ambos, não sendo utilizados na prossecução da atividade normal dos negócios.
Inicialmente as propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, incluindo os custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor, determinado por referência à data de balanço e refletindo condições atuais de mercado. O justo valor é determinado por entidades independentes devidamente credenciadas e segundo as metodologias recomendadas internacionalmente.
Ganhos ou perdas resultantes de alterações do justo valor das propriedades de investimento são relevadas na demonstração dos resultados no ano em que são geradas.
As propriedades de investimento são desreconhecidas quando as mesmas forem alienadas ou quando forem retiradas de uso não sendo expectável que benefícios económicos futuros resultem da sua retirada. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de propriedades de investimento são reconhecidos na demonstração de resultados nesse ano.
Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos nos resultados consolidados do período a que respeitam.
A transferência para, ou de, propriedades de investimento deve ser feita quando, e apenas quando, houver uma alteração no seu uso. Numa transferência de propriedades de investimento escriturada pelo justo valor para propriedade ocupada pelo dono, o custo considerado da propriedade para subsequente contabilização deve ser o seu justo valor à data da alteração de uso.
Se uma propriedade ocupada pelo dono se torna numa propriedade de investimento que seja escriturada pelo justo valor, o Grupo utiliza os mesmos princípios contabilísticos que aplica aos ativos fixos tangíveis, até à data da alteração de uso.
Se um ativo inicialmente reconhecido nos inventários é posteriormente considerado como propriedade de investimento após ter sido determinada a sua alteração de uso, qualquer diferença entre o justo valor da propriedade nessa data e a sua quantia escriturada anterior é reconhecida nos lucros ou prejuízos do exercício. Se o Grupo inicia o desenvolvimento ou a construção de um imóvel com a intenção de o vender, este deve ser transferido para inventários. Se essa propriedade for mensurada ao justo valor, essa transferência deverá ser mensurada ao justo valor na data da transferência e esse será o custo considerado para o registo da propriedade em inventários.

2.9 LOCAÇÕES

Política aplicável desde 1 de janeiro de 2019

O Grupo avalia, no início de cada acordo, se o acordo é, ou contém, uma locação. Isto é, se transmite o direito de controlar o uso de um ativo ou ativos específicos por um determinado período de tempo em troca de uma contrapartida. Para se concluir que um contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, o Grupo avalia se possui cumulativamente o i) direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo em causa e ii) o direito de direcionar o seu uso.

Grupo como locatário
O Grupo aplica o mesmo método de reconhecimento e mensuração a todas as locações, exceto para as locações de curto prazo e locações associadas a ativos de baixo valor.
O Grupo reconhece um passivo relativo aos pagamentos da locação e um ativo identificado como direito de uso do ativo subjacente.

I. Ativos sob direito de uso
À data de início da locação (isto é, data a partir da qual o ativo está disponível para uso), o Grupo reconhece um ativo relativo ao direito de uso. Os "Ativos sob direito de uso" são mensurados ao custo, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O custo compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido (caso aplicável).
O ativo sob direito de uso é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base na sua vida útil ou no prazo da locação, dos dois o mais baixo.
Se a propriedade do ativo se transmitir para o Grupo no final do prazo da locação, ou o custo incluir uma opção de compra, as depreciações são calculadas tendo em conta a vida útil estimada do ativo.
Os Ativos sob direito de uso são ainda sujeitos a perdas por imparidade.

II. Passivos da locação
À data de início da locação, o Grupo reconhece um passivo mensurado ao valor presente dos pagamentos de rendas a efetuar ao longo do acordo. Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem os pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos (caso aplicável) e pagamentos variáveis associados a um índice ou taxa. Os pagamentos incluem ainda, caso aplicável, o preço de exercício de uma opção de compra, que será exercida pelo Grupo com uma certeza razoável, e pagamentos de penalizações por terminar o contrato, se os termos da locação refletirem a opção de exercício do Grupo.
O passivo da locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, sendo remensurado quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.
Quando o passivo de locação é remensurado, o direito de uso do ativo é ajustado em igual montante, exceto se a sua quantia já se encontrar reduzida a zero, sendo nesse caso registado um ganho/perda na demonstrações dos resultados.
Pagamentos variáveis que não estejam associados a quaisquer índices ou taxas são reconhecidos como gasto do exercício, no exercício em que ocorre o evento ou condição que leva ao pagamento.
Para o cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, o Grupo usa a sua taxa de juro incremental à data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita ao contrato não é prontamente determinável. Após essa data, o montante do passivo da locação é aumentado por acréscimo de juros e reduzido por pagamentos de rendas efetuados. Adicionalmente, o valor é remensurado se ocorrer alguma alteração nos termos do acordo, no valor das rendas (e.g., alterações dos pagamentos futuros causadas por uma alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos) ou uma alteração da avaliação de uma opção de compra associada ao ativo subjacente.

III. Locações de curto prazo e locações de baixo valor
O Grupo aplica a isenção de reconhecimento às suas locações de curto prazo de ativos (i.e., locações com prazos de 12 meses ou inferiores e não contêm uma opção de compra). O Grupo aplica igualmente a isenção de reconhecimento a locações de ativos considerados de baixo valor. Os pagamentos de rendas de locações de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como gasto do exercício, ao longo do período da locação.

Grupo como locador
As locações nas quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um ativo são classificadas como locações operacionais. Os rendimentos auferidos através de rendas são contabilizados, em linha reta, durante o período da locação e são apresentados no rédito, devido à sua natureza operacional. Custos iniciais diretamente relacionados com a negociação e angariação dos leasings são adicionados ao valor contabilístico do ativo e são registados como gastos durante o período de vida da locação na mesma cadência das rendas auferidas. As rendas contingentes são reconhecidas apenas quanto o direito é estabelecido.
A duração da locação é a soma do período durante o qual a locação não pode ser cancelada com um período adicional que esteja previsto o locatário ter a opção de manter a locação e, no início do contrato, o Grupo tem uma certeza razoável que o locatário a vá exercer.
Quantias a receber dos locatários por cessão contratual ou por compensações em desvalorizações patrimoniais são registadas na demonstração dos resultados quando o direito a receber estiver estabelecido.
Ganhos relativos a despesas comuns redebitadas aos locatários são registados no período no qual a compensação diz respeito. Fees de gestão e serviço são incluídos como Rendimentos de rendas, sem considerar os respetivos custos, porque o grupo considera que atua como principal e não como agente nesta situação.

Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2019
A determinação se um acordo é, ou contém, uma locação baseia-se na substância do acordo no início do acordo, que é a data mais antiga entre a data do acordo e a data do compromisso pelas partes em relação aos principais termos do acordo, com base em todos os factos e circunstâncias.
O acordo é, ou contém, uma locação se o cumprimento do acordo está dependente do uso de um ativo ou ativos específicos e o acordo transmite um direito de usar o ativo, mesmo que esse ativo não esteja explicitamente identificado no acordo. A duração da locação é a soma do período durante o qual a locação não pode ser cancelada com um período adicional que esteja previsto o locatário ter a opção de manter a locação e, no início do contrato, o Grupo tem uma certeza razoável de que o locatário a vá exercer.
A classificação das locações como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.
Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A análise de transferência de riscos e benefícios inerentes à posse do ativo toma em consideração diversos fatores, nomeadamente, se a posse está ou não contratualmente condicionada a assumir a propriedade do bem, o valor de pagamentos mínimos a efetuar ao abrigo do contrato, a natureza do ativo sob locação e a duração do contrato tendo em consideração a possibilidade de renovação.

O Grupo como locatário
Locações financeiras são registadas pelo justo valor no ativo ou, se menor, ao valor atual dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos mínimos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente de forma a produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são registados na demonstração dos resultados como gastos financeiros. O ativo locado é depreciado durante a sua vida útil (as depreciações são registadas como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, tal como descrito na Nota 2.3. b)). No entanto, se não houver certeza razoável de que o locatário virá a obter a propriedade no fim do prazo da locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou da sua vida útil, dos dois o mais curto.
Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

O Grupo como locador
Sem alterações face à política atualmente em vigor.

2.10 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.
As amortizações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, pelo seu período de vida útil (geralmente 3 anos).
Custos com ativos intangíveis gerados internamente e marcas próprias são registados em resultados do exercício na medida em que são incorridos.
As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando for demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o Grupo tiver intenção e capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

2.11 IMPARIDADE DE ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas estão sujeitos a testes de imparidade anuais. Para aqueles que, tendo uma vida útil definida, estão sujeitos a amortizações, realizam-se também testes de imparidade sempre que as circunstâncias se alteram e o valor pelo qual se encontra escriturado possa não ser recuperável.
Uma perda por imparidade é a quantia pela qual a quantia escriturada de um ativo excede a sua quantia recuperável.
A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido de um ativo (justo valor – custos de venda) e o seu valor de uso, o qual decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto antes de imposto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do(s) ativo(s) em causa.
Para a determinação do valor recuperável, os ativos são analisados individualmente ou agrupados aos mais baixos níveis para os quais são identificados separadamente como unidades geradoras de fluxos de caixa. Uma unidade geradora de caixa (UGC) é o grupo mais pequeno de ativos que inclui o ativo e que gera influxos de caixa provenientes do uso continuado, que sejam em larga medida independentes dos influxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.
Sempre que o valor contabilístico do ativo é superior ao seu valor recuperável é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Se esta perda for subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado em conformidade mas nunca poder-se-á tornar superior ao valor que estaria reconhecido caso a perda por imparidade não tivesse sido registada. A reversão da imparidade é também reconhecida na demonstração de resultados do período a que se refere.

2.12 ATIVOS DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES EM DESCONTINUIDADE

Incluem-se nesta categoria os ativos ou grupo de ativos cujo respetivo valor seja realizável através de uma transação de venda ou, conjuntamente, como um grupo numa transação única, e os passivos diretamente associados a estes ativos que sejam transferidos na mesma transação. Os ativos e passivos nesta situação são mensurados ao mais baixo valor entre o respetivo valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de vender.
Para que esta situação se verifique é necessário que a venda seja muito provável (sendo expectável que se concretize num prazo inferior a 12 meses), e que o ativo esteja disponível para venda imediata nas atuais condições, para além de que o Grupo se tenha comprometido na sua venda. A amortização dos ativos nestas condições cessa a partir do momento em que são classificados como detidos para venda e são apresentados como correntes em linhas próprias do ativo, passivo e capital próprio.
Uma unidade operacional descontinuada é um componente (unidades operacionais e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos, operacionalmente e para finalidades de relato financeiro, do resto da entidade) de uma entidade que ou foi alienada ou está classificada como detida para venda, e:
a) representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada;
b) é parte integrante de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada; ou
c) é uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda.

Os resultados das unidades operacionais descontinuadas são apresentados como uma quantia única na demonstração dos resultados, compreendendo os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas, adicionados dos ganhos ou perdas após os impostos reconhecidos na mensuração pelo justo valor

menos os custos de vender ou na alienação de ativos ou de grupo(s) para alienação que constituam a unidade operacional descontinuada. Os saldos e transações entre operações continuadas e operações descontinuadas são eliminados na extensão que representem as operações que deixarão de ser levadas a cabo pelo Grupo.

2.13 INVENTÁRIOS

Os inventários são valorizados ao menor, de entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda deduzido dos custos estimados para terminar a produção do bem e correspondentes custos de venda.
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo – Inclui terrenos para futuros empreendimentos imobiliários que se encontram valorizadas ao preço de aquisição acrescido das despesas de compra, o qual é inferior ao respetivo preço de mercado. As restantes matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao preço de aquisição acrescido das despesas de compra até à armazenagem.
Produtos acabados e em curso – Quando correspondem a frações de edifícios para venda em empreendimentos concluídos e os produtos em curso, encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta e indireta, subcontratos, outros custos variáveis e fixos e encargos financeiros. Os encargos financeiros considerados correspondem aos custos reais dos empréstimos incorridos em contratos de financiamento que referem explicitamente o empreendimento, até ao ponto em que seja razoável face a nível da aplicação.
Os restantes produtos acabados e em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, no qual se incluem todos os custos diretos e encargos gerais de fabrico.
As mercadorias estão valorizadas ao preço médio de aquisição, incluindo custos de transporte e armazenagem.

2.14 PROVISÕES

São constituídas provisões no balanço sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar a obrigação.

- Reestruturação: Uma provisão para reestruturação é relevada após aprovação formal de uma operação de reestruturação, e esta tenha sido iniciada ou tornada pública. Os custos operacionais não devem ser considerados no valor da provisão.
- Contratos onerosos: Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios expectáveis da consecução do contrato são inferiores aos custos decorrentes da obrigação imposta por este.

As provisões para os custos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local são reconhecidas quando os bens começam a ser utilizados e se for possível estimar a respetiva obrigação com fiabilidade. O montante da provisão reconhecida corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada em resultados como custo financeiro na rubrica de "Juros líquidos".
Um passivo contingente reconhecido no âmbito de uma combinação de negócios é inicialmente reconhecido ao justo valor. Após o reconhecimento inicial e até o passivo ser liquidado, cancelado ou expirar, é mensurado um passivo contingente reconhecido numa concentração de atividades empresariais pelo valor mais alto entre a quantia que seria reconhecida de acordo com a IAS 37 e a quantia inicialmente reconhecida menos, quando apropriado, a amortização cumulativa reconhecida de acordo com a norma do Rédito.
As provisões são revistas e atualizadas na data de balanço, de modo a refletir a melhor estimativa, nesse momento, da obrigação em causa.

2.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes (fora do âmbito de uma combinação de negócios) não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de um ex-fluxo de fundos seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.
Os ativos contingentes não são reconhecidos, e apenas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.16 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.
O Grupo Visabeira encontra-se abrangido pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, o qual abrange todas as empresas em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC).
A partir de 2014, as subsidiárias do denominado Grupo VAA são incluídas no perímetro fiscal do Grupo Visabeira.
As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.
O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação.
São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros fiscais futuros contra os quais a reversão de diferenças temporárias dedutíveis existentes, os prejuízos fiscais e os créditos fiscais podem ser usados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.
Não são calculados impostos diferidos sobre as diferenças de consolidação e sobre as diferenças temporárias no reconhecimento inicial de um ativo e passivo quando as mesmas não afetam o resultado contabilístico, nem o fiscal.
Também não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- O Grupo é capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e

· É provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada por forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como o Grupo espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos, tendo por base decisões do ponto de vista fiscal substancialmente implementadas na data de demonstrações financeiras consolidadas.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido que resulte das transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas mesmas rubricas, não afetando o resultado do exercício.

Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido ativo ou de liquidação do imposto diferido passivo. De acordo com a legislação em vigor, consideramos a taxa de IRC de 21% e, nas situações não ligadas a prejuízos fiscais, uma derrama de 1,5% sobre o valor das diferenças temporárias que originaram ativos ou passivos por impostos diferidos.

2.17 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

2.17.1 Provisões para pensões de reforma – plano de benefícios definidos

Algumas empresas do Grupo, nomeadamente as empresas do Grupo Vista Alegre, possuem esquemas de pensões atribuídos a antigos funcionários, na forma de um plano de benefício definido, sendo este um plano de pensões que define o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração. O Grupo tem em vigor vários planos de benefícios de reforma, uns a cargo do grupo e outros a cargo da Futuro/Grupo Montepio.

O passivo reconhecido no balanço relativamente ao plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação do benefício definido à data de balanço. A obrigação do plano de benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, utilizando o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto das saídas de caixa futuras, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de ajustamentos em função da experiência e alterações nas premissas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio e apresentados em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem, não sendo reclassificados nos resultados subsequentemente.

Os custos financeiros líquidos e os rendimentos decorrentes dos ativos do plano são reconhecidos nos resultados.

Os custos financeiros são calculados aplicando a taxa de desconto ao passivo de benefício definido ou ativo. O Grupo reconhece os custos de serviços correntes, passados, os ganhos e perdas nos corte e ou liquidações, bem como os custos financeiros líquidos na rubrica de "Gastos com o Pessoal".

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos em resultados, exceto se as alterações no plano de pensões são condicionadas pela permanência dos empregados em serviço por um determinado período de tempo (o período que qualifica para o benefício). Neste caso, os custos de serviços passados são amortizados numa base de linha reta ao longo do período em causa.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do exercício em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios definidos sejam reduzidos, com efeito material, originando assim uma redução nas responsabilidades com o plano.

2.17.2 Cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são devidos para pagamento quando há cessação de emprego antes da data normal de reforma ou quando um empregado aceita sair voluntariamente em troca destes benefícios. O Grupo reconhece estes benefícios quando se pode demonstrar estar comprometido a uma cessação de emprego de funcionários atuais, de acordo com um plano formal detalhado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada ou estes benefícios sejam concedidos para encorajar a saída voluntária. Sempre que os benefícios de cessação de emprego se vençam a mais de 12 meses após a data do balanço, eles são descontados para o seu valor atual.

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos no momento imediatamente anterior:

i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e

ii) uma provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.

2.17.3 Férias, subsídio de férias e prémios

Em Portugal, de acordo com a lei laboral, os empregados têm direito a 22 dias úteis de férias anuais, bem como a um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no ano anterior ao seu pagamento. Estas responsabilidades do Grupo são registadas quando incorridas, independentemente do momento do seu pagamento, e são refletidas na rubrica de "Contas a pagar e outras".

2.17.4 Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT) - Portugal

Com a publicação da Lei n.º 70/2013 e subsequente regulamentação através da Portaria n.º 294-A/2013, entrou em vigor no dia 1 de outubro os regimes do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT). Neste contexto, as empresas que contratem um novo trabalhador são obrigadas a descontar uma percentagem do respetivo salário para estes dois novos fundos (0,925% para o FCT e 0,075% para o FGCT), com o objetivo de assegurar, no futuro, o pagamento parcial da indemnização em caso de despedimento.

Tendo em conta as características de cada Fundo foi considerado o seguinte:

· As entregas mensais para o FGCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como gasto do período a que respeitam.
· As entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados.

2.18 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de "caixa e equivalentes de caixa" inclui numerário, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria, com prazos de vencimento curtos e que são mobilizáveis rapidamente sem risco significativo de alteração de valor. Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", inclui também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de "Empréstimos bancários", e os ativos financeiros detidos para negociação.

2.19 TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA

Os custos internos (por exemplo: mão de obra, materiais, transportes) incorridos na produção de ativos tangíveis e inventários são objeto de capitalização, apenas quando preenchidas as seguintes condições:
· os ativos são identificáveis e mensuráveis de forma fiável;
· existe forte probabilidade de que venham a gerar benefícios económicos futuros.
Não são reconhecidas quaisquer margens geradas internamente.

2.20 ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

Genericamente, os proveitos e os custos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas na medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças, entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas, são registadas na demonstração consolidada da posição financeira nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes", respetivamente.

2.21 SUBSÍDIOS

Os subsídios só são reconhecidos quando recebidos ou após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições a eles associadas.
Os subsídios ao investimento são incluídos na rubrica de Outros passivos não correntes e o proveito subjacente é reconhecido em quotas constantes ao longo da vida útil estimada dos ativos associados.
Os subsídios atribuídos para apoiar ações de formação e investimento são reconhecidos na demonstração dos resultados ao mesmo tempo em que o Grupo incorre nos gastos elegíveis e são apresentados na linha de "Outros proveitos".

2.22 A MENSURAÇÃO AO JUSTO VALOR

O Grupo mensura alguns dos seus ativos financeiros, alguns dos seus ativos não financeiros, como as propriedades de investimento, e as redes da TVCabo, e os derivados, ao justo valor à data de referência das demonstrações financeiras.
A mensuração do justo valor presume que o ativo ou passivo é trocado numa transação ordenada entre participantes do mercado para vender o ativo ou transferir o passivo, na data de mensuração, sob as condições atuais de mercado.
A mensuração do justo valor é baseada no pressuposto de que a transação de vender o ativo ou transferir o passivo pode ocorrer no mercado principal do ativo e do passivo, ou, na ausência de um mercado principal, presume-se que a transação aconteça no mercado mais vantajoso. Este é o que maximiza o valor que seria recebido na venda do ativo ou minimiza o valor que seria pago para transferir o passivo, depois de considerar os custos de transação e os custos de transporte.
Devido ao facto de diferentes entidades e os diferentes negócios dentro de uma única entidade poderem ter acesso a diferentes mercados, o mercado principal ou o mais vantajoso para o mesmo ativo ou passivo pode variar de uma entidade para outra, ou até mesmo entre negócios dentro de uma mesma entidade, mas pressupõe-se que estão acessíveis ao Grupo.
A mensuração do justo valor utiliza premissas que participantes do mercado utilizariam na definição do preço do ativo ou passivo, assumindo que os participantes de mercado utilizariam o ativo de modo a maximizar o seu valor e utilização.
O Grupo utiliza as técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização de dados relevantes observáveis e minimizando a utilização de dados não observáveis.
Todos os ativos e passivos mensurados ao justo valor ou para os quais a sua divulgação é obrigatória são classificados segundo uma hierarquia de justo valor, que classifica em três níveis os dados a utilizar na mensuração pelo justo valor, detalhados abaixo:
Nível 1 – Preços de mercado cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode aceder na data de mensuração;
Nível 2 – Técnicas de valorização que utilizam inputs que não sendo cotados, são direta ou indiretamente observáveis para o ativo ou passivo.
Nível 3 – Técnicas de valorização que utilizam inputs não baseados em dados de mercado observáveis, ou seja, baseados em dados não-observáveis relativamente ao ativo ou passivo. Os dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar pelo justo valor na medida em que não existam dados observáveis relevantes, permitindo assim contemplar situações em que existe pouca ou nenhuma atividade de mercado no que respeita ao ativo ou passivo à data da mensuração. No entanto, o objetivo da mensuração pelo justo valor permanece o mesmo, ou seja, um preço de saída à data da mensuração na perspetiva de um participante no mercado que é detentor do ativo ou devedor do passivo. Assim, os dados não observáveis devem refletir os pressupostos que os participantes no

mercado considerariam ao apreçar o ativo ou passivo, incluindo pressupostos sobre o risco.
A mensuração do justo valor é classificada integralmente no nível mais baixo (dados não observáveis) da hierarquia do justo valor correspondente ao input que é mais significativo para a mensuração como um todo.

2.23 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Não sendo a IFRS 8 de Segmentos Operacionais de adoção obrigatória, o Grupo na nota 10 apresenta alguns indicadores de negócio, tendo para isso definido:
Segmento de negócio é um componente distinguível do Grupo, comprometido em fornecer um produto ou serviço individual, e que está sujeito a riscos e retornos diferentes dos de outros segmentos de negócio. A organização interna e a estrutura de gestão, bem como o sistema de relato, estão orientados para a análise do desempenho do negócio por atividade.
Segmento geográfico é uma área individualizada do Grupo comprometida em prover produtos ou serviços dentro de um ambiente económico particular e que está sujeito a riscos e retornos que são diferentes de outras áreas que operam em outros ambientes económicos. O Grupo possui subsidiárias em Angola, Moçambique, França, Espanha, Bélgica, Itália, Brasil, Reino Unido, Alemanha, Dinamarca, Suécia e Rússia, pelo que aqueles países são identificados como segmentos geográficos.

2.24 TRANSAÇÕES EM MOEDA DIFERENTE DO EURO

A moeda funcional e de apresentação do Grupo é o euro. As empresas sediadas em Angola e Moçambique têm moedas funcionais diversas, sendo as suas demonstrações financeiras transpostas para o euro utilizando as cross rates kwanza e metical versus dólar americano e deste para o euro.
Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordos de fixação de câmbio, são convertíveis para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, que resultam da comparação entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos, ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados, exceto no que respeita às diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos de empréstimos que na prática se constituam como uma extensão de investimentos financeiros no estrangeiro e cujo reembolso não seja previsível num futuro próximo, as quais são registadas no capital próprio, até à alienação do investimento, momento em que são transferidos para os resultados do exercício.
Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo são convertidos para a moeda oficial de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que foram adquiridos.
Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda oficial de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.
A conversão de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- Taxa de câmbio vigente à data do balanço para a conversão dos ativos e passivos;
- Taxa de câmbio média do período para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados, exceto no caso de subsidiárias situadas em economias hiperinflacionárias, para as quais é usada a taxa de câmbio vigente à data do balanço;
- Taxa de câmbio média do período para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos é utilizada a taxa de câmbio da data das operações);

O goodwill relativo a investimentos em empresas sediadas no estrangeiro, adquiridas após 1 de janeiro de 2005, encontra-se registado na moeda de reporte dessas empresas, sendo convertido para euros à taxa de câmbio em vigor na data de balanço.
As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica de Reservas de conversão

TAXA CÂMBIO DE FECHO

2019	2018	Código	Designação
540,82	353,02	AON	Kwanza Angolano
68,90	70,25	MT	Metical Moçambicano
4,51	4,44	BRL	Real Brasileiro
7,47	7,47	DKK	Coroa Dinamarquesa
0,85	0,90	GBP	Libra Esterlina

Nos exercícios de 2019 e 2018, as demonstrações de resultados das empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira foram convertidas com base nas seguintes taxas de câmbio:

TAXA CÂMBIO MÉDIA

2019	2018	Código	Designação
419,08	353,02	AON	Kwanza Angolano
69,99	71,53	MT	Metical Moçambicano
4,42	4,32	BRL	Real Brasileiro
7,47	7,45	DKK	Coroa Dinamarquesa
0,88	0,89	GBP	Libra Esterlina

Ver na nota 2.2 a referência à economia angolana como hiperinflacionária.

cambial. Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio:

2.25 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos entre a data da demonstração da posição financeira e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos entre a data da demonstração da posição financeira e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

3. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS, o Conselho de Administração do Grupo Visabeira utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

a) Análise de imparidade do *goodwill*
O Grupo testa anualmente o goodwill com o objetivo de verificar se o mesmo está em imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa e a escolha de uma taxa de desconto apropriada.

b) Valorização e vida útil de ativos intangíveis
O Grupo utilizou diversos pressupostos na estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes dos ativos intangíveis adquiridos como parte de processos de aquisição de empresas, entre os quais a estimativa de receitas futuras, taxas de desconto e vida útil dos referidos ativos.
Os ativos associados à rede da TVCabo Angola e da TVCabo Moçambique são mensurados através do modelo de revalorização, o que implica a determinação do respetivo justo valor, o qual é determinado com recurso a avaliações, executadas por peritos externos devidamente credenciados e independentes. O processo de avaliação envolve a utilização de pressupostos (ver nota 21) cuja efetiva concretização tem subjacente incerteza de diversa ordem, tais como a evolução das taxas de inflação e das taxas de juro.
O Grupo revê anualmente a razoabilidade das vidas úteis dos ativos utilizados na determinação das taxas de amortização/depreciação dos ativos afetos à atividade. Sempre que aplicável, o Grupo altera prospectivamente a taxa de amortização/depreciação do período com base na revisão realizada.

c) Passivo de locação (Rendas vincendas de contratos de arrendamento)
Com a adoção da IFRS 16, o Grupo reconhece ativos sob direito de uso ("ROU asset") e passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) sempre que o contrato preveja o direito de controlar a utilização de um ativo identificável durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição. Para aferir quanto à existência de controlo sobre a utilização de um ativo identificável, o Grupo avalia se: i) o contrato envolve o uso de um ativo identificável; ii) tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de locação; e iii) tem o direito de controlar o uso do ativo.
A análise dos contratos de arrendamento, nomeadamente no que respeita às opções de cancelamento e renovação previstas nos contratos e na determinação da taxa incremental de financiamento a aplicar para cada portfólio de locações identificado requer a utilização de julgamentos pelo Grupo.

d) Reconhecimento de provisões e ajustamentos
O Grupo é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências (nota 40). Os ajustamentos para contas a receber são

calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.
A política do Grupo relativamente à atribuição de plafonds à concessão de crédito, quer em termos nacionais, quer em termos internacionais, é feita através de recurso a empresas especializadas em cobertura de risco de crédito.
Excluindo os organismos estatais e os clientes com notação de risco nacional e internacional superior, refira-se que a exposição média de risco interno ascende a 20%. Porém, uma análise detalhada à variação das provisões anuais demonstra, claramente, a quase inexistência de risco de cobrança. Acresce que o Grupo possui acesso às principais bases de dados do mercado que juntamente com o seu corpo de análise técnica lhe permitem ajuizar e minimizar claramente o risco creditício.

e) Justo valor das propriedades de investimento

O Grupo recorre a entidades externas para proceder ao cálculo do justo valor das propriedades de investimento. Na nota 24 – Propriedades de Investimento são descritos os pressupostos utilizados bem como a respetiva análise de sensibilidade. Uma avaliação é uma previsão do valor de mercado mas não é uma garantia do valor que seria obtido numa transação. Adicionalmente, outros avaliadores podem legitimamente calcular um valor de mercado diferente. Embora com sinais de recuperação, as transações no mercado têm sido raras e as cotações de mercado têm-se mostrado instáveis, pelo que foi utilizado o método dos cash flows descontados e o método dos comparativos para determinar o justo valor das propriedades de investimento. Esta valorização está muito dependente do valor das rendas futuras e da taxa de ocupação de longo prazo e também no caso dos terrenos detidos para valorização futura dependente da evolução do mercado imobiliário em Viseu e Aveiro.

f) Impostos

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.
Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

· A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
· As estratégias de otimização fiscal futuras.

g) Benefícios pós-emprego

A avaliação das responsabilidades por benefícios de reforma e de saúde atribuídos aos colaboradores do Grupo ao abrigo de planos de benefícios definidos é efetuada anualmente com recurso a estudos atuariais elaborados por peritos independentes, baseados em pressupostos atuariais associados a indicadores económicos e demográficos.
Todos os indicadores utilizados são os específicos dos países onde os benefícios aos empregados são atribuídos e incluem, entre outros:

· Taxas de desconto baseadas nas taxas dos "corporate bonds" do respetivo país com um rating AAA ou AA;
· Tábuas de mortalidade disponíveis para o público do respetivo país;
· Aumentos futuros de salários e pensões baseados nas taxas de inflação esperadas para o futuro, específicas para o respetivo país.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

h) Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).
A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.
Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas.

4. Alterações de políticas contabilísticas e erros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos, com exceção da política de mensuração dos ativos das redes da TVCabo Angola e da TVCabo Moçambique, os quais são mensurados, a partir do corrente exercício de acordo com o modelo de revalorização – ver nota 21. O Grupo aplicou as provisões da IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros que isenta esta alteração de política contabilística dos requisitos de aplicação retrospetiva e de divulgações extensas.
Relativamente a novas normas e interpretações, ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações:

4.1 Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("endorsed") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019:

· IFRS 16 – Locações

Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações, IFRIC 4 - Determinar se um Acordo contém uma Locação, SIC 15 - Locações Operacionais— Incentivos e SIC 27 - Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações e exige que os locatários reconheçam a maioria das locações no balanço de acordo com um modelo único.
A contabilidade do locador de acordo com a IFRS 16 permanece substancialmente inalterada face à contabilização atualmente prevista na IAS 17.

O locador continua a classificar todas as locações usando o mesmo princípio de classificação da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locação: locações operacionais e financeiras, e portanto, a IFRS 16 não apresenta impactos em locações nas quais o Grupo é locador.
O Grupo adotou a IFRS 16 usando o método retrospetivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial em 1 de janeiro de 2019, considerando, naquela data, para os contratos de locação operacional, a quantia escriturada dos ativos sob direitos de uso igual à do passivo de locação.
O Grupo optou por não utilizar o expediente prático de transição para não reavaliar se um contrato é ou contém uma locação em 1 de janeiro de 2019, aplicando assim a norma a todos os contratos que foram identificados como locações na data da transição inicial. O Grupo também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de locação que, na data de início, têm um prazo de locação igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (locação de curto prazo) e contratos de locação para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor, ie, inferior a 5.000 euros).
Em 2018 para adoção da IFRS 16, o Grupo Visabeira estimou um reconhecimento do ativo e correspondente responsabilidade entre 60 e 65 milhões de euros.
Após revisão e análise das suas responsabilidades a 1 de janeiro de 2019, o grupo reconheceu o valor de 52 milhões de euros em ativo sob direito de uso e o mesmo valor em passivo de locação.
Após a adoção da IFRS 16, o Grupo aplicou uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos as locações nos quais figura como locatário, exceto para locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor. O Grupo reconheceu os passivos da locação para efetuar pagamentos de locações e ativos de direito de uso que representam o direito de usar os ativos subjacentes. De acordo com o método retrospetivo modificado de adoção, o Grupo aplicou a IFRS 16 na data da aplicação inicial, sem impacto nos Capitais Próprios. As notas 22 e 38 incluem detalhe adicional sobre política contabilística a partir de 1 de janeiro de 2019.
A norma fornece requisitos de transição específicos e expedientes práticos, que foram aplicados pelo Grupo.

Locações anteriormente classificadas como locações financeiras

- O Grupo não alterou os valores contabilísticos iniciais de ativos e passivos reconhecidos na data da aplicação inicial das locações anteriormente classificados como locações financeiras (ou seja, os ativos de direito de uso e os passivos da locação são iguais aos ativos e passivos de locação reconhecidos de acordo com a IAS 17). Os requisitos da IFRS 16 foram aplicados a essas locações a partir de 1 de janeiro de 2019.
- O Grupo também aplicou os expedientes práticos disponíveis, nos quais:
- Utilizou uma única taxa de desconto para uma carteira de locações com características razoavelmente semelhantes;
- Contou com a avaliação se as locações são onerosas imediatamente antes da data da aplicação inicial;
- Aplicou as isenções de locações de curto prazo a locações com prazo de locação que terminam em 12 meses a partir da data da aplicação inicial;
- Excluídos os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial;

O efeito da adoção da IFRS 16 em 1 de janeiro de 2019 sobre as demonstrações financeiras consolidadas está demonstrado abaixo:

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

	A 31/12/2018	Reclassificações	Remensurações	A 01/01/2019
ATIVO				
Ativos não correntes				
Ativos tangíveis	479.300.753	-38.361.159		440.939.593
Ativos sob direito de uso		-38.361.159	52.117.267	90.478.426
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Leasings	47.198.277	-47.198.277		0
Passivos de locação		47.198.277	41.910.940	89.109.216
Passivo corrente				
Leasings	7.253.737	-7.253.737		0
Passivos de locação		7.253.737	10.206.327	17.460.064

Caso o Grupo ainda aplicasse a IAS 17 em 31 de dezembro de 2019, existiriam naquela data as seguintes diferenças na demonstração consolidada dos resultados:

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

	2019 com IAS 17	2019 com IFRS 16	Diferença
Fornecimentos e serviços externos	-393.954.240	-381.647.189	12.307.051
Resultado operacional (s/ amort. prov e PI's)	**152.890.835**	**165.197.887**	**12.307.051**
Amortizações	-52.159.783	-63.229.954	-11.070.171
Resultado operacional	**112.410.204**	**113.647.085**	**1.236.881**
Juros suportados, líquidos	-37.988.389	-40.212.329	-2.223.939
Resultado antes de imposto	**60 934 097**	**59.947.038**	**-987.059**
Imposto sobre o rendimento diferido	5.487.995	5.582.972	94.977
Resultado líquido	**52.530.434**	**51.638.352**	**-892.082**

· IFRIC 23 (interpretação) Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento

A interpretação aborda a contabilização de impostos sobre o rendimento, quando os tratamentos fiscais envolvam incertezas que afetem a aplicação da IAS 12. A interpretação não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito da IAS 12, nem incluem requisitos específicos relativos a juros e penalidades associados a incertezas de tratamentos fiscais.

A interpretação aborda especificamente o seguinte:

· O Grupo considera tratamentos fiscais incertos separadamente;
· As suposições que o Grupo faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
· Como o Grupo determina o lucro fiscal (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas de imposto;
· Como o Grupo considera mudanças de factos e circunstâncias.

O Grupo determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

O Grupo aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamento fiscal. Considerando que o Grupo atua em um ambiente multinacional complexo, avaliou se a Interpretação teve impacto nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Após a adoção da Interpretação, o Grupo considerou se possui posições fiscais incertas, particularmente as relacionadas com preços de transferência. As declarações tributárias do Grupo e das suas controladas em diferentes jurisdições incluem deduções relacionadas com preços de transferência e as autoridades fiscais podem questionar esses tratamentos fiscais. O Grupo determinou, com base no seu estudo de conformidade tributária e de preços de transferência, que é provável que os seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às subsidiárias) serão aceites pelas autoridades fiscais. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

· IFRS 9 (alteração) Pagamentos antecipados com compensações negativas

As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro cumpre o critério de "apenas pagamento de capital e juros" (SPPI – solely payments of principal and interest), independentemente do evento ou das circunstâncias que causaram o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

· IAS 19 (alteração) Alteração, reestruturação ou liquidação do plano

As alterações abordam a contabilização quando ocorre alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período anual coberto nas demonstrações financeiras, o Grupo deve determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento. O Grupo deve também apurar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido.

· **IAS 28 (alteração) Classificação de que mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento**

A melhoria veio clarificar que i) uma empresa que é uma empresa de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento, mensurar os seus investimentos em associadas e/ou joint ventures ao justo valor através de resultados, ii) se uma empresa que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou joint venture que é uma entidade de investimento, a empresa pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias. Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre (a) o reconhecimento inicial do investimento nessa participada; (b) essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e (c) essa participada passar a ser uma empresa-mãe.

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017 a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019):

· **IFRS 3 Combinações de negócios e IFRS 11 Acordos conjuntos:** Esta melhoria clarifica que: i) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor; ii) um investidor numa operação conjunta (não exerce controlo conjunto) que obtém controlo conjunto numa operação conjunta que é um negócio, não remensura o interesse detido anteriormente ao justo valor.

· **IAS 12 Imposto sobre o rendimento** - consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital: Esta melhoria clarifica que o impacto fiscal da distribuição de dividendos deve ser reconhecido na data em que é registada a responsabilidade de pagar, devendo ser reconhecido por contrapartida de resultados do exercício, outro rendimento integral ou capital próprio consoante a rubrica onde a entidade registou originalmente a transação ou evento que deu origem aos dividendos.

· **IAS 23 Custos de empréstimos** - custos de empréstimos elegíveis para capitalização: Esta melhoria clarifica que na determinação da taxa de média ponderada dos custos de empréstimos genéricos obtidos, para capitalização nos ativos qualificáveis, devem ser incluídos os custos dos empréstimos obtidos especificamente para financiar ativos qualificáveis, quando os ativos específicos já se encontrem na condição de uso pretendido.

Da aplicação destas normas e interpretações não foram registados impactos relevantes para as demonstrações financeiras do Grupo, com exceção da IFRS 16, conforme detalhado acima.

4.2 À data de aprovação destas demonstrações financeiras, as normas e interpretações endossadas pela União Europeia, mas cuja aplicação obrigatória ocorre em exercícios futuros, são as seguintes:

· **IAS 1 e IAS 8 (alteração), Definição de material (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020).** A intenção da alteração da norma é clarificar a definição de material e alinhar a definição usada nas normas internacionais de relato financeiro.

· **Reforma dos índices de referência das taxas de juro (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020).** Esta reforma tem como intuito dar nota sobre as consequências em matéria de relato financeiro decorrentes da reforma dos índices de referência de taxas de juro no período anterior à substituição de um índice de referência de taxa de juro existente por uma taxa de referência alternativa.

· **Emendas às referências no quadro conceptual das normas internacionais de relato financeiro (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020).** Estas emendas têm como objetivo atualizar as referências constantes de várias normas e interpretações a quadros anteriores, substituindo-as por referências ao quadro conceptual revisto.

· **Alterações à IFRS 3 - Definição de atividade empresarial (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020):** Esta alteração veio clarificar os requisitos mínimos para que se considere uma atividade empresarial, remove a avaliação se os participantes de mercado têm capacidade de substituir os elementos em falta, adiciona uma orientação para que se consiga avaliar se um processo adquirido é substantivo, restringe as definições de atividade empresarial e de output e introduz um teste opcional de justo valor da atividade empresarial.

Não são estimados impactos materiais nas demonstrações financeiras do Grupo da aplicação destas normas e alterações.

4.3 Normas e Interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não endossadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

· **IFRS 17 (novo) – Contratos de seguros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021)**. A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

A adoção desta norma não terá impactos nas demonstrações financeiras.

5. Empresas do Grupo incluídas na consolidação

			% de capital detido	
	Condições de inclusão	Sede social	2019	2018
GRUPO VISABEIRA, SA		**Viseu**	**Mãe**	**Mãe**
VISABEIRA GLOBAL				
Aeroprotechnik - Aerial Engineering, Lda		Viseu	50,64%	51,00%
Base Force		Viseu	100,00%	20,00%
Cabling Station Data, SA		Mont-Sur-Marchienne	79,43%	59,57%
Comatel Infraestruturas, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Constructel - Contructions et Telecomunications Belgique		Mons	99,28%	99,28%
Constructel - Contructions et Telecomunications, SARL		Valence	99,28%	99,28%
Constructel BAU GmbH		Berlim	99,46%	99,46%
Constructel Denmark, ApS		Copenhaga	99,29%	99,73%
Constructel Energie, S.A.		Clermont-Ferrant	94,88%	94,46%
Constructel GmbH		Berlim	99,46%	99,46%
Constructel Infra-Structures, SAS		Santo Domingo	99,86%	99,86%
Constructel Itália, SRL		Galliate	99,64%	99,64%
Constructel LLC		Moscovo	100,00%	100,00%
Constructel Modal, SA		Flemalle	79,43%	59,57%
Constructel Sweden AB		Estocolmo	99,73%	99,73%
Edivisa - Empresa de Construção Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Edivisa - Empresa de Construções, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Escotel, SASU		Aurillac	99,28%	99,28%
Field Force Atlântico, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Gatel, SAS		Domessin	99,28%	99,28%
Hidroáfrica - Comércio e Indústria, SARL		Maputo	96,34%	96,34%
IEME, SRL		Cesena	99,28%	99,28%
Iutel - Infocomunicações, SA		Viseu	99,24%	99,24%
MJ QUINN - Integrated Services, Ltd		Liverpoool	99,28%	99,28%
MJ QUINN Holding		Liverpoool	99,28%	99,28%
Modal Installation, SA		Marchienne-Au-Port	79,43%	59,57%
Naturenergia - Agro-Energias, SA		Viseu	100,00%	100,00%
PDT - Projectos e Telecomunicações, SA		Lisboa	99,29%	99,29%
Constructel Europe, SGPS, SA (Ex PTC - Serviços de Telecomunicações. SA)		Lisboa	100,00%	99,29%
Quinn Constructel UK, Ltd		London	99,29%	99,73%
Real Life - Tecnologias de Informação, SA		Algés	65,00%	65,00%
Real Life Advanced Technologies Academy MZ, SA		Maputo	65,70%	65,70%
Real Life Technologies MZ, SA		Maputo	65,70%	65,70%
SCI Constructel		Valence	99,28%	99,28%
Selfenergy Moçambique, SA		Maputo	60,00%	60,00%
Sogitel - Sociedade de Gestão Imobiliária, Lda		Maputo	90,00%	90,00%
Televisa - Sociedade Técnica de Obras e Projectos, Lda	a)	Maputo	50,00%	50,00%
Televisa Marrocos, SA	b)	Casablanca	-	99,89%
Toft Hansen ApS		Kirke Hylling	99,29%	-
TVCabo - Comunicações Multimédia, Lda	a)	Maputo	50,00%	50,00%
TVCabo Angola, Lda	a)	Luanda	50,00%	50,00%
Viatel – Tecnologia de Comunicações, SA		Viseu	99,29%	99,29%
Visabeira – Infraestruturas, Lda		Viseu	60,00%	60,00%
Visabeira Global, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visacasa - Serviços de Assistência e Manutenção Global, SA		Cacém	100,00%	100,00%

	Condições de inclusão	Sede social	% de capital detido 2019	2018
VISABEIRA INDÚSTRIA				
Agrovisa - Agricultura e Pecuária, Lda		Maputo	100,00%	100,00%
Álamo - Indústria e Desenvolvimento Florestal, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Ambitermo - Engenharia e Equipamentos Térmicos, SA		Cantanhede	51,00%	51,00%
Ambitermo Maroc Chaudieres Industrielles, SARL		Casablanca	51,00%	51,00%
Besconsigo - Materiais, Construção de Besteiros, Lda	a)	Tondela	50,00%	-
Bordalgest, SA*		Lisboa	85,60%	100,00%
Celmoque - Cabos de Energia e Telec. de Moçambique, SARL		Maputo	100,00%	85,19%
Cerexport - Ceramica de Exportação, SA *		Aveiro	85,60%	94,15%
Cerutil - Cerâmicas Utilitárias, SA*		Sátão	85,60%	94,15%
Faianças Artisticas Bordalo Pinheiro, Lda*		Caldas da Rainha	73,74%	81,07%
Faianças da Capôa - Industria de Cerâmica, SA *		Aveiro	85,60%	94,15%
Granbeira - Soc. de Exploração e Com. de Granitos, SA		Viseu	98,75%	98,75%
Granbeira II - Rochas Ornamentais, SA		Vouzela	100,00%	100,00%
Marmonte - Mármores de Moçambique, SARL		Maputo	80,00%	80,00%
Mexicova, SA*		Cidade do México	85,60%	94,15%
Mob - Indústria de Mobiliário, SA		Viseu	97,77%	97,77%
Mob Cuisines, SASU		Paris	97,77%	97,77%
Pinewells, SA		Arganil	100,00%	100,00%
Rodinerte - Transportes, Lda	a)	Tondela	50,00%	-
Ria Stone – Fábrica de Louça de Mesa em Grés, SA*		Ílhavo	85,60%	94,15%
Shree Sharda Vista Alegre Private Limited*		Ílhavo	42,80%	47,06%
Visabeira Indústria, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visaconstroi - Construção e Gestão Imobiliária, Lda		Luanda	99,95%	99,95%
Vista Alegre Atlantis, SA*		Ílhavo	85,60%	94,15%
Vista Alegre Atlantis Brasil - Comércio, Importação e Exportação, SA*		Vitória	76,97%	84,66%
Vista Alegre Atlantis Imobiliária e Investimento, SA.*		Ílhavo	85,60%	94,15%
Vista Alegre Atlantis Moçambique, Lda.*		Maputo	85,75%	94,15%
Vista Alegre Atlantis, SGPS SA		Ílhavo	85,60%	94,15%
Vista Alegre Atlantis UK LTD.*		Londres	85,60%	94,15%
Vista Alegre Atlantis USA *		Nova Iorque	85,60%	94,15%
Vista Alegre España, SA*		Madrid	85,60%	94,15%
Vista Alegre France, SAS*		Paris	85,60%	94,15%
VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS				
Ambitermo Angola, Lda		Luanda	99,00%	99,00%
Angovisa, Lda		Luanda	70,00%	70,00%
Autovisa - Serviços Auto, SARL		Maputo	80,00%	80,00%
Benetrónica - International Commerce, Imp. e Exportação, SA	b)	Lisboa	-	100,00%
Catari Angola, Lda	a)	Luanda	50,00%	50,00%
Combustiveis do Songo, SA		Songo	99,00%	99,00%
Creative Shots, SA		Lisboa	100,00%	100,00%
Empreendimentos Tur. Montebelo - Soc. Tur. e Recreio, SA		Viseu	99,83%	99,83%
Ifervisa - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento Imobiliário, SA		Lisboa	100,00%	100,00%
Imobiliária Panorama, Lda		Maputo	70,00%	70,00%
Imovisa - Imobiliária de Moçambique, Lda	a)	Maputo	49,00%	49,00%
Inhambane Empreendimentos, Lda		Maputo	80,00%	80,00%
Martifer-Visabeira, SA	a)	Maputo	50,00%	-
Mercury Comercial, Lda		Maputo	100,00%	100,00%

	Condições de inclusão	Sede social	% de capital detido 2019	2018
Mercury Comercial, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Mercury South Africa, Lda		Joanesburgo	100,00%	100,00%
Milibangalala, SA		Maputo	70,00%	70,00%
Movida - Empreendimentos Turísticos, SA		Viseu	98,69%	99,96%
Mundicor - Viagens e Turismo, SA		Viseu	100,00%	100,00%
PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA		Aveiro	54,57%	54,57%
Soginveste Empreendimentos, Lda		Maputo	70,00%	70,00%
Telesp Telecomunicaciones, Electricidad y Gás de España, SA	b)	Madrid	-	98,81%
Turvisa - Empreendimentos Turísticos, Lda		Maputo	100,00%	100,00%
Troppo Squisito Lisboa, Lda		Lisboa	84,00%	-
VAA - Empreedimentos Turisticos, SA		Ílhavo	99,55%	99,68%
Vibeiras, Sociedade Comercial de Plantas SA		Maputo	64,43%	64,43%
Visabeira Angola - Investimento e Participações, Lda		Luanda	99,90%	99,90%
Visabeira Espanha, SA		Madrid	61,00%	99,53%
Visabeirahouse - Sociedade de Mediação Imobiliária, S.A.		Viseu	100,00%	100,00%
Visabeira Imobiliária, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visabeira Imobiliária, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visabeira Moçambique, Lda		Maputo	100,00%	100,00%
Visabeira Saúde, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visabeira Serviços, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visabeira Turismo Imobiliária e Serviços, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visaqua - Gestão de Infra- estruturas e Serviços, Ambientais, SA		Maputo	51,00%	51,00%
Visauto - Reparações Auto, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Vista Alegre Grupo - Vista Alegre Participações, SA		Lisboa	99,87%	99,87%
Zambeze - Restauração, S.A	a)	Lisboa	50,00%	50,00%
Zambeze Village, Lda		Maputo	63,00%	63,00%

*Consolidadas pela VAA, SGPS,S.A., empresa cotada.

a) As empresas indicadas são consideradas subsidiárias e consolidadas pelo método integral, porque o Grupo Visabeira tem o poder de controlar as participadas e nessa capacidade está exposto a resultados variáveis. Na avaliação da existência de controlo, foi tido em consideração aspetos particulares, como sejam a detenção da maioria dos direitos de voto, acordos de gestão e representatividade nos órgãos de gestão.
No caso específico da TVCabo Angola, detida em 50% pelo Grupo Visabeira e 50% pela Angola Telecom, que beneficia do know-how e competência técnica que a marca Visabeira garante com 40 anos de atividade no domínio das Telecomunicações, o Grupo possui o controlo de todas as atividades relevantes: construção, financiamento (dependente da manutenção do Management and Technical Assistance Agreement (MTAA) da TVCabo com a Visabeira); conteúdos; apoio tecnológico e seleção de recursos humanos, incluindo o Diretor-geral. No caso específico da TVCabo Moçambique e da Televisa, ambas detidas em 50% pelo Grupo Visabeira e 50% pela TDM, a situação é idêntica à da TVCabo Angola.

Os dados destas entidades são os seguintes:

(Valores em euros)	TVCabo Angola	TVCabo Moçambique	Televisa
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	43.970.911	27.539.288	1.343.414
Outros ativos	12.372.215	5.243.135	25.734.706
Caixa e equivalentes de caixa	5.621.357	1.047.926	106.117
Empréstimos bancários	-19.605.662	-7.505.840	-3.375.115
Outros passivos	-37.421.482	-16.168.144	-21.692.174
TOTAL DE ATIVOS LÍQUIDOS	**4.937.339**	**10.156.363**	**2.116.947**

b) Empresa alienada/dissolvida

6. Investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos

		Participação		Capital próprio	Resultado líquido	Valor contabilístico		Efeito do MEP no resultado	
	Sede social	2019	2018	2019	2019	2019	2018	2019	2018
VISABEIRA GLOBAL									
Aceec, ACE	Viseu	50,00%	50,00%	51.397	0	19.643	19.643	0	0
Beiragás, SA	Viseu	23,55%	23,55%	42.955.639	1.963.974	10.448.373	10.575.295	462.550	548.661
Birla Visabeira Private Limited	Delhi	49,00%	49,00%	2.320.673	966.499	1.253.976	783.330	473.585	86.556
Domingos da Silva Teixeira/Visabeira, ACE	Lisboa	50,00%	50,00%	-329.827	0	0	0	0	-164.914
Electrotec - Projecto, Execução e Gestão de Redes de Energia, Lda	Maputo	49,00%	49,00%	1.526.532	687.270	1.532.837	897.057	640.109	7.501
Electrotec Engenharia, SA	Maputo	39,20%	39,20%	0	0	0	0	0	0
Ventos de Inhambane	Inhambane	32,50%	32,50%	150.000	0	48.750	48.751	0	0
Vista Power, Lda	Luanda	50,00%	50,00%	382.000	0	191.000	191.000	0	0
Yetech, SA	Cancun	30,00%	30,00%	105.000	0	0	0	0	0
VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS									
Doutibelo, Lda	Viseu	19,97%	19,97%	2.643.165	310.529	3.178.779	3.116.766	62.013	54.855
Doutibelo, Lda - empréstimos						1.601.526	2.376.526	-	-
Lipilichi Holdings, Lda	Port-Louis	15,00%	15,00%	-3.410.962	0	0	0	0	0
Mtdendele Holdings, Lda	Port-Louis	25,00%	25,00%	1.518	0	0	0	0	0
Sem Amarras, SA	Viseu	19,97%	19,97%	1.926.953	-11.759	2.266.570	2.268.918	-2.348	-11.636
Sem Amarras, SA - empréstimos				-	-	5.103.214	5.170.314	-	-
Gevisar, SA	Stª Mª da Feira	30,00%	30,00%	13.269.024	-386.801	4.759.221	5.575.099	4.184.121	-198.598
Imensis - Soc. Gestão Empreen. Imobiliá-rios, Lda	Maputo	49,00%	49,00%	297.628	0	66.629	66.629	0	0
Martifer - Visabeira, SA	Maputo	50,00%	35,00%	484.990	-590.394	0	-1.135.659	0	-206.646
Martifer - Visabeira, SA - empréstimos				-	-	0	2.184.908	-	-
Predibeira - Compra e Venda de Proprie-dades, Lda	Viseu	50,00%	50,00%	215.005	-2.182	107.503	108.594	-1.091	-132
Turvisa, Lda	Lubango	0,00%	0,00%	42.355	0	0	0	0	0
Twin City Maputo, Lda	Maputo	39,00%	39,00%	28.770	0	33.794	33.794	0	-350.000
Visa House, MZ	Maputo	40,00%	40,00%	267.864	212.891	107	107		
TOTAL						**30.611.922**	**32.281.073**	**5.818.938**	**-234.353**

O Grupo Visabeira obteve o controlo da Martifer- Visabeira, sendo esta em 2019 consolidada pelo método integral em vez do método de equivalência patrimonial.

O quadro que se segue evidencia a informação resumida das associadas mais significativas:

	Ano	Ativos	Passivos	Proveitos	Custos
VISABEIRA GLOBAL					
Beiragás, SA	2018	80.531.194	37.036.648	15.795.769	13.466.167
	2019	**79.731.786**	**36.776.147**	**14.694.841**	**12.730.867**
Electrotec – Projecto, Execução e Gestão de Redes de Energia, Lda	2018	8.271.869	8.042.847	3.667.969	3.652.446
	2019	**10.827.194**	**9.276.400**	**4.371.000**	**3.672.806**
VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS					
Doutibelo, Lda	2018	6.898.992	4.566.356	907.399	632.714
	2019	**6.308.387**	**3.665.222**	**833.308**	**522.779**
Sem Amarras, SA	2018	9.041.358	7.102.645	343.859	402.128
	2019	**8.765.879**	**6.838.926**	**294.752**	**306.511**
Gevisar, SA	2018	29.220.331	10.565.045	835.266	1.912.221
	2019	**24.652.063**	**11.383.039**	**1.687.379**	**2.074.180**
TOTAL 2018		**133.963.744**	**67.313.542**	**21.550.263**	**20.065.677**
TOTAL 2019		**130.285.309**	**67.939.734**	**21.881.279**	**19.307.143**

7. Outros investimentos financeiros

7.1 Outros investimentos financeiros não correntes

PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL	**Sede Social**	**%**	**Valor de Balanço 2019**	**%**	**Valor de Balanço 2018**
a) Investimentos financeiros ao justo valor através de resultado*					
Capital Criativo		n.d.	1.100.000	-	-
Transcom - S. F. C. Auditoria T. Comunicações, SARL	Maputo	22,00%	431.199	22,00%	193.174
Core Capital, SA	Lisboa	n.d.	402.500	n.d.	98.214
Parque de Ciência e Inovação (PCI)	Ílhavo	5,00%	375.000	5,00%	375.000
Fundação Visabeira, ISS	Viseu	85,09%	360.000	85,09%	360.000
Moçambique Companhia de Seguros, SARL	Maputo	5,00%	182.892	5,00%	182.892
TF Turismo Fundos - SGFII, S.A.	Lisboa	2,50%	137.574	2,50%	137.574
Duofil, Lda	Pedrogrão Grande	3,17%	75.000	3,17%	75.000
Imersys Ceramic	Maputo	n.d.	44.000	n.d.	44.000
Lusitânia Gás - Companhia de Gás do Centro, SA	Aveiro	0,04%	30.221	0,04%	30.174
Associação Inov Paredes	Paredes	10,00%	25.000	10,00%	25.000
Centro Venture - Soc. Capital de Risco, SA	Coimbra	3,33%	11.000	3,33%	11.000
Norgarante		n.d.	250	n.d.	3.975
Narrownet	Lisboa	10,00%	0	10,00%	750.000
Caetano Fórmula	Maputo	21,00%	0	21,00%	332.436
Itexample, ACE	Santarém	1,54%	0	1,54%	10.000
Oeirasexpo, SA	Oeiras	12,75%	0	12,75%	8.500
Lisgarante		n.d.	0	n.d.	2.950
Garval		n.d.	0	n.d.	2.850
Base Force, Lda	Viseu	-	0	20,00%	1.000
Outras participações			641.218		940.855
			3.815.853		**3.584.594**
Empréstimos a acionistas			**0**		**35.229.338**
b) Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral					
Pharol SGPS, SA			**1.231.757**		**2.458.941**
TOTAL			**5.047.611**		**41.272.872**

*Não foi apurado o justo valor destes ativos dado se tratar de pequenas participações minoritárias de reduzida dimensão para as quais o Conselho de Administração intende que o seu justo valor está próximo do respetivo custo de aquisição.

Durante o ano de 2019, o Grupo Visabeira vendeu 2,7 milhões de ações da Pharol.

7.2 Outros investimentos financeiros correntes

Outros instrumentos financeiros registados ao justo valor através do resultado	Valor de Balanço 2019	Valor de Balanço 2018
BCP	477.518	**540.386**
Outras participações empresas cotadas	54.437	**52.866**
TOTAL	**531.955**	**593.253**

8. Alterações ao perímetro de consolidação

AQUISIÇÕES / CONSTITUIÇÕES		% Adquirida/Constituida*	Data	Custo de aquisição
Toft Hansen ApS	Aquisição	100,00%	01.01.2019	3.213.122
Base Force	Aquisição	80,00%	01.05.2019	4.000
Troppo Squisito Lisboa, Lda	Constituição	84,00%	07.01.2019	42.500
Martifer Visabeira	Aquisição	15,00%		1.000.000
TOTAL				**4.259.622**

ALIENAÇÕES		% Alienação*	Data	Valor da venda
Benetrónica, SA	Saída	100,00%	15.10.2019	4.924.377
TOTAL				**4.924.377**

* Valor da participação financeira

As alterações do perímetro mais relevantes e com impacto nas contas consolidadas, ocorridas durante o ano de 2019, foram as seguintes:

ENTRADAS NO PERÍMETRO				Percentagem de capital detido	
Firma	**Sede Social**	**Alteração perímetro**	**Data**	**Antes da aquisição**	**Após a aquisição**
Toft Hansen ApS	Kirke Hylling	Entrada	01.01.2019	-	100,00%

SAÍDAS NO PERÍMETRO				Percentagem de capital à data de alteração	
Firma	**Sede Social**	**Alteração perímetro**	**Data**	**Direto**	**Total**
Benetrónica, SA	Lisboa	Saída	15.10.2019	100,00%	100,00%

No quadro seguinte, pode ser analisado o efeito das entradas mais relevantes no perímetro:

ENTRADAS NO PERÍMETRO

Valores em euros a 01/01/2019 Posição antes da aquisição	Toft Hansen
Ativos fixos tangivéis e intangivéis	192.723
Outros ativos	701.894
Caixa e equivalentes de caixa	167.590
Outros passivos	-459.382
Total de ativos líquidos	**602.773**

No quadro seguinte, pode ser analisado o efeito das saídas do perímetro:

SAÍDAS NO PERÍMETRO

Valores em euros a 30/09/2019 Posição antes da alienação	Benetrónica
Ativos fixos tangivéis e intangivéis	666.917
Outros ativos	25.230.632
Caixa e equivalentes de caixa	324.616
Outros passivos	-16.973.539
Total de ativos líquidos	**9.248.626**

9. Atividades descontinuadas

Durante o ano de 2019, não se registaram atividades descontinuadas. No mesmo sentido, desde 31 de dezembro de 2019 até à presente data não existem decisões para descontinuar atividades operacionais.

10. Principais indicadores por segmentos

10.1 Principais indicadores por atividade/geografia

a) Por área de atividade	Anos	Global	Indústria	Turismo, Imobiliária e Serviços	Total
Volume de negócios	2018	542.853.575	140.632.261	61.917.305	745.403.142
	2019	**672.826.824**	**166.723.958**	**70.671.719**	**910.222.502**
EBITDA	2018	87.549.071	25.406.515	28.870.806	141.826.392
	2019	**100.401.150**	**32.208.946**	**32.587.791**	**165.197.887**
Resultado operacional recorrente **	2018	55.215.630	19.646.938	24.874.525	99.737.094
	2019	**60.120.757**	**19.191.265**	**22.655.911**	**101.967.933**
Resultado líquido	2018	16.486.950	6.907.529	28.025.144	51.419.622
	2019	**26.907.020**	**3.213.044**	**21.518.733**	**51.638.797**
Ativos tangíveis/intangíveis/direito de uso	2018	208.032.481	226.552.907	146.074.405	580.659.794
	2019	**409.452.299**	**248.300.980**	**179.314.228**	**837.067.507**
Inventários	2018	35.454.207	41.398.359	33.537.469	110.390.035
	2019	**37.999.954**	**46.478.878**	**26.557.899**	**111.036.731**

Em 2019, o Volume de negócios detalha-se como se segue:

	Global	Indústria	Turismo, Imobiliária e Serviços	Total
Rédito de contratos com clientes	672.826.824	166.723.958	58.681.532	898.232.314
Rédito de rendas	0	0	11.990.187	11.990.187
Total	**672.826.824**	**166.723.958**	**70.671.719**	**910.222.502**

b) Por geografia*	Anos	Portugal	Europa	África	América e Ásia	Total
Volume de negócios	2018	320.805.768	324.965.772	95.547.547	4.084.055	745.403.142
	2019	**362.794.590**	**439.217.671**	**103.720.951**	**4.489.289**	**910.222.502**
EBITDA	2018	74.991.749	30.688.123	36.477.453	-330.933	141.826.392
	2019	**78.293.179**	**45.162.695**	**42.391.243**	**-649.229**	**165.197.887**
Resultado operacional recorrente **	2018	61.149.795	20.111.131	19.017.565	-541.397	99.737.094
	2019	**54.067.588**	**27.417.024**	**21.192.922**	**-709.601**	**101.967.933**
Resultado líquido	2018	43.672.123	15.357.587	-6.576.477	-1.033.610	51.419.622
	2019	**32.823.589**	**11.496.621**	**8.032.567**	**-713.980**	**51.638.797**
Ativos tangíveis/intangíveis	2018	353.068.083	36.210.421	191.294.649	86.640	580.659.794
	2019	**402.662.317**	**45.838.424**	**388.514.370**	**52.396**	**837.067.507**
Inventários	2018	88.351.469	7.420.892	11.577.416	3.040.258	110.390.035
	2019	**87.245.244**	**7.888.606**	**12.818.141**	**3.084.739**	**111.036.731**

* Distribuição de acordo com a localização da sede da empresa
** Excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento e das provisões

10.2 Ativos associados a contratos com clientes

	Anos	Global	Indústria	Turismo, Imobiliária e Serviços	Total
Ativos associados a contratos com clientes	2018	94.177.282	1.441.890	7.503.867	**103.123.039**
	2019	**112.671.819**	**3.224.922**	**6.997.920**	**122.894.660**

Os valores dos ativos associados a contratos com clientes são principalmente valores da Visabeira Global, resultantes da área das telecomunicações. Estes valores dizem respeito a serviços já efetuados de acordo com os termos contratados com o cliente e ainda não faturados.
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apenas um cliente representava mais do que 20% do volume de negócios consolidado, nenhum outro cliente representava mais de 10% do volume de negócios consolidado.

10.3 Passivos associados a contratos com clientes

	Anos	Global	Indústria	Turismo, Imobiliária e Serviços	Total
Adiantamentos de clientes	2018	3.598.092	1.221.783	1.264.497	6.084.372
	2019	**8.608.569**	**928.708**	**2.147.393**	**11.684.669**
Faturação efetuada relativa a serviços por prestar	2018	10.745.024	4.918.278	4.912.229	20.575.532
	2019	**19.050.287**	**1.966.265**	**5.098.250**	**26.114.802**
Total passivos associados a contratos com clientes	2018	14.343.116	6.140.061	6.176.726	26.659.904
	2019	**27.658.856**	**2.894.972**	**7.245.644**	**37.799.471**

Os valores dos passivos associados a contratos com clientes são principalmente da Visabeira Global resultantes da área das telecomunicações.

11. Trabalhos para a própria empresa

	2019	2018
Projetos de devenvolvimento das garrafas de cristal - Vista Alegre	916.746	943.738
Projeto de aumento da capacidade produtiva do forno e louça grés - Vista Alegre	755.072	1.011.945
Construção de novas células da TvCabo em Moçambique	671.768	1.099.855
Construção de novas células da TvCabo em Angola	598.546	132.755
Remodelação dos Hotéis da Turvisa	489.592	587.151
Projeto de alteração fundamental do processo de produção - Vista Alegre	211.283	259.781
Projeto de inovação dos processos produtivos - Cerutil	169.779	248.006
Projeto de aumento da capacidade produtiva de faiança - Bordalo Pinheiro	102.426	187.538
Remodelação de fornalha da Pinewells e otimização do sistema produtivo	39.672	212.120
Obras de remodelação de instalações da Constructel Bélgica	-	199.635
Projeto HORUS e BLISS - Real Life	-	118.640
Outros	111.614	155.359
TOTAL	**4.066.498**	**5.156.525**

12. Outros proveitos e outros custos operacionais

	2019	2018
OUTROS PROVEITOS		
Proveitos suplementares	12.246.476	17.840.757
Ganhos com imobilizações corpóreas	6.403.987	987.494
Ganhos na alienação de propriedades de investimento	1.143.934	5.140.353
Subsídios ao investimento e exploração	1.422.018	2.165.265
TOTAL	**21.216.416**	**26.133.869**

OUTROS CUSTOS		
Impostos	3.847.962	3.743.529
Outros	6.125.406	6.092.651
TOTAL	**9.973.368**	**9.836.180**

A rubrica de proveitos suplementares inclui indemnizações de seguros e rendas.

13. Fornecimentos e serviços externos

	2019	Peso %	2018	Peso %
Subcontratos	253.306.190	66%	193.325.348	61%
Rendas e alugueres	20.180.777	5%	27.538.035	9%
Trabalhos especializados	18.433.060	5%	15.386.501	5%
Conservação e reparação	18.317.370	5%	14.697.011	5%
Combustíveis	15.452.932	4%	15.350.031	5%
Eletricidade	11.452.800	3%	9.703.598	3%
Seguros	8.152.263	2%	6.639.372	2%
Transporte de mercadorias	5.314.486	1%	4.231.142	1%
Deslocações e estadas	4.790.562	1%	3.912.257	1%
Comunicação	4.603.032	1%	4.168.848	1%
Publicidade	3.605.800	1%	3.268.101	1%
Ferramentas e utensilios de desgaste rápido	3.496.790	1%	2.998.204	1%
Limpeza, higiene e conforto	2.569.812	1%	2.533.362	1%
Vigilância e segurança	2.083.952	1%	2.073.802	1%
Honorários	2.067.262	1%	1.544.237	-
Comissões	1.695.520	-	2.179.171	1%
Despesas de representação	1.074.767	-	731.327	-
Material de escritório	855.317	-	743.745	-
Outros	4.194.497	1%	4.777.845	2%
TOTAL	**381.647.189**	**100%**	**315.801.935**	**100%**

Em 2019, os subcontratos tiveram um aumento de 60,1 milhões de euros justificados essencialmente pelo crescimento da atividade do Grupo, nomeadamente na área das telecomunicações e a redução das "Rendas e alugueres" está relacionada com a adoção da IFRS 16 (ver nota 4.1). Em 31 de dezembro de 2018, o valor das rendas vincendas associadas a contratos de locação operacional era de 52 milhões de euros.

14. Gastos com o pessoal

	2019	2018
Remunerações do pessoal	190.694.041	157.755.237
Contribuições para a segurança social	36.803.417	33.269.666
Prémios para remunerações	1.627.940	1.262.836
Órgãos sociais	2.055.933	1.854.835
Seguros	1.880.828	1.214.632
Custos de ação social	948.610	1.049.237
Pessoal eventual e avençado	469.366	469.380
Outros	1.966.516	1.529.308
TOTAL	**236.446.651**	**198.405.131**

As remunerações do pessoal sofreram também um acréscimo face ao ano anterior justificado em parte pelo aumento da atividade do Grupo Visabeira, em grande parte na área das telecomunicações.
O número médio de colaboradores, ao longo do ano de 2019, ao serviço do Grupo foi de 12.014 empregados (2018: 10.974), com a distribuição por setor de atividade e geografia, evidenciada nos quadros seguintes:

Número médio de colaboradores por áreas de negócio	**2019**	**2018**
Global	7.350	6.279
Indústria	2.613	2.580
Turismo, Imobiliária e Serviços	2.051	2.115
TOTAL	**12.014**	**10.974**

Número médio de colaboradores por geografia	**2019**	**2018**
Portugal	4.612	4.742
Europa	4.401	3.101
África	2.617	2.753
América e Ásia	384	378
TOTAL	**12.014**	**10.974**

A remuneração do "pessoal-chave de gerência" (nos termos da IAS 24) é essencialmente de natureza fixa e não incluiu benefícios pós-emprego nem benefícios de cessação de emprego. No exercício de 2019 ascendeu a 2,1 milhões de euros (2018: 1,9 milhões de euros).

15. Amortizações

	2019	2018
AMORTIZAÇÕES TANGÍVEIS		
Terrenos e recursos naturais	753.127	667.033
Edifícios e outras construções	12.350.366	13.771.046
Equipamento básico	13.890.626	9.902.962
Equipamento de transporte	1.572.360	7.887.748
Equipamento administrativo	1.893.442	2.364.950
Outros	8.239.972	3.490.280
Total amortizações tangíveis	**38.699.892**	**38.084.019**
AMORTIZAÇÕES ATIVOS DE DIREITOS DE USO		
Terrenos e recursos naturais	16.299	-
Edifícios e outras construções	10.284.939	-
Equipamento básico	800.783	-
Equipamento de transporte	8.230.107	-
Equipamento administrativo	141.832	-
Outros	164.273	-
Ativos intangíveis	2.868	-
Total amortizações ativos de direitos de uso	**19.641.101**	**-**
AMORTIZAÇÕES INTANGÍVEIS		
Projetos de desenvolvimento	838.794	623.635
Programas de computador	180.246	279.549
Outros	3.869.921	3.102.096
Total amortizações intangíveis	**4.888.961**	**3.869.921**
TOTAL AMORTIZAÇÕES	**63.229.954**	**42.089.299**

Para além do aumento causado pela implementação da IFRS 16, é de destacar o aumento das amortizações em 2019 causado pelos investimentos dos últimos anos, e o aumento decorrente da reavaliação dos ativos associados às redes de TVCabo em Angola e Moçambique – caso a reavaliação tivesse sido efetuada por referência a 31 de dezembro de 2019 e não 31 de outubro de 2019 as amortizações do exercício teriam sido inferiores em 3,2 milhões de euros.

16. Provisões e perdas por imparidade

	2019	2018
Aumentos nas provisões e ajustamentos	5.473.436	4.407.902
Reduções nas provisões e ajustamentos	-5.140.898	-475.666
TOTAL	**332.538**	**3.932.236**

Em 2019 e 2018, nos "aumentos nas provisões e ajustamentos destacam-se as provisões constituídas para, essencialmente, cobertura de riscos de cobranças de clientes, e o reforço de provisões para cobrir outras perdas estimadas. No que diz respeito às "reduções nas provisões e ajustamentos", o valor de 2019 diz essencialmente respeito a uma reversão de imparidades de dívidas a receber de clientes em Moçambique.

17. Juros suportados, líquidos

	2019	2018
Juros suportados		
Empréstimos obtidos	-43.930.705	-38.906.859
	-43.930.705	**-38.906.859**
Juros obtidos		
Empréstimos concedidos	3.718.377	3.588.584
	3.718.377	**3.588.584**
TOTAL	**-40.212.329**	**-35.318.275**

18. Ganhos/ perdas em ações cotadas

	2019	2018
Outros ativos financeiros registados ao justo valor através de resultado (ver nota 7.2)	-62.868	-100.072
TOTAL	**-62.868**	**-100.072**

19. Outros custos financeiros, líquidos

	2019	2018
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-16.913.015	-24.528.863
Outros custos	-6.136.935	-4.111.644
Descontos de pronto pagamento concedidos	-143.963	-102.871
Diferenças de câmbio favoráveis	3.825.959	3.674.039
Descontos de pronto pagamento obtidos	64.906	51.643
Outros proveitos	59.259	897.715
TOTAL	**-19.243.788**	**-24.119.981**

As operações em Angola contribuíram negativamente com 15,2 milhões de euros (2018: negativamente em 21,7 milhões de euros), em resultado da desvalorização negativa do Kwanza (2019: 540,82; 2018: 353,02), enquanto as operações de Moçambique contribuíram positivamente em 460 mil euros (2018: positivamente com 824 mil euros) para o saldo líquido das diferenças de câmbio.

20. Imposto sobre o rendimento

	2019	2018
Imposto corrente	-13.891.214	-13.286.759
Imposto diferido	5.582.972	2.977.540
Imposto sobre o rendimento do exercício	**-8.308.241**	**-10.309.219**

ATIVO POR IMPOSTO DIFERIDO	2018	Alteração do perímetro	Efeito em resultados	Efeito em Capital Proprio	Transferências	2019
Ajustamentos e outras provisões não aceites fiscalmente	**43.918.907**	-113.081	-2.946.622	63.317	-141.061	**40.781.460**
Prejuízos fiscais	**2.117.707**	108.368	6.472.815	-684.812	41.296	**8.055.374**
Variações cambiais não aceites fiscalmente	**800.917**	61.111	-144.275	11.673	-5.100	**724.326**
Créditos fiscais	**2.518.606**	0	-1.160.460	0	0	**1.358.146**
Resultados não realizados em operações intra-Grupo	**673.644**	0	82.404	0	0	**756.048**
Ajustamento fiscal de transição "snc"	**602.526**	0	0	0	0	**602.526**
Total ativo por imposto diferido	**50.632.306**	**56.398**	**2.303.861**	**-609.822**	**-104.865**	**52.277.879**

PASSIVO POR IMPOSTO DIFERIDO						
Diferença para o justo valor de propriedades investimento	**69.650.152**	0	-340.385	54.230	12	**69.364.009**
Correção monetária (IAS 29 - Angola)	**17.849.241**	0	-1.222.553	-5.923.322	0	**10.703.366**
Ajustamentos e outras provisões não aceites fiscalmente	**0**	0	0	9.846	0	**9.846**
Diferença para o justo valor de ativos intangíveis	**17.360.307**	0	-354.052	0	0	**17.006.255**
Reservas de reavaliação	**12.606.864**	0	-1.221.823	69.387.628	-113.944	**80.658.725**
Ajustamento fiscal de transição "snc"	**1.155.393**	0	0	0	0	**1.155.393**
Resultados não realizados em operações intra-Grupo	**244.314**	0	-80.652	0	0	**163.662**
Variações cambiais não aceites fiscalmente	**635.846**	0	-59.646	11.287	-17.598	**569.890**
Total passivo por imposto diferido	**119.502.117**	**0**	**-3.279.111**	**63.539.669**	**-131.529**	**179.631.146**

O aumento no passivo por imposto diferido das reservas de reavaliação livres deve-se essencialmente à reavaliação feita aos ativos da TVCabo Angola e TVCabo Moçambique.
A desvalorização cambial que ocorreu em Angola, nos últimos três anos, originou resultados negativos nas subsidiárias deste país, o que levou ao reconhecimento em 2019 de 6,3 milhões de euros que expiram entre os anos de 2022 e 2023.

	2019
Resultados antes de impostos	**59.947.038**
Taxa nominal de imposto sobre os lucros	21,0%
Imposto corrente com taxa nominal	**-12.588.878**
Taxas nominais de imposto diferenciadas*	-2.627.600
Diferenças entre mais e menos valias fiscais e contabilisticas	328.504
Tributação Autónoma	-721.272
Encargos financeiros não dedutiveis	2.331.194
Derrama	-1.622.505
Benefícios fiscais	885.692
Outros efeitos	123.652
Total imposto corrente	**-13.891.214**
Imposto diferido	5.582.972
Imposto do exercício	**-8.308.241**

*Taxas IRC diferenciadas: França e Bélgica 31%; Moçambique 32%; Angola 30%; UK 19%; Itália 27,9%; Dinamarca 22%.

21. Ativos tangíveis

	Terrenos	Edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2018	**31.929.547**	**317.109.552**	**91.078.391**	**24.334.879**	**11.325.416**
Aumentos	1.554.172	11.718.166	8.336.497	10.218.803	792.495
Alienações/transferências	0	-349.921	-390.858	-657.720	-60.189
Alterações ao perímetro*	-2.697.555	-17.735.568	635.905	58.463	537.965
Correção monetária (IAS 29- Angola)	89.062	11.852.518	2.328.306	292.693	72.493
Efeito cambial	-120.510	-50.717.892	-6.941.906	3.511.571	-603.955
Imparidade	-6.000	2.022.012	-926.170	3.829	-2
Amortizações do exercício	-667.033	-13.771.046	-9.902.962	-7.887.748	-2.364.950
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	**30.081.684**	**260.127.821**	**84.217.201**	**29.875.770**	**9.699.273**
A 31 de dezembro de 2018					
Custos de aquisição	33.300.766	420.591.749	245.052.906	75.779.417	32.863.875
Amortizações acumuladas	3.163.563	157.520.293	159.900.683	45.856.668	23.164.528
Perdas de imparidade	55.519	2.943.635	935.022	46.979	74
ATIVOS TANGÍVEIS	**30.081.684**	**260.127.821**	**84.217.201**	**29.875.770**	**9.699.273**
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2019	**30.081.684**	**260.127.821**	**84.217.201**	**29.875.770**	**9.699.273**
Reclassificação para ativos sob direitos de uso	0	-17.335.788	-3.299.173	-17.511.017	-30.991
Aumentos	213.750	18.352.390	18.141.973	704.368	730.221
Alienações/transferências	-958.703	-5.354.231	28.094.058	-2.072.217	-744.301
Alterações ao perímetro*	0	8.399.918	1.583.560	758.283	77.690
Reavaliações	0	147.595.650	65.809.859	0	154.459
Efeito cambial	-290.700	-28.362.170	-4.725.384	-896.265	-181.248
Imparidade	3.842	-4.298.078	-1.532.703	982	-14.486
Amortizações do exercício	-753.127	-12.350.366	-13.890.626	-1.572.360	-1.893.442
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	**28.296.746**	**366.775.146**	**174.398.766**	**9.287.545**	**7.797.175**
A 31 de dezembro de 2019					
Custos de aquisição	30.438.006	367.833.487	286.501.037	48.194.728	31.740.835
Amortizações acumuladas	2.089.582	140.166.016	174.697.386	38.861.186	24.081.522
Perdas de imparidade	51.678	3.225.728	1.463.833	45.997	76
Efeito das reavaliações líquido	0	142.333.403	64.058.948	0	137.938
ATIVOS TANGÍVEIS	**28.296.746**	**366.775.146**	**174.398.766**	**9.287.545**	**7.797.175**

	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos tangíveis	TOTAL
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2018	**17.946.997**	**43.420.175**	**598.213**	**537.743.170**
Aumentos	1.636.933	40.849.495	0	75.106.561
Alienações/transferências	-307.935	-20.933.184	0	-22.698.808
Alterações ao perímetro*	-41.552	-282.016	0	-19.524.359
Correção monetária (IAS 29 – Angola)	151.263	0		14.786.335
Efeito cambial	103.014	-13.982.486	-155.465	-68.907.630
Imparidade	-214.166	0	0	879.503
Amortizações do exercício	-3.490.280	0	0	-38.084.019
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	**15.784.273**	**49.071.983**	**442.748**	**479.300.753**
A 31 de dezembro de 2018				
Custos de aquisição	53.173.878	49.071.983	442.748	910.277.322
Amortizações acumuladas	37.174.990	0	0	426.780.725
Perdas de imparidade	214.614	0	0	4.195.844
ATIVOS TANGÍVEIS	**15.784.273**	**49.071.983**	**442.748**	**479.300.753**
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2019	**15.784.273**	**49.071.983**	**442.748**	**479.300.753**
Reclassificação para ativos sob direitos de uso	-184.191	0	0	-38.361.159
Aumentos	495.144	17.979.689	0	56.617.535
Alienações/transferências	7.385.667	-28.688.283	-68.828	-2.406.837
Alterações ao perímetro*	171.683	0	0	10.991.134
Reavaliações	16.641.737	0	0	230.201.705
Efeito cambial	-2.051.351	189.899	0	-36.317.218
Imparidade	-9.440	0	0	-5.849.883
Amortizações do exercício	-8.239.972	0	0	-38.699.892
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	**29.993.550**	**38.553.287**	**373.920**	**655.476.137**
A 31 de dezembro de 2019				
Custos de aquisição	52.690.012	38.553.287	373.920	856.325.313
Amortizações acumuladas	38.814.664	0	0	418.710.357
Perdas de imparidade	224.055	0	0	5.011.366
Efeito das reavaliações líquido	16.342.257	0	0	222.872.547
ATIVOS TANGÍVEIS	**29.993.550**	**38.553.287**	**373.920**	**655.476.137**

* Optou-se por apresentar os valores das amortizações acumuladas fiscais associadas aos ativos adquiridos.

Com a implementação da IFRS 16, em substituição da IAS 17, os ativos relacionados com locações passaram a ser apresentados na rubrica de "Ativos sob direitos de uso" (nota 22).
Face a esta alteração, no início de um contrato de locação, é avaliada a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação e o ativo que representa o direito a usar o bem subjacente durante um certo período de tempo. Perante um contrato de locação, o locatário deve reconhecer um ativo sob direito de uso e um passivo de locação pois transfere-se para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não ser eventualmente transferido. Assim, a linha "Reclassificação para ativos de direitos de uso" apresenta o valor de 38,4 milhões de euros que foram reclassificados.
Em 2019, os aumentos ocorridos são explicados essencialmente pela aquisição de equipamentos necessários para as equipas operacionais do Grupo Constructel no valor de 13,2 milhões de euros, pelos investimentos para construção e expansão da rede de cobertura por partes das operações de televisão em África através da TVCabo em Angola e Moçambique no valor de 14 milhões de euros, pela construção de novos espaços e ainda ampliação e melhoramento dos hotéis já existentes, na área do Turismo com cerca de 12 milhões de euros e também pelas ampliações e melhoramento nas unidades industriais com cerca de 23,9 milhões de euros por parte do Grupo Vista Alegre.
Também as variações do perímetro de consolidação contribuíram para os aumentos ocorridos durante o ano de 2019, sendo o principal aumento devido à consolidação da empresa Martifer Visabeira, que contribuiu com crescimento dos ativos de 8,4 milhões de euros.
A reavaliação dos ativos das redes da TVCabo Angola e da TVCabo Moçambique levada a cabo no ano de 2019, contribuiu para um aumento líquido dos ativos de 222,9 milhões de euros.
Os valores mais significativos apresentados como "Ativos tangíveis em curso" dizem respeito às obras de ampliação e remodelação das unidades hoteleiras e à construção de novos espaços, na área do Turismo, e ainda às obras melhoramento e expansão das unidades industriais do Grupo Vista Alegre.
As alienações não foram significativas.
Em 2018, os principais aumentos no ano dizem respeito maioritariamente às obras de ampliação das fábricas da Ria Stone, Cerutil e Bordallo Pinheiro (30 milhões de euros).
De realçar ainda os investimentos na expansão de rede TVCabo em Angola e Moçambique (12 milhões de euros), na área das telecomunicações e energia, em viaturas, equipamentos de transporte e outros equipamentos essenciais à atividade no montante de 14 milhões de euros, e no Turismo e Imobiliária (10 milhões de euros) na requalificação e melhoria dos espaços e ainda na ampliação e novos espaços de hotelaria e de restauração.
As diminuições no ano de 2018 são explicadas pela venda na área da saúde, e pela transferência do projeto do Parque Desportivo de Aveiro para as Propriedades de investimento.
No final de 2018, o valor em curso, dizem respeito às referidas obras de ampliação das subsidiárias do Grupo Vista Alegre.

Reavaliação dos ativos das redes da TVCabo Angola e da TVCabo Moçambique
A partir do corrente exercício, o Grupo passou a mensurar os ativos das redes da TVCabo Angola e da TVCabo Moçambique de acordo com o modelo da reavaliação, em virtude da muito significativa desvalorização cambial do kwanza e do metical. O Grupo contratou uma entidade independente e credenciada, a PricewaterhouseCoopers GmbH Wirtschaftsprufungsgesellschaft, para proceder à determinação do justo valor a 31 de outubro de 2019 das redes da TVCabo e da TVCabo Moçambique, as quais incluem ativos como a rede de cobre, rede de fibra ótica, construção civil e equipamentos de controlo de rede (tais como servidores, routers e terminais) e equipamentos instalados nos clientes.
O justo valor foi determinado com base na abordagem de custo, que reflete a quantia que seria necessária para substituir a capacidade de serviço do ativo (habitualmente designada por custo atual de substituição). Como elementos relevantes da avaliação, destaca-se o custo de aquisição dos bens adquiridos na Europa, estimado por especialistas externos, apoiados pelos técnicos do grupo. Ao custo de aquisição dos bens foi acrescentado uma quantia correspondente a transporte, montagem, e inclusivamente taxas aduaneiras, e alfandegárias para colocar os equipamentos em Angola e Moçambique, e ainda o custo de mão de obra para a sua instalação. Foram utilizadas estimativas quanto a custos de transporte e taxas aduaneiras.
O apuramento do justo valor enquadra-se no nível 3 da IFRS 13.
Se os ativos das redes da TVCabo Angola e da TVCabo Moçambique tivessem sido mantidos ao custo, as quantias escrituradas seriam de 43,9 milhões de euros e 27,5 milhões de euros, respetivamente.
Em resultado da reavaliação, efetuada por referência a 31 de outubro de 2019, as amortizações do exercício vieram aumentadas em 3,2 milhões de euros.

Testes de imparidade
O Grupo avalia, tal como descrito na nota 2.11, a existência de indícios de imparidade dos ativos tangíveis.
Tendo em conta o aumento significativo da quantia escriturada das redes da TVCabo Angola e da TVCabo Moçambique, foram realizados testes de imparidade de acordo com o método do Valor de uso, baseados em planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, com os seguintes pressupostos:

Pressupostos teste de imparidade	Angola	Moçambique
Período	2020-2024	2020-2024
Taxa de crescimento das vendas (CAGR)	9,5%	7,1%
Taxa média de inflação	8,6%	5,9%
Taxa de crescimento na perpetuidade	6,0%	5,5%
Taxa de desconto na perpetuidade	14,0%	14,9%

No que diz respeito aos ativos localizados em Angola, a sensibilidade dos resultados dos testes de sensibilidade aponta para que:
- caso a taxa de crescimento composta das vendas para o período em análise tenha um desvio negativo a partir de 0,3 pp, haverá que reconhecer perdas por imparidade;
- um aumento da taxa de desconto de 0,2 pp implica o registo de perdas por imparidade;
- quanto à taxa de crescimento na perpetuidade, que corresponde à taxa publicado por FMI, só haveria que reconhecer uma perda por imparidade caso seja inferior a 5,8%.

No que diz respeito aos ativos localizados em Moçambique, a sensibilidade dos resultados dos testes de sensibilidade aponta para que:
· caso a taxa de crescimento composta das vendas para o período em análise tenha um desvio negativo a partir de 0,4 pp, haverá que reconhecer perdas por imparidade;
· um aumento da taxa de desconto de 0,2 pp implica o registo de perdas por imparidade;
· quanto à taxa de crescimento na perpetuidade, que corresponde à taxa publicado por FMI, só haveria que reconhecer uma perda por imparidade caso seja inferior a 5,3%.

22. Ativos sob direito de uso

A rubrica de "Ativos sob direitos de uso", em 2019, tem a seguinte decomposição:

	Terrenos	Edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2019	**24.441**	**49.077.225**	**944.851**	**1.866.345**	**82.978**
Reclassificação para ativos sob direitos de uso	0	17.335.788	3.299.173	17.511.017	30.991
Aumentos	0	3.779.487	1.332.469	10.388.803	359.455
Efeito cambial	1.416	55.477	0	0	3.779
Amortizações do exercício	16.299	10.284.939	800.783	8.230.107	141.832
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	**9.558**	**59.963.039**	**4.775.710**	**21.536.059**	**335.370**
A 31 de dezembro de 2019					
Custos de aquisição	24.441	75.255.951	8.336.967	39.061.857	498.091
Amortizações acumuladas	14.883	15.292.912	3.561.257	17.525.798	162.721
ATIVOS SOB DIREITO DE USO	**9.558**	**59.963.039**	**4.775.710**	**21.536.059**	**335.370**

	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Ativos intangíveis	TOTAL
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2019	**121.426**	**0**	**0**	**52.117.267**
Reclassificação para ativos sob direitos de uso	184.191	0	0	38.361.159
Aumentos	281.466	138.415	103.261	16.381.356
Efeito cambial	-2.484	0	0	58.189
Amortizações do exercício	164.273	0	2.868	19.641.101
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	**420.326**	**136.415**	**100.393**	**87.276.870**
A 31 de dezembro de 2019				
Custos de aquisição	637.064	136.415	103.261	124.054.047
Amortizações acumuladas	216.738	0	2.868	36.777.177
ATIVOS SOB DIREITO DE USO	**420.326**	**136.415**	**100.393**	**87.276.870**

O reconhecimento inicial, a 1 de janeiro de 2019, foi efetuado de acordo com a política descrita na nota 4.1.
A reclassificação dos ativos relacionados com locações financeiras (IAS 17) foi efetuada com base nos valores escriturados a 31 de dezembro de 2018.

23. *Goodwill*

	Ano de aquisição	Valor do *goodwill* 2019	Valor do *goodwill* 2018
MJ Quinn - Integrated Services, Ltd	2018	56.004.828	53.130.938
Viatel – Tecnologia de Comunicações, SA	1997, 2002	14.997.178	14.997.178
Grupo Constructel Modal	2017	5.666.717	5.666.717
Visabeira Moçambique, SARL	2001, 2002	3.390.676	3.390.676
Empreendimentos Turíst. Montebelo, SA	1998, 2002	2.768.845	2.768.845
Granbeira - Soc. Expl. Com. Granitos, SA	1992, 1998, 2002	3.116.383	3.116.383
Toft Hansen, ApS	2019	2.609.671	-
Martifer-Visabeira, SA	2019	2.281.775	-
Mob - Indústria de Mobiliário, SA	1998, 2002	1.320.221	1.320.221
IEME, SRL	2017	1.263.270	1.263.270
Granbeira II - Rochas Ornamentais, SA	1992, 1998, 2001, 2002	905.101	905.101
PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA	2008	894.659	894.659
Edivisa - Empresa de Construções, SA	1993, 2002	888.354	888.354
Gatel, SAS	2008	752.778	869.778
Outros		1.428.808	1.250.157
TOTAL		**98.289.267**	**90.462.279**

Para efeitos da análise da imparidade, o goodwill foi distribuído pelas unidades geradoras de caixa, as quais correspondem aos segmentos de negócio reportáveis. O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais daqueles segmentos, descontados à taxa considerada aplicável a cada negócio, concluiu que, em 31 de dezembro de 2019, o valor contabilístico dos investimentos financeiros, incluindo o goodwill, não excede o seu valor recuperável.
No que diz respeito à quantia do goodwill da MJ Quinn, os principais pressupostos utilizados no teste de imparidade foram os seguintes:

PRESSUPOSTOS TESTES DE IMPARIDADE

Método utilizado	Métodos dos cash flow atualizados
Base utilizada	Projeção
Anos de projeção	5 anos
Crescimento vendas em 2020	38,10%
CAGR vendas 2021-2024	2,00%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,00%
WACC utilizada na perpetuidade	7,18%

Em 31 de dezembro de 2019, caso se tivesse utilizado uma taxa de desconto superior em 0,5%, ou uma taxa de crescimento na perpetuidade inferior em 0,5%, ou projetado cash flows inferiores em 5%, os resultados apurados nos testes acima referidos não originariam o registo de imparidades. O valor de uso corresponde à estimativa do valor presente dos fluxos de caixas futuros, apurados com base em orçamentos e business plans devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais abrangem em média um período de cinco anos.
Relativamente à Viatel, os testes de imparidade efetuados demonstraram uma vez mais a não existência de qualquer imparidade no goodwill, atendendo ao facto de se tratar de uma empresa robusta, com um modelo de negócio sólido e sustentado, que permite estimar que, numa perspetiva prudente, a empresa liberte um EBITDA anual superior a 7 milhões de euros.
Desde 31 de dezembro de 2019, o Grupo não realizou nenhuma aquisição que desse origem a goodwill.

24. Propriedades de investimento

	2019 Nível 3*	2018 Nível 3*
Saldo inicial	445.214.935	331.050.555
Transferência para ativo fixo tangível	0	100.543.883
Transferência inventários	986.000	0
Aquisições	4.433.165	279.995
Reservas de conversão cambial	169.468	403.096
Alienação	-26.977.397	-1.796.552
Alteração no justo valor	12.011.690	14.733.959
TOTAL	**435.837.861**	**445.214.935**

* Classificado de acordo com a hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 (não aplicável a propriedades de investimento mensuradas ao custo de aquisição)

	Técnica de avaliação	2019	2018
Palácio do Gelo Shopping	Método do DCF	158.300.000	146.400.000
Projeto Parque Desportivo	Método do DCF	76.710.185	75.191.000
Projeto Golfe Montebelo Resort	Método do DCF	64.484.614	64.464.614
Projeto Urbeira	Método dos comparativos	33.500.000	33.500.000
Projeto Quinta dos Areais	Método dos comparativos	19.360.000	18.875.000
Terrenos para valorização	Método dos comparativos	19.211.145	18.536.613
Edifícios Vista Alegre	Método dos comparativos e DFC	19.170.600	19.639.600
Projeto para a Quinta do Bosque	Método do DCF	13.594.726	14.399.726
Projeto Santa Luzia	Método dos comparativos	13.290.000	13.290.000
Empreendimento Condomínio de Belo Horizonte (Moçambique)	Método dos custos	8.983.382	8.813.913
Projeto Alagoa II	Método do custo de reposição	5.117.139	5.080.001
Projeto espaço comercial Moçambique	Método do DCF	4.069.000	0
Agrovisa (Terreno Xinavane)		47.071	47.072
Edifício hospitalar	Método do DCF	0	26.977.397
TOTAL		**435.837.861**	**445.214.935**

As propriedades de investimento em uso estão mensuradas ao justo valor, determinado pela utilização do discounted cash flow (DCF) e as propriedades em desenvolvimento ou para valorização estão mensuradas ao justo valor, determinado pelo método do DCF, método dos comparativos ou método dos custos. Nos casos em que o justo valor não pode ser determinado fiavelmente, as propriedades de investimento são mantidas a custo.

De acordo com o método de DCF, o justo valor de um imóvel é estimado com base no valor atual dos fluxos de caixa que se espera que o imóvel venha a gerar no futuro, com base nas projeções financeiras relativas ao negócio desenvolvido ou a desenvolver (arrendamento). Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa de desconto a qual reflete o valor temporal do dinheiro, assim como os riscos associados aos cash flows.

O método comparativo tem por referência os valores de imóveis similares e pretende estimar o valor presumível de venda.

O método dos custos considera que o valor do bem é o somatório dos custos de aquisição do terreno, construção, projetos, licenciamentos, encargos financeiros, encargos com a comercialização e lucro estimado para o projeto.

No caso das propriedades de investimento que não estão a gerar rendimentos, foram descontados, nomeadamente, os custos estimados com a construção e desenvolvimento do projeto.

As avaliações foram efetuadas por avaliadores independentes acreditados (PricewaterhouseCoopers Assessoria de Gestão, Lda, Figueira Center Imobiliária, J. Curvelo e J.F, Lda e Envisábio – Engenharia, Lda) com a qualificação e experiência necessária em avaliações de imóveis. Os modelos de avaliação usados são consistentes com princípios preconizados pela IFRS 13.

No exercício de 2019, não existiram alterações na técnica de valorização das propriedades de investimento. As propriedades de investimento incluem um conjunto de terrenos adquiridos há vários anos para desenvolvimento no âmbito da atividade imobiliária do Grupo, mas que, no atual contexto financeiro, estão detidos para valorização futura.

Considera-se na determinação do justo valor das propriedades de investimento a sua melhor utilização possível (highest and best use).

A classificação de determinados terrenos como propriedades de investimento, e não como Inventários ou Ativos tangíveis, depende do uso que o Conselho de Administração prevê para os ativos como sendo aquele que maximiza o seu valor recuperável para o Grupo.

PALÁCIO DO GELO SHOPPING

A avaliação do Palácio do Gelo teve como base os seguintes pressupostos:

	2019	2018
Taxa de desconto	6,70%	7,15% a 7,14%
Taxa de desconto da perpetuidade	6,70%	7,14%
Taxa de ocupação	96%	96%
Taxa de crescimento das vendas	2% a 4%	0% a 7%
Taxa de crescimento de rendas de perpetuidade	1,7%	2,4%

A variação do justo valor desta propriedade de investimento é justificada pela diminuição da taxa de desconto refletindo assim as condições de mercado das mesmas.
Uma descida de 0,5 pp na taxa de desconto (WACC) aumentaria o valor da avaliação de 158,3 milhões de euros para 175,7 milhões de euros. Da mesma forma um aumento de 0,5 pp no WACC reduziria o valor de avaliação para 144 milhões de euros.
Uma diminuição ou aumento de 2,5 pp na taxa de ocupação traduzir-se-ia num valor mínimo de 153 milhões de euros e num valor máximo de 161,8 milhões de euros, respetivamente.
Um incremento de 10 pp nas receitas com rendas variáveis faria aumentar o valor da avaliação para 159,9 milhões de euros. Ao invés uma diminuição de 10 pp nas receitas com rendas variáveis reduziria o valor de avaliação para 156,6 milhões de euros.
Já um aumento ou diminuição de 0,75 pp na taxa de crescimento "g" resultaria respetivamente em um aumento da avaliação para 176 milhões de euros ou diminuição para 145,2 milhões de euros.
A subida ou decréscimo do Prazo médio de Recebimento de Clientes (PMR) e do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (PMP) não tem grande influência no valor de avaliação. Ainda assim, a análise de sensibilidade concluiu que a diminuição de 20 dias no PMP diminuiria cerca de 100 mil euros na avaliação cifrando-se nos 158,2 milhões de euros. Já o aumento de 20 dias no PMP não teria impacto no valor de avaliação que se manteria nos 158,3 milhões de euros. No que diz respeito ao PMR uma diminuição ou aumento de 50 dias, traduzir-se-ia em um valor máximo de 158,4 milhões de euros e um valor mínimo de 158,1 milhões de euros, respetivamente.
Durante o exercício de 2019, o valor das rendas dos espaços comerciais do Palácio do Gelo atingiu um valor muito próximo dos 11,5 milhões de euros (2018: 11 milhões de euros). O número de visitantes voltou a crescer em 2019, registando-se o melhor ano desde a inauguração do Shopping. Desde abril de 2008 até à data, o número de visitantes no Palácio do Gelo supera já os 105,7 milhões.
Ignorando o aumento de área comercial, a taxa de ocupação teria subido em 2019 para 92,8%. No entanto, com esse aumento de ABL e considerando os contratos fechados a 31/12/2019 a taxa de ocupação é agora de 89,2%.

PROJETO PARQUE DESPORTIVO DE AVEIRO

Projeto situado no extremo nascente da cidade de Aveiro, junto ao Estádio Municipal de Aveiro, ocupando uma área de cerca de 165 hectares, localiza-se numa zona particularmente privilegiada em termos de acessos, seja à cidade, seja à A25 e à A17.
Projeto abrangente que consolida turismo, habitação, serviços, desporto, lazer e entretenimento numa envolvência única, fundamentalmente pelo requinte e qualidade das suas áreas verdes pautadas por riachos e espelhos de água, dos seus amplos parques e jardins que criarão uma vivência singular e em permanente contacto com a natureza.
O PDA terá uma área de construção na ordem dos 320.000 m² distribuídos por comércio, habitação, serviços, equipamentos desportivos e de lazer/turismo, destacando-se o campo de golfe de 18 buracos, hotel de 5 estrelas, centro hípico e complexo de ténis.
O justo valor foi determinado através do método do DCF, resumindo-se como segue:

Polo		Área de construção (m²)	Valor de avaliação 2019
Polo 2	Hípico	31.448	7.572.852
Polo 3	Ludo Parque	48.246	10.031.700
Polo 5	Central	74.750	13.678.897
Polo 6	Central sul	71.175	14.827.336
Polo 7	Resort Golf	68.478	30.599.400
	Hotel	24.000	
TOTAL		**318.097**	**76.710.185**

Para além da taxa de desconto, o preço de venda, o preço de construção e a calendarização das vendas estimadas do projeto são as variáveis que mais influenciam o valor da avaliação, pelo que a análise de sensibilidade a estas variáveis resultou nos seguintes valores:

· Um aumento de 5% nos preços de construção reduziria o valor da avaliação para 69,5 milhões de euros. Esta variação nos preços de construção, conjugada com as variações indicadas na análise de sensibilidade da taxa de desconto, traduzem-se num valor mínimo de 66,6 milhões de euros (+5% nos preços de construção e mais 1 pp na taxa de desconto) e num valor máximo de 87,4 milhões de euros (-5% nos preços de construção e menos 1 pp na taxa de desconto).
· Uma diminuição de -5 pp nos preços de venda, previstas na avaliação, traduzir-se-ia num valor de 64,6 milhões de euros e um

aumento de 5 pp desses mesmos preços de venda traduzir-se-ia num valor de 88,7 milhões de euros, conjugada com aumento da taxa de desconto de 1 pp seria de 85,2 milhões de euros. O crescimento de 5 pp nos preços de venda com a diminuição da taxa de desconto em 1 pp aumentaria o valor de avaliação para 92,6 milhões de euros.

· Um adiamento de 10% das vendas em todos anos considerada na avaliação, acrescentando mais um ano de comercialização ao projeto face ao cenário base, reduziria o valor da avaliação para 71,3 milhões de euros. Esta variação na comercialização do projeto, conjugada com as variações indicadas na análise de sensibilidade da taxa de desconto, traduzem-se num valor mínimo de 67,7 milhões de euros (10% adiamento nas vendas, mais 1 ano de comercialização e mais 1 pp na taxa de desconto) e num valor máximo de 82,1 milhões de euros (5% de antecipação das vendas e menos 1 pp na taxa de desconto).

PROJETO GOLFE MONTEBELO RESORT

O Projeto Golfe Montebelo Resort visa colmatar as carências e potenciar as características do Campo de Golfe de 27 buracos, existente no local há largos anos. Além de valorizar e revitalizar a área do Golfe, irá permitir a sua dinamização e o reconhecimento daquela área como um lugar urbano e parte articulada da cidade, criando um núcleo desportivo-turístico de prestígio numa única unidade.

São cerca de 168.422 m² de construção, divididos por moradias (68.913 m²), apartamentos (70.506 m²) e hotel de 5 estrelas (29.003 m²). A intervenção distingue-se em 3 áreas diferenciadas; a primeira destinada à rede imobiliária, de pequena expressão e que não colide com a área de Resort. O projeto prevê também uma área comum de serviços, equipamento e comércio. Os valores de avaliação foram os seguintes:

	Área	2019	2018
Terreno para moradias	68.913 m²	45.880.000	44.940.000
Terrenos para apartamentos	70.506 m²	15.840.000	16.740.000
Terreno para hotel	29.003 m²	1.880.000	1.900.000
Adições por construção de infraestruturas		884.614	884.614
TOTAL	**168.422 m²**	**64.484.614**	**64.464.614**

Para além da taxa de desconto, o preço de venda, o preço de construção e a calendarização das vendas estimadas do projeto são as variáveis que mais influenciam o valor da avaliação, pelo que a análise de sensibilidade a estas variáveis resultou nos seguintes valores:

· Uma diminuição de -5 pp nos preços de venda, previstas na avaliação, traduzir-se-ia num valor de 59,6 milhões de euros e um aumento de 5 pp desses mesmos preços de venda traduzir-se-ia num valor de 69,2 milhões de euros, conjugada com o aumento da taxa de desconto de 1 pp seria de 66,5 milhões de euros. O crescimento de 5 pp nos preços de venda com a diminuição da taxa de desconto em 1 pp aumentaria o valor de avaliação para 72,2 milhões de euros.

· Um adiamento de 10% das vendas em todos os anos consideradas na avaliação, acrescentando mais um ano de comercialização ao projeto face ao cenário base, reduziria o valor da avaliação para 61,2 milhões de euros. Esta variação na comercialização do projeto, conjugada com as variações indicadas na análise de sensibilidade da taxa de desconto, traduzem-se num valor mínimo de 58,5 milhões de euros (10% adiamento nas vendas, mais 1 ano de comercialização e mais 1 pp na taxa de desconto) e num valor máximo de 68,4 milhões de euros (5% de antecipação das vendas e menos 1 pp na taxa de desconto).

PROJETO URBEIRA

O denominado terreno "Urbeira", que é uma propriedade com cerca de 279.860 m² situada a sudoeste da cidade de Viseu e que se encontra a uma distância de apenas 3 km do centro da cidade, tem um projeto imobiliário aprovado com uma viabilidade de construção de 137.421 m² divididos por habitação, comércio e serviços.

O justo valor foi determinado através do método dos comparativos, com um preço médio por m² de 244 euros, considerando a área de construção.

PROJETO QUINTA DOS AREAIS

Propriedade com 51.633 m² situada a cerca de 500 metros do Hospital São Teotónio de Viseu que confina a poente com a Primeira Circular Sul de Viseu. Possui projeto imobiliário com uma viabilidade de construção de 61.375 m² divididos por habitação, comércio e serviços.

O justo valor foi determinado através do método dos comparativos, com um preço médio por m² de 308 euros, considerando a área de construção.

TERRENOS PARA VALORIZAÇÃO

Dizem respeito a 14 lotes, 12 dos quais localizados em Viseu, 11 localizados na Quinta do Bosque junto ao Hotel Montebelo, uma zona predominantemente residencial, um em Aveiro e outro em Guimarães, junto à estação dos caminho-de-ferro de Guimarães. Trata-se de lotes já urbanizados, com todas as infraestruturas necessárias, e com uma área de construção total de 54.406 m² para terrenos com uma área global de 12.854 m².

O justo valor destes imóveis foi determinado fundamentalmente através do método dos comparativos, com um preço médio por m² de 341 euros, considerando a área de construção.

EDIFÍCIOS VISTA ALEGRE ATLANTIS

Trata-se de imóveis (terrenos e edifícios) não utilizados no decurso ordinário dos negócios do Grupo, estando, no seu estado atual ou após processo de valorização, destinada a venda.

A determinação do justo valor das propriedades de investimento foi suportada por evidências do mercado. Relativamente às propriedades de investimento arrendadas, existem contratos de arrendamento de duração limitada, normalmente de cinco anos, renováveis automaticamente por períodos de um ano se não denunciados.

O justo valor foi determinado pela J.Curvelo como se segue:

Edifícios Vista Alegre Atlantis	Justo valor (euros)	Técnica de avaliação	Avaliador	Localização	Pressupostos	Intervalos (média em euros)
Pinhais	970.000	Método dos custos	J. Curvelo	Alcobaça	preço por m²	26,17 €
L. Barão Quintela	6.170.000	Método dos comparativos	J. Curvelo	Lisboa	preço por m²	1.635,46 €
Imóveis diversos	2.592.000	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m²	182,70 €
Terrenos rústicos	19.300	Método dos comparativos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m²	1,90 €
Terrenos Vale do Ílhavo	144.000	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m²	72,00 €
R. Neves Ferreira	380.000	Método dos comparativos	J. Curvelo	Lisboa	preço por m²	527,78 €
Terrenos RAN	130.000	Método dos comparativos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m²	2,45 €
Urbanização I	1.433.300	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m²	226,25 €
Urbanização II:			J. Curvelo			
Loteamento Bairro e terr. anexos	5.023.000	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m²	77,63 €
Loteamento da Murteira	919.000	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m²	28,70 €
Loteamento da Rua Fáb. VA	1.390.000	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m²	80,80 €
TOTAL	**19.170.600**					

No decorrer do ano 2019, foi transferida para inventário o edifício "Fábrica" Angolana no valor de 469 mil euros, com o objetivo de alienação.

PROJETO PARA A QUINTA DO BOSQUE

O denominado "Projeto para a Quinta do Bosque", que se encontra dividido em dois lotes, tem 29.197 m² de área de construção, está localizado na cidade, junto ao Hotel Montebelo, numa zona predominantemente residencial. Destina-se à construção de um espaço de comércio e serviços no sentido de ampliar a oferta na região centro.

O justo valor foi determinado através do método do DCF, com um preço médio por m² de 493 euros, considerando a área de construção.

PROJETO SANTA LUZIA

O denominado "Terreno Santa Luzia", que tem 27.978 m² de área de implantação e 38.519 m² de área de construção, é, sem dúvida, considerando a sua localização de excelência, uma das melhores ofertas imobiliárias da cidade, fundamentalmente pela sua proximidade face às novas vias estruturantes da cidade e pela proximidade do grande polo comercial e de serviços que constitui o Palácio do Gelo, o novo Hospital CUF Viseu e o Centro Escolar Viseu Estrela.

O justo valor foi determinado através do método dos comparativos, com um preço médio por m² de 345 euros, considerando a área de construção.

PROJETO EMPREENDIMENTO CONDOMÍNIO DE BELO HORIZONTE (MOÇAMBIQUE)

O terreno do futuro Condomínio do Belo Horizonte, localizado em Matola, nos arredores de Maputo, está integrado numa zona residencial constituída predominantemente por moradias isoladas do segmento médio/alto.

O terreno do Condomínio Belo Horizonte está integrado numa zona residencial consolidada, constituída por moradias isoladas de qualidade média/alta, e é constituído por 69 lotes, com uma área total de 67.667 m². O seu justo valor, apurado por uma entidade independente especializada, após obtenção de licença de construção em 16 de dezembro de 2013, é de 8,9 milhões de euros.

PROJETO ALAGOA II

Este terreno, propriedade da Movida, tem cerca de 6.769 m² e uma área de construção de 9.149 m². Situa-se em zona localizada entre o Palácio do Gelo e o Hospital CUF Viseu.

O justo valor foi determinado através do método dos comparativos, com um preço médio por m² de 555 euros, considerando a área de construção.

PROJETO ESPAÇO COMERCIAL MOÇAMBIQUE

Trata-se de duas frações urbanas (lojas comerciais) não utilizados no decurso ordinário dos negócios do Grupo, e que se encontram arrendadas a terceiros.

Relativamente a estas propriedades de investimento, existem contratos de arrendamento de duração limitada, renováveis automaticamente por períodos de um ou dois anos se não denunciados. A determinação do justo valor destas propriedades de investimento foi suportada por evidências de mercado utilizando o Método do Rendimento.

EDIFÍCIO HOSPITALAR

Em dezembro de 2014, o Grupo celebrou um acordo com o Grupo José de Mello Saúde para a construção do Hospital CUF Viseu e posterior arrendamento. O imóvel foi arrendado ao José de Mello Saúde por um período inicial de 25 anos, prorrogável por mais 10 anos. Este imóvel com uma área de construção de 20.234 m^2 abriu em Junho de 2016, tendo sido oficialmente inaugurado a 29 de Novembro de 2016.

O justo valor foi determinado através do método dos DCF, com base nas rendas negociadas.

Em 2019, esta propriedade de investimento foi alienada registando uma mais-valia no valor de 1,1 milhões de euros.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO DADAS EM GARANTIA E RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS

A 31 de dezembro de 2019 e a 31 de dezembro de 2018, apenas o Palácio do Gelo foi dado como garantia a empréstimos bancários.

A 31 de dezembro de 2019 e a 31 de dezembro de 2018, não existem obrigações contratuais de comprar, construir ou desenvolver as propriedades de investimento. De igual modo, não existem restrições sobre a capacidade da realização de propriedades de investimento ou sobre a remessa de rendimentos e proveitos de alienação.

QUANTIAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para além das variações de justo valor identificadas acima e apresentadas na linha de "Alteração de justo valor de propriedades de investimento", de salientar, em 2019:

i) os rendimentos de rendas de propriedades de investimento, nomeadamente provindos do Palácio do Gelo Shopping, que ascenderam a 11,5 milhões de euros e os respetivos gastos operacionais diretos (incluindo reparações e manutenção) que foram de cerca de 3,3 milhões de euros; e

ii) a mais valia de 1,1 milhões de euros com a alienação do Edifício Hospitalar.

Relativamente às restantes propriedades de investimento, não geraram rendimentos no período e os correspondentes gastos diretos foram de valor imaterial.

25. Ativos intangíveis

	Projetos de desenvolvimento e programas de computador	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	**813.381**	**100.191.958**	**230.161**	**101.235.499**
Aumentos	912.975	786.337	308.368	2.007.681
Alienações/transferências	577.725	-522.075	-251.206	-195.556
Alterações ao perímetro	-5.223	6.783.429	0	6.778.206
Efeito cambial	0	4.391.766	0	4.391.766
Imparidade	266.208	-9.119.935	452	-8.853.275
Amortizações do exercício	-906.183	-3.102.096	0	-4.005.280
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	**1.661.882**	**99.409.383**	**287.775**	**101.359.041**
A 31 de dezembro de 2018				
Custos de aquisição	7.188.310	106.409.965	287.775	113.886.050
Amortizações acumuladas	5.526.427	7.000.582	0	12.527.009
ATIVOS INTANGÍVEIS	**1.661.882**	**99.409.383**	**287.775**	**101.359.041**
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019	**1.661.882**	**99.409.383**	**287.775**	**101.359.041**
Aumentos	0	728.547	144.761	808.114
Alienações/transferências	-429.231	1.254.406	-103.261	721.914
Alterações ao perímetro	0	14.183	0	14.183
Efeito cambial	64.077	-3.638.198	3.326	-3.505.599
Imparidade	0	-194.191	0	-194.191
Amortizações do exercício	-1.019.040	-3.869.921	0	-4.888.961
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	**277.689**	**93.704.208**	**332.602**	**94.314.500**
A 31 de dezembro de 2019				
Custos de aquisição	6.598.065	102.274.988	332.602	109.205.655
Amortizações acumuladas	6.320.375	8.376.588	0	14.696.964
Perdas de imparidade	0	194.191	0	194.191
ATIVOS INTANGÍVEIS	**277.690**	**93.704.208**	**332.602**	**94.314.500**

Na rubrica de "Outros ativos Intangíveis" destaca-se o valor da marca Vista Alegre (cerca de 80 milhões de euros), atribuída por uma entidade independente especializada, aquando da aquisição do Grupo Vista Alegre Atlantis.
Para efeitos de teste de imparidade, o valor da marca foi avaliada por meio de uma metodologia DCF, baseados em planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, com os seguintes pressupostos: taxa de desconto de 8,1%, projeções até 2024 com uma taxa de crescimento das vendas de 3%; crescimento na perpetuidade de 2%.

26. Inventários

	Matérias-primas	Mercadorias	Produtos acabados	Produtos e trabalhos em curso	Total
31 de Dezembro de 2018					
Custo	25.163.116	23.854.818	81.928.755	6.450.765	137.397.454
Ajustamentos	-3.076.209	-3.625.885	-19.471.188	-834.137	-27.007.420
Inventários ao mais baixo entre o custo de aquisição e valor de realização	**22.086.906**	**20.228.933**	**62.457.567**	**5.616.628**	**110.390.035**
31 de Dezembro de 2019					
Custo	29.750.839	20.744.660	77.415.899	9.226.858	137.138.256
Ajustamentos	-2.872.963	-2.627.049	-19.643.759	-957.754	-26.101.525
Inventários ao mais baixo entre o custo de aquisição e valor de realização	**26.877.876**	**18.117.611**	**57.772.139**	**8.269.104**	**111.036.731**

De salientar o contributo da *sub-holding* Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços para esta rubrica (nota 10.a).

27. Clientes

	2019	2018
Clientes - conta corrente	133.070.440	127.622.271
Clientes - saldos de cobrança duvidosa	10.919.255	13.630.615
Clientes - títulos a receber	0	54.957
	143.989.694	**141.307.844**
Ajustamentos de dívidas a receber	-14.471.889	-21.081.623
TOTAL	**129.517.805**	**120.226.221**

Os montantes escriturados encontram-se líquidos das perdas de imparidade acumuladas para cobranças duvidosas, que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica. O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor. As empresas do Grupo Visabeira que atuam como prestadoras de serviços de infraestruturas e telecomunicações faturam a entidades de reconhecida idoneidade financeira. Neste grupo de entidades estão normalmente os operadores de telecomunicações locais, regra geral participados diretamente pelo Estado de cada país, pelo que o risco de crédito se substitui pelo risco político. São exemplo a TMCEL, EDM – Eletricidade de Moçambique, Angola Telecom, Orange, Belgacom, British Telecom, Deutsche Telekom, PT, Nos, EDP e as concessionárias de gás natural.

A maturidade dos montantes a receber tem o seguinte detalhe:

Clientes – conta corrente e Outros devedores – não correntes (Ver nota 29)	Não vencido	Meses de antiguidade após a data de vencimento				Total
		< 6	6 – 12	12 – 18	> 18	
2019	70.337.486	26.439.496	4.989.919	4.549.766	26.753.773	**133.070.440**
2018	74.092.674	20.901.718	9.445.651	3.135.432	23.614.129	**131.189.603**

O Conselho de Administração entende que o ajustamento das dívidas a receber é adequado, sendo a sua evolução assim detalhada:

	Saldo Inicial	Aumentos / Diminuições	Saldo Final
Ajustamentos de dívidas a receber	21.081.623	-6.609.734	**14.471.889**

28. Estado e outros entes públicos

	Ativo		Passivo	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Imposto sobre o rendimento	6.105.685	2.069.655	0	1.397.466
Total - Imposto sobre o rendimento	**6.105.685**	**2.069.655**	**0**	**1.397.466**
Retenções de impostos sobre rendimentos de terceiros	0	0	964.590	161.203
Imposto sobre o valor acrescentado	0	2.219.558	8.434.319	13.172.797
Contribuições para a segurança social	0	0	7.059.159	7.521.891
Total - Estado e outros entes públicos	**0**	**2.219.558**	**16.458.069**	**20.855.891**
TOTAL	**6.105.685**	**4.289.213**	**16.458.069**	**22.253.357**

29. Outros ativos

	2019	**2018**
NÃO CORRENTES		
Outros devedores	0	3.567.332
	0	**3.567.332**
CORRENTES		
Acionistas - empréstimos	287.668	46.346.510
Outras especializações	19.320.009	13.775.728
Outros devedores	9.875.841	7.351.845
Adiantamentos a fornecedores	2.379.714	1.656.644
Saldos devedores de fornecedores	1.965.761	645.799
Estado e outros entes públicos (Exceto Imposto sobre o rendimento – ver nota 28)	0	2.219.558
Empresas participadas - empréstimos	5.372.568	1.337.370
	39.201.560	**73.333.455**
TOTAL	**39.201.560**	**76.900.787**

30. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	**2018**
Depósitos à ordem	60.157.246	32.489.476
Depósitos a prazo	5.860.957	5.709.013
Caixa	586.738	350.710
Aplicações de tesouraria	3.211.066	2.521.833
TOTAL	**69.816.007**	**41.071.032**

31. Capital social e prémios de emissão

O Capital Social autorizado está representado por 23.025.126 ações ao portador, com o valor nominal unitário de cinco euros e está realizado no montante de 115.125.630 euros.
À data de 31 de dezembro de 2019, o acionista maioritário Fernando Campos Nunes, detinha, direta e indiretamente, 99,45% do Grupo Visabeira (2018: 99,45%), possuindo 22.898.487 ações.
Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a "Reserva legal", isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

32. Resultado por ação

	2019	2018
Básico		
Resultado líquido do ano para efeito do cálculo	47.481.112	53.944.846
N.º médio ponderado de ações para efeito do cálculo	23.025.126	23.025.126
Resultado por ação básico	**2,062**	**2,343**
Diluído		
Resultado líquido do ano para efeito do cálculo	47.481.112	53.944.846
N.º médio ponderado de ações para efeito do cálculo	23.025.126	23.025.126
Resultado por ação diluído	**2,062**	**2,343**

33. Resultados retidos e outras reservas

	2019	2018
Resultados retidos	166.216.788	193.976.504
Investimentos financeiros – *Swaps*	74.355	99.131
Reservas	132.100.268	66.525.447
Reserva justo valor de ativos financeiros	-2.094.363	-1.350.819
Reservas de conversão cambial	-113.005.743	-96.411.192
TOTAL	**183.291.305**	**162.839.072**

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado com base nas demonstrações financeiras individuais do Grupo Visabeira, S.A., apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia (IFRS-UE).
A legislação comercial portuguesa estabelece que se deve transferir para reserva legal 5% dos lucros líquidos até que aquela represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.
O saldo dos resultados retidos não se encontra totalmente disponível para distribuição, na medida em que incluiu os ganhos por aumento de justo valor em propriedades de investimento.
A rubrica de reservas corresponde essencialmente a reserva de reavaliação, reservas contratuais e reservas legais constituídas em cada subsidiária. De acordo com a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 31 de dezembro de 2019, foi deliberada a distribuição de reservas livres de 89,6 milhões de euros, as quais foram utilizadas para regularizar um saldo devedor do acionista. Com base na informação disponível nesta data, não está prevista qualquer distribuição de dividendos aos acionistas em 2020.

34. Interesses que não controlam

	% Interesses que não controlam		Valor do balanço		Resultados atribuídos	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
VISABEIRA GLOBAL						
TVCabo Angola, Lda	50,00%	50,00%	65.569.144	23.655.450	-1.983.323	-5.713.280
Visabeira, Lda	40,00%	40,00%	4.453.535	3.940.671	590.432	214.205
TVCabo Moçambique, Lda	50,00%	50,00%	29.480.403	2.567.618	1.013.491	1.009.500
Televisa, Lda	50,00%	50,00%	1.047.928	-1.760.896	1.852.846	375.268
Modal	20,00%	40,00%	258.061	515.822	150	-40.196
Cabling	20,00%	40,00%	272.767	532.346	6.594	135.273
VISABEIRA INDÚSTRIA						
Vista Alegre, SGPS, SA	14,40%	5,88%	19.621.714	7.031.754	1.300.699	345.493
Ambitermo, SA	49,00%	49,00%	3.575.090	3.411.317	176.536	608.440
Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, SA	26,26%	16,01%	0	65.955	0	65.955
VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS						
PDA, SA	45,00%	45,00%	20.600.464	20.515.318	85.147	624
Outros			1.820.518	463.948	1.115.112	473.495
TOTAL			**146.699.623**	**60.939.303**	**4.157.685**	**-2.525.224**

Destaque para o aumento do valor dos interesses que não controlam da TVCabo Angola e da TVCabo Moçambique, como resultado da reavaliação das redes de ambas as empresas durante o ano de 2019.

35. Endividamento

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel comercial	47.004.975	194.625.660	241.630.634	20.841.523	199.659.311	220.500.834
Empréstimos bancários	61.970.106	151.275.226	213.245.332	75.510.503	112.633.775	188.144.278
Empréstimos por obrigações	9.300.401	244.437.959	253.738.360	20.705.445	213.794.095	234.499.540
Subsídios reembolsáveis	2.403.042	7.041.311	9.444.354	2.410.508	6.852.637	9.263.145
Locação financeira	-	-	-	7.253.737	47.198.277	54.452.014
TOTAL	**120.678.524**	**597.380.157**	**718.058.680**	**126.721.715**	**580.138.095**	**706.859.810**

Os empréstimos contratados, designadamente programas de papel comercial, obrigacionistas e mútuos, incorporam, em geral, para além das condicionantes habituais, cláusulas de cross default, pari passu e negative pledge, a ownership do Grupo ou do acionista maioritário.
A 1 de janeiro de 2019, foi efetuada a reclassificação do montante de 54,5 milhões de euros relativos a locações financeiras, para as rubricas de "Passivos de Locação".

Durante o período de 2019, a evolução do endividamento pode ser representada como segue:

	Empréstimos bancários
Saldo inicial	**652.407.796**
Transações com impacto em caixa:	
Atividades de investimento	
Recebimentos de subsídios reembolsáveis	7.563.848
Atividades de financiamento	
Recebimentos de empréstimos	417.379.100
Amortizações e reembolsos de empréstimos	-359.351.961
	65.590.986
Transações sem impacto em caixa:	
Variação cambial	-43.795
Reconhecimento do custo amortizado	-4.005.447
Alteração de perímetro	4.109.140
	59.898
SALDO FINAL	**718.058.680**

As emissões de papel comercial, embora tenham o seu vencimento num prazo inferior ou igual a um ano, encontram-se abrangidas por programas de médio e longo prazo que asseguram a sua renovação automática ao longo do período do programa. Assim, as emissões de papel comercial são apresentadas como exigíveis no médio e longo prazo.
As operações de financiamento que estão sujeitas a covenants relacionados com níveis de autonomia financeira e rácios de endividamento, determinados com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e de algumas das subsidiárias, foram negociadas em condições normais de mercado. Em 31 de dezembro de 2019, nenhum credor poderia exigir o reembolso antecipado de qualquer financiamento concedido ao Grupo como consequência de um incumprimento dos covenants.
Na data da demonstração da posição financeira, a maturidade média do endividamento do Grupo era de 3,7 anos (2018: 4,4 anos).

35.1 PAPEL COMERCIAL

	2019			2018		
	Corrente	**Não corrente**	**Total**	**Corrente**	**Não corrente**	**Total**
Grupo Visabeira, SA	37.700.000	82.850.000	120.550.000	12.311.111	71.738.889	84.050.000
Viatel, SA	1.780.000	8.860.000	10.640.000	1.860.000	8.640.000	10.500.000
Visabeira Global, SGPS, SA	1.550.000	34.450.000	36.000.000	1.700.000	36.000.000	37.700.000
Movida, SA	5.000.000	66.800.000	71.800.000	4.000.000	77.000.000	81.000.000
Pinewells, SA	1.000.000	2.000.000	3.000.000	1.000.000	3.000.000	4.000.000
Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, SA	0	0	0	0	3.850.000	3.850.000
Custo amortizado e justo valor	-25.025	-334.340	-359.366	-29.588	-569.577	-599.165
TOTAL	**47.004.975**	**194.625.660**	**241.630.634**	**20.841.523**	**199.659.311**	**220.500.834**

35.2 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
DESCOBERTOS BANCÁRIOS AUTORIZADOS	**4.320.075**	**0**	**4.320.075**	**3.616.988**	**0**	**3.616.988**
Portugal	3.418.839	0	3.418.839	2.400.810	0	2.400.810
África	587.375	0	587.375	593.234	0	593.234
Europa	313.862	0	313.862	622.945	0	622.945
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	**57.650.031**	**151.275.226**	**208.925.257**	**71.893.514**	**112.633.775**	**184.527.289**
Portugal	46.405.371	124.455.871	170.861.242	61.829.800	97.132.218	158.962.018
África	9.399.175	23.872.892	33.272.066	6.936.752	12.166.244	19.102.996
Europa	1.845.485	2.946.464	4.791.949	3.126.963	3.335.313	6.462.276
TOTAL	**61.970.106**	**151.275.226**	**213.245.332**	**75.510.503**	**112.633.775**	**188.144.278**

35.3 EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Grupo Visabeira, SA	5.818.236	143.071.765	148.890.001	19.570.000	155.600.000	175.170.000
Constructel - Constructions et Telec., SARL	0	55.000.000	55.000.000	0	54.859.178	54.859.178
Visabeira Moçambique, SA	3.550.000	0	3.550.000	0	3.577.500	3.577.500
Visabeira Global, SGPS, SA	0	0	0	1.385.000	0	1.385.000
Vista Alegre, SGPS, SA	0	50.000.000	50.000.000	-	-	-
Custo amortizado e justo valor	-67.835	-3.633.806	-3.701.640	-249.556	-242.583	-492.139
TOTAL	**9.300.401**	**244.437.959**	**253.738.360**	**20.705.445**	**213.794.095**	**234.499.540**

O valor dos empréstimos obrigacionistas inclui uma emissão sindicada do Grupo Visabeira de 100 milhões de euros com vencimento em 22/07/2026, da Constructel de 55 milhões de euros com vencimento em 27/09/2024 e empréstimo obrigacionista garantido da Vista Alegre no valor de 50 milhões de euros emitido em duas tranches: i) uma tranche emitida no MARF (Mercado Alternativo de Renta Fija) no valor de 45 milhões de euros, tomada por vários investidores institucionais, com inicio em 21/10/2024 por 5 Anos bullet e ii) uma segunda tranche no valor de 5 milhões de euros com início em 21/10/2019 e vencimento em 21/10/2024 com liquidação anuais constantes de capital subscrita pelo Banco BPI.
De forma geral estas emissões incluem os covenants habituais neste tipo de financiamento designadamente pari passu, cross default, negative pledge e ownership.

35.4 LOCAÇÃO FINANCEIRA

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Portugal	-	-	-	1.966.741	38.166.166	40.132.907
Europa	-	-	-	5.276.758	9.022.042	14.298.799
África	-	-	-	10.239	10.069	20.308
TOTAL	**-**	**-**	**-**	**7.253.737**	**47.198.277**	**54.452.014**

Em 2018, os saldos são apresentados na demonstração da posição financeira, na rubrica de "Outros passivos" (ver nota 37).
A 1 de janeiro de 2019, foi efetuada a reclassificação das locações financeiras, para a rubrica "Passivos de locação" (ver nota 38).

35.5 MATURIDADE DA DÍVIDA

	Portugal	Europa	África	Total
2020	104.982.628	13.536.549	2.159.347	120.678.524
2021	109.319.509	7.153.656	944.654	117.417.819
2022	78.641.796	5.724.870	648.058	85.014.723
2023	107.014.986	5.099.377	490.102	112.604.465
2024 e anos seguintes	222.831.689	5.894.989	53.616.470	282.343.149
TOTAL	**622.790.608**	**37.409.441**	**57.858.631**	**718.058.680**

O valor da dívida de curto prazo incorpora cerca de 11,6 milhões de euros relativos a contas correntes caucionadas e descobertos autorizados e o montante de 4,6 milhões de euros relativo a operações de empréstimos obrigacionistas e papel comercial em que existe entendimento entre as contrapartes para o refinanciamento, e 22 milhões de euros de dívida colocada junto de investidores institucionais com cariz de revolving. A dívida residual de curto prazo ascenderá a 87 milhões de euros, representado cerca de 11% da dívida consolidada.
O Grupo estima haver necessidade de refinanciar parte da dívida residual de curto prazo, processo que mantém em curso junto dos seus atuais e potenciais novos financiadores.
À presente data foram contratadas novas linhas de financiamento que ascendem 36 milhões de euros, que inclui a renovação de uma emissão obrigacionista de 3,5 milhões de euros vencida em março de 2020, com reembolso com início em junho 2021 e término em março 2026.

36. Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores - conta corrente	151.248.609	143.772.038
Fornecedores - títulos a pagar	15.290	34.039
TOTAL	**151.263.899**	**143.806.076**

37. Outros passivos

37.1 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

	2019	2018
Leasings (Ver nota 35)	-	47.198.277
Subsídios ao investimento	10.191.372	10.418.545
Pagamentos diferidos de aquisições de subsidiárias	9.515.035	13.790.238
Outros	9.219.995	39.184.642
TOTAL	**28.926.401**	**110.591.702**

37.2 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

	2019	2018
Especialização da margem	51.644.322	44.218.312
Factoring	23.001.893	39.405.692
Desconto de remessas documentárias	14.055.213	20.085.963
Express Bill	1.712.542	2.248.940
Confirming	40.973.275	43.218.228
Fornecedores de investimento	13.514.231	15.325.082
Remunerações a liquidar	15.985.014	14.076.448
Subsídios ao investimento	1.132.375	1.157.616
Leasings (Ver nota 35)	0	7.253.737
Investimentos financeiros derivados (Ver nota 39)	24.776	29.881
Adiantamentos por conta de vendas	350.153	344.126
Empresas associadas e participadas	607.087	444.997
Pagamentos diferidos de aquisições de subsidiárias	3.162.120	16.452.558
Benefícios pós-emprego	97.293	195.557
Saldos credores de Clientes	58.931	15.847
Estado e outros entes públicos (Exceto Imposto sobre o rendimento – ver nota 28)	16.458.069	20.855.891
Pessoal	8.072.619	8.002.041
Outros	31.871.913	16.420.236
TOTAL	**222.721.824**	**249.751.155**

Em 2019, o valor dos "Especialização da margem" está essencialmente relacionado com o negócio das telecomunicações. O passivo relativo de opções de recompra exercido de participações da Visabeira Global SGPS, SA e Visabeira Indústria, SGPS, SA na rubrica de "Outros", que ascendia a 23,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, foi pago em cerca de 3,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2020, tendo sido requerido o reescalonamento de cerca 7,9 milhões de euros para o ano 2021 e seguintes.

38. Passivos de Locação

Com a implementação da IFRS 16, em substituição da IAS 17, o locatário deve mensurar o "Passivo de locação" pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam pagos nessa data.

Reclassificação de Leasings não correntes	47.198.277
Reclassificação de Leasings correntes	7.253.737
Passivo de Locação (IFRS 16)	52.117.267
Saldo final a 1 de janeiro de 2019	**106.569.280**
Aumentos	18.544.654
Amortização de dívida	-22.132.818
SALDO FINAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**102.981.116**
Passivo de locação não corrente	84.972.131
Passivo de locação corrente	18.008.985
TOTAL PASSIVO DE LOCAÇÃO	**102.981.116**

A 31 de dezembro de 2019, caso a empresa ainda aplicasse a IAS27, o passivo de locação financeira seria de 56,6 milhões de euros, sendo 8,2 milhões de euros a curto prazo e 48,4 milhões de euros a médio e longo prazo.

39. Riscos financeiros

O Grupo Visabeira coloca sempre na primeira linha da sua matriz de controlo o conjunto de riscos diversificados resultante das diversas áreas de negócio, e por isso assume como prioridade a gestão do risco de crédito e a proteção da sua tesouraria, reconhecendo, neste enquadramento, a importância do seguro de crédito como instrumento essencial, tanto no mercado interno como nos mercados externos.
Neste enquadramento, vem assumindo, desde sempre, a curial importância da adoção de uma gestão ativa dos diferentes riscos financeiros, com vista a minimizar os seus potenciais impactos negativos no cash flow, nos resultados e no valor da empresa. Por isso, permanentemente atento à primordial importância desta temática, o Grupo Visabeira promove uma rigorosa e proativa gestão desses riscos, com uma constante acutilância e formulando as medidas de cobertura mais adequadas a cada situação.
Com este contexto, o Grupo Visabeira tem plena consciência de que o sucesso das operações depende, de forma crítica, da mitigação e controlo dos riscos que podem significativamente afetar o conjunto dos seus ativos (equipamentos, qualidade de serviço, informação, instalações) e, com esta postura, procura evitar pôr em risco os seus objetivos estratégicos.

Risco de mercado

RISCO DA TAXA DE JURO

No Grupo Visabeira, a exposição ao risco de taxas de juro advém essencialmente dos empréstimos obtidos, uma vez que as aplicações financeiras são normalmente contratadas por prazos curtos e os empréstimos concedidos às suas participadas são na sua maioria remunerados a uma taxa fixa. Consequentemente os impactos decorrentes de variações nas taxas de juro não afetam as contas de forma relevante.
O saldo da dívida financeira consolidada do Grupo Visabeira no final de Dezembro de 2019, foi contratado, maioritariamente, à taxa de juro indexada, sendo o principal indexante utilizado a Euribor, nas várias maturidades, para financiamentos nacionais, e a Libor para financiamentos em dólares, maioritariamente concedidos no estrangeiro. Com o objetivo de reduzir o risco de flutuação da taxa de juro, o Grupo emitiu, em 2018, um empréstimo obrigacionista a taxa fixa, no valor de 55 milhões de euros.
O Grupo Visabeira apresenta, à data da demonstração da posição financeira, posições em aberto classificadas como instrumentos de cobertura deste indexante, para 2,2 milhões de euros, contratado em 2015, com um valor mark to market de -25 mil euros, como segue:

Empresa	Descrição	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média	Objetivo económico
Naturenergia, SA	*Swap* Euribor 3M	1.750.494	*Interest Rate Swap*	8 anos	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos

O justo valor de todos estes derivados encontra-se refletido na demonstração da posição financeira, como segue:

Empresa		Valor de balanço 2019	Valor de balanço 2018
Naturenergia, SA	*Swap* Euribor (3M€)	-24.776	-29.881
TOTAL		**-24.776**	**-29.881**

A taxa Euribor, a três meses, iniciou, em Outubro de 2008, uma descida em consequência dos sucessivos cortes na taxa diretora do Banco Central Europeu, em resposta à crise financeira internacional, o que levou a que a mesma tenha registado uma tendência de queda ao longo dos últimos anos, atingindo em 2015 valores negativos. Esta tendência decrescente manteve-se até 2019, tendo o ano iniciado com o valor de -0,310%, e fixando-se no final do ano nos -0,383%. Com a Euribor em patamares muito baixos e com tendência estável no curto prazo, o Grupo Visabeira estima que os resultados decorrentes de variações deste indexante não terão impacto significativo nas suas contas no curto prazo.

RISCO DA TAXA DE CÂMBIO

O Grupo Visabeira, no âmbito das suas várias áreas de atividade, está sujeito aos riscos cambiais de transação e de transposição. A exposição ao risco de transação refere-se a alterações potenciais no valor de obrigações em aberto, devido a mudanças nas taxas de câmbio, entre a data de início e a data de liquidação e tem expressão nos resultados do exercício. A exposição ao risco cambial de transposição resulta da conversão para a moeda nacional das demonstrações financeiras das suas subsidiárias, cujos ativos e passivos estão denominados em divisas diferentes da moeda de relato das contas consolidadas - Euro - sendo refletidas, ao nível do capital próprio, na rubrica de reservas de conversão cambial.
O Grupo detém ativos e passivos em dólares em diferentes geografias e subsidiárias, o que permite uma cobertura parcial do risco cambial face a essa moeda. Nos mercados externos, designadamente em Angola e Moçambique, as empresas locais importam do mercado europeu bens e serviços expressos em euros, faturando aos clientes em kwanzas e meticais, respetivamente. Estes mercados apresentam uma tendência histórica de desvalorização face às moedas "fortes" Euro e Dólar Americano. Em Moçambique, contudo, registou-se no último ano uma ligeira valorização de 0,24% do metical face ao dólar americano e de 2,09% do metical face ao euro. Em Angola, a taxa de câmbio oficial definida pelo Banco Nacional de Angola para o kwanza, desde o primeiro trimestre de 2016, manteve-se fixa até ao final de 2017. A moeda europeia passou a ser a referência para o mercado de Angola desde o início de 2017, por causa das restrições que afetaram os bancos correspondentes. O governo angolano iniciou em 2018 um processo conducente a uma desvalorização da moeda eliminando o peg face ao dólar, através de leilões limitados em volume e taxa de câmbio, controlados pelo BNA, no âmbito do Programa de Estabilização Macroeconómica. Em 2019, ocorreu uma Sessão Extraordinária do Comité de Política Monetária do BNA que veio introduzir novos objetivos no âmbito da reforma que vinha sendo levada a cabo onde o Banco Nacional de Angola decidiu a partir de outubro de 2019, pela implementação de um regime de câmbio flutuante em que a taxa de câmbio é livremente definida pelo mercado, isto é, de acordo com a procura e oferta de moeda estrangeira. Em 2019, a moeda angolana acumulou uma depreciação de 53,20%, face ao euro, e de 56,26% para o dólar. Os resultados financeiros consolidados incorporam um impacto cambial, com origem em Angola, de 21,7 milhões de euros. A expressão do ajustamento ao nível cambial ocorrido especialmente nos últimos dois anos reflete, em larga medida, as correções que se impunham, apesar de ainda se registar uma diferença na ordem dos 25% face ao nível que é praticado no mercado informal. Assim, poderá ainda em 2020 registar-se uma nova desvalorização da moeda, mas que não deverá ter a mesma expressão da já ocorrida. A economia angolana foi classificada em 2017 e 2018 como hiperinflacionada, sendo por isso necessário reexpressar o valor dos ativos das empresas angolanas.
Noutra geografia, a M.J. QUINN, empresa adquirida em 2018 e que opera no Reino Unido em infraestruturas de telecomunicações para a British Telecom, fatura em Libras Esterlinas, tem o custo dos fatores expresso essencialmente na mesma moeda, pelo que não está exposta a riscos de transação relevantes. A integração da empresa nas contas consolidadas está sujeita à oscilação cambial da Libra Esterlina face ao Euro – risco de transposição. Os dividendos futuros estarão também expostos à referida oscilação cambial. A Libra Esterlina iniciou o ano a cotar 1,118 Euros e fechou o ano a valer 1,175 Euros.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é uma vertente importante e complexa que está presente no quotidiano da maior parte das empresas participadas do Grupo Visabeira, independentemente da natureza da sua atividade. As avaliações do risco pressupõem uma tomada de decisão de crédito, com base em informações, por vezes incompletas, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações. Tendo em conta o negócio, a área de atividade em que se insere, ou o risco da região e país, a classificação e avaliação do risco de crédito de um cliente é normalmente resumida numa ficha de crédito, que inclui as informações disponíveis e relevantes, tais como o carácter do cliente, a sua capacidade de gestão, o património, histórico, informação financeira, garantias de crédito e condições de pagamento e outras que permitem elaborar a emissão de um

parecer sobre uma operação de crédito. A avaliação do risco de crédito é reflexo da multiplicidade, qualidade e origem das informações disponíveis para o analista do crédito.
O Grupo Visabeira em Portugal, na Alemanha, Espanha, Estados Unidos da América, Brasil e França, mantém a subscrição de apólices, delegando em primeira instância a análise de concessão de crédito em profissionais especializados em cobrança e recuperação de dívidas, recebendo da seguradora de crédito a indicação de exposição – limite de crédito – ajustada à capacidade creditícia de cada cliente. Desta forma, as atenções da gestão podem centralizar-se fundamentalmente nas questões operacionais. A cobertura deste risco possibilita uma indemnização pelos créditos de clientes não pagos, que para o mercado interno é de 85% e no mercado externo, exceto Angola, é de 90%. Os últimos anos foram marcados por um aumento das restrições na concessão de crédito em geral, tendo os limites de crédito sido objeto de revisões desfavoráveis significativas. Perante este cenário, e para dar resposta às necessidades de cobertura do risco de crédito, relativamente aos quais os limites concedidos ao abrigo das apólices base se mostram insuficientes, o Grupo Visabeira contratou coberturas adicionais, que permitem incrementar as coberturas parciais dos seus riscos, complementando, até ao dobro, o montante concedido na apólice base, para clientes integrados ou no mercado doméstico ou nos mercados externos. Paralelamente, é desígnio da organização obter coberturas para riscos que não tenham valor atribuído na referida apólice base, ou obter um montante superior ao dobro da cobertura existente, até ao limite de cem mil euros, para clientes situados nos mercados externos. As maiores restrições na cobertura externa do crédito concedido implicam um rigor acrescido e uma maior exigência na apreciação dos pedidos de concessão de crédito interno.
Relevante também é o montante relativo a recebimentos por adiantamento ou a pronto pagamento que, no ano em apreço, representaram um volume de cerca de 9% do volume de negócios, com especial contributo do negócio de distribuição de televisão por cabo e internet e do turismo, restauração e lazer. O crédito concedido a entidades externas, que atuam simultaneamente como fornecedoras do Grupo, teve este ano de 2019 um peso de 0,4%.
As empresas do Grupo Visabeira, que atuam como prestadoras de serviços de infraestruturas e telecomunicações, faturam a entidades de reconhecida idoneidade financeira que, no ano de 2019, representaram cerca 53% do volume de negócios consolidado. Neste grupo de entidades estão normalmente os operadores incumbentes de telecomunicações, regra geral participados diretamente pelo Estado de cada país, pelo que o risco de crédito se substitui pelo risco político. São exemplo de operadores de prestígio da carteira do grupo: Orange (France Telecom); British Telecom; Próximus (Belgacom); Deutsche Telekom; MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia; NOS Comunicações; EDP Distribuição; GRDF – Distribution de Gaz Naturel en France; ERDF – Électricité Reseau Distribuition France; EDM – Eletricidade de Moçambique; TDC A/S; Huawei Technologies Denmark Aps; Hidroeléctrica de Cahora Bassa; Vodacom Moçambique; e as concessionárias de gás natural, entre outras.

RISCO DE LIQUIDEZ
O Grupo Visabeira assegura a gestão do risco de liquidez de molde a garantir o financiamento dos ativos por prazos de maturidade e a taxas apropriadas, bem como a liquidação atempada dos seus compromissos financeiros, mantendo saldos de disponibilidades apropriados e linhas de curto prazo que permitem uma gestão do disponível adequado aos compromissos financeiros de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a posição de liquidez do Grupo era a seguinte:

	2019	2018
Empréstimos não correntes	597.380.157	580.138.095
Empréstimos correntes	120.678.524	126.721.715
Dívida de confirming	40.973.275	43.218.228
Ações cotadas	-1.231.757	-2.458.941
Dívida alocada a imobiliária, inv. em curso e ainda não geradores EBITDA	-96.512.032	-127.400.207
Disponibilidades	-69.816.007	-41.071.032
DÍVIDA OPERACIONAL	**591.472.159**	**492.711.402**
Subsídios ao investimento	11.323.746	11.576.161
Total do capital próprio	489.610.135	383.397.581
CAPITAL E SUBSÍDIOS	**500.933.882**	**394.973.743**
DÍVIDA OPERACIONAL/TOTAL DO CAPITAL	**1,2**	**1,2**

A maturidade da dívida encontra-se divulgada na Nota 35.4.
No ano 2017, o Grupo procedeu à alienação das ações detidas na Nos Multimédia, na EDP e, parcialmente, na Pharol, tendo procedido ao reembolso do financiamento na forma de Papel Comercial associado às referidas ações. Foram ainda contratadas linhas com maturidade mais longa, que reduziram de forma relevante o risco de liquidez:

I. o leasing imobiliário relativo ao Palácio do Gelo Shopping, com um capital em dívida de 35,1 milhões de euros, passou a uma operação com valor residual equivalente, exigível apenas em 2026;
II. associado ao referido ativo, foi contratado um programa de papel comercial no valor de 85 milhões de euros, com reduções de valor nominal crescentes, até 2026, e com um valor bullet de 42,5 milhões de euros;
III. foi contratado um mútuo no valor de 20 milhões de euros, com reembolso até 2023 e um Programa de Papel Comercial, no valor de 32,3 milhões de euros, com um plano de redução do valor nominal anual de cerca de 5%, até 2021 inclusive, e o remanescente nos dois anos seguintes; entrementes, o papel comercial que vencia em dezembro de 2017 foi estendido, em cinco anos, passando a vencer bullet, em 2022, o montante de 21,75 milhões de euros.

O ano 2019 foi marcado pelo concretizar de diversas iniciativas tendo em vista a estratégia de diversificação das fontes de financiamento. Destaca-se a emissão obrigacionista inaugural garantido no valor de 50 milhões de euros pela VAA – Vista Alegre Atlantis SGPS, SA. emitido em duas tranches: Classe A no valor de 45 milhões de euros com vencimento bullet em 2024 registada em Espanha no Mercado Alternativo de Renta Fija (MARF) e Classe B no valor 5 milhões de euros, com amortização com início em 2022 e término em 2024. Em dezembro o Grupo procedeu ao também registo de um programa de papel comercial de 50 milhões de euros no MARF em Espanha, tendo sido emitidos 15 milhões de euros, reforçando a estratégia de progressivamente reduzir a dependência dos bancos nacionais. Já em 2018, o Grupo havia emitido um empréstimo obrigacionista no valor de 55 milhões de euros, com vencimento bullet em 2024, colocado em investidores institucionais, que, para além de conferir uma maior maturidade à dívida, permitiu ao Grupo uma maior diversificação das suas fontes de financiamento. O Grupo contratou ainda emissões obrigacionistas sindicadas junto da banca nacional, no valor de 27 milhões de euros e 54 milhões de euros, ambas com vencimento bullet em 2024, para além de diversas outras operações de refinanciamento.
Os novos investimentos realizados nas empresas industriais foram financiados com maturidades entre seis e sete anos.
Para 2020, tendo em consideração que o valor da dívida apresentada na demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2019 como sendo exigível no curto prazo incorpora 11,6 milhões de euros relativos a contas correntes caucionadas e descobertos autorizados e 4,6 milhões de euros, relativo a operações de empréstimos obrigacionistas e papel comercial, em que existe entendimento com as contrapartes para o seu refinanciamento, e ainda 22 milhões de euros de dívida colocada junto de investidores institucionais com cariz de revolving, entendemos que a dívida de curto prazo que poderá ser sujeita a refinanciamento ascenderá a 87 milhões de euros, representando cerca de 11% da dívida consolidada. No mesmo pressuposto, se consideradas as disponibilidades (ainda que cerca de 8,7 milhões de euros possam estar sujeitos às restrições que se mantêm presentemente na transferência de divisas de Angola e Moçambique), a dívida líquida de curto prazo residual que poderá ser sujeita a refinanciamento ascenderá a 17,5 milhões de euros, a qual poderá ser também endereçada com os fluxos operacionais libertados durante o ano.
O Grupo Visabeira, através da sua política de gestão concentrada, garante que a tesouraria e os investimentos de todas as empresas do Grupo sejam geridos por uma organização global e centralizada, especialmente vocacionada para o efeito, o que permite reduzir os riscos de liquidez, evitando uma exposição a variações que possam afetar os resultados das empresas.
O Grupo dispõe de linhas de financiamento aprovadas no quadro do programa Portugal 2020 e junto de instituições financeiras, que perfazem 35 milhões de euros. O Grupo procurará obter o financiamento específico dos restantes investimentos projetados para 2020. Em simultâneo, estará também como objetivo negociar o revolving parcial de alguns compromissos de curto prazo, cuja renovação consideramos de expetativa favorável forte, na medida em se concentra em entidades parceiras, com longo histórico de relacionamento. O Grupo dispõe adicionalmente de linhas de apoio à tesouraria corrente, na forma de factoring, pagamento a fornecedores e desconto de remessas documentárias no valor de 37 milhões de euros, disponíveis no final de 2019. O recurso ao factoring permite, por outro lado, uma redução dos prazos médios de recebimento com a inerente antecipação de recebimentos e concomitantemente facilita uma melhor gestão de tesouraria. Esta política assegura também a obtenção atempada do fundo de maneio necessário ao financiamento do ciclo de exploração, fundamental a um crescimento económico-financeiro sustentado. Em 31 de dezembro 2019, os valores de clientes adiantados neste formato ascendia a 23 milhões de euros. O Grupo, adicionalmente, mantém contratadas contas correntes de curto prazo para fazer face a pontuais necessidades de tesouraria.
Note-se também que as disponibilidades do Grupo ascendiam a 68,4 milhões de euros, maioritariamente concentradas nos países europeus, que se constitui em si como importante fonte de liquidez.
A dívida de curto prazo do Grupo Visabeira é notada pela ARC Ratings com a nota "A3" que considera que o Grupo possui atualmente uma capacidade bastante forte para cumprir os seus compromissos financeiros. A ARC Rating atribuiu também uma notação para o médio e longo prazo, classificando capacidade de cumprimento dos compromissos financeiros de curto prazo e de médio e longo prazo com BBB-, com tendência positiva.
O índice de liquidez geral nas contas consolidadas situou-se nos 0,8, em 2019, o que demonstra a adequabilidade do financiamento dos ativos correntes por passivos correntes.

Pandemia COVID-19

Em Portugal, de forma mais ou menos generalizada, o Grupo Visabeira aderiu à moratória consignada no nº 1, al. b) do Artigo 4º do Decreto-Lei n.º 10-J/2020 publicado em Diário da República em 2020-03-26, que estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Na Europa (França e Bélgica) está prevista a aplicação da moratória de capital e juros, mas o nível de endividamento é residual. Na Constructel França, empresa que concentra a grande fatia de divida, 55 milhões de euros estão financiados numa estrutura bullet a cinco anos na forma de empréstimo obrigacionista com vencimento em 2024 e a remanescente são essencialmente operações de locação financeira em reembolso.

Em Moçambique, apesar de não existir enquadramento legal equivalente, solicitámos aos principais bancos e financiamentos igualmente uma carência de capital por um período de 6 meses.

Em Angola, não se verificam alterações a nível dos financiamentos em curso, sendo o mais relevante o financiamento do Banco Europeu de Investimento à TVCABO e operação em si não foi materialmente afetada pelos efeitos da Pandemia.

Ainda que não totalmente evidente a forma e perfil de reembolso uma vez que o mesmo não foi oficialmente comunicado pelos financiadores, estimamos que cerca de 28 milhões de euros da dívida de curto prazo deverão ser reescalonados para os anos seguintes ao abrigo das medidas de apoio governamentais.

OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Tal como definido pela IFRS 9, o valor contabilístico de cada uma das categorias previstas é assim discriminado:

	2019	2018
Ativos financeiros registados ao custo amortizado		
Clientes	129.517.805	120.226.221
Imposto sobre o rendimento	6.105.685	2.069.655
Ativos associados a contratos com clientes e outros ativos correntes (exceto saldos dev. fornecedores e estado e outros entes públicos)	160.130.459	173.591.137
Caixa e equivalentes de caixa	69.816.007	41.071.032
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral		
Ações cotadas	1.231.757	2.458.941
Passivo financeiro ao custo amortizado		
Dívida de longo prazo	597.380.157	532.939.819
Dívida de curto prazo	120.678.524	119.467.978
Fornecedores	151.263.899	143.806.076
Derivados de cobertura de fluxos de caixa registados ao justo valor	24.776	29.881
Passivos associados a contratos com clientes e acréscimos de custos	105.428.807	84.954.664

MENSURAÇÃO AO JUSTO VALOR

No quadro seguinte, apresenta-se a hierarquia de justo valor dos ativos e passivos detidos pelo Grupo, com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Ativos mensurados ao justo valor - 2019			
	Total	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
ATIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR				
Propriedades de Investimento	**435.837.861**			435.837.861
Ações cotadas	**1.231.757**	1.231.757		
PASSIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR				
Instrumentos financeiros - Swaps	**24.776**		24.776	

	Ativos mensurados ao justo valor - 2018			
	Total	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
ATIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR				
Propriedades de Investimento	**445.214.935**			445.214.935
Ações cotadas	**2.458.941**	2.458.941		
PASSIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR				
Instrumentos financeiros - Swaps	**29.881**		29.881	

Não foram efetuadas transferências entre os níveis 1 e 2 nos exercícios de 2019 e 2018.
O justo valor dos empréstimos remunerados de bancos é considerado próximo do valor escriturado, atendendo à renegociação recente dos empréstimos mais significativos e das taxas de mercado praticadas.

40. Contingências

a) Processos com perda provável

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, subsistem diversos processos judiciais e contingências fiscais intentados contra diversas empresas do Grupo, classificados como processos com perda provável, de acordo com a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O Grupo, com base na opinião dos consultores jurídicos internos e externos, registou provisões (nota 41) para estes processos judiciais e contingências fiscais de forma a fazer face à saída provável de recursos.

b) Processos com perda possível

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, subsistem diversos processos judiciais e contingências fiscais intentados contra algumas empresas do Grupo, para os quais a possibilidade de desembolso futuro de caixa foi considerada como possível, de acordo com as informações dos advogados e consultores que acompanham estes processos, e que por esse motivo não foram provisionados. O detalhe e a natureza destes processos são conforme segue:

	2019	**2018**
Responsabilidade civil	269.896	136.390
Outras contingências	23.052.174	22.927.390
TOTAL	**23.322.070**	**23.063.780**

Não se espera que existam perdas significativas decorrentes destes processos. De referir uma contingência fiscal no valor de 8 milhões de euros relacionada com o processo relativo ao regime especial de tributação de grupos de sociedades, na medida que o Conselho de Administração e os seus assessores legais consideram ser provável que a decisão desfavorável às pretensões do Grupo Visabeira já proferida possa ser revertida.

41. Provisões para outros riscos e encargos

	2019	Aumentos / Diminuições	2018
Provisões			
Pensões de reforma Vista Alegre	1.194.330	-165.385	1.359.715
Outras Pensões de reforma	1.240.876	244.808	996.068
Outros	4.808.568	-219.134	5.027.702
TOTAL	**7.243.775**	**-139.710**	**7.383.484**

41.1 PENSÕES DE REFORMA

O Grupo VAA tem em vigor vários planos de benefício de reforma definidos, uns a cargo do Fundo de Pensões (Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA) e outros a cargo do próprio Grupo, ("Plano de benefícios definido – sem Fundo").

A cargo da Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, existem dois fundos:
· Um denominado de Adesão Coletiva Atlantis e tem duração indeterminada. São participantes deste fundo todos os empregados do quadro de pessoal efetivo da Vista Alegre Atlantis, S.A, oriundos da Ex Atlantis – Cristais de Alcobaça, S.A, admitidos ao serviço da Associada até 31 de dezembro de 2013, inclusive, e que reúnam as exigências de elegibilidade previstas no próprio Plano de Pensões, ou seja, todos os participantes que completem 65 anos, e que tenham no mínimo dez anos de serviço na associada, têm direito a uma pensão complementar por velhice calculada nos termos do Plano de Pensões. Este fundo é financiado pelo Fundo de Pensões Viva.
· Outro, denominado por Fundo de Pensões Grupo Vista Alegre, igualmente de duração indeterminada, que integra os trabalhadores do quadro de pessoal efetivo da Vista Alegre Atlantis SA, oriundos da ex-Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, SA e da Vista Alegre Grupo - Vista Alegre Participações SA., que tenham estabelecido contrato individual de trabalho antes de 20 de dezembro de 1976 e que estejam abrangidos pelo CCT para a Indústria Cerâmica. O plano de pensões Grupo Vista Alegre é financiado pelo Fundo de Pensões Grupo Vista Alegre.

As responsabilidades do Grupo são as seguintes:

	2019	2018
Passivo - Provisões para pensões de reforma		
Benefícios de reforma - Plano de benefício a cargo do Grupo VAA	-1.194.330	-1.359.715
Ativo - Acréscimos de proveitos		
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido com fundo constituído	186.530	142.772

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo Vista Alegre mantém uma provisão reconhecida (incluída na componente "sem fundo"), que diz respeito às responsabilidades com um complemento de pensão de reforma de um ex-administrador do Grupo Vista Alegre, com base em cálculo atuarial efetuado pela entidade Futuro, – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., no montante de, aproximadamente, 736 mil euros e 737 mil euros, respetivamente. Em dezembro de 2014, o Supremo Tribunal de Justiça condenou a VAA – Vista Alegre Atlantis SGPS, S.A., ao pagamento de um complemento de pensão de reforma vitalício a um ex-administrador no valor global anual de 230.923,38 euros, a pagar em 12 prestações mensais no valor de 19.243,62 euros cada, atualizável anualmente de acordo com o índice oficial de inflação, já tendo sido pagas as quantias devidas até fevereiro de 2018, em conformidade com o acordo então celebrado entre as partes.
A partir de fevereiro de 2018, considerando a análise e posição dos assessores legais do Grupo Vista Alegre, o montante do complemento de pensão de reforma atribuída ao referido ex-administrador foi reduzido (de 20,8 mil euros para 7,5 mil euros) ao abrigo de determinadas disposições legais, nomeadamente a disposição que veda às sociedades comerciais a atribuição de pensões de reforma aos seus administradores de montante superior ao do vencimento do administrador com funções executivas que aufira a remuneração mais elevada.

Durante o exercício de 2019, foram entregues pelo referido ex-administrador, requerimentos executivos relativos ao pagamento da diferença entre o montante que a Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. foi condenada a pagar e o montante efetivamente pago a partir de fevereiro de 2018, tendo a Empresa apresentado de seguida, oposição, aguardando agora pela decisão judicial.
A provisão constituída em 31 de dezembro de 2019 no montante de, aproximadamente, 736 mil euros, é a melhor estimativa do Conselho de Administração da Empresa relativamente aos dispêndios futuros com o complemento de reforma daquele ex-administrador.
O quadro a seguir resume a composição do custo líquido com pensões nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 reconhecido na demonstração consolidada dos resultados em gastos com o pessoal:

	2019	2018
Custos operacionais		
Plano de benefício definido a cargo do Grupo VAA e pessoal no ativo	-9.400	-9.650
Plano de benefício definido com fundo constituído	-32.421	-35.742
Proveitos operacionais		
Plano de benefício definido com fundo constituído	29.135	25.181
Valor líquido	**-12.686**	**-20.211**

Plano de Benefício definido a cargo do Grupo VAA
A responsabilidade decorrente destes planos é assegurada diretamente pelo Grupo, sendo atualmente estimada, à data do encerramento das contas, por uma entidade especializada (Futuro Grupo Montepio).
Movimento ocorrido no exercício no Grupo VAA:

	2019	2018
Saldo em 1 de janeiro	**1.359.715**	**1.464.727**
Custos com juros + ganhos/perdas actuariais + reforço provisões + correções exerc. Anteriores	-142.812	51.814
Reformas pagas	-22.573	-156.825
Saldo em 31 de Dezembro	**1.194.330**	**1.359.715**

Plano de Benefício definido com Fundo constituído
As responsabilidades decorrentes destes planos encontram-se cobertas por um fundo de pensões autónomo gerido por uma entidade especializada (Futuro Grupo Montepio).
Valores reconhecidos no balanço no Grupo VAA:

	2019	Variação	2018
Valor presente das obrigações	-2.327.411	-50.145	-2.277.266
Valor de mercado do fundo	2.513.941	93.903	2.420.038
Ativo reconhecido no balanço	**186.530**	**43.758**	**142.772**

41.2 OUTRAS PENSÕES DE REFORMA

De acordo com a Lei Geral em França, é feita uma estimativa do valor a pagar aos colaboradores quando estes atinjam a idade da reforma.
No entanto, até ao momento, as empresas não se viram obrigadas a efetuar qualquer pagamento.

	2019	Aumentos / Diminuições	2018
Empresa			
Constructel	529.666	72.836	456.830
Gatel	50.705	6.693	44.012
Escotel	660.505	165.279	495.226
TOTAL	**1.240.876**	**244.808**	**996.068**

41.3 OUTROS

A provisão apresentada na linha de "Outros" destina-se, principalmente, a fazer face a responsabilidades estimadas com base em informações dos advogados e decorrentes de processos de índole contratual, laboral e fiscais nos quais as empresas do Grupo estão envolvidas.

42. Garantias prestadas

	2019	2018
Garantias Prestadas		
Garantias reais	377.564.426	379.390.551
Garantias financeiras	22.542.319	27.291.640
Garantias técnicas/boa execução obra	18.326.490	15.805.291
TOTAL	**418.433.235**	**422.487.482**

Nas garantias reais destaque para 107 milhões de euros respeitantes ao Palácio do Gelo Shopping. Na Visabeira Global, existem garantias de 20 milhões de euros relativas TVCabo Angola e cerca de 60 milhões de euros de antecipação de recebimentos de clientes.
O empréstimo obrigacionista emitido pela Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA no valor de 50 milhões de euros encontra-se garantido por penhor das ações da Ria Stone, penhor de conta bancária e garantia das subsidiárias relevantes.

43. Partes relacionadas

	Anos	Vendas a partes relacionadas	Compras a partes relacionadas	Outros proveitos	Juros suportados	Juros obtidos	Valores a receber de partes relacionadas	Valores a pagar a partes relacionadas
Associadas e outras participações	**2019**	**488.944**	**1.043.049**	**4.069.000**	**14.148**	**0**	**17.171.920**	**2.477.999**
	2018	806.686	1.068.272	0	9.567	0	14.751.182	1.629.703
Acionistas	**2019**	**0**	**0**	**0**	**0**	**2.571.003**	**2.592.182**	**4.013.644**
	2018	0	0	0	0	2.760.571	82.032.295	440.394

44. Eventos subsequentes

O primeiro trimestre de 2020 foi marcado pelo aparecimento de uma epidemia a nível global denominada Covid-19, tendo sido declarada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020. Esta pandemia, disseminada internacionalmente, impacta de modo relevante a economia mundial e os mercados financeiros, pelo que se torna imprescindível considerar os impactos decorrentes do Covid-19.
Dada a diversidade de negócios do Grupo, a pandemia do Covid-19 teve impacto direto e indireto nos nossos Clientes, Fornecedores, Colaboradores, Comunidades locais e outras partes envolvidas.
No entanto, os efeitos negativos da pandemia terão mais impacto na área de negócios do turismo, concretamente na hotelaria e restauração. Na área da Indústria, nomeadamente no Grupo Vista Alegre, haverá também um impacto negativo designadamente na sua componente de retalho.
Na área core e mais representativa do Grupo Visabeira, concretamente nos serviços de engenharia de redes de telecomunicações e energia, que correspondem a serviços essenciais e estratégicos para o normal funcionamento das pessoas neste período conturbado, o impacto será reduzido.
O Grupo Visabeira encontra-se a monitorizar diariamente a evolução desta situação, cumprindo e difundindo as recomendações da OMS e das Autoridades Locais, e a atuar no sentido de minimizar os efeitos decorrentes da pandemia nos seus colaboradores, nas comunidades onde se insere e no seu património, com a prudência que este ambiente de incerteza requer, a evolução desta situação de emergência e as imposições legais e recomendatórias emanadas pela Organização Mundial de Saúde e as autoridades competentes de cada país, bem como os impactos resultantes, com vista a adotar as medidas que se venham, em cada momento, a revelar adequadas para o Grupo e para os seus stakeholders, com vista a promover a continuidade dos seus negócios e a resiliência e sustentabilidade do Grupo.
A magnitude, extensão e durabilidade do atual momento de incerteza, torna a avaliação dos seus impactos diretos e indiretos, num exercício árduo e incerto. Pelo que, à data de hoje, o Grupo não tem informação disponível para proceder à sua eventual quantificação. No entanto, cumpre realçar os seguintes aspetos:

Atividade Operacional
No segmento dos Serviços Engenharia de Redes de Telecomunicações, Energia e Gás, área core do grupo, os impactos serão pouco significativos e a recuperação mais rápida. O Grupo Visabeira é parceiro preferencial dos operadores incumbentes nos diversos países onde atua, com contratos nacionais para intervenção em cenários de crise e emergência, o que mitigará a quebra da atividade; de referir que os operadores europeus têm reforçado os planos de investimento de forma a responder às necessidades crescentes de comunicação e novas exigências decorrentes da atual crise pandémica e ao crescimento do teletrabalho.
No primeiro trimestre de 2020 houve um crescimento da atividade face ao período homólogo. No segundo trimestre, estima-se uma ligeira redução devido às restrições de mobilidade impostas pelos diversos governos esperando-se que a partir de junho haja uma retoma gradual da normalidade.
No segmento da Indústria, o Grupo Vista Alegre, conforme anunciado ao mercado no dia 20 de março de 2020, adotou as medidas que, no atual contexto, se revelaram necessárias como reação à situação. Para mitigar os impactos negativos, tendo em conta o adiamento das encomendas e redução do volume de vendas nomeadamente na rede de retalho nacional e internacional, foi decidido o encerramento temporário da atividade em Portugal, entre 23 de março e 9 de abril de 2020, incluindo assim o encerramento da sua atividade de produção e comercial em Portugal e da atividade comercial nas outras geografias em que a VAA está presente (com exceção dos canais online), tendo-se antecipado o período de férias de 2020 para aquelas datas com relação à generalidade dos colaboradores do Grupo Vista Alegre em Portugal, salvo nos casos relevantes para efeitos da manutenção das devidas salvaguardas de segurança e contingência.
Após o período de férias, a 9 de abril de 2020, foi retomada a produção, com o recurso à medida de "lay-off" parcial para as subsidiárias da VAA, que atuam no segmento da porcelana, cristal e vidro e faiança. No segmento grés forno, a retoma de atividade das unidades produtivas da Cerutil e Cerexport foi total, a partir de 13 de abril de 2020.
No segmento do grés mesa, a unidade manteve-se encerrada com recurso ao "lay-off", retomando a produção a 4 maio, consensualizada com o Ikea, em cerca de 66% da capacidade atual da unidade.
A rede de retalho, que se encontra encerrada desde março, vai abrir faseadamente conforme o plano de desconfinamento em curso, prevendo-se a reabertura total das lojas a partir de junho.
Os setores de hotelaria e restauração estão a ser particularmente afetados pelas medidas de distanciamento social tomadas pelo Governo; de facto, encontram-se totalmente encerradas desde meados do mês de março as seis unidades hoteleiras que o Grupo tem em Portugal, assim como todos os restaurantes, com recurso ao "lay-off". Neste sector, mesmo no cenário de levantamento das medidas da crise pandémica comunicado pelo Governo, as restrições de distanciamento e o risco de contágio vão ainda permanecer algum tempo, atrasando a retoma da necessária confiança para a recuperação deste setor. O impacto nas contas consolidadas não deverá ser, contudo, muito relevante na medida em que este setor contribui com apenas 3% do volume de negócios consolidado;
Em África, a área de telecomunicações representa cerca de 60% do negócio, registou um crescimento neste período. Considerando o tipo de serviços prestados pelas duas TVCABO, serviços de telecomunicações, fundamentais no contexto atual, prevê-se que a pandemia não venha a ter um impacto significativo no negócio, tendo, pelo contrário, assistindo-se a uma aceleração da procura por serviços de telecomunicações neste contexto de distanciamento.

Investimentos
O Grupo encontra-se atualmente em processo de revisão e avaliação interna de forma cautelosa sobre os investimentos que tinha planeado para o exercício de 2020, reavaliando o custo benefício destes projetos em carteira, bem como, a sua exequibilidade, tendo em consideração a realidade atual;

Tesouraria e Refinanciamento
É entendimento do Grupo de que os contratos de financiamento estabelecidos, bem como a experiência de atividade com as instituições financeiras com as quais tem uma relação de parceria sem histórico de qualquer incumprimento, permitem ao Grupo gerir eventuais necessidades adicionais de fundos para manutenção da atividade neste período de incerteza.
Assim sendo, pelo exposto acima, à presente data, não se prevê uma alteração significativa no ritmo da produção e na rentabilidade que possa afetar o nível de liquidez das operações nos diversos mercados e no Grupo como um todo. Não obstante, várias ações de salvaguarda desse nível de liquidez foram, estão e continuarão a ser implementadas nas diversas empresas, negócios e mercados do Grupo.
No que respeita ao cumprimento das condições contratuais ao nível dos rácios financeiros decorrentes do empréstimo obrigacionista contratualizado em outubro de 2019 pela Vista Alegre (Nota 35.3) o Grupo iniciou um trabalho preparatório para acionar os formalismos necessários tendo em vista a solicitação de uma adaptação e ajustamento dos referidos rácios financeiros aos impactos decorrentes da atual crise, sendo convicção do Conselho de Administração que tais alterações serão concretizadas.
Adicionalmente, ao nível da holding também existem condições contratuais relacionadas a rácios financeiros, que o Grupo continuará a monitorizar, e dependendo da evolução dos efeitos adversos da pandemia, avaliar a necessidade de adaptação dos níveis contratualizados.
À data deste relatório, o Conselho de Administração do Grupo mantém o entendimento de que dispõe dos recursos adequados para manter as suas atividades e que se mantém adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das presentes demonstrações financeiras.
Não existiram outros eventos subsequentes à data da Demonstração da Posição Financeira e até à data da emissão das contas que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

CC membro nº 77089

O Conselho de Administração

DOCUMENTOS DE APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO



RGI CV9

Building a better working world

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Boavista, 36, 3º
4050-112 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Grupo Visabeira, S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 1.938.236.449 euros e um total de capital próprio de 489.610.135 euros, incluindo um resultado líquido de 51.638.797 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Grupo Visabeira, S.A. em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase sobre a Covid-19

Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus) têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações. Na Nota 44 das notas às demonstrações financeiras são divulgados os impactos e incertezas resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus), estimados pelo Conselho de Administração para o Grupo Visabeira, S.A. e suas subsidiárias, com base na informação disponível à data, salientando-se o potencial efeito desta situação no cumprimento dos rácios financeiros contratualizados pelo Grupo. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Building a better working world

Grupo Visabeira, S.A.
Certificação Legal das Contas Consolidadas
31 de dezembro de 2019

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 19 de maio de 2020

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

GRUPO VISABEIRA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Acionistas

Em cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 420º, conjugado com o nº 1 do art.º 508-D do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o Relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar Parecer sobre o Relatório de Gestão das contas consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração do GRUPO VISABEIRA SA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

No decurso do exercício acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte.
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título.
- Verificámos que a definição do perímetro de consolidação e as demais operações de consolidação efetuadas estão de harmonia com o estabelecido nas normas de consolidação aplicáveis.
- Apreciámos os Relatórios e Pareceres emitidos pelos órgãos de fiscalização das empresas integradas no perímetro de consolidação.
- Verificámos a adequabilidade dos documentos de prestação das contas consolidados.
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas consolidadas, as quais são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados do Grupo do qual a Entidade é a empresa-mãe.
- Confirmámos que o Relatório de Gestão das contas consolidadas, a Demonstração Consolidada de Resultados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Demonstração Consolidada das Alterações do Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício.
- Averiguámos a observância pelo cumprimento da lei e dos contratos de sociedade.
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

GRUPO VISABEIRA

No decurso dos atos de verificação e validação, que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e de outros responsáveis, as informações e esclarecimentos que consideramos necessários.

Acompanhámos os trabalhos dos auditores responsáveis pela revisão legal das contas e realizámos as reuniões consideradas necessárias para a obtenção das informações relevantes tendo em vista a Certificação Legal das Contas Consolidadas, sem reservas e com uma ênfase, sobre o Covid-19 e com as quais estamos de acordo.

Face ao exposto somos de parecer que:

(a) Os Relatórios de Gestão das contas consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, satisfazem os requisitos legais, previstos no Código das Sociedades Comerciais;

(b) a Demonstração Consolidada de Resultados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Demonstração Consolidada das Alterações do Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Viseu, 19 de maio de 2020

O Conselho Fiscal

Alberto Henrique de Figueiredo Lopes, Presidente

João Carlos Monteiro de Macedo

Ricardo Jorge Pinto Dias

© Concept, Design & Art Direction by **www.bangbang.agency**



Este relatório foi impresso em papel proveniente
de fontes responsáveis e outras fontes controladas.

GRUPOVISABEIRA.COM